

# Luto



A **GeoSertões** é uma revista acadêmica com publicação semestral em meio eletrônico da Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores, *campus* Cajazeiras, da Universidade Federal de Campina Grande. Seu objetivo principal é oportunizar a divulgação de múltiplos conhecimentos da Ciência Geográfica e áreas afins.

## EXPEDIENTE

### EDITOR-GERENTE E EDITOR

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

### EDITORES DE SEÇÕES

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias**, Universidade Federal de Campina Grande (UAEd-CH-UFCG), Brasil.

### CONSELHO EDITORIAL

**Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Marcelo Brandão**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.

**Dr. Santiago Andrade Vasconcelos**, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG), Brasil.



## CONSELHO CIENTÍFICO

**Dr. Caio Augusto Amorim Maciel**, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil

**Dr. Ivan Silva Queiroz**, Universidade Regional do Cariri – (URCA), Brasil

**Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias**, Universidade Federal de Campina Grande – (UAEd-CH-UFCG), Brasil

**Dr. Gleydson Pinheiro Albano**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

**Dra. Firmiana Fonseca Siebra**, Universidade Regional do Cariri – (URCA, Dep.de Geociências), Brasil

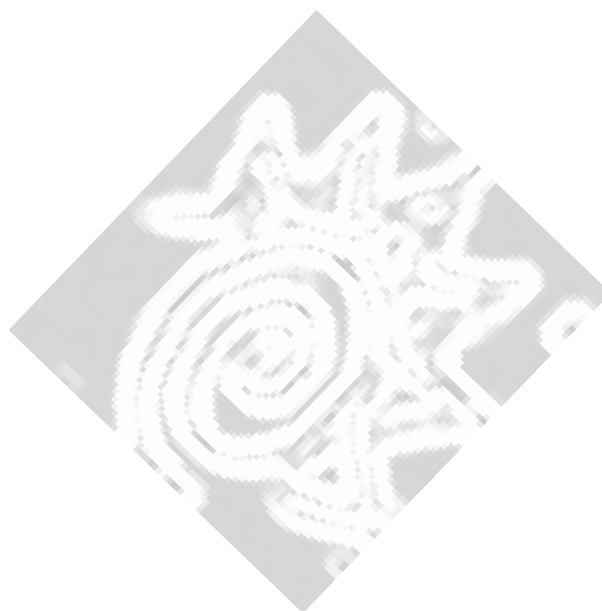
**Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dr. Marco Antônio Mitidiero Jr.**, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

**Dr. Wagner Costa Ribeiro**, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

## APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

**Antônio Lourenço Filho**





Capa: Santiago Vasconcelos

### FICHA CATALOGRÁFICA

---

Revista GeoSertões – Unidade Acadêmica de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande. – v. 5, n. 9 (2020). Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2016 -  
Semestral: 2016 –

**ISSN: 2525-5703**

---

I Ensino superior – Periódicos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Título

**Revista GeoSertões** (<<http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/index>>)

E-mail: [geosertoes@gmail.com](mailto:geosertoes@gmail.com)

Unidade Acadêmica de Geografia (Unageo)

Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande (CFP-UFCG)

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares – CEP: 58900-000 - Cajazeiras - PB

Tel.: (83) 3532-2000 (ramal 2101)



PKP|INDEX



by-nc-nd/4.0



## SUMÁRIO

### **EDITORIAL/APRESENTAÇÃO**

[p. 6-14]

#### **A verdadeira pandemia a ser enfrentada é a da perversidade sistêmica globalitária**

Santiago Andrade Vasconcelos

### **ARTIGOS**

#### **Dimensões geográficas da necropolítica do vírus**

[p. 15-29]

Aiala Colares Couto

#### **A produção capitalista da natureza e a teoria do valor-trabalho: em busca dos elos necessários para a compreensão do capitalismo contemporâneo**

[p. 30-55]

Ernesto Gomes Imbroisi

#### **O sistema capitalista de favorecimento: uma análise acerca da acumulação permanente de capital e o programa regulariza em Goiás**

[p. 56-72]

Júlia Pereira de Sousa Cunha

Ycarim Melgaço Barbosa

Bruna Guimarães

#### **Urbanização contemporânea e desigualdades sociais: análise de Montes Claros/MG**

[p. 73-100]

Iara Soares de França

#### **Desenvolvimento urbano e cidade: contexto e práticas da integração regional da cidade de Chimoio, Moçambique**

[p. 101-119]

Tunex da Conceição Neves

Victória Manuel Moisés Dumpua

João Carlos Mendes Lima

#### **Relação entre migração e extrativismo artesanal nos países em desenvolvimento: o caso de Moçambique**

[p. 120-136]

Sérgio de Melo Doce Taibo

Helion Póvoa Neto



**Espaço de transições: três décadas de Nova Petrolândia pós-barragem de Itaparica** [p.137-155]

Milena Barros Gomes

**Caracterização geoambiental do reservatório Caiçara e sua bacia de drenagem (RN/Brasil)** [p.156-175]

Aluízio Bezerra Júnior

Josiel de Alencar Guedes

Agassiel de Medeiros Alves

**Entre emoções e afetos na geografia: uma imersão no município de Solidão, Pernambuco** [p.176-199]

Augusto Rodrigo Bezerra da Silva

Caio Augusto Amorim Maciel

**Análise sobre a abordagem do saber religião em livros didáticos de geografia** [p.200-218]

Roseane Richele de Medeiros

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

## EDITORIAL/APRESENTAÇÃO



### **A verdadeira pandemia a ser enfrentada é a da perversidade sistêmica globalitária**

O mundo globalizado é caracterizado pela aceleração e interconexão de toda ordem, onde flui freneticamente informações, “dinheiro”, mercadorias e pessoas. O ritmo da aceleração e o grau da interconexão é dado pelo mercado global que lança seus tentáculos por todo o planeta, abarcando tudo e todos. Para esse mercado, na operação da esfera do sistema financeiro, o tempo é imperioso e cada fração de segundos pode resultar em perdas ou ganhos milionários. É um sistema baseado na alta tecnologia e, em tese, pouco dar atenção ao tempo lento e aos ciclos da natureza. Contudo, de repente, por conta de um organismo natural (o novo coronavírus SARS-CoV-2) surgido na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, China, que provoca uma doença conhecida por Covid-19, fez o mundo reduzir drasticamente seu ritmo, desacelerando e mesmo paralisando várias atividades econômicas, com o confinamento das pessoas em seus países e em suas casas, visando manter o isolamento territorial e social e tentar evitar a transmissão do vírus.

Aproveitando justamente o lastro técnico que permite a própria existência da globalização, o vírus se difunde rapidamente pelo mundo, atingindo todo o ecúmeno, sem ser barrado por fronteiras entre países, divisões étnicas ou religiosas, abrangendo latitudes e longitudes nos seus limites, não poupando ricos, mas não deixando de castigar mais severamente os pobres do mundo, justo por não terem melhores condições e apoio governamental para o enfrentamento da doença Covid-19. A interconexão técnica dos meios de transportes que asseguram o deslocamento de pessoas - tão crucial para o funcionamento do sistema econômico global – passou a ser tratado como um problema ao facilitar a difusão do vírus.

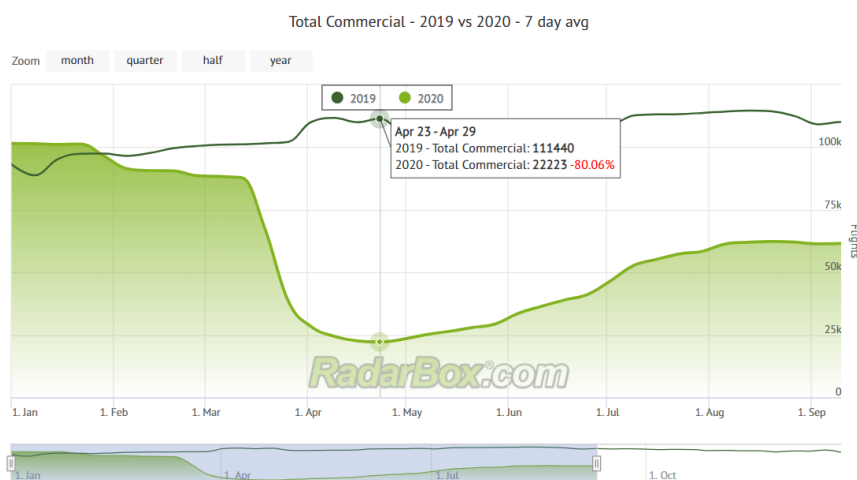
Em 31 de dezembro de 2019 autoridades chinesas alertaram a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a ainda desconhecida Covid-19. O primeiro registro de uma pessoa infectada com o vírus fora da China data de 13 de janeiro de 2020, na Tailândia, nos Estados Unidos no dia 21 e na França no dia 24. Em 28 de janeiro é detectado na Alemanha e no Japão casos de pessoas infectadas que não estiveram na China. No dia 30 do mesmo mês a OMS já considera a epidemia de emergência de saúde pública de alcance internacional. Daí por diante gradativamente vai crescendo os casos de infectados e mortos por todos os continentes. Várias medidas restritivas como interrupções de viagens e isolamento social são anunciadas. Os países passaram a fechar suas fronteiras e a paralisia global começa a tomar forma, numa espécie de pausa no movimento

do mundo. Contudo, as restrições fronteiriças pareciam porosas para o vírus e a escala de disseminação e morte só cresceu. Dia 11 de março a OMS declara que a Covid-19 é uma pandemia global, portanto um problema de saúde mundial. A crise pandêmica vai além de ser uma questão apenas de saúde física e mental; a Covid-19 é apenas um gatilho, assim como foi a bolha imobiliária americana de 2008, que dispara picos periódicos de intensidade da crise estrutural que vivemos. Infelizmente o debate tende a ser centrado apenas na saúde econômica corporativa, sem preocupação com os mais frágeis socialmente (como sempre!).

O principal veículo do vírus entre países foi o transporte aéreo, triunfo e trunfo da globalização. Homens de negócios e turistas que podem realizar viagens internacionais disseminaram o SARS-CoV-2, tornando a atual pandemia como aquela que se propagou rapidamente no espaço mundial de toda a história.

Com as medidas isolacionista praticadas por países, ao fecharem suas fronteiras para forasteiros, restringindo inclusive seu espaço aéreo, o setor de aviação comercial despencou, chegando a cair 80,06% em 23 de abril deste ano em comparação com mesmo dia de 2019 (ver gráfico). A constatação da queda do setor aéreo comercial serve de parâmetro para se ter uma ideia do quanto o mercado global foi impactado. Como esse mercado global funciona degradando e poluindo o ambiente, outra mostra do impacto ocasionado pelo isolamento é verificada nos registros de baixa na poluição antropogênica na atmosfera.

### Gráfico: Total de voos comerciais em período selecionado 2019-2020



All scheduled flights operated by an airline are considered as commercial. Private flights and light aircraft are not considered.

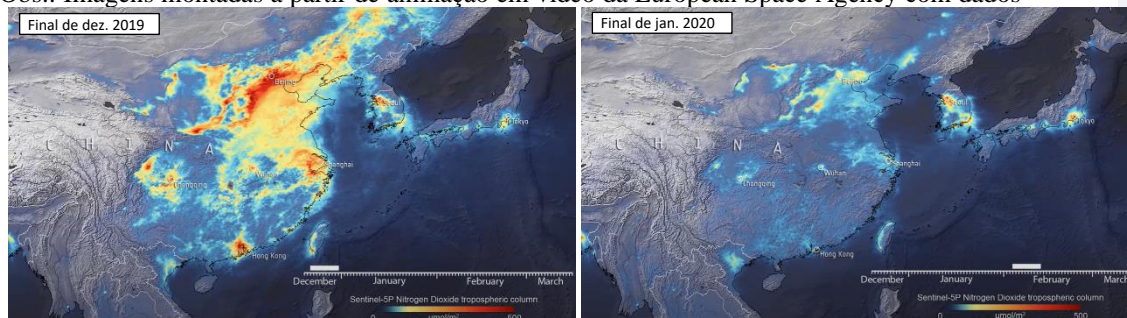
Fonte: <https://www.radarbox.com/statistics/total> (acesso em 12/09/2020).

Imagens de satélite revelam a diminuição significativa da poluição em várias partes do mundo devido as medidas de isolamento social. A figura abaixo é uma mostra do que ocorreu no país epicentro do novo Coronavírus, a China. As imagens revelam a concentração de dióxido de nitrogênio na atmosfera em dois momentos: final de dezembro de 2019 e final de janeiro de 2020, data que coincide com a decretação de quarentena nacional na China. A concentração de dióxido de nitrogênio na atmosfera é proveniente, em parte, de fontes antropogênicas como processos de combustão em meios de transportes, máquinas, usinas termelétricas e fábricas.



## Figura: Concentração de dióxido de nitrogênio na China 2019-2020 (períodos selecionados)

Obs.: Imagens montadas a partir de animação em vídeo da European Space Agency com dados



do satélite Copernicus Sentinel-5P, mostrando as concentrações de dióxido de nitrogênio usando uma média móvel de 10 dias.

Fonte: Modificado da European Space Agency.

Disponível em: [https://www.esa.int/Applications/Observing\\_the\\_Earth/Copernicus/Sentinel-5P/COVID-19\\_nitrogen\\_dioxide\\_over\\_China](https://www.esa.int/Applications/Observing_the_Earth/Copernicus/Sentinel-5P/COVID-19_nitrogen_dioxide_over_China) (Acesso: 13/09/2020).

Autoridades de diferentes países do mundo apostaram no controle de suas fronteiras e no isolamento social, aplicando medidas restritivas a circulação de pessoas, como medida capaz de evitar ou amortecer a propagação do novo coronavírus. Ou seja, atitudes que confrontam de frente com as fábulas da globalização da livre circulação pelo espaço mundial.

No atual período da globalização, o caso da pandemia mundial de Covid-19, faz as contradições do capitalismo serem ampliadas e ganhar relevo íngreme nas relações sociais e na vida cotidiana. Compreender o que enfrentamos no mundo neste contexto pandêmico requer não ficar preso apenas no vírus, na doença e nas mortes, mas exige uma abordagem totalizadora, que alargue os contextos e inclua toda complexidade do mundo do presente.

Milton Santos nos ensinava que para entender qualquer fase da história há dois elementos fundamentais e inseparáveis que são o estado das técnicas e o estado da política (SANTOS, 2001). O extraordinário estado atingido pelas técnicas, notadamente às de deslocamento de pessoas, terminou por ser um potencializador na difusão do novo coronavírus. Harari (2020) relata que, na percepção de alguns, o mundo globalizado seria o culpado pela epidemia do novo coronavírus e a solução seria desglobalizar, erguer muros e barreiras restritivas. Porém, como assertivamente acrescenta o historiador: “O verdadeiro antídoto para epidemias não é a segregação, mas a cooperação”. Ora, o problema real não é meramente técnico, não diz respeito apenas as facilidades oferecidas pelos transportes que interconectam o mundo, mas trata-se de uma questão que deve ser enfrentada na esfera política.

Harari (2020) tem razão ao tratar da cooperação internacional para o enfrentamento epidêmico global, afinal, segundo ele

[...] a história indica que a proteção real vem da troca de informação científica confiável e da solidariedade global. Quando um país é atacado por uma determinada epidemia,



deve estar disposto a compartilhar honestamente as informações sobre o surto, sem medo de uma catástrofe econômica, ao passo que os outros países devem ser capazes de confiar naquela informação, dispondo-se a estender uma mão amiga em vez de deixar a vítima no ostracismo. Hoje, a China pode ensinar uma porção de lições importantes sobre o coronavírus para o mundo inteiro, mas isso demanda um alto nível de confiança e cooperação internacionais. A cooperação internacional é também necessária para medidas eficazes de quarentena. A quarentena e o toque de recolher são essenciais para interromper a propagação da epidemia. Mas quando os países não confiam uns nos outros e cada nação sente que está por conta própria, os governos hesitam em adotar medidas tão drásticas.

Existe de fato a necessidade da solidariedade global e da cooperação para o enfrentamento de questões que são globais, como é o caso da pandemia atual. Mas, apesar da necessidade, não podemos esquecer que no período da globalização a perversidade reina e a competitividade é louvada e premiada com troféus meritocráticos, deixando a solidariedade minguada e rotulada negativamente de vitimização e sinônimo de fraqueza. Nesse sentido, Milton Santos, sabiamente já constatava na última década do século passado que a globalização, da forma negativa como é, não passa de uma fábrica de perversidades, na qual “alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como o egoísmo, os cinismos, a corrupção” (op. cit., p. 20), que não podem ser entendidos sem levar em consideração os comportamentos competitivos que agem sem pudor moral e ou sentimento de culpa ao usar quaisquer que sejam os meios para atingirem seus fins. Quando a vida cotidiana, os negócios... a esfera da política supervaloriza tão somente a competitividade, chegando até a ridicularizar ações solidárias e de cooperação, não se pode esperar nada mais do que o recrudescimento da crise e o fortalecimento da tirania da perversidade. Da mesma forma, quando o estado da política é caracterizado pelo predomínio da competitividade despudorada não se pode esperar bons resultados, inclusive na condução e uso das técnicas. Por conta desse comportamento,

Hoje, a humanidade enfrenta uma crise aguda não apenas por causa do coronavírus, mas também pela falta de confiança entre os seres humanos. Para derrotar uma epidemia, as pessoas precisam confiar nos especialistas, os cidadãos precisam confiar nos poderes públicos e os países precisam confiar uns nos outros. Nos últimos anos, políticos irresponsáveis solaparam deliberadamente a confiança na ciência, nas instituições e na cooperação internacional. Como resultado, enfrentamos a crise atual sem líderes que possam inspirar, organizar e financiar uma resposta global coordenada. [...]. Xenofobia, isolacionismo e desconfiança agora caracterizam a maior parte do sistema internacional. Sem confiança e solidariedade globais não seremos capazes de parar a epidemia do coronavírus, e é provável que enfrentemos mais epidemias desse tipo no futuro. Mas toda crise é também uma oportunidade. Com sorte, a presente



epidemia ajudará a humanidade a perceber o grave risco imposto pela desunião global. (HARARI, 2020).

Pelas constatações, para vencermos a crise epidêmica e, principalmente a crise-período da globalização perversa, muitas fronteiras e muros precisam ser derrubados, sejam físicos ou, principalmente no campo político e ideológico. A “crise aguda” de que fala Yuval Harari na citação acima, já havia sido diagnosticada e explicada fartamente e com competência por Milton Santos no final da década de 1990 no livro *Por uma outra globalização*. Segundo Santos (2001, p. 57) “A necessidade de capitalização conduz a adotar como regra a necessidade de competir em todos os planos”, daí países, regiões, cidades, empresas e pessoas entram numa guerra competitiva de todos contra todos, tornando-se “também uma regra da convivência entre as pessoas”, não deixando espaço para cooperação e solidariedade. Para lastrear a competitividade, “criam-se, desse modo, novos ‘valores’ em todos os planos, uma nova ‘ética’ pervasiva e operacional face aos mecanismos da globalização”. Para facilitar o entendimento de qual competitividade estamos falando, Santos (2001, p. 57) nos alerta que,

Competir e concorrer não são a mesma coisa. A concorrência pode até ser saudável sempre que a batalha entre agentes, para melhor empreender uma tarefa e obter melhores resultados finais, exige o respeito a certas regras de convivência preestabelecidas ou não. Já a competitividade se funda na invenção de novas armas de luta, num exercício em que a única regra é a conquista da melhor posição. A competitividade é uma espécie de guerra em que tudo vale e, desse modo, sua prática provoca um afrouxamento dos valores morais e um convite ao exercício da violência.

Com a globalização da competitividade como regra geral e caminho a ser seguido obedientemente, somado a ideologia neoliberal que atribui a condução do processo político às grandes empresas e com a conformação e alienação da opinião via mídias que substituem debates civilizatórios pelo discurso único do mercado, termina por imbuir nas pessoas e nos objetivos das empresas uma situação “[...] na qual se produz a glorificação da esperteza, negando a sinceridade, a glorificação da avareza, negando a generosidade. Desse modo o caminho fica aberto ao abandono das solidariedades e ao fim da ética, mas, também da política” (SANTOS, 2001, p. 60-61).

Infelizmente, em continuando o mundo como está, não será uma vacina contra a Covid-19 que conseguirá vencer a crise, esta é muito mais profunda e necessita de uma outra vacina muito mais radical para deter o pior vírus de todos: a perversidade sistêmica globalitária. A crise apenas está em seu começo. Passada a fase pandêmica de saúde entraremos numa ainda mais aguda de crise econômica e, principalmente, crise social. O que vivemos atualmente não é uma particularidade de um país, mas de um sistema produtivo que não consegue sair da crise, antes apenas cíclicas, mas agora permanente.

Apesar de todo o diagnóstico e o testemunho de viver uma realidade do mundo desoladora, precisamos nos encorajar para construir um outro mundo possível,



baseado na solidariedade e na compaixão como regras que todos e todas devam buscar obter o maior êxito possível no seu cumprimento, merecendo todos os louvores. Neste mundo do reino da solidariedade e da compaixão, a política será vivificada tendo como fim conduzir a humanidade a uma consciência universal holística e harmônica, usando da cooperação na resolução dos problemas, submetendo todo o potencial do progresso da ciência e da técnica a servir a humanidade com equidade. Nesse mundo desejado, mas possível, desafios como a atual da Covid-19 serão bem mais fáceis de serem enfrentados e vencidos, porque será um problema encarado como sendo da humanidade como um todo, não de países ou de empresas.

### Referências:

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

HARARI, Noah Yuval. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade**. (Trad. Odorico Leal). São Paulo: Companhia das Letras, 2020 [e-book].

- \*\*\* -

### Apresentação

Apesar do todo o exposto no editorial deste número, temos a satisfação de oferecer ao nosso público leitor mais uma edição da **Revista GeoSertões**. Nesta ocasião estamos disponibilizando um maior volume de artigos que seguem a linha da diversidade temática e de perspectivas teóricas e metodológicas que marcam todas às edições anteriores deste nosso periódico eletrônico.

Iniciando os artigos, contamos com a contribuição de Aiala Colares Couto, que trata justamente das “dimensões geográficas da necropolítica do vírus”, ou seja, o autor vem nos “apresentar uma reflexão analítica acerca das dimensões geográficas que a necropolítica produziu a partir do projeto de modernidade e que estão sendo reforçadas com a pandemia”. Apesar das análises não mostrarem uma realidade animadora, o autor defende que precisamos urgentemente de um melhor projeto para a humanidade.

As reflexões de Ernesto Gomes Imbroisi sobre “a produção capitalista da natureza e a teoria do valor-trabalho: em busca dos elos necessários para a compreensão do capitalismo contemporâneo”, nos faz pensar, entre outras questões, sobre a transição da produção do espaço enquanto valor de uso para sua produção enquanto valor de troca. São reflexões calcadas em teorias marxistas, focando no movimento de transformação da natureza em mercadoria no escopo da teoria do valor-trabalho. O autor finaliza apontando “para a necessidade de desenvolver uma teoria do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia e que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza”.

Ainda seguindo uma linha crítica e querendo entender a realidade no contexto contraditório do capitalismo, Júlia Pereira de Sousa Cunha, Ycarim Melgaço Barbosa e Bruna Guimarães oferecem-nos o estudo “o sistema capitalista de



favorecimento: uma análise acerca da acumulação permanente de capital e o programa regulariza em Goiás”. Neste artigo é apresentado uma análise normativa de uma lei do estado de Goiás e as possibilidades de favorecimento a uma grande *holding* que se destaca no seguimento de produção de proteína animal. O estudo explora relações do que as autoras chamam de “capitalismo de compadrio” envolvendo favores políticos e vantagens fiscais.

Trazendo a temática intraurbana para o debate no contexto desigual do capitalismo, Iara Soares de França, em um estudo do caso de Montes Claros – MG, vem nos falar da “urbanização contemporânea e desigualdades sociais” nesta cidade brasileira, mostrando a expressão espacial e representando em mapas. A autora acredita que por meio dos governos e de novas formas de gestão urbana é preciso ações que atendam as demandas sociais para amenizar os problemas de ordem ambiental, social, estrutural e econômico.

Focado no estudo da cidade e sua relação regional, tratando de um caso moçambicano, Tunex da Conceição Neves, Victória Manuel Moisés Dumpua e João Carlos Mendes Lima nos oferece o estudo “desenvolvimento urbano e cidade: contexto e práticas da integração regional da cidade de Chimoio, Moçambique”. A condução do trabalho é focada no conceito de urbano e sustentabilidade, tomando como exemplo de estudo a cidade de Chimoio em seu contexto regional face aos novos desafios que se registam, incluindo também os agentes e seus respectivos papéis na requalificação urbana rumo a sustentabilidade. Os autores defendem que a cidade de Chimoio, devido suas características urbanas, pode ser “a chave para o planejamento do seu crescimento quanti-qualitativo, num contexto de desenvolvimento regional, sob sua influência”.

Tratando-se ainda da oportunidade de conhecermos parte da realidade do continente africano, especialmente Moçambique, Sérgio de Melo Doce Taibo e Helion Póvoa Neto abordam o caso da “relação entre migração e extrativismo artesanal nos países em desenvolvimento” naquele país. Os autores deixam claro que o extrativismo artesanal é uma atividade praticada desde o período pré-colonial, mas que passou por mudanças significativas com atração de megaprojetos de capitais multinacionais, convertendo a atividade extrativa em atrativa para diferentes imigrantes. Nessa pesquisa os autores objetivaram analisar a relação entre migração e o extrativismo praticado pelas populações locais e seus reflexos no desenvolvimento local, apurando como resultados que “há uma relação entre a migração e extrativismo artesanal na medida em que os megaprojetos vão despertando as enormes riquezas mineiras que o país possui, constituindo um atrativo aos migrantes e, criando espaços de mão-de-obra local em áreas adjacentes”.

Como resultado de sua dissertação de mestrado apresentada junto à pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Milena Barros Gomes nos leva a conhecer o “espaço de transições: três décadas de Nova Petrolândia pós-barragem de Itaparica”. Neste estudo a pesquisadora visou analisar as relações de trabalho no contexto da reconfiguração rural-urbana pós-construção da barragem de Itaparica. A autora aponta como resultado de sua pesquisa que “as formas de trabalho no campo



foram ‘atualizadas’ para um modo que agrega mais tecnologia e, teoricamente, mais acesso e oportunidades pelo ‘novo’ contexto ambiental da área com a implementação da irrigação. No entanto, continuou-se a conservar velhas hierarquias e relações de poder que acentuam as desigualdades inerentes ao mundo economicamente globalizado”.

Aluízio Bezerra Júnior, Josiel de Alencar Guedes e Agassiel de Medeiros Alves coloca à disposição do público leitor da Revista GeoSertões um estudo que trata de identificar, caracterizar e mapear os componentes do meio físico-natural do reservatório Caiçara, município de Marcelino Vieira, Alto Oeste do Rio Grande do Norte. Para esses pesquisadores do estudo “caracterização geoambiental do reservatório Caiçara e sua bacia de drenagem (RN/Brasil), “a compreensão das unidades geoambientais contribuem, na escala trabalhada, para a gestão e gerenciamento do reservatório visando ao desenvolvimento sustentável desse hidrossistema”.

O artigo “entre emoções e afetos na geografia: uma imersão no município de Solidão, Pernambuco”, de autoria de Augusto Rodrigo Bezerra da Silva e Caio Augusto Amorim Maciel, visou chamar atenção para a possibilidade de ler o mundo, numa perspectiva geográfica que inclua o relacional e percepção, por intermédio de questões emocionais. A construção do artigo dar-se como um relato de experiência que buscou identificar as emoções que o município de Solidão-PE, no Sertão do Pajeú, despertou em alunos participantes do projeto “UFPE No Meu Quintal”. Os autores, revelam que “as emoções e sentimentos vinculados ao município de Solidão consistiriam em admiração, anseio, surpresa, alegria, angústia e satisfação. As falas dos estudantes sobre os moradores destacaram características como acolhimento, humildade, humanidade, empatia, simpatia e solidariedade, o que aponta afetividade. Sentimentos ultrapassaram as experiências interpessoais, sendo revelados em espaços de vivência emocional”.

Roseane Richele de Medeiros e Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador, nos conduz a pensar sobre a geografia escolar, mais precisamente estudando o saber religião nos livros didáticos de geografia. A pesquisa empírica envolveu professores de Geografia no Ensino Médio nas escolas públicas da cidade de Caicó – RN, cuja produção do espaço foi e é influenciada pela religião. Esses autores chegam a considerar que “as abordagens desses conteúdos vêm sendo pouco profunda, deixando lacunas que possibilitam ou tornam premente uma melhor discussão do saber religião no ensino de Geografia, por meio do esforço docente”.

Estes são os artigos disponibilizados ao nosso público leitor da **Revista GeoSertões**. São textos e contextos diversos que, esperamos, possibilite leituras reflexivas e fecundos debates.

Boa leitura!

Santiago Andrade Vasconcelos – Editor-gerente e Editor da **Revista GeoSertões**



Artigos

Artigos

**Artigos**



## **DIMENSÕES GEOGRÁFICAS DA NECROPOLÍTICA DO VÍRUS**

*VIRUS NECROPOLITICS GEOGRAPHICAL DIMENSIONS*

*DIMENSIONES GEOGRÁFICAS DE LA NECROPOLITICA DEL VIRUS*

**Aiala Colares Couto <sup>(1)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Geógrafo. Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA). Professor Assistente IV da Universidade do Estado do Pará.  
E-mail: [aialacouto@uepa.br](mailto:aialacouto@uepa.br)*





## Resumo

A crise global de saúde pública que o “novo” Coronavírus provocou na estrutura das políticas neoliberais dos Estados nacionais não confirma o fim do capitalismo ou o esgotamento de um sistema econômico. O objetivo deste ensaio é apresentar uma reflexão analítica acerca das dimensões geográficas que a necropolítica produziu a partir do projeto de modernidade e que estão sendo reforçadas com a pandemia. A metodologia utilizada para a produção desse texto se fundamentou na pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, portanto, destacamos que os efeitos mortíferos do SARS-II, complementam as ações genocidas do necrocapitalismo de Estado, pois elas atingem principalmente aos grupos mais vulneráveis da periferia do mundo globalizado. Por fim, a crise de surto pandêmico desta segunda década do século XXI em meio a um contexto de incerteza nos dá a certeza da urgência em construirmos um projeto de humanidades melhor do que este que se fundamenta em uma sociedade do consumo.

## Palavras-chave

Necropolítica. Pandemia. Capitalismo.

## Abstract

The global public health crisis that the “new” Coronavirus has caused in the neoliberal policies structure in national states does not confirm the end of capitalism or the exhaustion of this economic system. The purpose of this essay is to present an analytical reflection on the geographical dimensions that were produced by the necropolitics from the modernity project, whose are being reinforced with the pandemic. The methodology used for this text's production was based on bibliographic research and literature review, therefore, we highlight that the deadly effects of SARS-II complement the genocidal actions of State necrocapitalism, as they affect mainly the most vulnerable groups in the periphery of the globalized world. Finally, the pandemic outbreak crisis of this 21st century's second decade, amid a context of uncertainty, gives us the certainty of the urgency to build a better humanities project than the one based on a consumer society.

## Keywords:

Necropolitics. Pandemic. Capitalism.

## Resumen

La crisis global de la sanidad pública que el nuevo coronavirus tiene provocado, en la estructura de las políticas neoliberales de los Estados nacionales, no confirma el fin del capitalismo, o el desgaste del sistema económico. El objetivo de este ensayo es, presentar una reflexión analítica, acerca de las dimensiones geográficas que la necropolítica ha producido a partir del proyecto de modernidad, y que están siendo reforzados con la pandemia. La metodología utilizada para producir este texto, se basó en, investigación bibliográfica y pesquisa literária. En resumen, lo ensayo destaca que los efectos del Sars II, colaboran con las acciones genocidas del necrocapitalismo del Estado, afectando sobretudo las poblaciones más vulnerables, que habitan en las regiones periféricas del mundo globalizado. Finalmente, la crisis del brote pandémico, de esta segunda década del siglo XXI, en un contexto de incertidumbre, nos ofrece, con seguridad, la necesidad urgente, de producir un mejor proyecto de humanidad que no se fundamente en una sociedad de consumo.

## Palabras clave:

Necropolítica. Pandemia. Capitalismo.



## Dimensões de uma geografia da morte

O surto pandêmico provocado pelo “novo” Coronavírus trouxe inúmeras incertezas sobre o futuro da humanidade pós-pandemia. Digo isso, partindo do pressuposto de que o vírus intitulado de SARS-II ou COVID-19 forçou os Estados nacionais (alguns mais e outros menos) a adotarem medidas de isolamento social como forma de enfrentamento ao vírus. Por outro lado, essas medidas chamadas também de *lockdown*, provocaram grandes debates acerca dos mercados de consumo e de trabalho, visto que, sem consumo em massa, a busca incessante pela lucratividade é afetada, levando, em alguns casos, à redução dos postos de trabalho, aumentando o desemprego conjuntural. Mas não se trata apenas de conjuntura econômica, pois mudanças na estrutura de trabalho das empresas estão se dando com o Home Office, que as mantêm em funcionamento, porém, com o quadro reduzido e com serviços e controle mais intensos.

Desde a consolidação da globalização neoliberal, mais especificamente após os anos de 1980, percebemos a existência constante de um sistema de crises que se reproduz nas narrativas dos Estados. Desse modo, as crises pesam sobre os trabalhadores que têm enfrentado cada vez mais a superexploração e precarização de suas forças de trabalho. A crise pesa também sobre os aposentados, que têm uma diminuição constante de sua fonte de renda. Ela também chega de forma devastadora aos “sem tetos” dos grandes centros urbanos que sofrem com a seletividade geográfica produzida pela exclusão socioespacial.

A crise do capitalismo atinge também mulheres, transexuais, gays, lésbicas, negros, indígenas, portadores de necessidades especiais e crianças. Ela se dá de forma perversa principalmente sobre a população subalternizada das periferias do capitalismo globalizado. Com isso, o discurso de que a crise é global deve ser relativizado, já que a geografia tem nos mostrado que a expansão do modo de produção capitalista se dá numa relação centro e periferia por meio da exploração dos recursos que, por séculos, alimentam um *necroestado* que instituiu, por meio da racionalidade econômica, uma perspectiva liberal democrática ocidental que, através do genocídio, consolidou as bases de produção da riqueza de uns em detrimento da miséria de outros.

Chama atenção o fato de que é preciso termos a compreensão de que uma crise de pandemia se torna muito mais grave naqueles países que mantêm condições sub-humanas de moradia para as suas populações e que enfrentam problemas de déficits nos serviços de saúde pública. São nações que tiveram suas riquezas saqueadas pelas grandes potências europeias



durante o período colonial nas Américas e por todo o imperialismo que explorou a África e a Ásia.

Além disso, o neoliberalismo como modelo político e civilizatório impôs uma ordem social hegemônica que aprofundou conflitos sociais internos de cada Estado, que o abraçou de forma ortodoxa. Impõe-se então, uma ordem social branca-cristã-judaica-hétero-normativa que potencializou o racismo, o machismo, a misoginia, a lgbtfobia, dentre outras formas de perseguição e ódio contra os chamados indesejáveis ou não civilizados ou, como alguns preferem chamar, ódio contra as minorias nos espaços de poder.

A história do capitalismo é a história do genocídio dos povos que foram colonizados no “resto do mundo”, é o estabelecimento de uma necropolítica (MBEMBE, 2006), que se deu sobre africanos e povos originários das Américas. O capitalismo desenvolvido pelo necroestado foi tão mortífero quanto qualquer tipo de vírus, tivemos povos inteiros dizimados (Incas, Astecas e Maias, por exemplo), escravizados, silenciados e subalternizados. E, mesmo após o colonialismo, as potências europeias mantiveram uma colonialidade do saber, do ser e de poder (LANDER, 2005) que nos remete mentalmente a uma ideia de universalização das ciências e das narrativas sobre os povos do mundo.

Além disso, os surtos pandêmicos nos têm ensinado que as crises de pandemia só se tornam globais quando vitimizam populações de países que representam o centro do capitalismo. Enquanto elas concentram-se em países pobres da periferia em nada representam ameaças à estabilidade econômica e política do mundo. Há, nesse sentido, uma seletividade naquilo que representa o direito de vida e o direito de morte. Nestes termos, necroestado, necrocapitalismo e necropolítica estão relacionados na gestão da vida e na regulação dos corpos, definindo-se também como uma biopolítica (FOUCAULT, 1999).

Quando o “novo” Coronavírus começou a se manifestar na China, matando milhares de pessoas, as grandes potências pareceram não se preocuparem com a possibilidade de uma crise global gerada por um surto pandêmico. Afinal de contas, o vírus estava se manifestando no país mais populoso do mundo com 1.419 bilhão de habitantes localizado no Leste da Ásia. Contudo, não se tratava de qualquer país e sim de um dos principais motores da economia global, com o segundo maior PIB do mundo, ficando atrás apenas dos EUA.

Os fluxos populacionais de empresários, executivos e políticos para a China são cotidianos. O mundo inteiro hoje faz comércio com esse país e foi praticamente inevitável o “novo” Coronavírus não acompanhar essa mobilidade. Não procuro aqui fazer qualquer tipo de acusação inconsequente aos chineses, visto que as transformações ocorridas na relação entre homem e natureza nos últimos séculos têm trazido à tona debates acerca das novas doenças



infecciosas que afligem a humanidade. Decerto a urbanização acelerada, a poluição dos rios e do ar, o uso de agrotóxicos, a contaminação dos lençóis freáticos, o desmatamento intenso, as queimadas das florestas e, por fim, o aquecimento global, são todas ameaças à existência de vida humana na terra.

O “novo” Coronavírus atravessa do pacífico para a Europa produzindo uma geografia da morte: Reino Unido (41.662), Itália (34.301), Espanha (27.136) e França (29.389). Até o dia em que este texto estava sendo escrito, a Europa já ultrapassava os 150 mil mortos. Na América do Norte, os EUA, assim como o Brasil na América do Sul, também negligenciaram os efeitos catastróficos que o SARS-II ou “novo” Coronavírus poderiam fazer em seu território. E, no dia 14 de junho de 2020, os EUA somavam um total de 117.400 mortes e o Brasil 42.802 mil vítimas fatais, ocupando, assim, a segunda posição no ranking mundial.

O vírus vem fazendo uma mudança, mesmo que forçada, nos hábitos cotidianos de muitas pessoas que se enquadram no chamado grupo de risco. Países com um número considerável de idosos correm o perigo de terem suas populações diminuídas. Porém, não são idosos apenas que sofrem a ameaça do SARS-II. Hipertensos, diabéticos, pessoas com problemas de obesidade e pneumonia também se tornam potenciais vítimas do Coronavírus e, portanto, já são mais de 427 mil mortes no mundo provocadas pelo surto pandêmico, anunciando com uma crise de saúde humanitária.

Por enquanto, o continente americano concentra 48,26% dos casos, a Europa 31,19%, a região do Leste Mediterrâneo 9,86%, a África 2,17% e o Sudeste Asiático 5,92%. Esses números demonstram uma distribuição espacial bastante desigual no mundo. E a China? O país onde acusam de se ter iniciado todo esse problema acumula, nesse momento, um total de 4.634 mil mortes. Ou seja, esse dado deixa muitas dúvidas sobre a origem de fato do novo Coronavírus, e também fizeram com que muitas teorias da conspiração fossem apresentadas como uma explicação geopolítica do vírus e, por isso, é preocupante fazer uma análise que parta de uma acusação ou de uma proposta de conspiração contra o motor da economia global.

## **Sucessivas crises de pandemias no mundo globalizado**

Pode-se dizer que a SARS-II ou COVID-19 é a grande ameaça global deste início da segunda década do século XXI. No período de 20 anos, a SARS causou três grandes surtos em todo o mundo, demonstrando duas questões: em primeiro lugar, trata-se de um vírus emergente e, em segundo lugar, é um vírus que sofreu mutações. Essas duas questões devem alertar para que, de fato, haja investimentos em ciências e pesquisa laboratorial voltadas para a imunização



epara acura de pessoas infectadas. Além disso, serviu de alerta para a necessidade de restabelecer os sistemas de saúde, preparando-os para eventuais crises pandêmicas.

Embora o continente asiático tenha, nas últimas décadas, apresentado problemas de pandemias, não se pode apontar certo determinismo que destaca localização geográfica, clima e os hábitos culturais da população como fatores favoráveis à reprodução dos vírus. Na verdade, o vírus é um dado da natureza e as transformações que ela vem sofrendo em função dos processos de industrialização e urbanização, mais os constantes usos de produtos químicos na agricultura promovem transformações que afetam a biodiversidade do planeta. Acredito que estes fatores têm muito a explicar sobre várias doenças que a humanidade hoje enfrenta. O novo coronavírus é só mais uma pandemia de um vírus que só se manifesta quando provocado e que acertou precisamente o capitalismo global, pelo menos, enquanto uma crise temporária, que trouxe reflexões importantes sobre o papel do Estado diante de crises e pandemias.

O século XXI conviveu com vários surtos de pandemias originadas por ações de vírus, onde algumas foram superadas e outras se encontram apenas controladas pois, no caso do controle, isso ocorre porque ainda não se descobriu a cura para determinados tipos de infecções causadas por determinados tipos de vírus.

O primeiro grande surto de gripe foi a gripe espanhola (1918-1919), que deixou cerca de 50 milhões de pessoas mortas. Essa pandemia, até hoje, é considerada a que mais vitimou pessoas em um curto espaço de tempo. A ação mortífera do vírus matou mais do que a primeira guerra mundial (1914-1918). Os primeiros casos foram realizados nos EUA, espalhando-se pela Europa e por todo o planeta.

A China foi o lugar onde surgiram os primeiros casos da gripe asiática (1957-1958), mais especificamente no sul deste país. De início, os idosos foram as maiores vítimas de uma gripe que, de forma agressiva, causava problemas pulmonares. O vírus chegou até os EUA e Europa, deixando no mundo um saldo de 1,1 milhão de mortos. Posterior a esse surto pandêmico, temos a gripe de Hong Kong (1968-1970), que fez cerca de 1 milhão de vítimas fatais e atingiu muitas crianças na Ásia, EUA e Europa.

A Síndrome Respiratória Aguda (SARS) (2002-2003) também teve o sul da China como o local de origem do vírus, onde as primeiras explicações apontavam a transmissão feita pelo morcego ao homem através da civeta, uma espécie de mamífero que é comercializado nos mercados para ser consumido como alimento. O fato é que esse vírus altamente contagioso causa pneumonia aguda e, às vezes, sendo fatal, o que deixou o número de 774 mortos. A SARS chegou a atingir cerca de 30 países, mas esteve mais concentrada na China e em Hong Kong.



Também tivemos a gripe aviária (2003-2004), onde granjas de frango foram destruídas em Hong Kong com 1,5 milhões de aves mortas. Todavia, o vírus foi transmitido para seres humanos, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretasse emergência global de saúde pública, registraram-se 400 mortes causadas por esta gripe sendo bem inferior em relação aos outros surtos.

Na América Latina, o México, em 2009, sofreu com o surto de “gripe suína” ocasionada pelo vírus H1N1. A contaminação ocorre de um humano contaminado para outro humano e, por isso, o consumo de carne de porco não representa qualquer risco. Neste mesmo ano, a OMS declarou estado de emergência e isso fez com que a H1N1 fosse caracterizada como pandemia, responsável pela contaminação de 27.737 pessoas no mundo, o que deixou um saldo de 11.300 mortos, segundo a OMS.

E, na África, a epidemia do Ebola se espalha pela Libéria, Guiné e Serra Leoa, um tipo de febre hemorrágica. Seu surto pandêmico se deu de 2013 a 2016, mas o vírus Ebola foi identificado pela primeira vez em 1976. Também houve surtos pequenos em Mali, Nigéria e Senegal. Na Europa, Espanha, Itália e Reino Unido, tiveram casos registrados da doença e também nos EUA alguns casos foram identificados, porém, nada fora de controle. A OMS notificou um total de 11.323 mortes. Em 2018 o Ebola reaparece na África, mas agora na República Democrática do Congo, deixando um saldo de 2.200 vítimas fatais.

Essa explanação demonstra que não tem como determinar um foco epidêmico, visto que, vários fatores podem contribuir para a difusão de um vírus. Mas, todos os surtos epidêmicos que foram destacados, produzem uma geografia. Uma geografia do vírus que precisa ser compreendida e que tem relação com a produção dos espaços geográficos, com os fluxos migratórios, com as desigualdades ou seletividades espaciais.

No caso do SARS-II, várias teorias surgiram tentando dar conta de explicar a origem desse novo coronavírus. Algumas, até de forma tendenciosa, tentando culpar os chineses ou, mais ainda, de forma desrespeitosa, associam a cultura oriental asiática à difusão dessas pandemias. Existem muitas respostas que partem de uma ordem natural das coisas, considerando fatores climáticos, por exemplo, para a adaptação ou para a origem de determinado vírus. Também há algumas teorias que falam de vírus criados em laboratórios, e, acidentalmente, pessoas se contaminam e acabam infectando outras.

De qualquer forma, ainda é muito cedo para tentarmos dar uma resposta consistente acerca da origem real do “novo” Coronavírus. As preocupações estão voltadas para a busca da cura ou do controle do vírus, portanto, laboratórios do mundo inteiro estão nesta corrida pela



fabricação da tão sonhada vacina, que provavelmente ganhará os mercados globais, trazendo estabilidade e segurança aos Estados e suas populações.

## **Necropolítica e estado de crises**

A necropolítica faz parte de uma geografia genocida construída pelo projeto de modernidade eurocêntrico durante o colonialismo e imperialismo. A abordagem deste conceito define que:

a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2006, p. 5).

Disto isto, afirmo em meus argumentos que o Estado e sua pulsação genocida opera a partir da construção de um saber que liga indissociavelmente a crítica da vida e a política da luta e do trabalhonecessários para escapar à morte. Impõe, então, uma perspectiva em que, do seu ponto de vista, a luta tem por objeto produzir a vida e, nesse sentido, a “violência absoluta” desempenha uma função desintoxicante e instituinte.

A África, a Ásia e a América foram incorporadas ao que Quijano (2005) chamou de sistema-mundo-moderno-colonial fundado pelo modelo eurocêntrico do colonialismo/imperialismo. A construção da modernidade-colonialidade produziu o primeiro grande surto de mortes causadas pelo necrocapitalismo imposto pelo necroestado moderno.

Nestes termos, a fome, a miséria e os conflitos étnicos e territoriais, em alguns casos, são heranças que se mantêm como resultados da experiência europeia sobre o mundo. O capitalismo carrega, em sua essência, a política do sacrificio e é isso que está em jogo nas relações socioespaciais que, limitadas, comprometem um dinâmica de mercado que depende da circulação de mercadorias e do consumo em massa. A busca do controle da pandemia também reflete o interesse dos Estados em dar continuidade às práticas comerciais de acumulação, por meio de um necroliberalismo que torna o mercado mais importante do que a vida.

Ora, é justamente isso que está em jogo hoje. As grandes fortunas no mundo também são geradas mediante a especulação, aplicação de investimentos nas bolsas de valores, contrabando de ouro, diamante e outras mercadorias, narcotráfico, corrupção, tráfico de pessoas e exploração sexual e, por último, o financiamento de guerras. Talvez, por isso, os países desenvolvidos utilizem a palavra “guerra” ao COVID-19.



Para o Estado capitalista, “a soberania expressa predominantemente o direito de matar” (MBEMBE 2006, p. 16). Pois, é pela violência de Estado que o homem-corpo se torna homem-coisa, coisa estigmatizada no conjunto da população como homens “perigosos”, bárbaros e desprovidos de humanidade. É preciso, então, defender a “humanidade civilizada”, mantê-la viva e protegida. Esse corte, que também é racial, Michel Foucault (1999) chamou de biopolítica, onde é preciso “fazer viver e deixar morrer”.

A necropolítica opera complementando em função dessa defesa da sociedade, onde o “fazer morrer e deixar viver” é o fundamento principal da gestão da morte, tendo no determinismo racial seu alicerce, transformando sujeitos vivos em sujeitos mortos ou “formas de vida” em “vidas sem forma”. Assim, o Estado age para fazer morrer seus indesejáveis, sobretudo, a partir da construção de uma política de inimizade, como bem destaca Mbembe (1998). Nesse sentido, nas periferias e favelas onde habitam populações negras, em sua maioria, a vida se assemelha a um constante combate sem fim em busca da sobrevivência, “estritamente falando, a vida é aquilo que a luta tiver produzido” (MBEMBE, 2019).

Contudo, os últimos acontecimentos políticos que vem ocorrendo no mundo contemporâneo evidenciam que não há um limite nesse direito de matar entre o Estado e outros sujeitos. O corpo-alvo da necropolítica também é agora o corpo-arma, aquele corpo que carrega o vírus que pode ser fatal, mortífero e extremamente potente em níveis de contaminação. Durante toda história de expansão genocida do Estado capitalista (Necroestado), o mundo ocidental instalou democracias liberais em que a ideia de justiça social e direitos limitavam-se a determinados segmentos sociais. Essa seletividade exclusivista é também mais uma amarga herança do colonialismo/imperialismo que nos apresentou o projeto de modernidade eurocêntrica.

A democracia liberal ocidental foi responsável por produzir, em muitos países, conflitos internos de ordem política, econômica e sociocultural. São conflitos que tem como essência de suas origens o uso do território. Tais conflitos matem, então, populações negras, povos indígenas, grupos de imigrantes, população Lgbtq etc., em estado de emergência constante. São populações constantemente vigiadas e punidas pela polícia de Estado. Esses grupos sociais vêm, na pós-modernidade, apresentando uma luta que possui uma tripla dimensão.

Em primeiro lugar, é uma luta que visa destruir aquilo que destrói ou aquilo que cega e provoca medo e raiva. Buscam alternativas de sobrevivência, de cultura e de lazer, buscam uma razão para existir e continuar vivos diante de todas as negligências orientadas pela gestão da morte. Em segundo lugar, nas periferias, a população tenta tratar e curar aqueles e aquelas que o poder feriu, jovens executados com seus corpos esticados no chão sob os holofotes dos jornais





e sob os olhares acostumados de quem mora nesses lugares. São pessoas torturadas, esculachadas, encarceradas por estarem nos “lugares de morte” e, portanto, são inimigas de uma ordem político-social racista que se mantém hegemônica. Tratam-se também, daqueles que o poder fez deprimir-se e enlouquecer. A função da luta, nesse sentido, é participar ativamente do processo geral de cura. E, finalmente, a luta se dá na busca pelo sepultamento de todos aqueles que tombaram, como diz Mbembe (2019), “abatidos pelas costas”. É a função de sepultamento. Para Achille Mbembe (2019), em torno destas três funções surge, claramente, o elo entre o poder e a vida. O poder, nessa perspectiva, só é poder enquanto exercido sobre a vida, no pondo de distribuição entre a saúde, a doença e a morte (o sepultamento). A luta, nesse sentido, também é administrar as formas de resistência e as condições de existências diante da manifestação cotidiana do necropoder.

É importante ter a compreensão daquilo que Mbembe (2016) chamou de Política de Inimizade. Segundo ele, é uma irrupção de toda uma cultura política da inimizade baseada na tensão de elementos acumulados desde o processo de colonização e que foram escondidos sob a paisagem da democracia liberal. Embora pareçam antagônicos, democracia e inimizade apresentam-se enquanto um paradoxo, opostos e alinhados, onde um sustenta o outro. Mas, como a democracia administra aquilo que não cabe no Estado democrático de direito?

Essa indagação serve para questionarmos as estratégias de desenvolvimento do Estado capitalista mediante sucessivas crises conjunturais que o sistema mantém como algo intrínseco, como destacou Karl Marx. Ainda é cedo para acreditarmos que a crise provocada pelo novo Coronavírus pode possibilitar definitivamente uma ruptura ou mudança na postura dos Estados neoliberais, pois a perversidade sistêmica da colonialidade mantém determinados grupos mais vulneráveis e a busca incessante pelo lucro é a principal preocupação das grandes empresas globais e dos mercados financeiros.

Antes da pandemia, o mundo já vivia uma crise ocasionada pelo processo civilizatório da ordem social hegemônica do neoliberalismo. E podemos destacar aqui algumas que mais nos chamam a atenção pelo fato de terem também provocado efeitos na criação de movimentos de resistências, denúncias e lutas contra-hegemônicas ou antissísmicas. Assim, anunciamos então as crises que, na tentativa de promoverem geografias imaginárias, encontram outras cartografias estabelecidas pela cultura popular.

Em primeiro lugar, existe uma crise histórica provocada pela modernidade que promoveu aquilo que Castro-Gomes (2005) definiu como violência epistêmica, ou seja, uma espécie de invenção do outro. Fato que, a partir do colonialismo/imperialismo, ocorre na África e América, onde a colonização/dominação impôs um genocídio sobre as populações autóctones,



não só do ponto de vista da gestão da morte que transforma corpos-vivos em corpos-vazios, mas também uma morte cultural, a partir de um mundo e de uma narrativa eurocêntrica que classifica como bárbaros todos aqueles que se manifestam contrariamente a esse processo.

Em segundo lugar, a crise do coronavírus não é anterior à crise humanitária que foi construída a partir da criação do conceito de raça, que se constitui enquanto um elemento central no processo civilizatório. Segundo Mbembe (2019), a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres. Assim, em sociedades racializadas, o fenótipo ou a cor da pele, vem definindo o acesso aos mecanismos de proteção do Estado que define quem vive e quem morre, ou seja, a presença do racismo estrutural é uma forma de genocídio da população negra, que já acontecia, e, com a pandemia do novo Coronavírus, os déficits em relação ao atendimento em hospitais de campanha forçam as equipes de saúde a fazerem escolhas baseadas em critérios raciais, algo que foi denunciado nos EUA.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento do capitalismo industrial e financeiro, desde sua origem, vem intensificando as ações extremamente predatórias sobre a natureza. E esse processo coloca sob risco as formas de organização da sociedade, visto que esse modelo hegemônico, que mercantiliza os recursos naturais, promove problemas de desmatamento e queimadas intensas, contaminação dos rios e lençóis freáticos, poluição do ar e aquecimento global. E, além disso, ocorre uma apropriação dos saberes acerca da biodiversidade e sua importância para o mercado, impondo-se uma biocolonialidade.

Por fim, há também afirmações que defendem a ideia de uma crise hegemônica que promove mudanças essenciais nas relações sociais de produção, sobretudo devido à automatização que contribui para a ampliação da mais valia em escala mundial, de forma que, a geração e concentração da riqueza, promovem os problemas de toda ordem, como: desemprego em massa, problemas ambientais, marginalização e precarização, pobreza e miséria. Questões que se aprofundaram não apenas com a automatização, mas sofrem fortes influências do movimento político neoliberal.

## **A certeza das incertezas pós-pandemia: quais lições o vírus nos ensina?**

Uma grande mensagem que o COVID-19 ou “novo” Coronavírus vai deixar para a humanidade é a certeza das incertezas. De todo modo, a crise de pandemia nos alertou sobre questões importantes em relação à política neoliberal no mundo, visto que, em alguns Estados,



de maneira ortodoxa, esse modelo de Estado privatizou e reduziu investimentos em vários setores públicos, a exemplo do setor de saúde. A contaminação em massa da população, a partir da disseminação do vírus, provocou uma forte pressão sobre os hospitais privados e em alguns públicos que se mantinham, mesmo precarizados. E isso forçou os países adeptos da cartilha do Estado mínimo a alocarem investimentos na saúde com a criação de hospitais de campanha e contratação de profissionais da área de saúde, bem como criaram também mecanismos de proteção aos trabalhadores, como o auxílio emergencial. Além disso, estabeleceram sistema de créditos para salvaguardar grandes e pequenas empresas, que ficaram comprometidas com o fechamento temporário do mercado.

Agora, todos podemos carregar o vírus em nosso corpo. Nosso corpo é uma arma que nos põem junto com os outros em risco. Como bem destacou o Cientista Político e Historiador Camaronês Achille Mbembe em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, para ele, a pandemia democratizou o poder de matar e a necropolítica aparece pelo fato de que o vírus não afeta todas as pessoas de uma maneira igual. Como diz Mbembe (2020), “o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual de deixar viver e deixar morrer”; é, portanto, uma lógica do sacrifício, que sempre esteve no coração do neoliberalismo.

A única certeza que temos são as incertezas que provocam mais incertezas. Incertezas sobre a postura dos Estados pós-pandemia em relação à manutenção dos serviços de saúde que surgem com o surto do “novo” Coronavírus, pois a agenda neoliberal é incompatível com setores públicos desvinculados do mercado. Então, quais serão as medidas adotadas pelo Estado para atender aos interesses do mercado da saúde, a exemplo, dos planos, seguros de vida, hospitais particulares, etc.?

Também a humanidade passará a conviver com o vírus do COVID-19 ou “novo” Coronavírus, já que ainda não temos uma vacina que possa nos manter imunizados em relação ao vírus. Embora laboratórios do mundo inteiro estejam empenhados numa corrida contra o tempo para encontrarem uma cura, ainda não há uma solução eficaz e novos surtos podem surgir a qualquer momento em qualquer lugar do planeta. E, sendo assim, as chamadas populações do grupo de risco irão continuar sob a ameaça mortífera do vírus.

Outra incerteza é em relação ao mercado de trabalho, pois os serviços por meio de Home Office criaram outra forma de exploração dos trabalhadores que, desempenhando suas funções em casa, expõem-se a cargas horárias excessivas. Além disso, muitas empresas diminuíram os seus postos sobrecarregando os funcionários que nelas permanecem ou elas investiram em automação. De qualquer forma, há uma grande dúvida em relação ao futuro de milhões de assalariados que vendem sua força de trabalho.



Há também uma grande incerteza acerca de alguns serviços de lazer e recreação: restaurantes, bares e pubs, salões de beleza, academias, clínicas de estética etc. Esses ambientes, tão frequentados, podem ser interpretados como lugares hostis para a propagação do vírus, ou seja, esse pensamento pode influenciar o público consumidor desses serviços, causando assim, mais impactos na economia, atingindo principalmente os pequenos empresários que, desprovidos de capital suficiente para a compra de medidores de temperatura, por exemplo, podem ter sua clientela diminuída, tendo que fechar as portas, elevando ainda mais o desemprego.

Acredito que a maior lição que será deixada pelo surto do “novo” Coronavírus é a necessidade de pensarmos em uma sociedade mais justa, mais solidária e mais humana. O egoísmo do capitalismo e a tirania do mercado tiveram na formação de uma sociedade consumista seu principal aliado nas políticas neoliberais. Essas políticas mostram a globalização como ela é: de uma fábula à perversidade, como dizia o geógrafo Milton Santos.

Nunca estivemos diante de tantas ferramentas e de possibilidades de transformação da realidade como hoje. A atual conjuntura de crise do capitalismo neoliberal, em função de uma pandemia global, pode ser a transição para o que Milton Santos propõe como “uma outra globalização”. Para ele, vivemos em uma transição em marcha, proporcionada por esse novo cenário da globalização (SANTOS, 2001).

Esperamos que após a pandemia do “novo” Coronavírus, possamos encontrar respostas para tantos questionamentos que aqui ficaram como reflexões de um ensaio. Defendo que o caminho para a verdadeira democratização da vida está nas experiências dos povos do Sul global. É na cartografia das resistências que indígenas da Amazônia e da América Latina, comunidades africanas, afro-religiosas, comunidades negras, mulheres quebradeiras de coco e babaçu, comunidades Lgbtq, feministas, dentre outros, promovem ações contra-hegemônicas que negam a geografia das ausências imposta pelo modelo civilizatório.

## **Considerações finais**

Como visto, o processo de desenvolvimento/expansão do capitalismo se deu mediante um projeto civilizatório que teve como fundamento a necropolítica dos Estados modernos. O projeto de modernidade se dá pelo colonialismo e, posteriormente, pelo imperialismo, e, sendo assim, as estratégias de controle e dominação europeia foram impostas sobre a África, América e Ásia, fazendo com que estas regiões tivessem suas riquezas saqueadas e seus povos subalternizados. Pode-se dizer que é a institucionalização de uma relação de poder que promove



extermínio, exploração, miséria, desigualdades, ou melhor, promove violência política, econômica e cultural.

De fato, a crise econômica e de saúde pública que o “novo” Coronavírus vem promovendo afeta, de forma perversa, as populações vulneráveis, seja qual for o país. E em relação aos países da periferia do mundo globalizado, os efeitos da SARS-II são ainda mais mortíferos, sobretudo contra a população que habita os espaços precarizados pelo capital na área urbana fortemente atingida pelas políticas neoliberais de contenção de gastos e privatização da saúde.

Por fim, ainda é cedo para defendermos a tese de que um novo modelo de Estado e de economia global está surgindo com a crise de pandemia, que mostra certa ineficiência do neoliberalismo. Mas esperamos que ferramentas de enfrentamento à necropolítica, que o vírus aprofunda, sejam criadas e manifestadas pelos mais diversos movimentos de resistência, tais como; o movimentos de cultura popular, o movimentos dos povos indígenas e das comunidades negras, as comunidades de pescadores artesanais, o movimento de mulheres e os de defesa das diversidades, dentre outros. Todos eles devem nos apresentar uma saída para a crise que proponha alternativas apontando outros caminhos possíveis, outras possibilidades de um mundo mais humano.

## Referências

CASTRO-GOMEZ. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas.** ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo N-1 edições, 2006.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão negra.** São Paulo. N-1 edições, 2019.

\_\_\_\_\_. **A pandemia democratizou o poder de matar,** entrevista concedida à Folha Uol. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/pandemia-democratizou-poder-de-matar-diz-autor-da-teoria-da-necropolitica.shtml> Acesso 17 de jun de 2020.



MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. Disponível em: [www.marxista.org/portuges/marx/1849/04/05.htm](http://www.marxista.org/portuges/marx/1849/04/05.htm). Acesso em: 7 de abr. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Aníbal Quijano. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

**Organização Mundial da Saúde. Relatórios de situação da doença de coronavírus (COVID-2019)**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/> Acesso em: 14 de jun 2020

OIT. **Impactos do COVID-19 no emprego**. Organização Internacional do Trabalho. Escritório no Brasil. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/lang--es/index.htm>. Acesso em: 12 de mar. 2020.



**A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA NATUREZA E A  
TEORIA DO VALOR-TRABALHO: EM BUSCA  
DOS ELOS NECESSÁRIOS PARA A  
COMPREENSÃO DO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO**

*THE CAPITALIST PRODUCTION OF NATURE AND THE LABOUR THEORY OF  
VALUE: SEEKING THE NECESSARY LINKS FOR THE UNDERSTANDING OF  
CONTEMPORARY CAPITALISM*

*LA PRODUCCIÓN CAPITALISTA DE LA NATURALEZA Y LA TEORÍA DEL VALOR-  
TRABAJO: EN BUSCA DE LOS VÍNCULOS NECESARIOS PARA LA  
COMPRENSIÓN DEL CAPITALISMO CONTEMPORÁNEO*

**Ernesto Gomes Imbroisi <sup>(1)</sup>**

*<sup>(1)</sup> Graduado, Mestre e doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade  
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).*

*E-mail: [egigeo@yahoo.com.br](mailto:egigeo@yahoo.com.br)*

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento  
de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



## Resumo

O artigo procura fazer uma reflexão crítica acerca da teoria do valor e da produção capitalista da natureza. Para isso, abordamos o movimento de transformação da natureza em mercadoria no escopo da teoria do valor-trabalho marxista. Em um primeiro momento, procuramos demonstrar que a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada por um movimento de expansão do mundo da mercadoria, promovendo a transição de um espaço produzido como obra (valor de uso) para um espaço produzido como produto (valor de troca). Em um segundo momento, percebemos que a produção de conhecimento ganhou uma importância estruturante nas formas de uso, controle e apropriação capitalista da natureza. Porém, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional (o trabalho intelectual) não são incorporados diretamente na produção do valor e no movimento de reprodução do capital. Por isso, apontamos para a necessidade de desenvolver uma teoria do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia e que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza.

## Palavras-chave

Relação sociedade e natureza; Produção capitalista da natureza; teoria do valor-trabalho

## Abstract

The article seeks to make a critical reflection about the theory of value and the capitalist production of nature. For that, we've approached the movement of transforming nature into merchandise within the scope of the Marxist labour theory of value. At first, we want to demonstrate that the history of the development of capitalism is set by an expansion movement of the world of merchandise, promoting the transition from a space produced as work (usage value) to a space made as a product (exchange value). In a second moment, we figured out that the knowledge production assumed a structuring importance in the forms of use, control and capitalist appropriation of nature. However, science, technology and traditional knowledge (intellectual work) are not directly incorporated into the value production and the movement of capital reproduction. Therefore, we aim to the need of developing a theory of value, capable of composing and integrating the dimensions of culture, economy and ecology; and which is able to express the new uses and capitalist appropriations of nature.

## Keywords:

Relationship between society and nature; Capitalist production of nature; labour theory of value

## Resumen

El artículo pretende hacer una reflexión crítica sobre la teoría del valor y la producción capitalista de la naturaleza. Para ello, abordamos el movimiento de transformación de la naturaleza en mercancía en el ámbito de la teoría marxista del valor-trabajo. En un primer momento, tratamos de demostrar que la historia del desarrollo del capitalismo está marcada por un movimiento de expansión del mundo de las mercancías, promoviendo la transición de un espacio producido como un trabajo (valor de uso) a un espacio producido como un producto (valor de intercambio). En un segundo momento, nos damos cuenta de que la producción de conocimiento ha ganado una importancia estructurante en las formas de uso, control y apropiación capitalista de la naturaleza. Sin embargo, la ciencia, la tecnología y los conocimientos tradicionales (trabajo intelectual) no se incorporan directamente a la producción de valor y al movimiento de reproducción del capital. Por lo tanto, señalamos la necesidad de desarrollar una teoría del valor capaz de componer e integrar las dimensiones de la cultura, la economía y la ecología y que pueda expresar los nuevos usos y apropiaciones capitalistas de la naturaleza.

## Palabras clave:

Relación entre la sociedad y la naturaleza; Producción capitalista de la naturaleza; teoría del valor-trabajo.





## Introdução

A relação sociedade e natureza é o ponto central para compreender como os diferentes grupos humanos ao longo da história usaram e se apropriaram dos recursos ecológicos de cada parte do planeta. Por isso, é necessário situar essa relação histórica e geograficamente. Sob os desígnios do capitalismo, as relações que os homens estabelecem com outros homens no trabalho, e também as relações que os homens instituem com a natureza, são determinadas pela racionalidade econômica e mercantil. Ou seja, tanto o trabalho como a natureza são vistos como mercadoria.

O desenvolvimento do capitalismo aguçava e intensifica os processos de transformação da natureza para satisfazer as demandas de progresso material e a acumulação ilimitada de capital. A lógica do mercado produz bens e mercadorias a partir da apropriação da natureza como fonte direta de recursos, ou seja, fonte de insumos para o processo produtivo. Esse movimento insere a natureza nos circuitos de valorização do capital como matéria-prima, principalmente para o setor industrial. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo, além do uso produtivo da natureza, há mudanças no modo como o capital se valoriza a partir de um novo tipo de uso dos bens naturais.

A natureza está sendo capitalizada e mercadificada com o discurso da sua própria proteção. Nesse caso, a relação sociedade e natureza ganha novos contornos na contemporaneidade do capitalismo neoliberal, a partir dos novos processos de produção capitalista da natureza, que envolvem práticas de capitalização e mercadificação a partir dos novos modelos de privatização, do mercado de carbono, do mercado de ativos ambientais, das políticas de compensação ambiental, entre outras, que ampliam os usos capitalistas para além do entendimento da natureza como matéria-prima. Sendo assim, urge aprofundar as reflexões acerca da produção capitalista da natureza. De início, ainda no campo do senso comum, a primeira constatação que podemos fazer é a seguinte: os capitalistas estão ganhando dinheiro com o atual processo de mercadificação da natureza, ou seja, estão lucrando. Mas sabemos que a origem do lucro está relacionada ao processo produtivo, ao trabalho e a produção de mais-valia. Surge daí um aparente ruído que precisa ser resolvido. E a resolução desse problema passa pela ideia de que precisamos compreender as aproximações possíveis (e necessárias) e os distanciamentos (inevitáveis) entre a produção capitalista da natureza e a teoria do valor-trabalho marxista para um melhor entendimento do capitalismo contemporâneo. Para isso, faremos uma reflexão crítica acerca da teoria do valor e da exploração da natureza, abordando o movimento de transformação da natureza em mercadoria no escopo da teoria do valor-



trabalho marxista. Nesse quadro, temos como horizonte de referência a seguinte questão: como incorporar (ou não) nos pressupostos teóricos da teoria do valor-trabalho o valor da natureza e/ou os custos pela degradação ambiental?

O trabalho está estruturado em duas partes: na primeira, procuramos demonstrar que a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada por um movimento de expansão do mundo da mercadoria, promovendo a transição de um espaço produzido como obra (valor de uso) para um espaço produzido como produto (valor de troca). Na atual conjuntura histórica, a lógica do valor de troca se impõe para todas as dimensões e esferas da vida, se tornando autônoma (relativamente) em relação ao valor de uso. Em outras palavras, há o domínio da lógica do valor, do valor de troca sobre o valor de uso. Assim, a natureza é sistematicamente e sucessivamente ressignificada e instrumentalizada pela racionalidade mercantil do mundo moderno, se tornando assim um produto em detrimento da obra. Em um segundo momento, percebemos que a produção de conhecimento ganhou uma importância estruturante nas formas de uso, controle e apropriação capitalista da natureza. Porém, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados na produção do valor, pois o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um fator determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho estrutura-se a partir do trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Nesse caso, Marx deixou para nós resolvermos esse impasse metodológico: o trabalho simples não se transforma diretamente em trabalho intelectual: há uma brecha na teoria do valor-trabalho. Por isso, procuramos, junto com Leff, apontar para a necessidade de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006).

### **Da obra ao produto: a captura da natureza como condição para a (re)produção do capital**

No seu consagrado livro *A natureza do Espaço*, Milton Santos concebe o conceito de espaço como sendo um conjunto indissociável e contraditório de sistema de objetos e sistemas de ações. Ulteriormente - tendo como referência essa definição de espaço – Santos faz uma pequena distinção entre coisas e objetos. As coisas seriam engendradas pelas forças da natureza e os objetos produtos do trabalho humano. Destarte, ao longo da história, as coisas, elaborações



naturais, tendem a ser trocadas por objetos, criações humanas. Esse processo deriva das interações e intenções da sociedade com a natureza, transformando-a em um sistema de objetos e não mais de coisas (SANTOS, 1996). O primeiro ponto a ser destacado a partir da contribuição de Milton Santos é que a transformação de coisa para objeto é muito mais relativa do que absoluta, no sentido em que depende muito mais das intencionalidades da ação humana do que das possíveis alterações nas características originais da coisa<sup>1</sup>. A segunda questão está relacionada aos novos sistemas de valores e significações que definem a natureza nos dias de hoje. A produção da natureza ganhou novos contornos a partir da subordinação real da natureza ao capital<sup>2</sup>, passando a integrar-se plenamente nos circuitos de valorização do capital e na lógica da racionalidade econômica. Mais especificamente: a natureza foi valorizada pelos signos monetários, ela foi precificada.

Henri Lefebvre, no livro *A Produção do Espaço*, promove uma reflexão importante sobre a relação entre obra e produto. Para ele

[...] a *obra* tem algo de insubstituível e de único, enquanto o *produto* pode se repetir e resulta de gestos e atos repetitivos. A natureza cria e não produz, ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; mas ela fornece *valores de uso* e todo valor de uso (todo produto enquanto ele não é trocável) retorna a natureza ou assume a função de bem natural (LEFEBVRE, 1991, p. 70)<sup>3</sup>.

Em um primeiro momento, sob uma perspectiva dicotomizante, podemos fazer uma associação direta, sendo a obra como equivalente à natureza e a noção de produto como resultado das ações humanas. Porém, essa relação não é tão simples e segmentada assim. A correspondência direta da ideia de obra com a natureza só pode ser imaginada em um contexto

<sup>1</sup> Explicando: não é necessário que uma floresta seja substituída por uma plantação de soja, ou um edifício ultramoderno para se tornar um objeto, para tal basta, por exemplo, que destinemos uma parcela de vegetação para a preservação que a “coisa” deixa de ser “coisa” para se tornar objeto. Isso significa que, de alguma forma, o que ainda chamamos de natureza no mundo - uma “natureza natural” - já foi objetificada pela humanidade. Esse processo vai desde o simples ato de dar um nome científico para uma nova espécie descoberta, até a substituição de uma mata para a construção de um condomínio de luxo.

<sup>2</sup> Neil Smith transmuta e transforma a subsunção formal e real do trabalho ao capital em subsunção formal e real da natureza ao capital (SMITH, 2007). Nesse sentido, o autor procura manter a mesma lógica analítica e histórica que Marx usou na formulação das categorias de subsunção formal e real do trabalho ao capital, para construir os conceitos de subsunção formal e real da natureza ao capital. A subsunção formal da natureza ao capital se traduz na conversão contínua de material extraído da natureza em objetos da produção (SMITH, 2007). Em outras palavras, no uso da natureza como matéria-prima e fonte indireta de acumulação. A mercantilização da natureza no período desenvolvimentista tinha a função de fornecer valores de uso para o processo produtivo. Podemos citar como exemplo o petróleo, a madeira, o algodão e o carvão. Já a transformação desse momento para a subsunção real da natureza ao capital, além de incrementar o processo descrito acima, transforma a natureza estrategicamente em lugar e meio para a realização da acumulação de capital, que se materializa de duas formas: na biotecnologia e nos processos de financeirização do ambiente, créditos de carbono e capitalização da natureza (SMITH, 2007).

<sup>3</sup> Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: “[...] a *work* has something irreplaceable and unique about it, a *product* can be reproduced exactly, and is in fact the result of repetitive acts and gestures. Nature creates and does not produce; it provides resources for a creative and productive activity on the part of social humanity; but it supplies only *use value*, and every use value - that is to say, any product inasmuch as it is not exchangeable - either returns to nature or serves as a natural good” (LEFEBVRE, 1991, p. 70).



próximo ao que existiu nos primórdios da humanidade, no momento em que o homem surgiu na Terra e a natureza tinha somente a função de oferecer tudo o que fosse útil para a sobrevivência de seus habitantes. Nesse caso, natureza é obra e obra é natureza. A partir do momento em que a história da natureza se transforma em uma natureza histórica, a natureza é sistematicamente e sucessivamente ressignificada e instrumentalizada pela racionalidade econômico-mercantil do mundo moderno, se tornando assim um produto em detrimento da obra. Outro ponto importante a ser ressaltado é que os objetos derivados das ações humanas não podem ser associados somente à ideia de produto. As criações humanas são tanto obra como produto, isto é, "[...] a prática social cria obras e produz coisas. Nos dois casos, necessita-se de trabalho, mas no que se refere à obra, o papel do trabalho (e do criador enquanto trabalhador) parece secundário, pois ele domina a fabricação de produtos" (LEFEBVRE, 1991, p. 71)<sup>4</sup>. Nesse ponto, é necessário marcar a diferença entre a obra da natureza e a obra do homem. O que distingue uma da outra é o trabalho. A natureza não trabalha, assim não há intencionalidades nas suas criações. Como nos diz Lefebvre, "a flor não sabe que é flor. Nem a morte que morre" (LEFEBVRE, 1991, p. 70)<sup>5</sup>. O trabalho, em um sentido marxista, é concebido como a essência do homem, ou seja, "[...] como trabalho criador que implica ao homem reconhecer-se em seus produtos, em sua própria atividade e nas relações que contrai com os demais" (VÁZQUEZ, 2007, p. 402). Podemos fazer um paralelo entre essa concepção de trabalho e a ideia de obra de Henri Lefebvre. Na verdade, a obra é decorrência desse sentido de trabalho. Um trabalho que se apresenta como um elemento estruturante e estruturador da existência do homem enquanto um ser social, histórico, livre e desejante; como uma atividade que permite ao homem criar de forma livre e autônoma, com um relativo controle do seu processo produtivo, onde seus impulsos ideológicos, estéticos, éticos e eróticos são referência e fonte de inspiração para as suas criações. Os artefatos e espaços criados com essa intencionalidade são relativos ao uso, à satisfação pessoal e ao prestígio político do grupo ou classe social ao qual pertence o criador. Nesse caso, os espaços produzidos com o sentido de obra estão condicionados à lógica do uso e do valor de uso, não tendo obrigação de serem destinados para a troca e para o comércio.

<sup>4</sup> Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "[...] social practice, creates works and produces things. In either case labour is called for, but in the case of works the part played by labour (and by the creator *qua* labourer) seems secondary, whereas in the manufacture of products it predominates" (LEFEBVRE, 1991, p. 71).

<sup>5</sup> Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "[...] a flower does not know that it is a flower any more than death knows upon whom it is visited" (LEFEBVRE, 1991, p. 70).



Porém, o trabalho nas condições particulares do capitalismo apresenta uma outra característica. A realidade histórica e social comandada pelo capital força o trabalho a se realizar como seu negativo (VÁZQUEZ, 2007). A sua

[...] existência real, concreta, do homem, é justamente o trabalho alienado. Mas como o trabalho é a essência do homem, essa essência só se realiza como essência alienada ou negada nas relações concretas reais que os homens mantêm com seus produtos, com sua própria atividade e com os outros homens (os não-trabalhadores) na produção (MARX *apud* VÁZQUEZ, 2007, p. 401).

O trabalho (alienado) sob o capitalismo transforma o homem real em um homem sem essência, já que suas práticas negam a sua existência, criando uma situação de contradição da relação da sua essência com a sua existência (VÁZQUEZ, 2007). No entanto, mesmo nessa existência supostamente alienada, o homem, a partir do trabalho, transforma e produz uma nova realidade. Todavia, essa produção está orientada e determinada pelo dinheiro, pela troca e pelo mercado, por isso que o trabalho do homem sob essa lógica perde autonomia e liberdade frente aos produtos e objetos da sua criação. O espaço, também produto desse trabalho (alienado), se apresenta para seus produtores e para o restante da sociedade como artificial, repetitivo e homogêneo. Esse quadro justifica-se tendo em conta a transformação do espaço em mercadoria e que todo objeto vendável precisa ser produzido com o objetivo de angariar lucros. Nesse sentido, o espaço-produto é produzido como um local de estranhamento para o seu produtor e para o restante da sociedade. Ao mesmo tempo em que esse espaço se desumaniza, os sentimentos de pertencimento, afeição e identidade foram sendo suplantados pela generalização do valor de troca.

O desenvolvimento do capitalismo foi um longo e doloroso processo de transformações na forma com que os homens se relacionam entre si e na maneira com que se relacionam com a natureza. Esse movimento é marcado pela expansão do mundo da mercadoria e pela lógica do valor, que se deu a partir da industrialização, promovendo a transição de um espaço produzido como obra para um espaço produzido como produto. Lefebvre explicita essa dinâmica tendo como centralidade a produção das cidades. No início do capitalismo, as cidades estavam vinculadas mais ao valor de uso (obra) do que ao valor de troca (produto). As cidades eram o centro político, cultural e social dos cidadãos, produzidas para o uso e não para o comércio. Com a emergência da indústria, esse caráter da cidade é corrompido pelo valor de troca, destinando o uso da cidade e de seus objetos para a acumulação de riquezas (LEFEBVRE, 2001). No entanto, não há uma oposição absoluta entre os dois termos, porque obra e produto se encontram em permanente tensão dialética. Não há espaço produzido pelo homem, no capitalismo, que não seja simultaneamente obra e produto: é criação e produção; natureza e



trabalho; natureza e cultura; diferente e repetitivo; festa e labor; e, com maior destaque, valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 1991). No atual estágio do capitalismo, chegamos ao extremo dessa contradição. A lógica do valor de troca se impõe para todas as dimensões e esferas da vida, se tornando autônoma (sempre relativamente) em relação ao valor de uso. Em outras palavras, há o domínio da lógica do valor, do valor de troca sobre o valor de uso. Porém, o valor de uso não perde o seu sentido original de dar utilidade para um determinado bem a ser usado ou comercializado, mesmo se o único destino desse bem for o uso como valor de troca. Nesse processo, o produto incorpora, domina e determina a obra.

## **A produção capitalista da natureza e a teoria do valor-trabalho**

A natureza-mercadoria no capitalismo neoliberal não se restringe à exploração dos seus recursos para a produção das quinquilharias industriais (subordinação formal da natureza ao capital), mas para além disso, incorpora novas formas de produção da natureza para a acumulação e a reprodução do capital (subordinação real da natureza ao capital). O uso da natureza como bem comum, a partir dos sentidos e significados construídos pelas diferentes culturas, na relação que estabeleceram com seu ambiente, fica subsumido pelos interesses do capital e pela racionalidade mercantil. Agora, estamos observando o processo de reintegração da natureza na esfera econômica, que se expressa na tradução monetária dos potenciais ecológicos (ecoturismo, mercado de ativos ambientais etc) e dos custos de conservação e recuperação da natureza (LEFF, 2001). A natureza-mercadoria se tornou uma nova fonte de lucro, local e meio para a acumulação e reprodução do capital. Porém, essa situação nos coloca alguns impasses teóricos e práticos. Então, vamos até eles. De acordo como Karl Marx,

a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 2006, 578).

A produção capitalista da natureza também promove a valorização do capital e permite sua auto-expansão, produzindo valor e lucro para os empreendedores ecológicos; entretanto, há um elemento significativo que fica oculto nesse processo: o trabalho (SMITH, 2007). Ao refletirmos acerca dos processos de capitalização da natureza faz-se mister levar em consideração o caráter místico e misterioso do fetiche da mercadoria. A natureza por si só não pode produzir valor e nem mais-valor e, conseqüentemente, sua valorização e mercadificação não produzem (diretamente) o lucro do capitalista. Para a crítica da economia política, o único



modo de produzir valor e mais-valor é a partir do trabalho. O trabalho (medido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário) produz uma quantidade de valor compatível com o seu salário (quantidade de horas trabalhadas equivalentes a sua reprodução enquanto força de trabalho), como também produz o mais-valor necessário para a reprodução do capitalista (quantidade de horas de trabalho excedente que é o equivalente ao lucro do capitalista). Esse movimento de produção do valor e do mais-valor é uma particularidade das relações de trabalho no modo de produção capitalista, onde a força de trabalho é comprada e vendida como qualquer mercadoria (via salário); todavia, configura-se como a única mercadoria que tem no seu valor de uso a capacidade de produzir valor e mais-valor. Nesse caso, a valorização do capital no processo de capitalização da natureza precisa ter uma referência no mundo concreto e real do trabalho e no setor produtivo. Dentro desse contexto, cabe apresentar rapidamente como funciona o chamado mercado verde. Tomaremos como exemplo as práticas de uso e conservação da natureza vinculadas à criação dos serviços ambientais.

O mercado verde ou ecológico apresenta como principal produto a conservação ou a recuperação de um determinado recurso (uma floresta, por exemplo), sendo que o valor dessa mercadoria se encontra no fato de que esse recurso não pode ser consumido produtivamente. O movimento de valorização desse ecossistema produz uma mercadoria verde e, como consequência, essa mercadoria se torna escassa, ou seja, as áreas destinadas à conservação e/ou recuperação se tornam bens raros para os investimentos. Isso posto, o mais-valor é extraído de três possibilidades: i) do trabalho morto contido no trabalho de recuperação da área degradada; ii) nas atividades pretéritas que destruíram inicialmente esse recurso (SMITH, 2007); e, iii) nos seus potenciais usos futuros. Em todos os casos, produz-se um crédito ecológico para ser comercializado no mercado financeiro, porém esse lastro entre o valor da nova área conservada e o trabalho que supostamente lhe deu origem é meramente simbólico, a equivalência entre o valor e o trabalho, nesse caso, é tênue e frágil. Podemos afirmar, independente das características ecológicas do local, que o valor de uso principal dessa área conservada ou recuperada é a possibilidade de arrolar e acarretar mais valor de troca frente às novas condições de escassez (SMITH, 2007) criadas pela entrada da natureza nos circuitos de valorização do capital. Em boa parte dos negócios verdes, a partir da conservação ou recuperação do ambiente, produz-se uma quantidade de novos ativos ecológicos que manifestam-se na forma de créditos de carbono. Então, cada ecossistema do mundo e cada espécie (animal e vegetal) apresenta como equivalente uma quantidade de carbono contida em si. Assim, os objetos da natureza apresentam um caráter concreto, expresso na diversidade ecossistêmica, bem como um caráter abstrato, que é medido pela quantidade de carbono retida em cada bem natural. Podemos, a



partir do que foi colocado até agora, fazer um pequeno paralelo na forma com que Marx desenvolve o suporte concreto e empírico para sua teoria do valor a partir das categorias de trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto e o trabalho abstrato representam o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. O trabalho concreto (qualitativo) se expressa na enorme heterogeneidade de trabalhos existentes: alfaiataria, sapataria, agricultura etc, e sua especificidade se traduz na produção de objetos físicos e úteis para a sociedade, ou seja, produz valores de uso. A grande questão, de caráter metodológico, que surge para Marx, é como realizar a troca de mercadorias com trabalhos úteis qualitativamente diferentes (MARX, 2003). Para resolver esse impasse teórico, Marx desvia sua atenção para analisar as propriedades universais do trabalho útil e reconhece que o trabalho útil é condição para a existência humana em qualquer período histórico e se estrutura na troca metabólica entre o homem e a natureza. Nesse caso, os valores de uso são os eixos de ligação entre o trabalho e a matéria natural. Essa observação fez Marx reconhecer que o ato de produzir não se restringe somente aos aspectos sociais e políticos da ação humana, mas tem de estar condizente e coerente com as leis da natureza. Nesse sentido, o trabalho concreto, produtor de objetos qualitativamente distintos, é simultaneamente dispêndio de energia (cérebro, músculos etc), ou seja, tempo de trabalho socialmente necessário para a produção do trabalho útil. Esse mecanismo permite que objetos qualitativamente distintos possam ser submetidos à troca, pois o valor de cada objeto produzido é medido pela quantidade de trabalho médio socialmente necessário (MARX *apud* HARVEY, 2013). A natureza-mercadoria também apresenta um tipo de abstração e redução para tornar-se cambiável. Com o intuito de possibilitar a permuta entre os diferentes ecossistemas e seres vivos, a natureza é reduzida a uma única medida de valor, expressa na quantidade de carbono retida em cada elemento da natureza. Esse processo transforma partes qualitativamente distintas da natureza em equivalentes, permitindo o funcionamento do mercado ambiental a partir das políticas de mitigação do clima e/ou de compensação ambiental.

Esse modelo de conservação da natureza está estruturado no paradigma econômico neoclássico, centrado no princípio da internalização dos custos ambientais. Ambientalistas, acadêmicos, ONGs e planejadores públicos constroem as políticas ambientais baseadas na noção de externalidade - "[...] relação social entre os homens estabelecida por meio das coisas" (ACSELRAD, 1995, p. 24) -, que é

[...] considerada um fenômeno extraeconômico que deve ser introduzido no paradigma econômico. "Internalizar" é, portanto, um meio de tratar a relação social entre os homens como uma relação social entre homens e coisas - transvestir um problema de poder em um problema de eficiência alocativa (ACSELRAD, 1995, p. 24).





Nesse sentido, a dinâmica do mercado apresenta falhas relacionadas às estratégias de uso do espaço que sobreutilizam os recursos ambientais e a sua capacidade de absorver os refugos do desenvolvimento (ACSELRAD, 1995). Essa linha de pensamento compreende que essa imperfeição do funcionamento do mercado produz um efeito danoso ao ambiente (uma dimensão não econômica), e que, para resolver tal defeito, a solução é inserir tal fator externo no mercado. Por isso, essa perspectiva teórica imprime medidas de proteção da natureza baseadas na valoração econômica dos chamados bens e serviços ambientais, ampliando os mecanismos de mercado para a conservação do ambiente. Dentro desse contexto, e corroborando a posição de Enrique Leff, partimos do pressuposto de que "não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico capaz de calcular o 'valor real' da natureza na economia" (LEFF, 2001, p. 65). O primeiro ponto que sustenta essa afirmação está no descompasso existente entre as diferentes temporalidades da natureza e os ciclos econômicos. A resiliência, a recuperação e a produtividade dos diferentes ecossistemas não estão em sincronia com os imperativos do mercado de busca de lucro ilimitado. Outro ponto importante é que a valoração dos recursos ambientais depende de fatores que ocorrem fora da esfera do mercado e que não podem traduzir-se e nem reduzir-se em valores monetários e preços de mercado (LEFF, 2001). O valor atribuído a cada recurso foi decidido em esferas e escalas onde o cidadão comum e os diferentes povos que historicamente vivem pela/a partir do uso da natureza (indígenas, ribeirinhos, quilombolas etc) não apresentam nenhum tipo de governança ou ingerência política. Os grandes atores hegemônicos: ONGs ambientais internacionais, grandes corporações, as instituições financeiras, governos etc, transformam os bens naturais desses povos em ativos ambientais para serem comercializados nas bolsas de valores de todo o mundo, não respeitando os significados simbólicos que a natureza tem para esses grupos, os direitos comunais ao território desses povos e os diferentes ritmos de acesso e uso dos recursos ambientais por cada cultura.

Henri Acselrad acrescenta mais dois pontos importantes que mostram a dificuldade que a economia verde tem em dar um preço correto à natureza. Ele destaca dois problemas, um de ordem metodológica e outro de ordem prática. O primeiro refere-se às possibilidades e os limites da valoração econômica dos "bens e serviços ambientais" (ACSELRAD, 1995, p. 13), e traz implicações que atravessam os campos teórico, ideológico e político. No campo teórico, passamos

a reconhecer, por exemplo, que o valor de troca das mercadorias não corresponde ao que seria seu "verdadeiro" valor de uso pois a "utilidade" retirada do usufruto de uma mercadoria por um consumidor está indissolavelmente ligada à perda de "utilidade" do meio ambiente como bem



coletivo do qual usufrui cada consumidor individual (ACSELRAD, 1995, p. 15).

A formulação acima, ainda que esteja correta, não foi inserida no escopo desenvolvido na teoria do valor-trabalho do Marx, posto que a valoração da natureza resultaria em uma nova elaboração do valor de troca como suporte dos preços das mercadorias. Os valores de troca não representariam integralmente os valores de uso; isso ocorreria porque o sistema de preços, além de ter como lastro o trabalho abstrato, deveria incorporar também os processos de perda produtiva e de potencial ecológico extirpado pela produção de uma determinada mercadoria (ACSELRAD, 1995). Isto é, "um novo sistema de trocas seria, então, constituído, tendo por base os valores de uso das mercadorias acrescidos da desutilidade causada por seus respectivos processos produtivos" (ACSELRAD, 1995, p. 13). Já no plano ideológico, a primeira dificuldade diz respeito à noção de falha de mercado, que introduz a ideia - de caráter ideológico e especulativo - de que o mercado é capaz de otimizar a satisfação dos indivíduos e alocar de forma eficiente os recursos. E, por último, a esfera política, que aponta os impactos da mudança de preços nas dinâmicas de repartição das rendas, dos investimentos, da lucratividade das empresas etc (ACSELRAD, 1995). "Trata-se, sem dúvida, de um momento da luta concreta pela apropriação do excedente e de uma reorientação do modo de alocação do trabalho social em função das restrições ambientais ao padrão do desenvolvimento" (ACSELRAD, 1995, p. 13).

Já o segundo ponto diz respeito à dificuldade de "[...] internalização dos custos ambientais no sistema de preços" (ACSELRAD, 1995, p. 13). Essa questão ampara-se na ideia de que há uma subestimação dos preços das *commodities* ambientais em decorrência da conceituação frágil da ideia de internalização de custos. Podemos abordar três processos distintos que ajudam a corroborar essa subestimação dos preços da mercadoria-natureza. O primeiro, é o predomínio de métodos de exploração da natureza considerados não-sustentáveis. As atuais técnicas hegemônicas são ineficazes na conservação do estoque desses recursos, promovendo uma diferença nos preços nas formas de produção sustentáveis e não-sustentáveis (ACSELRAD, 1995). "Não se trata, portanto, nesse caso, de 'internalizar' nenhum 'efeito externo', e sim de administrar a mudança técnica em processos dotados de custos monetários privados bem-delimitados e identificáveis" (ACSELRAD, 1995, p. 17). Já o segundo, refere-se à desconsideração da preservação de recursos ambientais conexos ainda não explorados comercialmente. Por exemplo, a extração de madeira de algumas espécies de árvore destrói parte da fauna e da flora que ainda não tem uso econômico. Nessa perspectiva, a exploração não-sustentável de recursos mais valiosos para o mercado encerra um potencial de uso econômico para os recursos naturais conexos. E, por fim, o terceiro ponto dedica-se a abordar



a não internalização dos efeitos da exploração da natureza nos sistemas de preços. O nível de intensidade e de extensão da exploração capitalista da natureza produz efeitos que comprometem o funcionamento dos sistemas ecológicos: alterações climáticas, empobrecimento dos solos, perturbação dos regimes hidrológicos etc. É exatamente isso que a teoria econômica intitulou de externalidade (ACSELRAD, 1995): "danos causados por alguma atividade a terceiros, sem que esses danos sejam incorporados ao sistema de preços" (ACSELRAD, 1995, p. 17). O grande problema é que esses efeitos externos da atividade econômica - os custos sociais e ambientais - não podem ser expressos monetariamente como os custos privados de um empreendimento capitalista comum (custo com a força de trabalho, aluguel do imóvel, preço da matéria-prima etc.). O custo ambiental dessas operações é na verdade um custo fictício, do ponto de vista da economia convencional. Não é possível estabelecer valores monetários para os possíveis benefícios que o equilíbrio ecossistêmico pode trazer para toda a sociedade (ACSELRAD, 1995).

O mercado ecológico é real, tem instituições, governos e empresas que operam nesse negócio. Contudo, os preços atribuídos à natureza têm o caráter especulativo e estão totalmente divorciados da realidade a qual estão inseridos. O sistema de preços da economia verde tem como base para seu cálculo a expectativa futura de negócio e a possibilidade de empreender iniciativas de ganhos com a destruição e/ou a conservação da natureza. Desta forma, o valor da natureza está enraizado nas relações políticas e de poder que se estabelecem entre os agentes econômicos hegemônicos que geralmente operam nos mercados de ações ambientais. Esses agentes constroem acordos políticos em cima de informações privilegiadas sobre o mercado atual e sobre o futuro das *commodities*, assim, eles mesmos criam o valor das próprias mercadorias que negociam (FAIRHEAD *et al*, 2012). A dificuldade em balizar os valores monetários dados à natureza a partir dos processos descritos acima permitiu a alguns autores, como Henrique Leff, imprimir duras, mas importantes, críticas à teoria do valor-trabalho marxista. O autor chega a afirmar a morte desse encaminhamento teórico frente às dificuldades de encontrar uma maneira clara, objetiva e racional de contabilizar os custos ambientais e o valor da natureza nos novos processos que envolvem o uso e a conservação desses recursos pelo mercado. Esse vazio teórico permitiu aos agentes do neoliberalismo ecológico e da economia ambiental que estes expressassem sua vontade de recodificar o mundo nos termos do capital, ou seja, em valores monetarizáveis. Leff centra suas críticas da teoria do valor nas coações impostas pela objetividade da racionalidade teórica do materialismo histórico. Porém, vamos tentar entender isso um pouco melhor através do pensamento do próprio Leff.

A teoria marxista do valor-trabalho teve seu desenho desfeito e foi se dissolvendo pelas próprias contradições internas de seu arcabouço teórico ante



a mudança tecnológica; foi sufocada pelo próprio peso de sua armadura conceitual, de suas bases epistêmicas, de sua objetivação da realidade histórica. Na raiz dessas "contradições", há uma razão mais profunda. A perda de referenciais na realidade é a maneira como se manifesta o "erro metafísico e epistemológico" da teoria econômica e dos conceitos de produção, de trabalho, de necessidade e de escassez que fundam a racionalidade econômica da modernidade (LEFF, 2006, p. 62).

Porém, antes de nos atermos com mais detalhes aos fundamentos da crítica de Leff, é necessário fazer alguns apontamentos sobre a teoria do valor-trabalho de Marx. Vamos até a mesma, então.

A teoria do valor foi uma das preocupações centrais da economia política clássica. Os fisiocratas, Smith e Ricardo se debruçaram sobre essa temática. Porém, esses autores compreendiam a economia política como a ciência da relação ente as coisas, ou da relação entre as pessoas e as coisas (RUBIN, 1987). Essa posição não permitiu a esses autores que avançassem no conhecimento objetivo da origem do valor, da lógica de precificação das mercadorias e da produção do mais-valor, ou seja, do desenvolvimento da dinâmica do capital<sup>6</sup>. Marx supera a economia política clássica e funda a crítica da economia política, transformando a (crítica da) economia política numa ciência que se debruça sobre as "[...] relações entre as pessoas no processo de produção" (RUBIN, 1987, p. 15). Nesse caso, "a Economia Política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a 'estrutura econômica' do capitalismo" (RUBIN, 1987, p. 15). Essa mudança radical de perspectiva permitiu que Marx superasse as formulações sobre a teoria do valor dos autores clássicos, para assim conceber sua teoria do valor-trabalho, dando centralidade à categoria trabalho: o trabalho como ponto de partida e elemento básico da sociedade humana.

Sua teoria encontra-se sistematizada, principalmente, no livro *O Capital: crítica da economia política*. Marx compreende que o trabalho é condição necessária para a reprodução do homem em qualquer modo de produção e tem o papel de mediar o metabolismo entre o homem e a natureza. Assim, não há separação no processo de trabalho entre o que é natural e o que é social<sup>7</sup>. A essência central do trabalho está no processo, na atividade que transforma um valor de uso existente em um outro valor de uso. Mas, sob o capitalismo, esse processo sofre alterações. O trabalho passa a produzir valores de uso para outras pessoas na forma de

<sup>6</sup> Por exemplo, para a doutrina fisiocrata a natureza era a fonte originária do valor; em Smith, a teoria do valor ficava presa em uma tautologia circular da relação trabalho com a mercadoria; e com Ricardo, o trabalho já surge como fonte originária do valor, porém se encerra no salário ou em uma mercadoria-padrão (LEFF, 2006).

<sup>7</sup> Podemos afirmar, que há três elementos fundamentais que caracterizam o processo de trabalho: i) é uma atividade com objetivo e finalidade; ii) é realizada sobre um objeto de trabalho: matéria-bruta ou matéria-prima; e, iii) utiliza os meios de trabalho (ferramentas, maquinário, infraestrutura física, instalações etc) (MARX, 2003).



mercadoria, apresentando duas condições inerentes à formação social capitalista: a força de trabalho como mercadoria que é controlada e pertencente ao capitalista e os produtos do trabalho que são propriedade do burguês (MARX, 2003). Essas duas condições permitem ao capitalista organizar o sistema produtivo para

produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só de valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (MARX *apud* HARVEY, 2013, p. 121 e 122).

Esse processo permite que o capitalista produza um valor maior do que aquele investido no início desse movimento, obtendo, assim, mais-valor. Contudo, é necessário esclarecer a origem do valor no processo de trabalho. No ato do labor, o trabalhador produz uma mercadoria que apresenta um uso particular (valor de uso), resultado de um trabalho concreto e específico. Porém, para que esses objetos de caráter distinto se tornem valores trocáveis (valor de troca), tem de haver uma unidade de medida padrão, que possa ser um equivalente universal entre a troca das mercadorias. Nesse caso, toda atividade laboral também é gasto de energia - dispêndio de força de trabalho medido em uma quantidade determinada de horas necessárias para a produção do produto (MARX, 2003). Ou seja, é trabalho abstrato que está sendo incorporado ao processo de trabalho. Assim, é valor que está sendo agregado como tempo de trabalho socialmente necessário. Em outras palavras, o tempo de trabalho é a unidade de medida pelo qual se instituem as equivalências, possibilitando a troca entre mercadorias qualitativamente distintas (HARVEY, 2013).

A partir dessa rápida explanação sobre a teoria do valor em Marx, vamos retornar para os principais fundamentos da crítica elaborada por Leff sobre esse postulado teórico. De início, em uma perspectiva ainda bem ampla da teoria marxista, Leff afirma que o materialismo histórico dialético foi incapaz de prever a desvalorização da teoria do valor no seio do pensamento marxista. Isso ocorreu devido a uma contradição (não resolvida) entre os conceitos atemporais do materialismo histórico: modo de produção, relações sociais e forças produtivas; e os conceitos temporais inerentes à teoria do valor-trabalho: trabalho concreto, trabalho abstrato etc (LEFF, 2006). Desse modo, há um descolamento entre as teorias gerais do pensamento marxista e as categorias da teoria do valor-trabalho que dependem do movimento e das transformações do real para manterem seu poder explicativo. Nesse contexto, Leff resgata o fundamento central da teoria do valor trabalho - a categoria de trabalho abstrato - para elaborar sua reflexão. Como o trabalho abstrato é o resultado das dinâmicas históricas que produzem trabalho simples como elemento base para a produção de valor, o tempo de trabalho necessário,



ou melhor, a produtividade da força de trabalho vai depender do progresso técnico e das inovações tecnológicas de cada conjuntura histórica. Em outras palavras, o tempo de trabalho socialmente necessário, que é a base determinante para o valor de troca, sofre alterações ao longo da história, constituindo-se em um problema teórico da teoria do valor marxista (LEFF, 2006). Isto posto,

[...] o tempo de trabalho socialmente necessário, como determinante empírico e quantitativo da formação do valor, vai se transformando em princípio abstrato, cujos efeitos seriam perceptíveis através dos preços do mercado e de uma demanda que fixariam, como resultado, o tempo de trabalho destinado a produzir cada mercadoria (LEFF, 2006, p. 38).

O que Leff está tentando fazer é mostrar as inconsistências da produção do valor, tendo como suporte o trabalho simples direto, principalmente, a partir do progresso tecnológico e do desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história. O desenvolvimento de novas tecnologias tornou-se o elemento central para a reprodução ampliada de capital, pois "[...] não basta extrair uma quantidade de valor que possa se recapitalizar em forma de capital fixo ao término do uso de uma maquinaria ou equipamento" (LEFF, 2006, p. 45), a dinâmica atual do capitalismo exige, para atingir os níveis altíssimos de acumulação e eliminação da concorrência, "[...] que a mais-valia produzida, para ser recapitalizada, se cristalice em meios de produção de uma produtividade crescente, quer dizer, em um progresso tecnológico" (LEFF, 2006, p. 45 e 46). Para o autor, a ciência e a inovação tecnológica são os fatores centrais para a valorização do capital, sendo que o valor como princípio elementar e suporte para o capital tende a desaparecer. Nessa perspectiva, o autor chega a afirmar que "o progresso tecnológico gerou uma substituição progressiva do trabalho manual direto pelo trabalho intelectual indireto na produção de mercadorias, até que a determinação quantitativa do valor-trabalho chegou a desaparecer" (LEFF, 2006, p. 47 e 48). Então, a produção de riqueza e de capital passou a depender inteiramente da produção de ciência e de tecnologia, encerrando qualquer referência e suporte na produção do trabalho vivo direto. Contudo, Leff revela que a cientifização da produção não eliminou as relações de produção, a propriedade privada, a exploração do trabalhador, o controle sobre os meios de produção da classe capitalista (LEFF, 2006), fatores que contraditoriamente e ironicamente dependem ou tem relação direta com a lei do valor marxista. O autor procura resolver esse impasse revelando que o poder político e econômico no processo de capitalização da natureza, por exemplo, baseia-se na propriedade privada do conhecimento científico e tecnológico (LEFF, 2006).

Indo um pouco mais a fundo na sua crítica à teoria do valor-trabalho, Leff avança nas suas reflexões sobre as contradições e insuficiências do processo de formação do valor, chegando a uma hermenêutica do conceito de natureza em Marx. Essa concepção remete a um



fundo ontológico e epistemológico da teoria marxista, já que atravessa as categorias de produção e de trabalho, por exemplo. Leff desenvolve sua análise apoiado no livro *El concepto de naturaleza en Marx* (1976), de Alfred Schmidt, e aponta para a ideia de que a natureza em Marx se apresenta mais como uma categoria ontológica da realidade do que como um conceito situado no interior da sua teoria sobre o capitalismo (LEFF, 2006). Vamos analisar essa posição um pouco melhor. Foster, tendo como referência Karl Marx nos *Manuscritos econômicos e filosóficos*, afirma que

Marx sempre tratou a natureza, na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção, como uma extensão do corpo humano (isto é, "o corpo inorgânico" da humanidade). A relação humana com a natureza, segundo esta concepção, era mediada não só através da produção mas também, mais diretamente, por meio dos instrumentos - em si um produto da transformação humana da natureza através da produção - que permitiam à humanidade transformar a natureza de modos universais (FOSTER, 2005, p. 107).

De acordo como isso, a humanidade, a partir da relação que estabelece com a natureza, produz os seus meios de vida e de subsistência ao longo da história, independente do modo de produção. Assim, a natureza ganha um sentido prático para o homem como fundamento para a sua reprodução (FOSTER, 2005). Esse movimento se realiza por meio do trabalho. O processo de trabalho é o momento em que a relação sociedade e natureza, contraditoriamente e dialeticamente, transforma-se simultaneamente. A ação humana mediada pelo trabalho, ao mesmo tempo em que modifica a natureza para atender aos desejos e necessidades da sociedade em uma determinada conjuntura, também modifica a sua própria natureza. Nesse processo, o homem se humaniza humanizando a natureza. Essa concepção integra a natureza na história e a história na natureza, e nos permite compreender as diferentes formas de uso, controle e apropriação da natureza nos diferentes modos de produção e nos diversos tipos de sociedade existente. Para Leff, essa unidade do mundo entre natureza e sociedade através do trabalho estrutura-se em uma dialética transcendental do trabalho e da história, resultando em um conceito metafísico e a-histórico da relação sociedade e natureza (LEFF, 2006). Essa contradição entre o homem e o seu trabalho reduz "[...] o ser do real, da natureza e da história à existência do homem". Nesse caso "a práxis humana se converte no princípio do real para o homem, no processo de constituição de seu mundo, de seu conhecimento e de sua transformação" (LEFF, 2006, p. 49). A natureza como categoria ontológica impediu o materialismo histórico de desenvolver dentro da teoria do modo de produção capitalista um conceito próprio de natureza que explicitasse a função que a natureza desempenha na produção



e na aplicação do conhecimento científico nos processos de acumulação (LEFF, 2006). E acrescenta:

[...] os conceitos de valor e de renda diferencial levam à intervenção dos processos naturais, na medida em que estes afetam o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, assim como as taxas de mais-valia e de lucro. Dessa perspectiva, toda proposta monista sobre a unidade natureza-sociedade aparece como uma postulação ideológica (LEFF, 2006, p. 49).

Nesses termos, Leff incorre em alguns equívocos. Ele pensa "a conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário - de seu valor -" (LEFF, 2006, p. 52) como um pressuposto teórico materialista, e não inserido e contextualizado em uma estrutura social capitalista. Nessa visão, o materialismo histórico teria limites metodológicos para compreender as mudanças na dinâmica do capitalismo que alteram os processos de trabalho, as taxas de exploração da classe trabalhadora e a produção de valor e de mais-valor, ou seja, as implicações históricas que alteram as leis da teoria do valor-trabalho. É claro que, quando Marx afirma que o processo de trabalho e a natureza são precondições para a vida do homem, está tratando a natureza e o trabalho em uma perspectiva ontológica da realidade e da existência humana. Mas há uma explicação para isso: ele parte da ideia de trabalho em geral, como ponto de partida para a explicação do trabalho sobre as condições concretas e reais do capitalismo. Nesse caso, Marx reconhece o homem como um ser prático, social e histórico (VÁZQUEZ, 2007). Os modos de trabalho e as formas de acesso e uso da natureza são historicamente e geograficamente determinados. Para nós está claro que nem a natureza e "[...] nem o trabalho existem à margem das formas concretas que adotam em uma determinada sociedade" (VÁZQUEZ, 2007, p. 413).

Outro ponto importante a ser destacado é como Leff traduz o conceito de natureza no marxismo. Para ele, a natureza aparece

como base de objetividade dos processos materiais, inclusive de objetividade do processo social que reifica a realidade ao considerá-la como relações entre coisas. No materialismo histórico, a história perde sua naturalidade; mas, ao mesmo tempo, fica enredada nas malhas de uma racionalidade objetivista, de uma ordem ontológica que orienta a práxis social através de uma teleologia da história fundada na produção (LEFF, 2006, p. 48).

Aparentemente tal trecho nos causou certo estranhamento, posto que nega algumas importantes posições teóricas do marxismo já bem consolidadas. Ele associa o materialismo marxista, a partir de uma suposta objetividade da natureza, justamente a tudo aquilo que Marx





combateu com sua obra. Porém, contraditoriamente, em outro trecho, Leff desfaz um pouco essa confusão.

O materialismo histórico procura dar conta da estrutura social que converte a natureza em objetos de trabalho, em valores de uso naturais capazes de serem incorporados ao processo de produção de valor e de mais-valia. O materialismo marxista não é uma visão do mundo como uma relação entre coisas: isto é justamente aquilo que Marx criticou como fundamento metafísico da alienação dos sujeitos sociais (LEFF, 2006, p. 51).

O próprio autor, em outro trecho, justifica suas posições aparentemente conflitantes: "[...] essa demarcação do pensamento coisificador que Marx denuncia lucidamente não foi suficiente para superar a metafísica da natureza que acompanha a dialética transcendental inscrita no processo laboral [...]" (LEFF, 2006, p. 52). A partir disso, Leff engessa e prende o materialismo histórico em um enredo que marca o movimento do real por uma teleologia da história estruturada na sucessão dos modos de produção (LEFF, 2006). Podemos concluir, então, que a categoria de produção apresenta uma certa centralidade, porém a suposta objetividade da natureza impõe um conceito de produção pautado pela naturalização e economização do mundo. Isso pode ser observado quando Leff, através de Schmidt, afirma existir em algum grau uma visão ecológica da produção e da organização social presente no conceito de metabolismo em Marx. Porém, Leff adota a perspectiva mais simplificada de metabolismo. Assim, as formas sociais de apropriação da natureza se expressam em momentos abstratos de intercâmbio de matéria, energia e também de valor (LEFF, 2006), em outras palavras, reduz a relação sociedade e natureza à mera troca metabólica de substâncias físico-materiais e não como uma relação social. Para Foster, "[...] Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo seu sistema de análise, enraizado nele a sua compreensão de processo de trabalho" (FOSTER, 2005, p. 221). Porém, Marx empreendeu dois sentidos para o conceito. O mais comum, de sentido mais estrito, se refere à interação metabólica - troca de matéria e energia - entre a relação do homem com a natureza através do trabalho (FOSTER, 2005); em um sentido mais amplo, o conceito de metabolismo teria a função de

descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele - tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano<sup>8</sup> (FOSTER, 2005, p. 222 e 223).

<sup>8</sup> Foster extrai esse significado mais amplo para o conceito de metabolismo do Grundrisse de Marx, e nos informa que István Mészáros, em Para além do capital, já havia desenvolvido uma reflexão a esse respeito (FOSTER, 2005).



O primeiro sentido assume claramente um princípio ecológico, enquanto o outro apresenta uma compreensão social mais ampla para o conceito de metabolismo. Não há uma separação absoluta entre os dois sentidos. Na verdade, o conceito mais amplo contempla e integra o mais restrito, permitindo uma compreensão mais adequada das relações entre sociedade e natureza no capitalismo. Quando analisamos o real a partir desse conceito, devemos ter como referência os dois sentidos assinalados, senão incorremos no risco de perder toda a complexidade teórica e metodológica da perspectiva marxista do materialismo. Achamos que Leff, de alguma forma, comete essa falha quando se apega unilateralmente ao primeiro sentido, o mais estrito de metabolismo, e posteriormente o transpõe para toda a teoria marxista, inculcando no materialismo histórico uma visão de mundo pretensamente objetivista, naturalista e economicista. O próprio autor expressa isso de forma mais clara.

A crítica da razão econômica de Marx fica enredada na própria compreensão do "natural", na cumplicidade entre a naturalização e a economização do mundo, na concepção do progresso civilizatório, sobredeterminado e condicionado pela base econômica, pelo modo de produção, na dialética transcendental que leva, através do modo de produção capitalista, a subordinar o valor de uso ao valor abstrato, à lógica do mercado, alienando o ser na coisificação do mundo (LEFF, 2006, p. 56 e 57).

Indo no sentido oposto ao de Leff, e corroborando com Foster, o conceito de metabolismo nos permite compreender de forma clara e objetiva a noção de alienação da natureza e a sua relação com a alienação do trabalho (FOSTER, 2005). Há um vínculo estrito entre natureza e sociedade por meio do trabalho, porém os modos concretos de uso, controle e apropriação da natureza se realizam historicamente. De fato, o que requer explicação não é a apropriação da natureza em si, mas o divórcio entre a existência humana e as suas condições naturais, que se expressam apenas na relação do capital com o trabalho assalariado (MARX *apud* FOSTER, 2005). De forma mais precisa, o intercâmbio metabólico entre natureza e sociedade é regulado de um lado pelas leis da natureza, que controlam os processos biofísicos; e de outro pelos processos sociais, baseados na divisão do trabalho, na distribuição de renda etc (HAYWARD *apud* FOSTER, 2005).

Isso não significa que descartamos todas as posições de Leff sobre o tema, pelo contrário, achamos que o autor traz importantes contribuições para um pensamento ecológico crítico e renovado. Leff não rompe unilateralmente com o marxismo, mas procura construir novos significados para os conceitos do materialismo histórico, principalmente com o objetivo de compreender a função produtiva do trabalho intelectual (produção de conhecimentos científicos e tecnológicos) e da natureza no processo de reprodução do capital (LEFF, 2006). Nesse sentido, a base para esse movimento de renovação são os "[...] princípios da entropia e



da complexidade ambiental, integrando as formações ideológicas, os significados culturais e as condições 'reais' da sustentabilidade ecológica" (LEFF, 2006, p. 60). A grande questão que envolve essas reflexões é a atual relação entre o progresso tecnológico e científico com a reprodução do capital. A lei do valor e do mais-valor traz profundas implicações no desenvolvimento da ciência e na aplicação de novas tecnologias no aumento da produtividade e na acumulação de capital, interferindo diretamente no tempo de trabalho socialmente necessário na produção dos objetos, diminuindo-o. Porém, Marx nunca teorizou sobre o trabalho intelectual como trabalho produtivo no processo de valorização do capital (LEFF, 2006). Isso se torna um problema para a teorização do valor-trabalho nos dias de hoje. "A revolução científico-tecnológica, desencadeada pela dinâmica do capital, levou a dissolução do princípio que deu fundamento à teoria do valor, quer dizer, o trabalho simples e direto como determinante quantitativo da produção de mercadorias" (LEFF, 2006, p. 58). Nesse cenário o conceito de valor torna-se cada vez mais fugaz e de difícil assimilação.

De modo semelhante, mas a partir de outros caminhos, Moreira também discute o papel do conhecimento - técnico-científico ou relativo à cultura dos povos tradicionais - nos circuitos da acumulação e reprodução do capital. Moreira parte do seguinte pressuposto: "[...] os fundamentos do progresso técnico no capitalismo têm sido tradicionalmente associados ao processo de lutas de classes e ao processo de competição intercapitalista" (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004, p. 18). No que diz respeito à relação progresso técnico e luta de classes, o importante é a distinção entre proprietários e não proprietários dos meios de produção usados agora ou como potencialidade de uso futuro. Já a outra relação, entre progresso técnico e competição intercapitalista, o relevante é compreender o progresso técnico-científico atrelado a um determinado capital privado como um instrumento para a competição entre as empresas e como veículo para ampliar a produtividade social do trabalho. Ainda sobre esse segundo ponto, o entendimento de que a mercadoria é um bem material e concreto é insuficiente para a compreensão dos novos aspectos da produção capitalista relacionados a mercadorias imateriais, tendo em vista que o controle da tecnologia não está somente materializado no controle dos meios de produção, mas incorpora a dominação dos conhecimentos técnicos e culturais atrelados ao contexto histórico da produção de cada tecnologia (MOREIRA, 2004). Então, podemos extrair do cenário exposto acima que o trabalho e a natureza estão passando por profundas mudanças pelas novas descobertas científicas e tecnológicas. A produção científica e tecnológica está

[...] operando uma transformação do processo de trabalho e intervindo na natureza. As forças da natureza, magnificadas pela ciência, converteram-se



nas forças predominantes da produção da riqueza, ao mesmo tempo que o equilíbrio dos sistemas ecológicos se apresenta como uma condição de sustentabilidade do processo econômico. A complexidade ambiental que articula os processos de produtividade ecológica e de inovação tecnológica e que aninha na constituição de identidades culturais e de sentidos existenciais substitui, progressivamente, o tempo de trabalho como determinante da produção de valores de uso e de mercadorias (LEFF, 2006, p. 60).

Com base no atual estágio da dinâmica do capitalismo, a produção da riqueza, ou melhor, a produção de valor, encontra novos alicerces. Na verdade, a base de referência da teoria do valor-trabalho, o tempo de trabalho socialmente necessário, passa a não ser suficiente para explicar a atual produção capitalista da natureza. A produção de conhecimento ganha relevo nos processos de circulação e valorização do capital. Assim, "a economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza" (LEFF, 2006, p. 61). Em regra geral, o conhecimento científico e tecnológico (podemos incluir aí também o saber cultural dos povos tradicionais) não são considerados pela economia tradicional (marxista ou não) como parte inerente da dinâmica capitalista. Os processos sociais que produzem e se apropriam da tecnologia e do conhecimento são tomados como um dado externo e uma variável independente dos processos de produção e de circulação do valor (MOREIRA, 2004). A produção e a apropriação do conhecimento se tornam fatores fundamentais para as novas estratégias de acumulação e reprodução do capital. A produção da natureza não se restringe a uma subordinação formal da natureza ao capital - natureza como recurso direto (fornecedora de matérias-primas) -, mas inclui novas formas de uso e apropriação capitalista da natureza (subordinação real da natureza ao capital). Leff cita alguns exemplos desses novos modos de produção da natureza:

[...] apropriação gratuita e a pilhagem dos recursos genéticos, a subavaliação dos bens naturais e dos serviços ambientais e o acesso subvencionado a hidrocarburetos e recursos hídricos que mantém uma agricultura supercapitalizada e um planeta hiperurbanizado (LEFF, 2006, p. 61).

A natureza, envolvida nos processos citados acima, foi compreendida e assimilada como conhecimento produzido culturalmente, socialmente e historicamente, para uso privado pelo capital. Esse entendimento nos remete diretamente à ressignificação da renda da terra como renda da natureza. Tese levantada e defendida por Moreira para tentar refletir acerca das novas tramas que procuram compreender "[...] como os diferentes usos da natureza se desdobrariam



nos preços e aluguéis de terras, garantindo aos seus proprietários a apropriação de parte do produto social globalizado" (MOREIRA, 2004, p. 13)<sup>9</sup>.

Moreira propôs uma reinterpretação da renda diferencial I, ampliando o sentido de terra para natureza. Tradicionalmente, a renda diferencial I considerava a localização e a fertilidade da natureza como dádivas divinas e naturais, cujo valor pago ao proprietário pelo uso do solo era relativo aos poderes indestrutíveis da terra. Porém, reconhecemos as noções de localização e fertilidade não como um benefício da natureza, mas como o resultado da sociabilidade capitalista. Em outras palavras, a localização e a fertilidade são produzidas socialmente e consideradas como produção mercantil sob o comando de um capital privado (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004).

A fertilidade foi então compreendida como o conhecimento sócio-histórico de possíveis utilizações das terras. Esse saber cultural também não poderia ser compreendido como produtos de capitais privados. A desnaturalização da localização e da fertilidade implicava então considerar os processos nos quais tanto a localização quanto a fertilidade socialmente produzidas seriam apropriadas privadamente na competição intercapitalista. Localização e fertilidade transformam-se nessa perspectiva em valores sociais que, produtos do trabalho humano, tornam-se passíveis de apropriação capitalista. A renda diferencial I configura-se como o resultado das disputas econômicas de apropriação privada de processos sociais de localização das terras frente aos mercados e de produção sobre os usos da terra (MOREIRA, 2004).

<sup>9</sup> Para que a renda da terra seja obtida, é necessário que exista juridicamente a propriedade privada. Na prática, a constituição desse ordenamento legal permite que indivíduos e empresas detenham o monopólio do uso e do acesso à uma determinada porção do espaço. Isto é, permite a distinção entre proprietários e não proprietários de terras, permitindo que o primeiro extraia renda do segundo (BARBOSA e COSTA, 2012). Marx dividiu a renda fundiária em três tipos: a renda absoluta, a renda de monopólio e a renda diferencial, mas qualquer que seja a forma específica, todas têm em comum a apropriação da renda como forma econômica na qual a propriedade do solo se realiza (MARX *apud* HARVEY, 1980). Na verdade, a renda é uma só, a distinção é feita para a compreensão do real movimento do valor de acordo com a particularidade de cada realidade. A renda de monopólio opera no nível do individual, na capacidade, na intenção e na avidez de um comprador em pagar um preço que não foi determinado por esferas gerais da produção, é o desejo que alguém tem em obter um determinado espaço (MARX *apud* HARVEY, 1980). Por exemplo, "na cidade, a renda de monopólio deriva de condições muito específicas que determinadas localizações possuem em detrimento das demais. Para Topalov (1984), a renda de monopólio depende da fixação do excedente do preço de mercado acima do preço regulador de um bem cuja localização não pode ser reproduzida" (BARBOSA e COSTA, 2012, p. 482).

Mas essa renda é gerada pelo preço de monopólio que está na base da renda absoluta, que é uma renda que se origina em condições determinadas por grupos específicos da sociedade, é um fenômeno de monopólio de classe (MARX *apud* HARVEY, 1980). Ou seja, "[...] o aspecto central que funda a renda absoluta é a capacidade inerente à propriedade privada da terra em gerar renda para o proprietário", aliás "como o solo é uma mercadoria monopolizável e não reproduzível", o proprietário que deter o monopólio do controle sobre a terra terá "[...] total poder de decisão de colocar ou não seu terreno à disposição para aluguel ou arrendamento, com vistas à obtenção de renda absoluta" (BARBOSA e COSTA, 2012, p. 480 e 481). Já a renda diferencial é obtida através das distintas virtualidades presentes ou não nas localizações. Ela pode ser de dois tipos: renda diferencial I, relativa à renda de situação, ou seja as virtualidades propiciadas por uma determinada localização; e a renda diferencial II, relativa à renda de equipamento, quer dizer permite o aumento da renda devido aos investimentos privados ou não em uma dada área (BARBOSA e COSTA, 2012). Nesse caso, temos que ter a clareza de que "a renda é a parte do valor de troca que se destina ao proprietário e possuidor do solo" (MARX *apud* HARVEY, 1980, p. 162).



Seguindo essa lógica, expandimos essa análise da fertilidade do solo para a natureza como um todo. Assim, a natureza é compreendida como um elemento da cultura, do saber científico e cotidiano. Nesse sentido, a dominação de uma determinada parcela do espaço permite ao proprietário a apropriação e o controle de um tipo de ecossistema, ou seja, permite a apropriação privada de um determinado tipo de conhecimento produzido. "A propriedade da terra, do território, do ecossistema capacita o seu proprietário a disputar a apropriação privada os mais variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema" (MOREIRA, 2004, p. 17), isto é, dá o direito ao seu proprietário de "[...] disputar a apropriação do conhecimento que se tem sobre seus usos, no presente e no futuro, mesmo que não tenha feito nenhum investimento de capital ou de trabalho próprio na produção desse conhecimento" (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004, p. 18). A natureza pode apresentar diversos usos produtivos com uma relativa flexibilidade. O capital imobilizado em terras pode funcionar como reserva de valor, pode absorver parte do capital excedente como ativo financeiro e "[...] entra na disputa pelo futuro como garantia de acesso a novas potencialidades e usos da terra abertos pelo avanço do conhecimento, pelas novas tecnologias e pela formação de expectativas com relação ao futuro" (MOREIRA, 2004, p. 21).

É notório que a produção do conhecimento ganhou uma importância estruturante nas formas de uso e apropriação capitalista da natureza. Porém, como vimos, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados na produção do valor, posto que o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um elemento determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho fundamenta-se no trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Nesse caso, há um problema metodológico: o trabalho simples não se transforma diretamente em trabalho intelectual, tendo em vista que há uma lacuna nesse movimento que a teoria do valor-trabalho não incorpora. Por isso, Leff procura apontar para a necessidade de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar os processos culturais, econômicos e ecológicos através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar as contradições entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental (incluindo aí a diversidade cultural que a conforma), nos novos usos e apropriações capitalistas da natureza, para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006). Segundo o autor, é necessário "[...] desconstruir a racionalidade econômica, abrindo novas perspectivas para a construção de uma racionalidade ambiental orientada por um ecossocialismo democrático e sustentável" (LEFF, 2006, p. 61).



## Considerações finais

A transformação da natureza em mercadoria nos desígnios da teoria do valor-trabalho marxista suscita alguns impasses e muitas questões de âmbito teórico e metodológico. Por isso, o fechamento desse artigo não pretende dar por encerradas as reflexões sobre a produção capitalista da natureza nesse contexto. Porém, podemos ressaltar alguns pontos. A principal questão colocada para esse texto foi respondida: a teoria do valor-trabalho não tem instrumentos metodológicos (até o momento) capaz de incorporar a natureza (e sua exploração) nos postulados teóricos da produção do valor e do mais-valor. De início, o movimento de relativa autonomização do valor de troca sobre o valor de uso marca o período onde a lógica do valor se impõe para todas as dimensões e esferas da vida. Nesse sentido, a natureza passa por ressignificações, tendo como referência a racionalidade econômico-mercantil do mundo moderno. Em outro trecho, mas atrelado a isso, a produção do conhecimento - científico e tecnológico, além do conhecimento tradicional - ganhou uma importância fundamental nas formas de uso e apropriação capitalista da natureza. Porém, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados à produção do valor, dado que o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um fator determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho estrutura-se a partir do trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Marx nos deixou a tarefa de pensar uma teoria do valor-trabalho em que se possa incorporar essas novas dinâmicas da produção do valor que envolvem a mercadificação da natureza. Para isso, precisamos dialogar com outros autores, como Leff, que nos traz importantes contribuições. Leff aponta para a necessidade de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006). Com isso, talvez possamos abrir os horizontes para iniciar a produção de outros espaços, mais justos e solidários.



## Referências

- ACSELRAD, H. Internalização de custos ambientais - da eficácia instrumental à legitimidade política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, Ano IX, n. 1/4, vol. 1, p. 13-27. Jan/Dez 1995.
- BARBOSA, A. G. e COSTA, A. A. da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n. 3, p. 477-488, set/dez de 2012.
- FAIRHEAD, J. *et al.* Green Grabbing: a new appropriation of nature. **The Journal of Peasant Studies**. Vol. 39, n° 2, April 2012, 237-261.
- FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. **Para entender O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- LEFEBVRE, L. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991.
- LEFF, H. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LEFF, H. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política: Livro I (vol. 2)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política: Livro I (vol. 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MOREIRA, R. J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. **28º Encontro Anual da ANPOCS**, outubro de 2004. Caxambu. Minas Gerais. 2004.
- RUBIN, I. R. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- SMITH, N. Nature as accumulation strategy. In: PANITCH, L; LEYS, C. (eds.). **Socialist Register: coming to terms with nature**. Londres: Merlin, 2007. p. 16-36.
- VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular. 2007.



## **O SISTEMA CAPITALISTA DE FAVORECIMENTO: UMA ANÁLISE ACERCA DA ACUMULAÇÃO PERMANENTE DE CAPITAL E O PROGRAMA REGULARIZA EM GOIÁS**

*THE CAPITALIST FAVORING SYSTEM: AN ANALYSIS ABOUT THE PERMANENT CAPITAL ACCUMULATION AND THE PROGRAM REGULARIZES IN GOIÁS*

*EL SISTEMA DE FAVORAMIENTO CAPITALISTA: UN ANÁLISIS SOBRE LA ACUMULACIÓN DE CAPITAL PERMANENTE Y EL PROGRAMA REGULARIZA EN GOIÁS*

**Júlia Pereira de Sousa Cunha <sup>(1)</sup>**

**Ycarim Melgaço Barbosa <sup>(2)</sup>**

**Bruna Guimarães <sup>(3)</sup>**

<sup>(1)</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela PUCGO (Pontifícia Universidade Católica de Goiás). Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - Compliance no âmbito jurídico pela PUCGO (Pontifícia Universidade Católica de Goiás). Pós Graduanda em Direito Público pelo IGD (Instituto Goiano de Direito - Faculdade Cambury). Pós Graduanda em Direito Público com ênfase em Contratos e Licitações (Faculdade Fael). Bolsista Capes/CNPQ. E-mail: [juliaps11@hotmail.com](mailto:juliaps11@hotmail.com)

<sup>(2)</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1987), Mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1991), Doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1999), Pós-doutorado no Instituto de Economia da Unicamp (2011). E-mail: [ycarim@gmail.com](mailto:ycarim@gmail.com)

<sup>(3)</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2016). Especialista em Design de Interiores pelo IPOG (2019). Bolsista Capes/CNPQ. E-mail: [bruna.guimaraes10@hotmail.com](mailto:bruna.guimaraes10@hotmail.com)



## Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar uma análise acerca da Lei n.º 18.709/14, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás, o Regulariza, apresentado pelo então Governador recém eleito em 2014 Marconi Perillo. Indagou-se se a legislação teria sido proposta para beneficiar, especialmente, o Grupo JBS-Friboi, controlado pela holding J&F Investimentos, tendo como matéria principal a regularização fiscal dos devedores de ICMS, com um perdão fiscal de 100% dos valores correspondentes a juros, mora e atualização monetária incidentes sobre a dívida original. Com escassos dias úteis para uma tentativa de regularização empresarial em massa, houve a incidência do capitalismo de laços, isto é, o favorecimento dos entes público e privado em detrimento do interesse público. Com base no levantamento de dados e na análise dos fatos e das informações, verificou-se a conexão do referido programa com o sufrágio geo espacial, devido às vantagens recebidas em troca de favores políticos, bem como o seu vínculo com a acumulação permanente de capital e o capitalismo de compadrio.

## Palavras-chave

Capitalismo de laços; Estado de Goiás; Sufrágio Geo espacial.

## Abstract

The purpose of this article is to demonstrate an analysis of Law No. 18,709 / 14, which provides for the Incentive Program for Tax Regularization of Companies in the State of Goiás, Regulariza, presented by the then newly elected Governor in 2014 Marconi Perillo. It was asked whether the legislation had been proposed to benefit, especially, the JBS-Friboi Group, controlled by the holding company J&F Investimentos, with the main issue being the tax regularization of ICMS debtors, with a tax forgiveness of 100% of the amounts corresponding to interest, arrears and monetary restatement on the original debt. With few business days to attempt mass business regularization, there was the incidence of bond capitalism, that is, the favoring of public and private entities to the detriment of the public interest. Based on data collection and analysis of facts and information, the connection between the program and geospatial suffrage was verified, due to the benefits received in exchange for political favors, as well as its link with the permanent accumulation of capital and crony capitalism.

## Keywords:

Ties capitalism; Goias state; Geo space suffrage.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo demostrar un análisis de la Ley N ° 18.709 / 14, que establece el Programa de Incentivos para la Regularización Fiscal de las Empresas en el Estado de Goiás, Regulariza, presentado por el entonces Gobernador recién elegido en 2014 Marconi Perillo. Se preguntó si se había propuesto que la legislación beneficiara, especialmente, al Grupo JBS-Friboi, controlado por el holding J&F Investimentos, con el problema principal de la regularización fiscal de los deudores ICMS, con una condonación fiscal del 100% de los montos correspondientes a intereses, atrasos y reexpresión monetaria de la deuda original. Con pocos días hábiles para intentar la regularización comercial masiva, hubo una incidencia del capitalismo de bonos, es decir, el favorecimiento de las entidades públicas y privadas en detrimento del interés público. Sobre la base de la recopilación de datos y el análisis de hechos e información, se verificó la conexión entre el programa y el sufragio geoespacial, debido a los beneficios recibidos a cambio de favores políticos, así como su vínculo con la acumulación permanente de capital y capitalismo de amigos.

## Palabras clave:

capitalismo de bonos; Estado de Goias; Geo sufragio espacial.

## Introdução

**E**ste artigo analisa a Lei nº 18.709, de 22 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás, o Regulariza. Nota-se, preliminarmente, que a aprovação do Regulariza, também conhecido como Lei Friboi, foi realizada sete meses após a aprovação de uma legislação semelhante, que discorria sobre o mesmo tema.

Para a presente análise, considerou-se a legalidade dessa legislação, isto é, se a aprovação da referida lei foi regida pelo princípio da impessoalidade, visto que, ao analisar as empresas que aderiram ao Regulariza, observou-se que houve favorecimento a um grupo empresarial específico, que obteve vantagens consideráveis. Isso, por conseguinte, pode ter favorecido também o agente público, que se mostrou solícito à criação e à aprovação dessa lei.

O Grupo JBS-Friboi, controlado pela holding J&F Investimentos, por exemplo, conseguiu perdão fiscal de quase um bilhão de reais, o que reafirma que houve um grupo empresarial específico como o principal beneficiário desse incentivo fiscal.

Com base nisso, o objetivo deste artigo é o de analisar a Lei n.º 18.709/14 e sua relação com o capitalismo de laços, considerando a análise de David Harvey sobre a acumulação permanente de capital. Ressalta-se que a referida lei foi aprovada no final do ano de 2014, com vigência de uma semana.

Assim, para uma melhor compreensão acerca do tema, será analisado, primeiramente, o conteúdo da Lei n.º 18.459/14, de 05 de maio de 2014, anterior à Lei n.º 18.709/14. Busca-se, com isso, discutir os principais pontos de alteração e o que realmente foi atualizado, visto que seu período de vigência foi bastante curto. Após essa discussão, são apresentadas as vantagens concedidas com a aprovação da Lei n.º 18.709/14. Além disso, são citadas as empresas beneficiadas pela referida lei e o histórico de problemas judiciais do Grupo JBS-Friboi, conglomerado empresarial que mais obteve vantagens com essa legislação, assim como as representações que foram ingressadas pela 50ª Promotoria de Justiça de Goiás (PJG) contra o então Governador do estado à época, Marconi Perillo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), passando pelos trâmites, até a regularização, além de uma análise dos benefícios concedidos ao estado e ao próprio Governador, em virtude da aprovação da lei.

Por meio do levantamento de dados e da análise dos fatos, procede-se a uma conexão entre a aprovação do Regulariza e o capitalismo de laços, tendo em vista as vantagens recebidas



em troca de favores políticos, bem como a conexão entre o referido programa e a acumulação permanente de capital e o espólio.

## **Análise dos conteúdos de incentivos fiscais em Goiás: Leis n.º 18.459/14 n.º 18.709/14**

A Lei n.º 18.709/14 alterou a Lei n.º 18.459, de 05 de maio de 2014, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal de Empresas no Estado de Goiás. Sua publicação foi efetivada no Diário Oficial do Estado de Goiás, no dia 22 de dezembro de 2014, sendo concedido o prazo até o dia 29 de dezembro do mesmo ano para a sua adesão.

Dessa forma, as empresas interessadas deveriam realizar o pagamento de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) do total dos créditos tributários pendentes em atraso, com a possibilidade de parcelamento do restante do montante devido em até 60 (sessenta) vezes, com o acréscimo de 0,2% (dois décimos por cento) de juros ao mês.

Em uma leitura atenta aos dispositivos da Lei n.º 18.709/14, nota-se que esses consistiram em medidas facilitadoras para a quitação de débitos referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICMS) e sobre a Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ISS), configurando-se, assim, como renúncia fiscal.

Para a ratificação dessa assertiva, pode-se tomar como exemplo o art. 6º-A, da Lei n.º 18.709/14, que, além de apresentar a quantidade mínima total dos créditos tributários devidos, cita que qualquer ente empresarial que aderir ao programa de maneira solidária estará garantido perdão fiscal dos juros, redução da multa e da correção monetária de 100% (cem por cento), ou seja, tudo aquilo que havia gerado ônus de recebimento para o estado, por conta da não quitação dos impostos devidos, seria simplesmente apagado; somente o valor principal seria cobrado.

Observa-se que a legislação, ao invés de ser redigida com legalidade, impessoalidade e eficiência, como regem os princípios administrativos para a criação de uma lei, foi elaborada com ilegalidade, ineficácia e favorecimento a terceiros. Os fragmentos do texto destacados evidenciam a disparidade entre o que foi atualizado e o que não constava na Lei n.º 18.459/14, tornando ainda mais transparente a vontade do legislador de inserir dispositivos contrários a legalidade legislativa, que prejudicam tanto a ordem econômica como o desenvolvimento regional. O quadro comparativo a seguir elenca as principais disparidades entre duas legislações

mencionadas. Ressalta-se que o período de entrada em vigor entre uma e outra foi de apenas sete meses.

**Tabela 1 - Comparativo das Legislações – Lei nº 18.459/2014 e Lei nº 18.709/14**

LEI Nº 18.459, DE 05 DE MAIO DE 2014.	LEI Nº 18.709, DE 22 DE DE ZEMBRO DE 2014.
Sem previsão legal	“Art. 6º-A”. Na hipótese em que o sujeito passivo aderir ao <b>REGULARIZA</b> e realizar o pagamento, à vista e em moeda de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de todos os créditos tributários constituídos em seu nome, inclusive aqueles em que seja solidária, a redução da multa, dos juros e da correção monetária será de 100% (cem por cento), observado o disposto no art. 8º.
Sem previsão legal	§ 1º Para fazer jus ao percentual de redução de que trata o <i>caput</i> , o sujeito passivo deve, ainda, parcelar o remanescente em até 60 (sessenta) parcelas, não se admitindo o pagamento por meio de crédito acumulado, hipótese em que os juros e a atualização monetária estimada, incidentes sobre o parcelamento, serão de 0,2% (dois décimos por cento) ao mês.
Sem correspondente.	§ 2º Para efeito de apuração do percentual de que trata o <i>caput</i> :
Sem correspondente.	I - será calculado sobre o valor do crédito tributário favorecido; [...]
Sem correspondente.	Art. 2º Para o sujeito passivo que realizar o pagamento do <u>crédito tributário favorecido até o dia 29 de dezembro de 2014</u> , nos termos da Lei 18.459, de 05 de maio de 2014, com modificações posteriores, o <u>percentual referente a honorário advocatício, previsto no art. 16 da referida Lei, fica alterado para 3% (três por cento)</u> .

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).



## **Os benefícios concedidos ao estado de Goiás e aos agentes envolvidos**

Após os benefícios concedidos às empresas optantes pelo Programa Regulariza, o Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO) instaurou um inquérito civil público, para que fosse apurado se os Poderes Legislativo e Executivo aprovaram e publicaram a Lei n.º 18.709/14 para beneficiar as filiais do Grupo JBS-Friboi, visto que o conglomerado havia contraído uma dívida exorbitante, em que o pagamento estava atrasado (HONÓRIO, 2015)

No inquérito, observou-se que o prazo para a adesão ao Regulariza foi de somente uma semana; se descontados os feriados e os finais de semana, as empresas tiveram, efetivamente, somente quatro dias para obterem o benefício. Além disso, a referida lei foi publicada em meio aos festejos de final de ano, com pouco publicidade na imprensa local (HONÓRIO, 2015).

Em Goiás, quatro filiais do Grupo JBS-Friboi, localizadas em Goiânia, Anápolis, Mozarlândia e São Luís de Montes Belos, aderiram ao Regulariza. Somadas as dívidas dessas filiais, o débito junto ao fisco era de R\$ 1,3 bilhão. Por meio do programa, esse débito foi reduzido para R\$ 320 milhões, com um desconto de aproximadamente R\$ 1 bilhão. Desse montante, teria sido pago ao governador do estado à época o valor de R\$ 250 milhões (RECHE, 2018).

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTB), em seu art. 172, poderá haver remissão total ou até mesmo parcial de créditos tributários desde que atendidos alguns critérios, como a situação econômica do sujeito ou a diminuta importância do crédito tributário. Todavia, essa não era a situação das filiais do Grupo JBS-Friboi.

Diante disso, o atual Governador do estado de Goiás, Ronaldo Caiado, que à época era Senador, propôs que as filiais do Grupo JBS-Friboi virassem réis, devido às irregularidades encontradas no Programa Regulariza. Ele solicitou a anulação dos efeitos dos programas de negociação de débitos fiscais, argumentando que o Regulariza teve como único objetivo beneficiar o Grupo JBS-Friboi (RECHE, 2018).

Ronaldo Caiado também questionou, na ação, o endividamento do estado de Goiás (Secretaria do Tesouro Nacional). O perdão fiscal concedido à Friboi correspondeu, à época, a 10% da dívida de Goiás com o Tesouro Nacional, que era de cerca de R\$ 9 bilhões. Importa mencionar que, conforme os dados da Secretaria do Tesouro Nacional, Goiás está entre os quatro estados brasileiros com a pior nota de capacidade de pagamento.

Contudo, o magistrado da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, rejeitou a ação popular proposta, prevalecendo o entendimento de que as filiais do Grupo JBS-Friboi foram somente algumas das cerca de mil empresas que participaram do Programa Regulariza; portanto, não



houve direcionamento. De acordo com o magistrado, o programa de negociação de débitos foi criado por lei e aprovado na Assembleia. Pelo fato de o Judiciário e o Legislativo serem poderes autônomos, um magistrado não pode declarar a nulidade de uma lei aprovada pelos deputados estaduais. E ainda, a ação levaria o Poder Judiciário a controlar em ato o Poder Legislativo, sendo isso inadmissível, visto que os poderes são independentes e harmônicos entre si (RECHE, 2018).

Contudo, se as referidas empresas agiram com infração, elas não poderiam ser beneficiadas pela anistia concedida pela Lei Regulariza. Tais empresas também não poderiam ser beneficiadas com a remissão da atualização monetária, uma vez que são pessoas jurídicas, com grande poder econômico, devedoras de altos valores aos cofres estaduais, como mencionado.

## **Os benefícios concedidos ao estado de Goiás e ao ex-Governador**

Diante das circunstâncias envolvendo os benefícios concedidos pelo Regulariza, o MP-GO ingressou com uma ação civil pública solicitando que fossem bloqueados bens do ex-Governador Marconi Perillo, e que este efetuasse o ressarcimento de R\$ 3,9 bilhões aos cofres do estado de Goiás, valor esse referente à ação sobre a concessão de benefícios fiscais às filiais do Grupo JBS-Friboi, no valor aproximado de R\$ 1,3 bilhão, no ano de 2014, por meio do Programa Regulariza. Vale destacar que tal benefício de regularização tributária foi criado em ano eleitoral (BARBOSA, 2019).

Na referida ação, o ex-Governador também foi acusado de transgredir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), pois a renúncia se deu pelo encaminhamento de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, por meio do Ofício n.º 239/2014, sem atender aos requisitos da LRF. E ainda, o benefício fiscal foi concedido em ano eleitoral, contrariando a Lei Eleitoral e incorrendo, dessa forma, em improbidade administrativa (BARBOSA, 2019).

A renúncia da receita por meio da concessão de benefício fiscal ocorreu via encaminhamento de projeto de Lei à Assembleia Legislativa, o que não atendeu aos requisitos formais exigidos pelo art. 14 da Lei Complementar n.º 101/2000, LRF:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de



diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Ademais, reforça a referida demanda o fato de que o benefício fiscal tenha ocorrido em ano eleitoral, contrariando, portanto, o art. 73, § 10, da Lei n.º 9.504/97, Lei das Eleições, a saber:

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. (Incluído pela Lei nº 11.300, de 2006)

Portanto, o ex-Governador incorreu em ato de improbidade administrativa, como mostra a Lei de Improbidade Administrativa, art. 10, caput, incisos VII e X. Ressalta-se que o ex-Governador também foi beneficiado pela aprovação de tal norma.





## **Os prejuízos advindos do Programa Regulariza para o desenvolvimento regional de Goiás**

Um total de 1.021 (mil e vinte uma) empresas aderiram ao Programa Regulariza entre os dias 22 e 29 de dezembro de 2014. Ao todo, as dívidas dessas empresas com o estado de Goiás eram de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, sendo que, com a aprovação da Lei de nº 18.709/14, somente ao Grupo JBS-Friboi o benefício concedido (perdão da dívida) foi de R\$ 949.104.111,06 (ARRUDA, 2019).

A receita que deveria ter sido arrecadada pelos cofres públicos para o pagamento de outras contas junto ao Tesouro ou a outros programas governamentais em Goiás foi perdoadada, o que gerou uma situação ainda mais caótica no setor público. A ação do MP-GO mostrou que tudo isso ocorreu em um cenário de crise econômica no estado, o que foi detalhado pela promotoria (ARRUDA, 2019).

### **O Programa Regulariza e o capitalismo de laços**

Em 2011, Sérgio Lazzarini lançou o livro *Capitalismo de laços – os donos do Brasil e suas conexões*. Essa obra é o resultado de pesquisas minuciosas e critérios bastantes sólidos de coleta de dados, e contou com a colaboração de um grupo internacional de estudo sobre grupos empresariais nacionais e suas expansões em um determinado período.

O objetivo da referida obra é o de descrever a dinâmica do capitalismo de laços (expressão cunhada por Lazzarini) no Brasil. Esse nada mais é que a relação entre o ente público e o privado. Lazzarini examina as possíveis implicações dos atos de corrupção e de esquemas de trocas de favores na economia do país. Incluem-se nessa dinâmica a eleição de políticos com o auxílio de milícias, crime organizado e grupos empresariais. O autor analisa o comportamento das grandes corporações no contexto de mudanças políticas e econômicas que aconteceram no final da década de 1990 no Brasil (COSTA, 2017).

Constatou-se que entidades que possuíam ligação com o Governo, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os fundos de pensões e grupos econômicos locais, ao invés de diminuírem, aumentaram a sua importância nas redes de propriedade, principalmente na atividade local. A partir da cultura microlocal, essas mesmas entidades iniciaram uma expansão rumo ao exterior, pleiteando o status de multinacional.



Corrupção e transações opacas no Brasil sempre existiram; porém, até pouco tempo, o discurso era simples: é assim que o Brasil funciona. Havia os defensores da ideia de que mudar esse “jeito brasileiro” na condução dos negócios possivelmente extinguiria serviços. Esse discurso era de interesse tanto de uma elite empresarial entrelaçada com o Governo quanto de uma elite política dependente de patrocínio empresarial, fomentando, assim, o capitalismo de laços (LAZARRINI, 2015).

Foi nesse cenário que ocorreu a aprovação da Lei de nº 18.709/14. Isso significa que houve trocas de favores entre a o ente público e os atores privados.

Quando se tem um monopólio de mercado, ou seja, quando o poder econômico se encontra concentrado nas mãos de poucas empresas, grupos empresariais ou corporações, a economia classifica isso como falha, uma vez que gera ineficiência no mercado. Os preços passam a ser excessivamente altos, pois não há concorrência, o que, para o ente público, traz apenas prejuízos, visto que obras e licitações passam a ser superfaturadas. Desse modo, tiram proveito do capitalismo de laços: o funcionário público corrupto, a corporação e os dirigentes de determinados setores no Estado (NAKABASHI, 2019).

O capitalismo de laços é a condição de concentração econômica e política; portanto, deve ser combatido, para que também se consiga reduzir a corrupção, a má organização da administração pública e os prejuízos na malha do desenvolvimento regional daquele ente federativo onde a máquina pública vem sendo lesada (NAKABASHI, 2019).

Uma possível alternativa a essa “bagunça” administrativa talvez seja a criação e a manutenção de agências com poder, sendo independente de governos e empresas. Essas agências seriam responsáveis pelas fusões e aquisições empresariais e por qualquer ação do governo que venha a aumentar ou a isentar dívidas fiscais.

## **Acumulação permanente do capital e o espólio**

Segundo David Harvey (apud BRANDÃO et al., 2012), a acumulação permanente do capital tem origem na acumulação primitiva século do XX, no que ele chama de acumulação primitiva permanente ou segunda forma de acumulação do capitalismo. As acumulações primitivas estariam disciplinadas na captura extensiva/intensiva do território privado, da retenção em caráter especulativo da terra/propriedade e do dinheiro.

Atualmente, há um cenário de análise crítica aos fundamentos do capitalismo. Este vem se mostrando sensível às forças políticas em âmbito nacional e internacional, de acordo com a necessidade de desenvolvimento histórico (BRANDÃO et al., 2012)



De acordo com Lazzarini (2015) e Brandão et al. (2012), a comunidade científica busca construir um arcabouço teórico e histórico acerca da lógica da acumulação de capital, por meio da análise de seu envolvimento com a classe política, os conglomerados empresariais, a administração pública e a nova construção do espaço territorial e social dos países no cenário capitalista. As pesquisas atuais visam mostrar a evolução e o desenvolvimento da ordem mundial internacional nas últimas décadas.

A despeito da força disruptiva do processo de mundialização do capital, o processo investigativo deve continuar atento ao papel construtivo e decisivo em escala nacional: a disputa por hegemonia interestaduais e interterritoriais, bem como as hierarquias do Estado, das moedas e das armas, que moldam o mundo (FIORI, 2007). Entende-se que essa análise se mostra bastante atual.

Os Estados, sejam eles nacionais ou internacionais, ainda são dominados pelo poder financeiro e pelos conglomerados empresariais de grande e médio porte. As grandes propriedades e as fortunas mercantis, imobiliárias e fundiárias fazem-se cada vez mais presentes, como engrenagem central no funcionamento do sistema capitalista global. O sistema capitalista, por sua vez, é considerado polimórfico, seguindo diferentes trajetórias e vias, apresentando constantes polarização em suas estruturas e dinâmicas (BRANDÃO et al., 2012).

Para Brandão et al. (2012), a crise contemporânea de caráter estrutural na base capitalista revela a natureza especulativa e monetária desse sistema; evidencia a utilização de mecanismos e processos recorrentes, inovadores e aqueles de uso permanente. Desse modo, a acumulação de capital deve ser interpretada como uma revolução processual nas bases, que hegemoniza e heterogeniza suas estruturas, mercantiliza todas as ações, mas, ao mesmo tempo, traz inovações para a auto expansão e a auto inovação.

No sistema capitalista, no que tange a métodos e processos, destaca-se os métodos espoliativos. Dessa forma, importa questionar se a acumulação primitiva e a expropriação consistem apenas em elementos da fase anterior do capitalismo ou se estão presentes no contexto atual.

É de conhecimento que o capitalismo consegue transformar tudo em mercadoria, não importando os meios de aquisição e de transformação processual. Fato esse demonstrado por autores clássicos marxista, que evidenciaram a natureza perpétua no processo histórico do movimento de acumulação de capital (BRANDÃO et al., 2012).

Na história do capitalismo, nota-se que a captura de bens públicos e privados para o progresso social é regular e comum em cenários internos e externos. Para Karl Max, os métodos de acumulação são parte de uma conjuntura sistêmica constante, em que o Estado se mostra



como uma força que concentra e organiza a sociedade de forma geral. Neste sentido, David Harvey propõe uma atualização, nos termos marxistas, com a acumulação por espoliação e por despossessão, evidenciando que a acumulação é de caráter permanente e não circunstancial.

## **Capitalismo de Compadrio ou Crony Capitalism**

Não somente Lazzarini tem uma nova perspectiva de como e o mecanismo atinente a política de troca de favores entre os entes tripartite: a Administração Pública, a classe política e o setor privado. Luiz Zingales após deixar a Itália e vir para os Estados Unidos se depara com um assunto que em seu país natal não é visto com bons olhos: as negociações entre Empresas X Estados. Após EUA em 1971 conceder um empréstimo no montante de 250 milhões a uma empresa do ramo aéreo, Zingales passa a discorrer sobre o capitalismo de compadrio, ou *crony capitalism*.

Segundo Mitchell 2014, o capitalismo de compadrio nasceu por uma série de fatos ocorridos nos EUA entre 1971 a 2008. Em 1970 as companhias Penn A *Central Railroad* juntamente com a *Chrysler* receberam resgate do Governo Americano; já em 1971 foi a vez da empresa aérea *Lookheed Aircraft*; em 1984 a *Continental Illinois*; na década de 90 os beneficiários foram centenas de economias juntamente com associações de empréstimos; em 2008 o Governo Federal efetivou a compra ou o resgate de centenas de instituições financeiras e automotivas. Mas embora tenha esse longo histórico de recuperações, nem sempre as regras para esse auxílio eram nítidas.

Ao citar o ano de 2008 houve uma situação inusitada o Banco Central Americano (*Federal Reserve*) aprovou um empréstimo de 85 milhões ao *American International Group*, além de prestar um auxílio a *Bear Stears* (via *J.P Morgan*), *Fannie Mae* e *Freddie Mac*. Mas se tratando do famoso *Lehman Brothers* não houve amparo algum, chegando à falência no mesmo período, e logo após foram levantados alguns questionamentos acerca dessas atitudes.

O primeiro questionamento é se todas as grandes empresas possuem envolta a elas plena fé e créditos governamentais; O segundo questionamento é se ao não efetuar o resgate de tais instituições financeiras significativas comprometeria a credibilidade; Já o terceiro é se esses socorros oferecidos pelos Governo quebraram alguma norma ou tabu político; Quarto e não menos importante é de como fica a percepção pública sobre o Governo e a figura do capitalismo no livre mercado.

Há um capitalismo confuso do relacionamento entre o ambiente cultural, o Mercado e o Governo. Deste modo a população perde a confiança no sistema econômico, que aos seus olhos



está impregnado na corrupção, ameaçando a propriedade privada concluindo que a mesma não será protegida levando a dúvida sobre a efetividade do sistema de livre mercado.

Ao ser levantada essa possibilidade o público demonstra-se contra mercados com mais direito a propriedade, a partir do momento em que as empresas ficam cientes a multidão fica em estado de alerta quando exigir mais privilégios do Estado.

## **Princípio da Isonomia Tributária**

Ao se tratar de tributos deve-se recordar de que são regidos por dois princípios centrais: o princípio da universalidade e o da generalidade. Quando exercidos dentro o núcleo impositivo de ambos os princípios isso garante tanto pessoas físicas como pessoas jurídicas, de ter seus bens e serviços prestacionais inclusos para serem abrangidos pela tributação. Mas se essas isenções apresentem caráter subjetivo são consideradas inconstitucionais, justamente pela não observância do princípio da isonomia tributária.

Previsto no rol dos princípios constitucionais, conhecido como L.I.M.P.E (Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; Eficiência) o princípio da isonomia tenta trazer a igualdade nas relações, inibindo um tratamento jurídico diferenciado tanto entre pessoas sob o mesmo pressuposto fático, como entre pessoas com pressupostos divergentes. Sua fonte de poder vem do texto constitucional, precisamente no art. 5 da Constituição Federal de 1988.

Se tratando do Programa Regulariza em Goiás, o princípio da isonomia deve ser analisado seguindo duas vertentes: a primeira e a discriminação entre os desiguais e a segunda e o impedimento de distinção de seus iguais. Embora a primeira modo pareça um pouco confuso e bem simples, o impedimento de distinção entre seus iguais trata-se de tratar todos os indivíduos pertencentes a um determinado grupo ou todas as pessoas do mesmo modo, independente da particularidade de cada uma.

Já o impedimento discriminatório entre desiguais e tratar os desiguais a medida de suas particularidades. Por exemplo não se pode cobrar o mesmo valor do imposto de renda entre uma pessoa que recebe mensalmente 50 mil e outra que recebe 10 mil, por esse motivo há alíquotas diferentes.

O constituinte no exercício da composição da nossa atual constituição, fez uma análise de fatos sobre diversas isenções subjetivas, transgredindo o princípio da isonomia em suas duas vertentes. No art. 150, II da Constituição Federal de 1988 ele deixa este ponto de vista bem nítido:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:



II – Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Em exame a Lei de nº 18.709/14 nota-se que nenhuma das vertentes impostas tanto no L.I.M.P.E (Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; Eficiência) como no princípio da isonomia tributária não foram atendidas, gerando assim um mal estar e resultando em um processo judicial em andamento.

Levando em conta o princípio da capacidade contributiva que e baseado no poder econômico do contribuinte, que nesse caso trata da JBS e suas filiais e instituído justamente pela sua capacidade econômica.

São meios de extrafiscalidade os tributos, de um modo geral, tendo como principal finalidade e dever encaminhar dinheiro aos cofres públicos. O Programa Regulariza teve como ator principal as isenções dadas a cerca de impostos a empresas que segundo a capacidade contributiva tinham como saldar os impostos devidos.

Neste caso o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Circulação, Mercadorias e Serviços (ICMS), devem ser instrumentos de extrafiscalidade. Portanto, a seletividade nestes impostos é obrigatória e não facultativa, ou pelo caminho constitucional devem ser seletivos em função da essencialidade do produto industrializado ou das mercadorias ou serviços.

Tanto o IPI, como o ICMS, podem ser contemplados com técnicas de alteração da carga tributária através de sistema de alíquotas diferenciadas, variações de bases de cálculo, criação de incentivos fiscais, mas a partir do momento que tais manobras são feitas sem seguir a legalidade do ato, e considerado um crime, conforme está acontecendo em Goiás através do Programa Regulariza, responsabilizando por tal manobra o ex-Governador do Estado, Marconi Perillo.



## Considerações Finais

O presente artigo procurou analisar, por meio de dados e pesquisa documental, a aprovação do Programa Regulariza, no estado de Goiás, com base no capitalismo de laços, na acumulação permanente de capital e no espólio. Com isso, ficou evidenciado que a forma de relação entre ente público e privado, considerando a ideia em torno do capitalismo de laços, traz prejuízos para o ente público, como a falta de recursos nas áreas da saúde, da educação, entre outras.

Nota-se que, no Brasil, é prática recorrente o favorecimento ilícito a grandes conglomerados em detrimento dos recursos da Administração Pública. Isso ocorre por meio de representantes eleitos pela sociedade. Esses, ao invés de administrarem com isonomia, preferem colocar em prática a acumulação permanente de capital.

Neste sentido, observa-se que as capitais brasileiras e seus espaços regionais vão compondo uma malha de interesses especulativos e patrimonialistas, criando um terreno propício a acumulações interligadas a cadeias do mercado internacional.

Nota-se que, em cada escândalo envolvendo corrupção, propinas etc., como o que envolveu o Programa Regulariza, em Goiás, fica mais evidente que a gestão político-administrativa tem como base o capital das grandes empresas, as vantagens para faturamentos ilícitos e a perda dos direitos coletivos.

Desse modo, pode-se afirmar que tanto a acumulação quanto a expropriação foram bases para criação do arcabouço político econômico da sociedade brasileira, e que, desde as últimas décadas do século passado, o capitalismo de laços vem se tornando parte de todo processo administrativo público ou privado.

A não adequação aos princípios constitucionais através do L.I.M.P.E (Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade; Eficiência) e do princípio da isonomia tributária, relata a sociedade que as políticas fiscais no exercício de seus guardiões, sejam eles Governantes ou CEO de conglomerados empresariais estão necrosando a economia mundial. A legislação garante que tais manobras possam ser feitas, mas devem sempre estarem pautadas na legalidade e moralidade administrativa pública e privada.

Portanto, o capital encontra-se doente. Em matéria internacional há uma crescente utilização do capitalismo de compadrio e no contexto brasileiro, além do capitalismo de laços faz-se necessário proceder a um diagnóstico econômico e social para o tratamento dessa doença, que onera não somente os bens, mas também os setores público e privado para evitar um colapso estrutural de vertente econômica, política e administrativa.



## Referências

- ARRUDA, Ana Cristina. *MP-GO aciona Marconi por renúncia fiscal de R\$ 1 bilhão à JBS-Friboi*. 2019. Disponível em: <https://www.onzedemaio.com.br/mp-go-aciona-marconi-por-renuncia-fiscal-de-r-1-bilhao-a-jbs-friboi/>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BARBOSA, Lívia. *MP pede bloqueio de 3,9 bilhões de Marconi por renúncia de receita com benefícios fiscais*. 13 fev. 2019. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/mp-pede-bloqueio-de-39-bilhoes-de-marconi-por-renuncia-de-receita-com-beneficios-fiscais-164329/>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- BRANDÃO, CARLOS [et al.]. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo** – Rio de Janeiro: Lamparina, 2010
- COSTA, Mariana Timóteo. *“Capitalismo de laços é terreno fértil para corrupção, dizem especialistas*. 24 abr. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/capitalismo-de-lacos-terreno-fertil-para-corrupcao-dizem-especialistas-21245825>. Acesso em: 19 out. 2019.
- GOIÁS (Estado). Lei nº 18.709, de 22 de dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina\\_leis.php?id=11796](http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_leis.php?id=11796). Acesso em: 21 out. 2019.
- LAZZARINI, Sergio. *Escancarando o capitalismo de laços*. 25 jun. 2015. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,escancarando-o-capitalismo-de-lacos--imp-,1713039>. Acesso em: 20 out. 2019.
- HONÓRIO, Cristiani. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS. *Inquérito apura aprovação de lei supostamente para beneficiar empresa devedora de tributos ao Estado de Goiás*. 17 mar. 2015. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/noticia/inquerito-apura-aprovacao-de-lei-supostamente-para-beneficiar-empresa-devedora-de-tributos-ao-estado-de-goias#.XbAfZZJKjIU>. Acesso em: 21 out. 2019.
- MITCHELL, MATTHEW. **The Pathology of Privilege: The Economic Consequences of Government Favoritism** – Mercatus Center: George Mason University, 2014
- NAKABASHI, Luciano. *Capitalismo de laços é negativo para sociedade*. 24 abr. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/capitalismo-de-lacos-e-negativo-para-sociedade/>. Acesso em: 22 out. 2019.





RECHE, Carlos Eduardo. *Senador pedia que Marconi e JBS virassem réus por causa do programa de negociação de dívidas do Estado em 2014*. 23 mai. 2018. Disponível em: <http://imprensaja.com.br/portal/23-05-2018-goias-juiz-rejeita-acao-de-caiado-contramarconi-no-caso-jbs/>. Acesso em: 19 out. 2019.

SOUZA, Giselle. *Lei sobre isenção de tributos deve observar princípio da razoabilidade*. 11 fev. 2016. Disponível em: <http://imprensaja.com.br/portal/23-05-2018-goias-juiz-rejeita-acao-de-caiado-contramarconi-no-caso-jbs/>. Acesso em: 10 jan. 2020.



## **URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA E DESIGUALDADES SOCIAIS: ANÁLISE DE MONTES CLAROS/MG**

*CONTEMPORARY URBANIZATION AND SOCIAL INEQUALITIES: ANALYSIS OF  
MONTES CLAROS / MG*

*URBANIZACIÓN CONTEMPORÁNEA Y DESIGUALDADES SOCIALES: ANÁLISIS  
DE MONTES CLAROS / MG*

**Iara Soares de França <sup>(1)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros/MG (UNIMONTES)E-mail: [iara.franca@unimontes.br](mailto:iara.franca@unimontes.br)*



## Resumo

Uma das características da urbanização contemporânea refere-se à ampliação das desigualdades no âmbito do processo geral da reprodução capitalista ampliada e nas cidades podem ser verificados os efeitos. Independente do formato da cidade, crescimento, localização, as desigualdades ali se manifestam. Especificando essa dinâmica têm-se as cidades médias do Brasil, situadas nesse estudo a partir de Montes Claros/MG. Portanto, este texto analisa as desigualdades sociais a partir de indicadores sociais, econômicos na escala intraurbana dessa cidade média. Os resultados apontam que Montes Claros inserida na dinâmica, complexidade e diversidade da urbanização brasileira tem seus papéis, funções, conteúdos e formas alterados. Enfrenta uma série de desafios relativos ao combate à pobreza, distinção de renda, provisão de serviços públicos e condições urbanas e ambientais como a moradia e os espaços públicos. Do ponto de vista prospectivo, Montes Claros, dada sua especificidade, por meio dos governos e de novas formas de gestão urbana deve atender as demandas sociais para amenizar os problemas de ordem ambiental, social, estrutural e econômico, transformando a realidade urbana e, com isso, possibilitando a realização e apropriação do urbano pela sua população.

## Palavras-chave

Urbanização Contemporânea; Desigualdades Urbanas; Montes Claros.

## Abstract

One of the characteristics of contemporary urbanization refers to the widening of inequalities within the scope of the general process of expanded capitalist reproduction and in the cities the effects can be verified. Regardless of the city's shape, growth, location, inequalities are manifested there. Specifying this dynamic are the medium-sized cities in Brazil, located in this study from Montes Claros / MG. Therefore, this text analyzes social inequalities based on social and economic indicators on the intra-urban scale of this average city. The results show that Montes Claros inserted in the dynamics, complexity and diversity of Brazilian urbanization has its roles, functions, content and forms changed. It faces a series of challenges related to combating poverty, income distinction, provision of public services and urban and environmental conditions such as housing and public spaces. From a prospective point of view, Montes Claros, given its specificity, through governments and new forms of urban management must meet social demands to alleviate environmental, social, structural and economic problems, transforming urban reality and, with this, enabling the realization and appropriation of the urban by its population.

## Keywords:

Contemporary Urbanization; Urban Inequalities; Montes Claros.

## Resumen

Una de las características de la urbanización contemporánea se refiere a la expansión de las desigualdades dentro del alcance del proceso general de reproducción capitalista expandida y en las ciudades los efectos pueden ser verificados. Independientemente de la forma de la ciudad, el crecimiento, la ubicación, las desigualdades se manifiestan allí. Especificando esta dinámica están las ciudades medianas de Brasil, ubicadas en este estudio de Montes Claros / MG. Por lo tanto, este texto analiza las desigualdades sociales basadas en indicadores sociales y económicos en la escala intraurbana de esta ciudad promedio. Los resultados muestran que Montes Claros insertado en la dinámica, la complejidad y la diversidad de la urbanización brasileña ha cambiado sus roles, funciones, contenido y formas. Se enfrenta a una serie de desafíos relacionados con la lucha contra la pobreza, la distinción de ingresos, la provisión de servicios públicos y las condiciones urbanas y ambientales, como la vivienda y los espacios públicos. Desde un punto de vista prospectivo, Montes Claros, dada su especificidad, a través de los gobiernos y las nuevas formas de gestión urbana, debe cumplir con las demandas sociales para aliviar los problemas ambientales, sociales, estructurales y económicos, transformando la realidad urbana y, con esto, permitiendo la realización y apropiación de lo urbano por su población.

## Palabras clave:

Urbanización contemporánea; Desigualdades urbanas; Montes Claros.



## Introdução

**N**o momento atual o processo de reestruturação produtiva e espacial no mundo atrelado as alterações profundas ensejadas no modo capitalista de produção, provoca muitas transformações como a aceleração da urbanização e sua complexidade recente com efeitos em todas as escalas geográficas. Essa Nova Urbanização está associada, nos dizeres de Soja (2013), à continuidade ou mesmo o aumento da polarização cultural, política, econômica e social, o que demonstra as raízes socioeconômicas desse processo. Este processo se acentua e marca as aglomerações urbanas no Brasil.

Nessa nova configuração espacial, os paradoxos se aprofundam. Para a compreensão desse quadro, não se pode prescindir da análise efetivada por Harvey (2006) na Teoria de Desenvolvimento Desigual em distintas escalas geográficas que permite a compreensão das desigualdades sociais acumuladas no Brasil em suas especificidades. O autor considera a natureza geográfica das desigualdades socioeconômicas entre países e regiões, numa base teórica e metodológica, produzidas pelo capitalismo e, que por sua vez, ocasiona a diferenciação do espaço geográfico.

Este processo de desigualdade marca as aglomerações urbanas do mundo e entre elas, as latino americanas. No Brasil dada a sua formação socioespacial a desigualdade é histórica, desde o período colonial, (séculos XVI e XVII), pela ação dos grupos hegemônicos, se manifesta em diferentes escalas produzindo regiões no país economicamente desenvolvidas, dinâmicas, prósperas, fluídas e outras menos desenvolvidas materializadas no território. (Santos; Silveira, 2001).

Brandão (2017 p.114) interpreta as desigualdades pontuando que embora o Brasil tenha construído virtuosamente a articulação econômica, a integração dos mercados regionais e a unidade nacional, todo o processo se deu sob um pacto de dominação ultraconservador, antidemocrático e antipopular. Apesar de ter engendrado socioeconomias urbano-regionais e rurais bastante complexas e modernas, estas estiveram – e continuam estando – submetidas à estrutura política arcaica deste pacto, que soldou alianças políticas e um contrato social produtor de todas – e simultâneas – expressões de desigualdades. Com base no pensamento do autor: “Acredita-se que o país tenha montado, talvez, a maior máquina de (re)produção de desigualdades do planeta”.



Num contexto de transformações econômicas, demográficas e territoriais do Brasil, e, particularmente desde o início do século XX<sup>1</sup> é evidente um espaço geográfico nacional marcado por grandes disparidades, contradições, sendo que a concentração de renda nos ricos eleva os níveis de pobreza da população. A desigualdade entre as classes é também evidente em relação ao consumo e disparidade de equipamentos coletivos, desigualdades nos níveis de acessos de infraestrutura e serviços urbanos, além de direitos sociais como educação, saúde e emprego, notadamente.

Nas cidades brasileiras as desigualdades sociais têm como uma das principais causas a ausência ou ineficácia de planejamento urbano, pela ação do Estado, sobretudo, a quem caberia estabelecer as diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável econômica, social, estrutural e ambientalmente, por meio dos instrumentos urbanísticos, por exemplo, o Plano Diretor instituído pela Lei do Estatuto da Cidade de 2001<sup>2</sup>.

Tudo isso se dá numa sociedade capitalista que é lócus da ação de diversos agentes como o Estado, os proprietários de terras, agentes imobiliários que organizam e produzem o espaço urbano. A partir das ações isoladas e combinadas desses agentes, a cidade, “expressão da relação dialética entre sociedade e espaço”, (CARLOS, 2011, p.76), se projeta como um espaço de expressão de processos socioeconômicos e espaciais diversos, entre eles, as desigualdades. Uma realidade contraditória com concentração de indicadores de riqueza e renda, concomitante, a vinculação a inúmeras situações de pobreza e exclusão social decorrentes das relações sociais de produção ao longo do tempo passado e presente.

Em recente publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2020) pesquisa Desigualdade Social e Econômica constata que somos um país muito desigual e, o mais grave, registra-se crescimento desse índice entre os anos de 2017 e 2019. Em 2019 o estrato de 1% da população brasileira mais rica tinha uma renda média 33,7 vezes maior que a metade da população mais pobre do país. O Índice de Gini, instrumento que mede a desigualdade de renda, para o Brasil ficou em 0,543, no ano de 2019.

Nesse diapasão, este texto analisa as desigualdades sociais a partir de indicadores sociais, econômicos e de características do espaço intraurbano cidade média de Montes Claros/MG. Para tanto, foram analisados dados produzidos ou disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, tais como Produto Interno Bruto Per capita, Índice de GINI, Índice de Desenvolvimento Humano. Também foram examinados indicadores de

<sup>1</sup> No Brasil a urbanização se intensificou desde 1960, período em que a população urbana representava 44% no total, alcançou 84% no ano de 2010. (IBGE, 2010).

<sup>2</sup> Lei Federal 10.257 aprovada em 2001 a qual regulamenta os instrumentos da Política Urbana. Atribui o Plano Diretor Municipal com o principal instrumento para a sua implementação.



acesso ao saneamento básico, além de características espaciais da expansão urbana vertical e horizontal de Montes Claros, bem como da disponibilidade de áreas verdes na cidade. Depois dessa introdução que contextualiza o processo de produção das desigualdades no Brasil, a primeira parte aborda aspectos teóricos da cidade e da urbanização contemporânea. A segunda parte analisa o processo de desigualdades sociais na cidade média de Montes Claros. E encerra-se com as considerações finais.

## **Cidade, Urbanização e Desigualdades Sociais**

A cidade e a urbanização são analisadas por diferentes ciências e de diferentes modos delineados pelos autores com o objetivo de fundamentar o importante papel que possuem nos distintos períodos da história. Elas se redefinem profundamente nos processos de reprodução das relações capitalistas de produção e produzem vários efeitos na dinâmica urbana industrial contemporânea a que vive a sociedade global. Daí, a importância de se compreender de fato, esse par em seus enfoques contemporâneos, notadamente aqueles relacionados à acentuação das problemáticas, conflitos e contradições decorrentes da expansão da urbanização e manifestadas na cidade no tempo e no espaço histórico em distintas formações socioespaciais.

Mas, o que é a cidade e a urbanização contemporânea? Qual a sua natureza? Como pensá-las no nível epistemológico, seus elementos e dimensões de análise? Como essa nova face cidade – urbano se manifesta no caso da Urbanização Brasileira?

Na concepção de Castells (1972), a cidade como forma da urbanização é um produto social. A cidade é o lugar da produção da vida social e também a base da produção e reprodução do capital em diferentes escalas, da nacional a mundial e, ainda da estrutura física, política e cultural de um dado espaço. Assim, a cidade mantém o seu protagonismo no processo de urbanização. O urbano não remete unicamente uma dimensão espacial, mas, exprime também a organização social do processo de reprodução da força de trabalho, e, se projeta como uma instância política e cultural.

Assim, a cidade como forma e a urbanização como expressão dela; ou seja, diante do par forma e processo urbano, tal como afirmou Santos (1985); traduzem uma relação recíproca e dialética que se interpenetram constantemente. Nesse sentido, a dimensão da cidade e da urbanização, recoloca-se conceitual e empiricamente, propondo novas abordagens e questões, entre elas, correspondendo aos objetivos desse texto, apontam-se: em quais direções se desenvolvem as importantes contribuições de teóricos sobre cidade e urbanização no mundo



moderno e, quais os elementos, efeitos e processos deles se revelam, reproduzindo, entre outros, diferenças geográficas como as desigualdades sociais? E, ainda como essas desigualdades são produzidas nas mais distantes escalas, entre elas, a das cidades médias no Brasil?

O processo de urbanização do mundo acelerou-se desde o século XIX, consolidando-se especialmente ao longo do século passado. Como efeito disso, tem-se o crescimento rápido das cidades e as mudanças espaciais derivadas desse cenário, projetando uma “era urbana” na visão de Michael Storper e Allen J. Scott (2018/2015)<sup>3</sup>. Dados da ONU sobre a urbanização do planeta mostram que atualmente de 7 bilhões de pessoas, 55% vivem em áreas urbanas. A estimativa é que em 2050 a população mundial seja de 9 bilhões de habitantes, com 75% vivendo em áreas urbanas. Daí a importância de reconhecer esse fenômeno urbano contemporâneo de grande importância.

Não obstante, acentuam-se os processos de internacionalização da economia, globalização e constituição de uma sociedade integrada em redes, fruto de mudanças estruturais e processos sociopolíticos, articulados por atores ou grupos situados em arranjos histórico-políticos concretos. Tudo isso, inserido num contexto de reestruturação produtiva em dinâmicas recentes de produção, acumulação, circulação e consumo de capital, avanço de fluxos, técnicas, informações, comunicações e tecnologias e reordenamento espacial. (SANTOS e SILVEIRA, 2001; LENCIONE, 2017.)

Esse contexto impõe desafios. De fato, tem-se a necessidade de novas pesquisas e teorias urbanas a fim de entender essas questões teóricas e empíricas tão complexas que permeiam a cidade e o urbano no mundo contemporâneo ao longo do tempo e do espaço, impulsionando a construção ou a reconstrução teórica em suas bases epistemológicas. Novas geografias urbanas são produzidas a fim de interpretar o panorama atual, isto é, a natureza geral da cidade e da urbanização.

Como efeito direto dessas transformações, têm-se novos arranjos territoriais e espaciais no âmbito das cidades e da urbanização nas diversas escalas geográficas. Para Santos (2008) esse contexto inaugura novas características à urbanização na recente economia internacional. Nos países subdesenvolvidos, particularmente, a urbanização após a segunda Guerra Mundial,

---

<sup>3</sup>A expressão “era urbana” para os autores é empregada no sentido de que, cada vez mais, a humanidade vive em assentamentos que são claramente urbanos. É importante registrar que não postulamos a ideia de que toda a produção e reprodução espacial, social, cultural, política e econômica, entre outros aspectos, esteja centrada no domínio estrito da cidade. Ao reconhecer a sua distinção, não desconsideramos os fenômenos ligados ao mundo rural, e, por sua vez, dialeticamente imbricados na cidade ao longo do tempo e do espaço. A própria relação cidade e campo e urbano e rural como materialidade desse par, e o seu debate consiste, a nosso ver, numa análise de extrema relevância para a ciência geográfica para se compreender a estruturação e reestruturação do espaço contemporâneo, por exemplo, como apontaram Abramovay (2000), Bernadelli (2006), Graziano Silva (1997).



tem-se as cidades com suas características próprias originais marcadas pelos processos de crescimento urbano e suas conseqüências como os problemas econômicos, estruturais e sociais.

Gottidiener (1997) estabelece uma profunda relação entre desenvolvimento da sociedade e mudança espacial, a partir dos anos 1970. Para o autor, a forma urbana remete a necessidade de ideias novas para compreender o atual processo de urbanização. Especificando essa dinâmica da urbanização contemporânea, o autor avalia que esse processo tem relação direta com três elementos que se articulam de forma dialética e processual: DSTT - Divisão Social e Territorial do Trabalho, Desenvolvimento Técnico e Classes sociais.

Lefebvre (2001, p.89) avalia as situações problemáticas presentes nesse contexto apontando que: “Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”. O autor ressalta que os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, é conflitante, dialético, estando longe, portanto, de estar elucidado como também terminado.

O referido autor adota as expressões “Sociedade Urbana” e “Revolução Urbana” em seus estudos para a leitura do cenário urbano atual. No movimento ou passagem da cidade para a sociedade urbana, Lefebvre (2001) propõe este último conceito (sociedade urbana) para denominar a sociedade pós industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede. Nela explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas. Do mesmo modo, utilizando-se a palavra revolução urbana, designa o conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período de crescimento e industrialização, ao período no qual a problemática urbana prevalecerá.

Em “A Cidade dos Ricos e a Cidade dos Pobres”, Secchi (2013) reflete a contemporaneidade caracterizada por uma ideologia e uma retórica, isto é, a ideologia do mercado e a retórica da segurança, na qual da política de identificação e reconhecimento se passa à da separação e exclusão. Tratando como “Novas formas de Urbanização<sup>4</sup>” o autor afirma que é possível identificar uma sequência de urbanização, primeiramente construída sobre a experiência da concentração progressiva, acompanhada, por conseguinte, pela fragmentação e dispersão do urbano em “territórios de dimensões inimagináveis”.

Bolay (2016, p. 3) especifica essa dinâmica interpretando como “um corolário dessa urbanização globalizada, com uma mudança da pobreza em massa das áreas rurais para as

---

<sup>4</sup> Além dos expostos, cabe mencionar os trabalhos de Z. Bauman (1999, 2001) sobre Globalização, Sociedade Contemporânea e Modernidade e de E. Soja (2013) que identifica um processo de urbanização regional multiescalar, policêntrica, avançando na teoria sobre cidade e urbanização contemporânea.





urbanas e um bilhão de pobres na sua maioria vivendo em cidades do sul”. No entanto, reconhece que esta porção “continua a ser um lugar vibrante de criatividade e inovação”. O autor avalia que se trata de uma questão grave e largamente ignorada e concebe o desenvolvimento histórico da humanidade em termos de sua cultura e tecnologias, além das políticas públicas.

Sposito (2010) contribui para o entendimento global das mudanças no processo de urbanização argumentando sobre o perfil multiescalar da abrangência desse processo ao abarcar países e redes urbanas de diversos níveis, refletindo uma contemporaneidade nada homogênea. Essa análise traz à tona a urbanização como fenômeno, totalidade, considerando, claro, suas especificidades dada a formação socioespacial a que vincula.

Zandonadi (2013, p.11) advoga que o processo de urbanização contemporâneo revela dois movimentos contraditórios e complementares, que são: o de expansão e da crise da e na produção/reprodução do espaço urbano, onde as semelhanças no conteúdo das definições reforçam a interpretação de que se tratam do mesmo processo. Isto é, “[...] a urbanização nos moldes do modo de produção capitalista, na qual sua dinâmica segue os padrões de expansão e intensidade deste modo de produção à escala global”. Configura-se uma homogeneização de dinâmicas urbanas na escala do global, contudo, com diferenças espaço-temporais, o que demonstra que não são utilizadas e homogeneizadas as mesmas relações culturais, sociais e econômicas e os mesmos instrumentos técnicos para a expansão da urbanização, mas sim, a intensificação da acumulação na escala global.

Verifica-se então um processo de mudança não somente estritamente socioeconômico, mas também de natureza espacial gerando distinções e desigualdades tornando mais complexa a leitura do território global e nacional. A discussão exposta até este ponto identifica um aspecto importante do processo de urbanização na atual etapa, um ponto crítico, como sendo produtor de muitos processos em uma dinâmica capitalista de produção em escala mundial.

Desse modo, não obstante, inseridos nesse processo denominado de nova urbanização em sua diversidade e complexidade, constata-se impactos negativos e efeitos, para além do crescimento econômico das cidades. Muitos problemas significativos as marcam, tais como crises e estagnação, precarização das relações de trabalho, pobreza, infraestrutura urbana inadequadas, estratificação e iniquidades sociais. Entre elas, as dinâmicas das desigualdades de diversas dimensões que se expandem, que será tratada nesse texto, no caso de cidades médias, conjuntura até então mais intensa nas metrópoles.

Por essa razão, optou-se nesse texto tratar, entre outros processos espaciais, as desigualdades sociais, intrínsecas ao modo de produção capitalista em suas múltiplas escalas, a



complexidade e o dinamismo dos processos e alterações socioespaciais e aprofundamento na perspectiva das cidades médias<sup>5</sup>. Aglomerações não metropolitanas, relevantes no Brasil não apenas pela sua expressividade demográfica e econômica, mas pelos seus novos papéis, processos espaciais e novas dinâmicas, em suas especificidades, a que se nota nelas nas últimas décadas. As desigualdades constituem um tema pouco estudado em realidades urbanas não metropolitanas no Brasil. Melazzo (2007, 2009) apontou em seus estudos que as cidades médias são marcadas pela permanência ou ampliação das desigualdades sociais. O próximo item analisa as desigualdades sociais na cidade média de Montes Claros/MG.

### **Montes Claros/MG: características socioeconômicas**

Montes Claros está localizado no Norte do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 400 quilômetros da capital Belo Horizonte. A região Norte de Minas abrange uma área territorial de 128.602 km<sup>2</sup>, o equivalente a 21,85% do Estado de Minas Gerais. Na Nova Classificação do IBGE denominada Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (2017) há uma mudança na composição dos municípios do Norte de Minas (antiga denominação Mesorregião Norte de Minas) para Região Intermediária de Montes Claros (RIMC). A RIMOC compreende no total de 86 municípios sete Regiões Geográficas Imediatas, sendo elas: Espinosa, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora, Salinas e São Francisco.

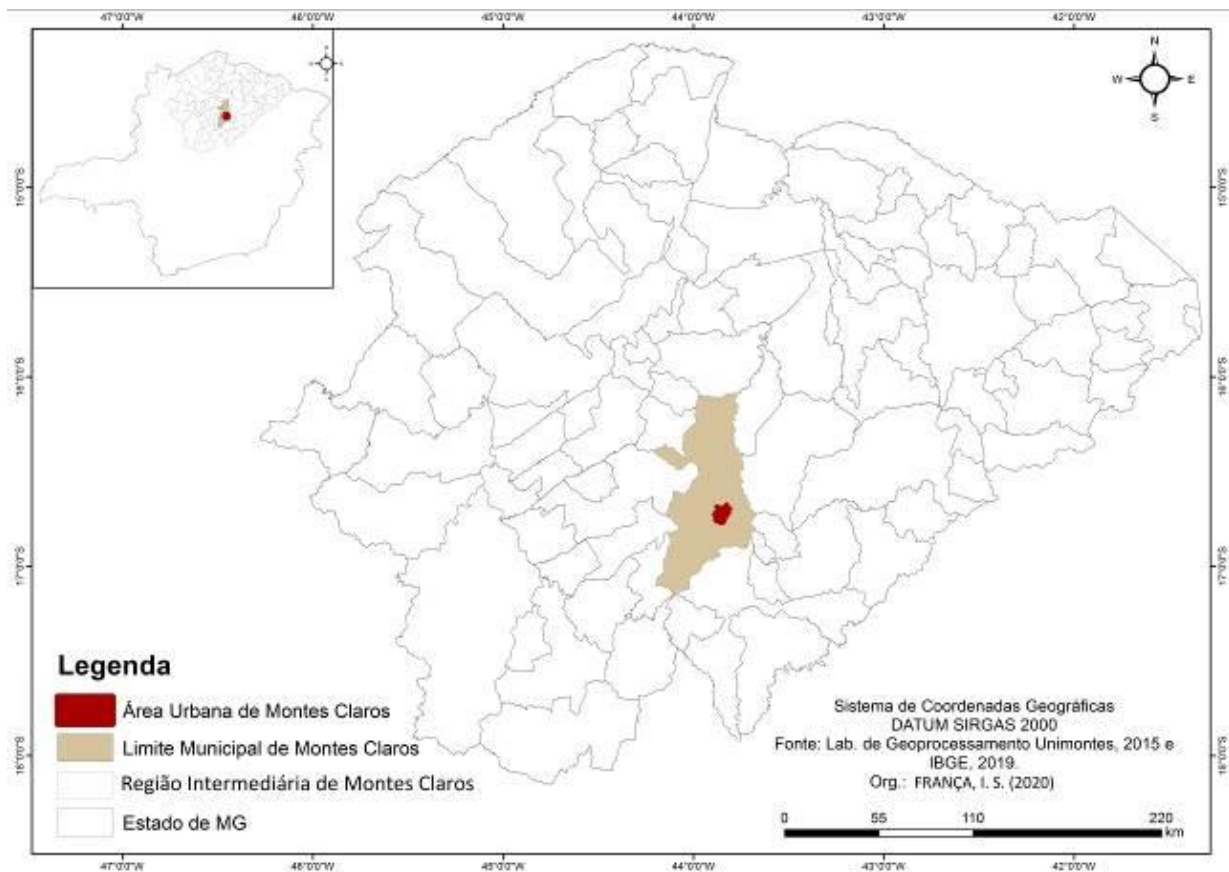
Com uma população estimada de 409.341 habitantes, de acordo com o IBGE (2019), Montes Claros, um dos principais centros urbanos do Norte de Minas Gerais, não é uma cidade isolada, mas se configurou como uma centralidade regional. Exerce influência direta sobre os 86 municípios das sete Regiões Geográficas Imediatas a ela vinculadas. Como já apontado, Montes Claros é uma cidade média e isso foi atestado a partir de um conjunto de pesquisas

---

<sup>5</sup> O fenômeno da urbanização do território se generalizou no país no final do século XX promovendo o crescimento e os papéis desempenhados pelos espaços não metropolitanos. Desde então, um conjunto de pesquisadores do Brasil, entre eles, geógrafos urbanos<sup>5</sup> tem-se dedicado a temática cidades médias no Brasil. As pesquisas desenvolvidas por esses estudiosos com a adoção de perspectivas teóricas, conceituais e empíricas diversas revelam a importância de se compreender no contexto atual da urbanização o seu reatamento sobre as cidades médias, isto é, as suas dinâmicas atuais, denotando o que é particular a essas cidades, revelando as suas singularidades e escapando de generalizações de qualquer nível. Para uma ampla consulta e discussão sobre as cidades médias pesquisar a ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias que produz um conjunto de pesquisas sistematizadas sobre esses centros urbanos e vem divulgando os resultados desde o ano de 2007. Seu endereço é <https://sites.google.com/a/recime.org/producao-da-recime/rede/recime>. Não é objetivo desse estudo discutir as teorias que envolvem cidades médias, embora reconheçamos essa importância para as linhas de investigação. Para os propósitos desse artigo, trataremos as cidades médias de maneira geral.

desenvolvidas por Amorim Filho e Rigotti, (2007), Pereira (2007) e França (2007)<sup>6</sup>. Assim considerada pelo seu tamanho populacional, dinamismo econômico, referência em estrutura política e administrativa e centralidade regional. Foi classificada pelo REGIC (IBGE, 2008) como Capital Regional C, sob a região de influência direta da metrópole mineira.

**Mapa 1 – Região Intermediária de Montes Claros/MG**



Fonte: Elaborado por Iara França (2020)

O município é uma das maiores economias mineiras representando o 9º lugar no ranking municipal de composição do PIB estadual, em 2017. De acordo com o IBGE, no ano de 2017 Montes Claros apresentou PIB no valor de R\$ 8,97 bilhões de reais. Considerando o PIB por setores econômicos, no ano de 2017, destaca-se a participação do setor de serviços com 74%, enquanto os setores industrial e agropecuário responderam, respectivamente, por 24% e 2% do PIB municipal. (IBGE 2017).

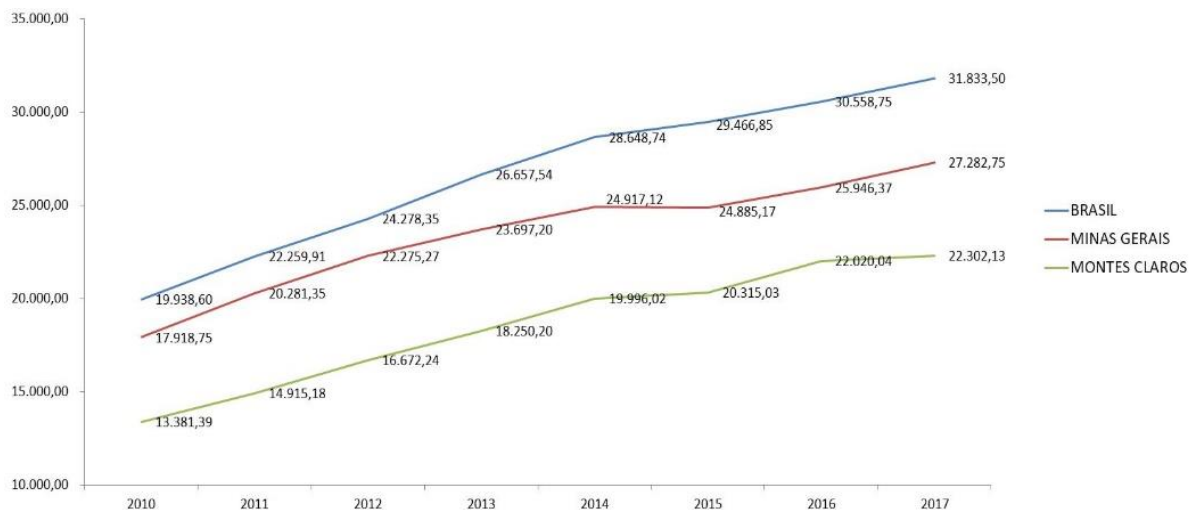
<sup>6</sup> Estudos realizados sobre a temática cidades médias, dentre eles: Os Limiares Demográficos na Caracterização das Cidades Médias (AMORIM FILHO; RIGOTTI 2007), Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (PERERA, 2007) e A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais (FRANÇA, 2007) qualificam Montes Claros como cidade média tendo como pressupostos, dentre outros fatores, a posição geográfica que se encontra no território norte mineiro e a função regional que exerce nesse espaço. Registra-se que Montes Claros foi a única cidade do Norte de Minas incluída no Programa de Cidades de Porte Médio, parte integrante da política pública definida pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento na década de 1970 (FRANÇA, 2007).

Ao analisar o PIB de Montes Claros por setores da economia pode-se estabelecer relação entre a expansão do setor educacional na cidade, especialmente a educação superior e técnica, e o setor de saúde, nas últimas décadas, como um dos principais vetores do crescimento econômico no PIB de serviços e da riqueza da cidade como um todo. A cidade produz bens e serviços, possuindo uma infraestrutura de suporte que, por sua vez, permite os fluxos mais diversos com os municípios da região. Esta é uma tendência marcante na dinâmica econômica das cidades médias, que tem demonstrado grande importância do setor terciário, como é o caso de Montes Claros/MG.

Por outro lado, as cidades médias inseridas nas dinâmicas de reprodução capitalista são lócus de produção de desigualdades interurbanas na escala da região em que se inserem. Também Montes Claros, ao reafirmar sua posição de centralidade regional amplia a dependência que outros municípios têm em relação aos serviços e comércios que oferece. Também na escala intraurbana isso não se configura de outro modo.

O gráfico 1 apresenta os dados sobre a evolução do PIB Per capita no período de 2010 a 2017 e indicam que o município de Montes Claros teve o crescimento de 67% deste índice no período em análise, onde a média brasileira cresceu 60% e a de Minas Gerais 52%. No entanto, o PIB Percapita de Montes Claros ainda se encontra, hodiernamente, com valor inferior à média do Brasil e de Minas Gerais.

**Gráfico 1 – Produto Interno Bruto Per capita, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)**

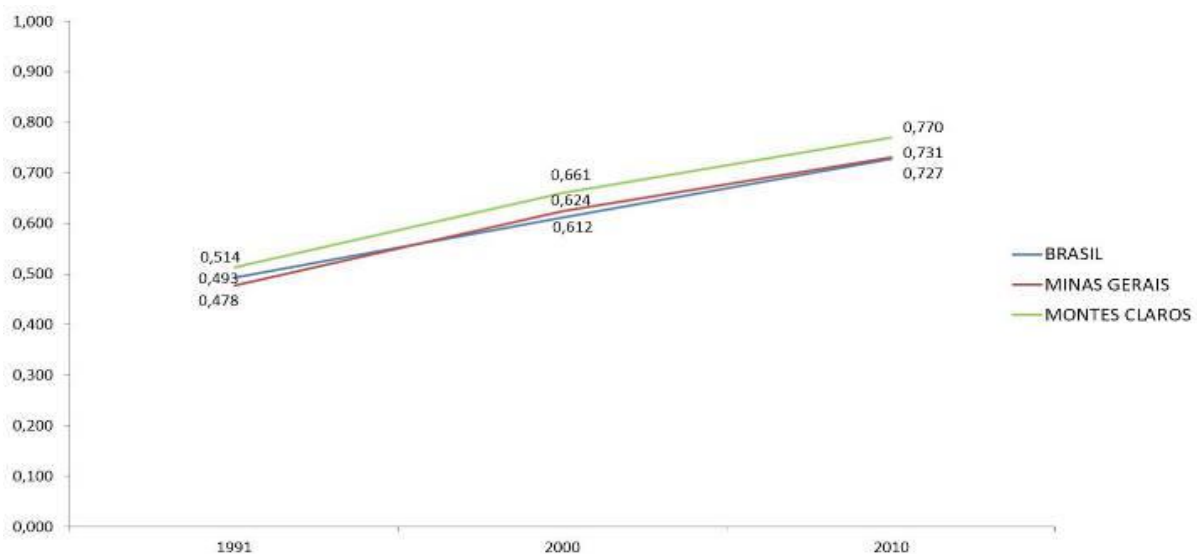


Fonte: IBGE, 2017

Referindo-se ao Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no gráfico 2 pode-se observar o

comportamento do mesmo no período de 1991 a 2010. Montes Claros mantém, no período em exame, o IDH superior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Vale resgatar que o IDH é composto pela média aritmética dos indicadores de desenvolvimento de: renda Percapita, escolarização e longevidade da população. Quanto mais próximo de 1 (um) melhor são as condições de desenvolvimento humano.

**Gráfico 2 – Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)**

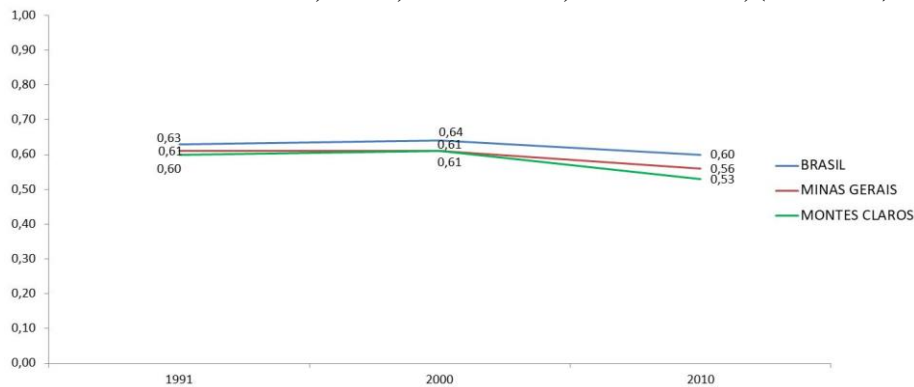


Fonte: IBGE, 2010

Considerando as desigualdades de renda, já no Gráfico 3 é possível examinar o Índice de GINI no período de 1991 a 2010. Observa-se que Montes Claros possuía, em 2010, o índice de GINI inferior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Interessante ver, também, que entre 2000 e 2010 o município reduziu a desigualdade em escala superior às médias do país do e Estado. Quando mais próximo de 0 (zero) mais igualitária é a distribuição da renda e quanto mais próximo de 1 (um), maior a desigualdade de renda.

Os dados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3 possibilitam inferir que Montes Claros em passado por um processo de crescimento econômico pujante, a partir de 2010, refletindo no crescimento da renda per capita municipal em taxa superior às médias do Brasil e de Minas Gerais. Isso também pode ser percebido na melhoria continuada do Índice de Desenvolvimento Humano e no Índice de GINI.

Gráfico 3 – Índice de GINI, Brasil, Minas Gerais, Montes Claros, (2010-2017)



Fonte: IBGE, 2010

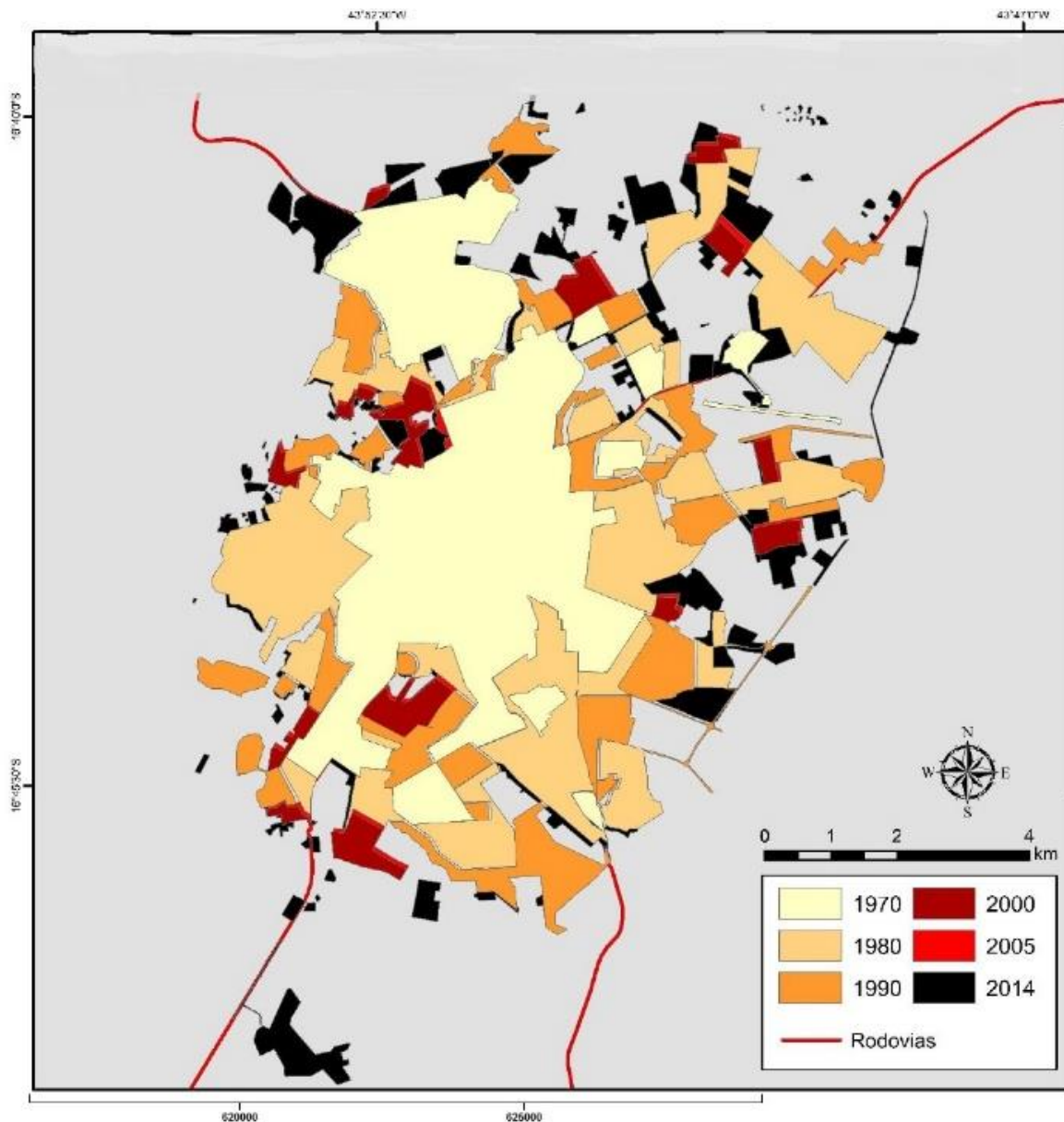
Ainda que os índices mostraram-se positivos quando comparados com aqueles da escala estadual e nacional, deve-se problematizá-los considerando a realidade urbana. Melazzo (2012, p. 232) ao analisar a produção do espaço e a ampliação das desigualdades socioespaciais em cidades médias defende “a existência de um padrão historicamente construído contraditório”, marcado pela capacidade maior de um município de se urbanizar e produzir do que a média do conjunto onde se insere na região imediata, denotando então, a concentração da riqueza. Salvo, as especificidades entre cidade médias, Montes Claros representa bem essa realidade, isto é, um padrão mútuo de produção de riqueza e desigualdades.

### Expressões de desigualdades intraurbanas em Montes Claros

Os referidos indicadores PIB per capita, IDH e GINI, embora importantes para comparar o município de Montes Claros em relação às médias nacional e estadual, e também com outros municípios, não permite examinar as desigualdades em escala intramunicipal. Para tanto, é importante, por exemplo, analisar a estratificação da renda, a distribuição da população, dos equipamentos públicos, das áreas verdes, saneamento básico, a expansão horizontal e vertical, dentre outros, de acordo com as regiões de planejamento da cidade. Embora, os mapas subsequentes não apresentem informações sobre a área rural do município, o fato de Montes Claros concentrar na cidade 95% da sua população total, faz da cidade uma amostra importante para se pensar a desigualdade na escala intraurbana remetendo aos processos de produção e estruturação da cidade. Os dados apresentados demonstrarão essa assertiva. O Mapa 2 representa seis momentos da expansão urbana<sup>7</sup> de Montes Claros.

<sup>7</sup>A área urbana de Montes Claros é dividida em 19 Regiões de Planejamento - RP, com base nos setores censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Medida Instituída através do Decreto Municipal nº 3.393, de 17 de maio de 2016.

**Mapa 2 – Evolução da expansão urbana de Montes Claros**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

O adensamento urbano até a década de 1970 concentrava-se na área central da cidade, que, à época, não era setorizada em parte residencial e comercial. Os loteamentos e a criação de novos bairros, em regra, limitavam-se à proximidade do núcleo central (LEITE, 2011).

A inclusão de Montes Claros na área de atuação da SUDENE, a criação do Distrito Industrial e a chegada das indústrias, a partir de meados da década de 1960 promoveram um direcionamento da população, em busca de emprego e proximidade com o local de trabalho, para o norte da cidade. Os deslocamentos intraurbanos aumentaram e, em decorrência disso, surgiram novos loteamentos destinados a população de baixos rendimentos, a expansão horizontal é ativada. Assim, adensaram-se, a partir da década de 1970, os bairros Renascença e



Santos Reis, no vetor norte da cidade, habitados predominantemente por uma população de baixa renda (GOMES, 2007).

Na década de 1980, a expansão foi direcionada para os setores sul, leste e oeste da cidade. O setor sul foi ocupado inicialmente por famílias de baixa renda, imigrantes de municípios vizinhas, conformando bairros de alta densidade demográfica como o Major Prates e Maracanã. Entre os loteamentos implantados nessa década, o do Ibituruna, setor oeste, destaca-se como o maior bairro da cidade e que concentra população de alta renda. Embora o loteamento tenha sido iniciado nos anos 80, sua ocupação efetivamente ocorreu entre nas décadas de 1990 e 2000. No setor leste, foi criado o loteamento Independência, um dos bairros mais populosos, onde se concentrou população de baixa renda, em razão do baixo valor do solo urbano (LEITE, 2011).

Até a década de 1990, a ocupação do solo se deu de modo, predominantemente, horizontal, decorrente do espraiamento do tecido urbano em razão do crescimento rápido e intenso da cidade. A partir de 2000, verifica-se a intensificação da verticalização da cidade de Montes Claros e a ocupação de áreas vazias (LEITE, 2011). Pesquisa desenvolvida por França e Almeida (2015) diagnosticou o padrão atual de expansão urbana de Montes Claros. De acordo com as autoras, o processo de verticalização em Montes Claros se espalha atualmente para avenidas que se configuram como eixos de desenvolvimento de atividades econômicas diversas. Além disso, no sudoeste da cidade, especialmente nos bairros que compõem o sopé da Serra do Mel, estão sendo construídos diversos empreendimentos imobiliários verticais. Isso decorre do alto valor do uso do solo e de transformação de avenidas em eixos de centralidades urbanas. Soma-se a isso, a necessidade de fuga dos problemas de trânsito e do grande adensamento de construções verticais na área central.

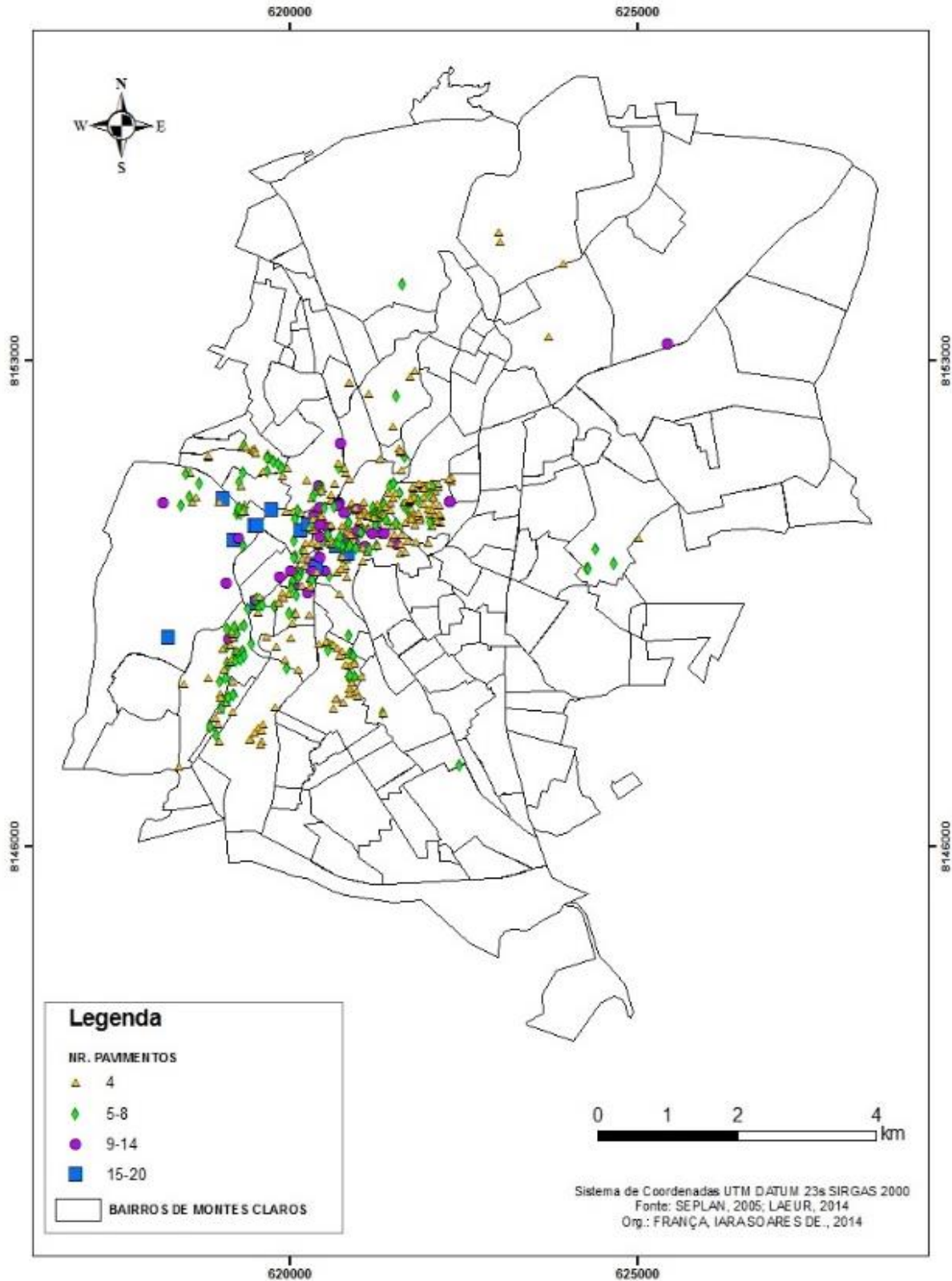
A maioria dos empreendimentos identificados (Mapa 3) possui quatro a seis pavimentos e foram construídos recentemente, após o ano 2000. Os edifícios com mais de nove andares se localizam principalmente na área central e sudoeste. Além de possibilitarem a sensação de segurança, estes espaços simbolizam poder econômico dada a localização em áreas de alto valor do uso do solo urbano. (FRANÇA, ALMEIDA, 2015).

No atual contexto de expansão urbana vertical de Montes Claros é importante mencionar que o mercado imobiliário é responsável pela valorização do solo urbano, tendo as famílias tradicionais como os principais proprietários de terrenos na área urbana e, com isso, redirecionando o crescimento urbano rumo às áreas não centrais. Juntamente com o aparato público os empreendedores imobiliários aumentam sua lucratividade, transformam a dinâmica urbana e econômica, promovendo novos modos de morar, consumir e reproduzir o espaço



urbano como a segregação socioespacial e o controle no mercado de terras. (FRANÇA, ALMEIDA, 2015).

**Mapa 3 – Verticalização urbana por número de pavimentos**

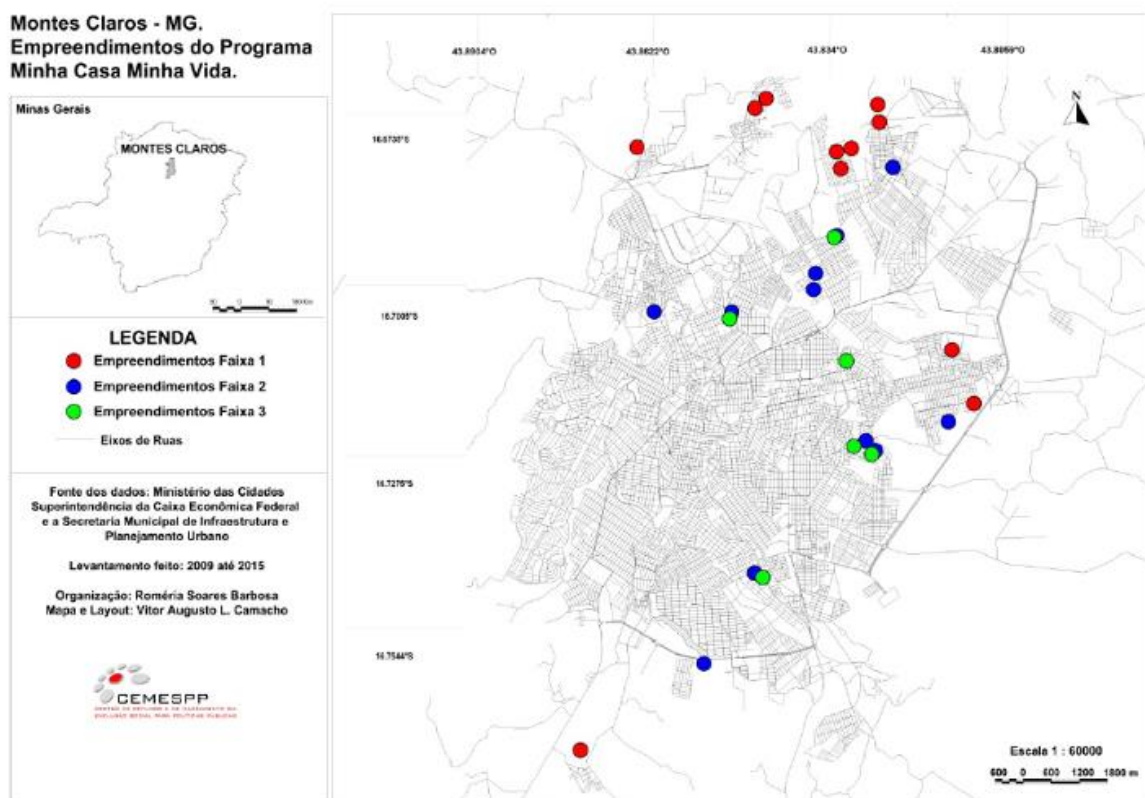


Fonte: Elaborado por Iara França, 2020.

Como mostra o Mapa 3 notadamente nos anos 2000 e 2005, verifica-se uma maior intensidade na expansão urbana alterando toda a estruturação e padrão de ocupação de Montes Claros. A partir de 2009, com o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, e a criação de residenciais para atender à Habitação de Interesse Social - HIS, reintensifica-se o processo de espraiamento do tecido urbano.

No mapa 4 ilustra-se os empreendimentos por faixas<sup>8</sup> ofertadas pelo PMCMV em Montes Claros, no período de 2009 a 2015, denotando a intensidade na expansão urbana horizontal.

### Mapa 4 – Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Elaborado por Iara França, 2020.

São 11 conjuntos habitacionais do PMCMV faixa 1, 8 deles localizados na zona norte. Destaca-se que, todos os empreendimentos da faixa 1 foram construídos nos extremos norte, leste e sul da malha urbana. Cinco (5) destes estão localizados na extensão do bairro Vilage do Lago, zona norte, separados apenas por ruas, num total de 2.190 residências. (BARBOSA, 2016).

<sup>8</sup> Os empreendimentos da faixa 1 são destinados às famílias com renda mensal bruta de até R\$1.800,00, a faixa 1,5 para até R\$2.350,00, a faixa 2 entre R\$2,351,00 até R\$3.600,00; já a faixa 3 para até R\$6.500,00.

Verifica-se então que as distribuições dos empreendimentos nas faixas 2 e 3 são mais pulverizadas em relação a faixa 1 que é mais concentrada na zona norte. Trata-se de uma porção empobrecida de infraestrutura, bem como de equipamentos urbanos públicos como escola, creches, posto de saúde, transporte coletivo e outros. Com o preço da terra urbana baixo, as unidades residenciais são construídas em larga escala, com maior rentabilidade para os agentes imobiliários. (BARBOSA, 2016).

**Foto 1: Conjuntos Habitacionais na extensão do Bairro Village do Lago, na zona Norte de Montes Claros.**



Autor: BARBOSA, 2016.

Essa prática recorrente nas políticas de habitação social no Brasil imprime nova configuração no espaço, sobretudo, pela inobservância dos gestores públicos em garantir o direito à cidade, em sua totalidade, aos moradores desses empreendimentos. Observa-se então, que seguindo as características marcantes do processo de urbanização brasileiro, a implantação de tais empreendimentos reforça a lógica capitalista de produção desigual do espaço, relegando às camadas sociais de baixa renda as piores áreas para moradia, isto é, periféricas distantes da área central e do mercado de trabalho e desprovidas de urbanidade, configurando o acesso desigual a moradia.

Outro aspecto que marca o crescimento horizontal em Montes Claros, além da periferação, e concomitantemente a esse processo, são os chamados vazios urbanos. Estes alimentam a prática da especulação imobiliária para que haja sobrevalia ao preço da terra. De acordo com Leite et al (2014), no ano de 2000, esses vazios somavam uma área de 46,7 km<sup>2</sup>,



correspondentes a 46,2% do perímetro urbano de Montes Claros. Em comparativo, em 2011, em razão de ampliação de 39,6 km<sup>2</sup> no perímetro urbano, as áreas de vazios urbanos aumentaram para 50% da área urbana.

Na última onda de expansão (Mapa 1) verifica-se a ocupação nas extremidades de Montes Claros, Zona Norte, Sul, Leste e também Oeste revelando um novo processo de dispersão do espaço urbano. O espraiamento do tecido urbano se realiza com a lógica capitalista de valorização de áreas com alta especulação imobiliária pelos agentes envolvidos com a produção do espaço, caracterizando uma utilização extensiva do território urbano, condição para que o processo de urbanização extensiva se realize.

Como vetores de expansão horizontal em Montes Claros, nessas áreas tem-se também a produção recente de novas centralidades urbanas gerando novas formas de expansão do território urbano. A implantação e proliferação de condomínios de alto padrão<sup>9</sup> seguindo a lógica do mercado de terras com novas localizações, reconfigura todo o espaço urbano. Nessa escala tem-se uma maior densidade e complexidade urbana onde por meio da produção do espaço acarreta simultaneamente nos setores periféricos a localização das camadas mais pobres e de grupos sociais de maior poder aquisitivo.

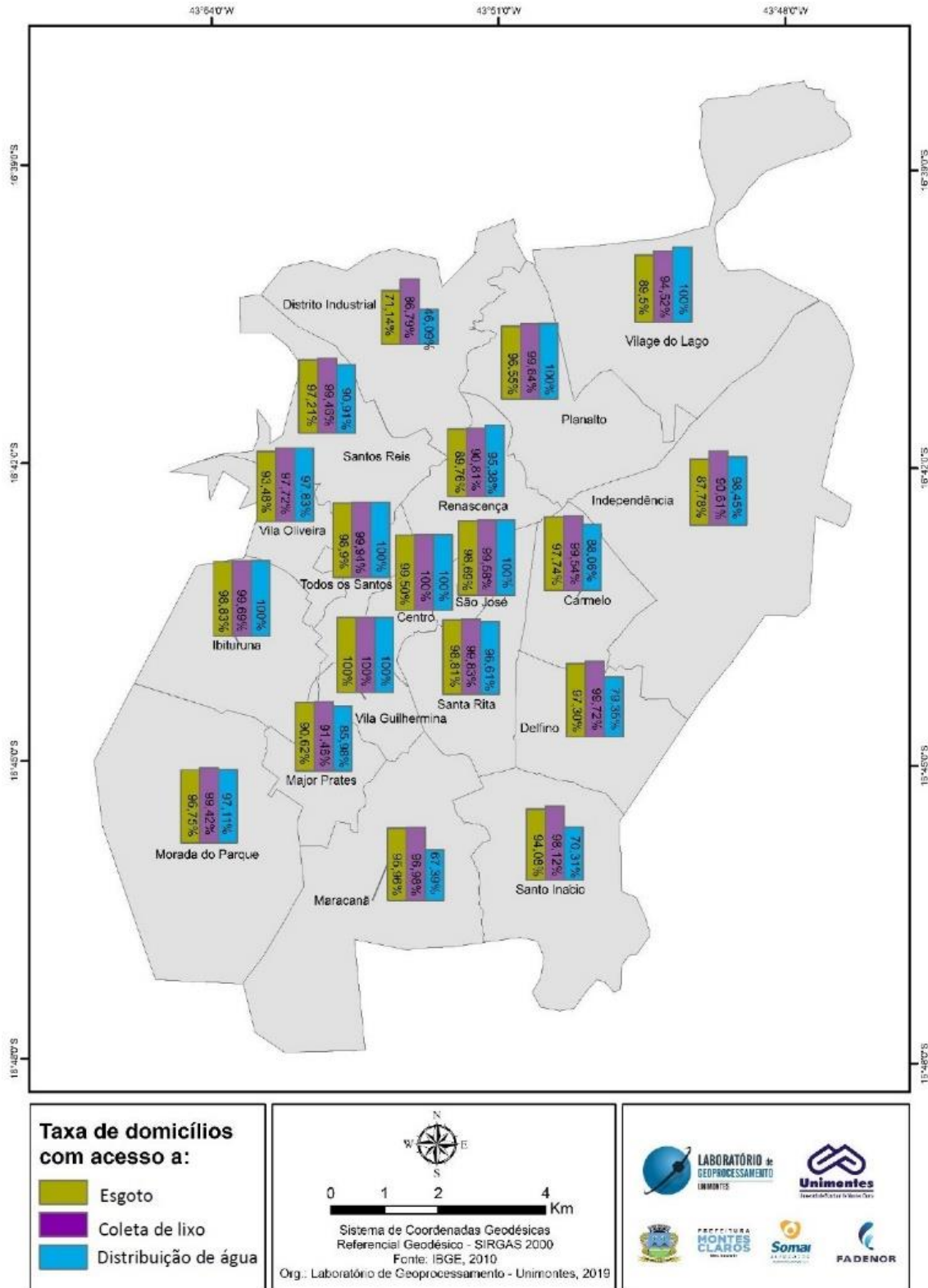
As condições de habitação entre as classes sociais também permitem inferir as desigualdades no espaço urbano e o processo de produção a ele atinente. De acordo com os dados do IBGE (2010) o saneamento básico, compreendido como acesso à rede de esgoto, rede de água potável e coleta sistemática de resíduos sólidos domésticos (lixo), em Montes Claros não ocorre em toda a área urbana com os mesmos níveis de acesso. (Mapa 5).

Em 15 das 19 Regiões de Planejamento (RP) de Montes Claros, mais de 90% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. Em outras 4 RPs, 70% e 80% dos domicílios têm acesso à rede de esgoto. Quanto à coleta do lixo, 18 das 19 RPs tem mais de 90% dos domicílios atendidos. Em 01 RP a coleta atende a 80% dos domicílios. Em relação ao acesso à rede de água potável 70% das RPs tem mais de 90% dos domicílios atendidos, sendo que as 30% das RPs restantes têm entre 70% e 80% dos domicílios com acesso à rede de água potável. Entretanto, nesse quesito cabe ressaltar 03 RPs. As RPs Maracanã e Santo Inácio com níveis mais baixos de acesso à rede de água potável e a RP Distrito Industrial, que pela presença de indústrias têm fontes próprias de água (poço artesiano, por exemplo). Esses dados demonstram

<sup>9</sup> No ano de 2014, Montes Claros possuía um total de 24 desses empreendimentos horizontais, sendo que 96% foram construídos a partir dos anos 2000, de acordo com França (2014). Para mais detalhes sobre esses empreendimentos em Montes Claros, consultar França 2014 (Geo UERJ. Rio de Janeiro - Ano 16, n.º. 25, v. 1, 1º semestre de 2014, p.19-38 ISSN: 1415-7543 E-ISSN: 1981-9021 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj>).

que as piores taxas referentes ao acesso a Saneamento básico concentram-se no Norte e Sul (bairros Distrito Industrial, Maracanã e Santo Inácio).

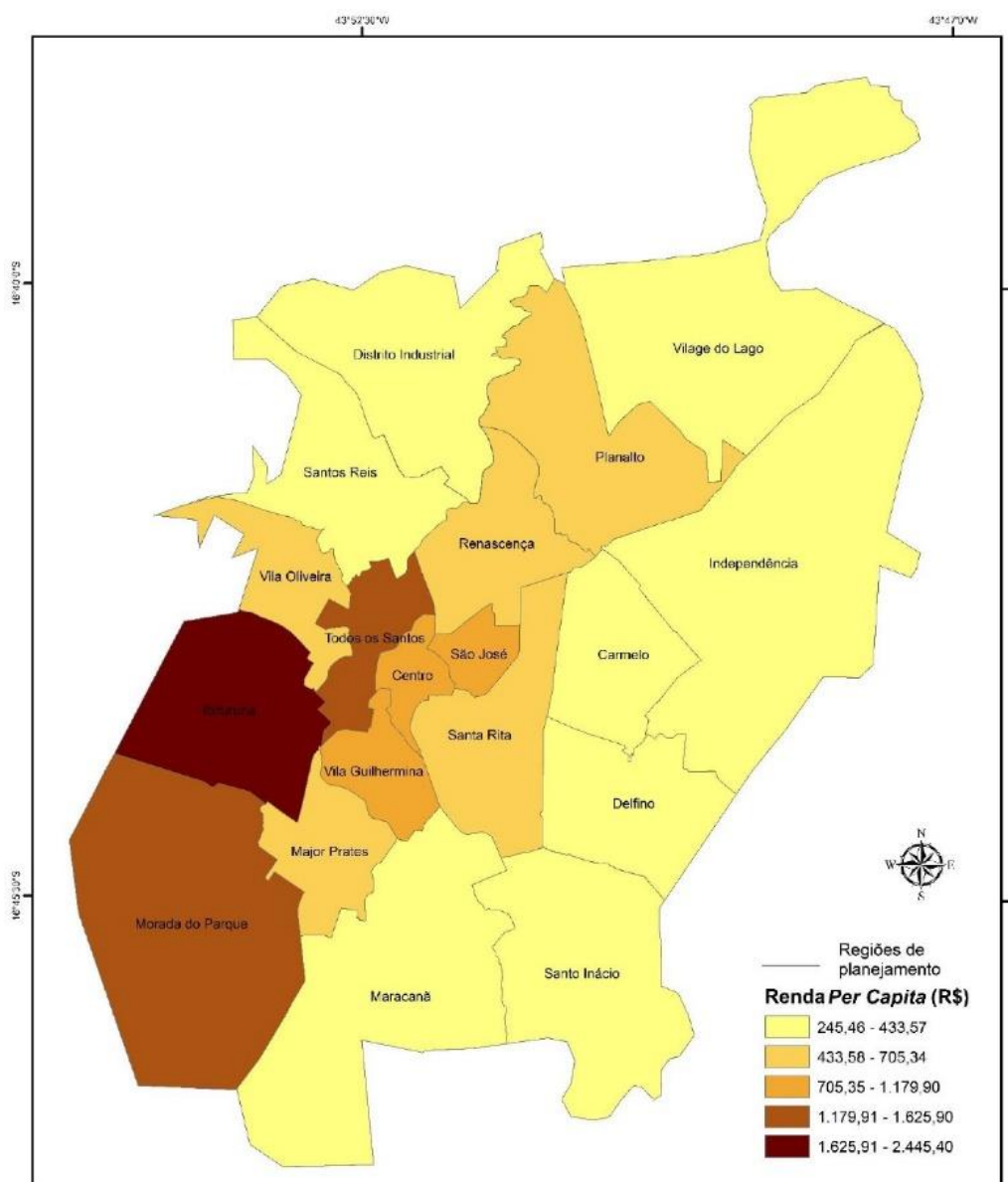
**Mapa 5 – Saneamento Básico por Região de Planejamento**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Outro indicador que mostra a configuração das desigualdades em Montes Claros é a renda, evidenciando a sociedade dual montesclarence, marcada pela disparidade na sua distribuição. A renda per capita média das RPs da cidade de Montes Claros pode ser analisada no Mapa 6. Nota-se a concentração dos segmentos de baixa renda per capita nas zonas Norte, Leste e Sul (Santo Inácio, Vilage do Lago e Carmelo) e de população de alta renda per capita na zona centroeste (Ibituruna, Todos os Santos, Morada do Parque e São José).

**Mapa 6 – Renda Per capita por Região de Planejamento**



O rendimento domiciliar é calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. São considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes de todos os moradores.



Sistema de Coordenadas Geodésicas Referencial Geodésico - SIRGAS 2000  
 Fonte: PMMC, 2016 / IBGE 2010  
 Org.: Laboratório de Geoprocessamento - Unimontes, 2019





Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Torna-se muito evidente a concentração da população com renda per capita maior na RP Ibituruna, seguida pelas RPs Todos os Santos e Morada do Parque. Em 8 (oito) RPs que concentram 46% da população da cidade, em 2010, a renda per capita era até 6 vezes menor do que a renda per capita da população da RP Ibituruna. É marcante o contraste entre a renda per capita da população das 6 (seis) RPs localizadas nas áreas central e sudoeste em relação às demais RPs da cidade.

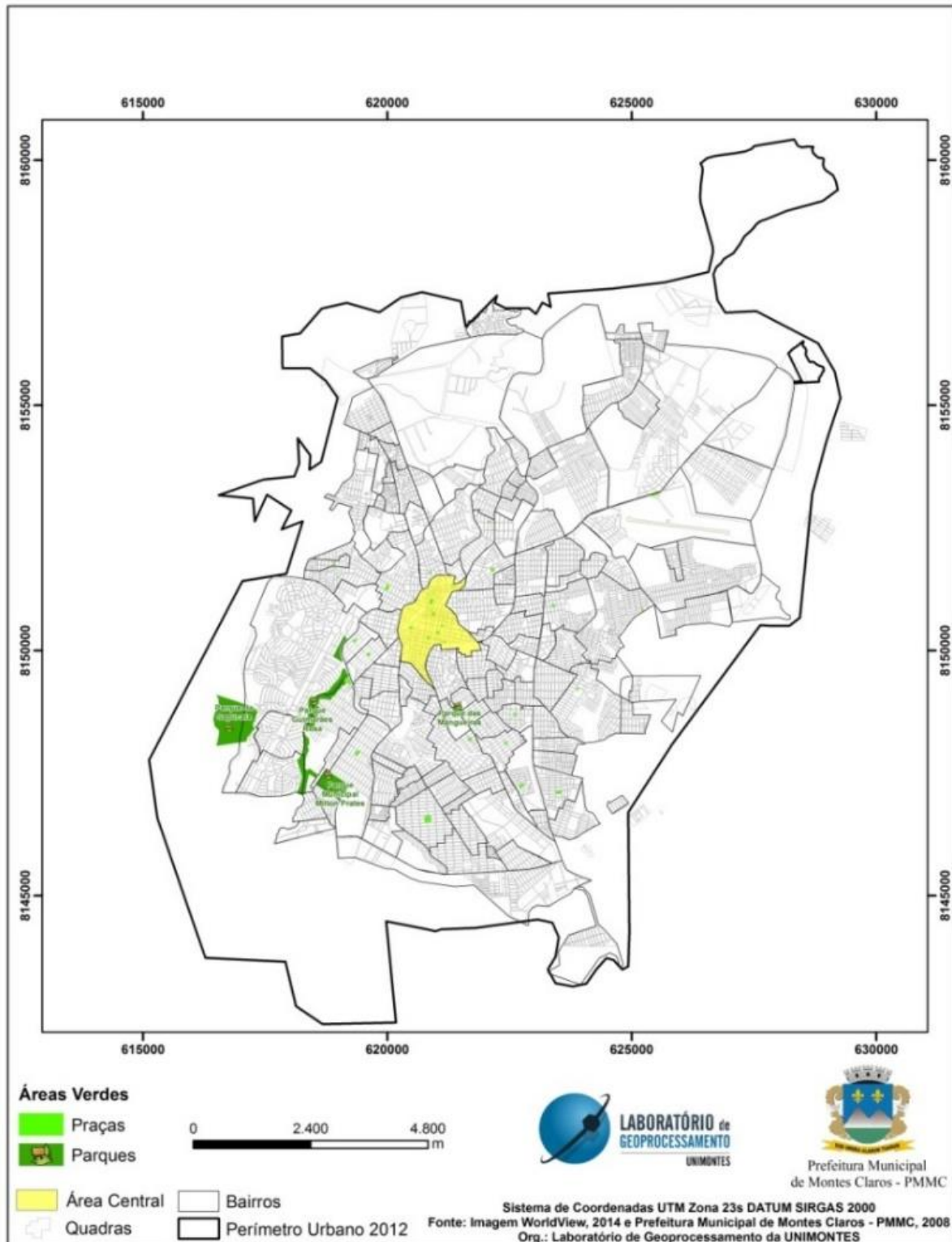
As desigualdades sociais em Montes Claros também podem ser apreendidas a partir da distribuição de áreas verdes na malha urbana. É sabido que na busca da qualidade de vida em ambientes urbanos, os espaços públicos promovem além do efeito paisagístico, estético e ambiental, o bem estar humano e as interações socioculturais entre os cidadãos. Nas cidades médias, os espaços públicos são fundamentais, pois além de propiciar o encontro e a recreação podem se configurar com o local de expressão cultural e social, ou seja, de manifestação da vida pública, para além de um espaço edificado.

O município de Montes Claros – MG conta com a arborização de apenas 56% das suas vias públicas (IBGE, 2010) e grande parte das áreas verdes urbanas públicas estão concentradas nas zonas Sul e Oeste, como pode ser visto no Mapa 7. Assim, as demais zonas de Montes Claros são carentes de espaços verdes destinados ao lazer, entretenimento e prática de esportes da população.

Exemplo disso são os Parques Municipais Milton Prates (localizado no bairro Morada do Parque), Sapucaia (bairro Morada do Sol) e o Guimarães Rosa (bairro Ibituruna), os três principais parques ambientais de Montes Claros. Estão localizados na área sudoeste da cidade, demonstrando concentração espacial em regiões de planejamento com população de maior renda per capita.

No caso de Montes Claros é fundamental expandir os espaços públicos para todo o território urbano e qualificar e reconstruir por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas aqueles já existentes, dotando assim os usuários de uma variada oferta de espaços públicos para a realização de suas atividades recreativas, esportivas, culturais e públicas.

Mapa 7 – Distribuição de Parques e Principais Praças



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento/Unimontes, 2020.

Os dados apresentados nesse item demonstram que como a maioria das cidades do Brasil, uma das principais particularidades do crescimento urbano de Montes Claros e vinculado a ele, tem-se as desigualdades sociais. A cidade de Montes Claros não escapa dessa





tendência. Por um lado, populações localizadas em áreas urbanas com melhores amenidades ambientais e estruturais, e, por outro, grupos despossuídos, se localizam em setores marginalizados sem condição de cobertura de serviços urbanos básicos, configurando a condição de desigualdade.

## **Considerações Finais**

Buscou-se examinar as desigualdades sociais e apontar as contradições urbanas inerentes ao crescimento capitalista das cidades. Nesta realidade, tem-se a produção de riqueza, que, por sua vez, acentua a distância entre a população rica e pobre, por um lado. Por outro, tem-se como reflexo desse quadro, o acesso desigual à cidade pela população.

Demonstrou-se que a desigualdade está estampada na cidade e é inerente ao processo de urbanização brasileira. É necessário analisar os agentes que a produz, as causas e efeitos desse processo. Esse quadro traz a tona o processo de produção da cidade pelos agentes modeladores do espaço, que, balizados pelas lógicas de reprodução do capital promovem concomitantemente a dinâmica econômica e desigual, como foi observado na cidade média de Montes Claros.

Seguindo a lógica da produção da cidade e da urbanização do Brasil, tem-se a cidade média de Montes Claros que ao longo das últimas décadas do século XX até o momento atual passou por profundas transformações urbanas que implicaram em muitos processos, entre eles, as desigualdades sociais.

O processo de desigualdades sociais foi apreendido em Montes Claros a partir de dados do espaço intra-urbano que permitem inferir que há desigualdades social, de renda, de acesso a equipamentos públicos, de áreas verdes e quanto aos novos padrões de moradia, dentre outros. Exemplo dessa realidade é a expansão urbana. Verificou-se nas RPs localizadas nas zonas Norte, Nordeste e Sul da cidade, a expansão urbana de residenciais, principalmente os conjuntos habitacionais, impulsionados pelo PMCMV pelo governo Federal. São áreas de expansão recente (Mapa 9) e não dispõem de equipamentos públicos comparativamente às áreas urbanas consolidadas, zona oeste. Este é um dos principais vetores de crescimento da cidade e produção do espaço, provocando as desigualdades sociais. A verticalização, por sua vez, concentra-se na área central e no tecido urbano próximo a ela com intensa valorização do solo urbano.

Uma linha de discussão e investigação que pode se desdobrar a partir desse texto, remete ao papel de Montes Claros para melhoria da qualidade de vida de sua população, redesenhando assim o seu contexto de cidade média constituída em Minas Gerais. Tudo isso



denota a importância de ações públicas que possam minimizar ou reverter o quadro de desigualdades que se encontra. O cumprimento dos instrumentos urbanísticos, entre eles, do seu Plano Diretor é um importante caminho nesse sentido. A ação pública deve executar ações coletivas nesse sentido com a promoção de políticas de igualdade para transformar tal realidade, avançando para o espaço social, para a cidade do coletivo.

Assim, é importante o desenvolvimento de pesquisas para que tenham efeitos quer seja no plano analítico como no plano da gestão do território. Captar tais processos é um exercício necessário para analisar essa cidade particularmente no conjunto de cidades médias do Brasil, contexto em que a produção do espaço pelos agentes urbanos se acentua, redesenhando suas dinâmicas socioespaciais e econômicas. Isto impõe aos diversos pesquisadores de variados campos do conhecimento muitos desafios e mudanças enormes de leitura da realidade tão dinâmica da cidade e da urbanização contemporânea.

Vale salientar que as considerações presentes nesse texto não esgotam as questões nele enfocadas, podendo apontar caminhos para novos estudos considerando a realidade concreta aqui tratada a respeito dos aspectos contemporâneos da cidade e da urbanização e as desigualdades sociais, como ponto crítico e com as consequências negativas, as crises e contradições inerentes a esses processos.

## **Agradecimentos**

*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.*

## **Referências**

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** IPEA (Texto para discussão), n. 702, 2000, 33 p.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R., CAMPOS, J. Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **Revista RA'E GA.** Curitiba, n. 13. Editora: UFPR, 2007. p. 7-18.

BARBOSA, R. S. **Habitação social e segregação residencial em Montes Claros/MG.** Dissertação de Mestrado em Geografia. UNIMONTES, Universidade Estadual de Montes Claros, Minas Gerais, 2016.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas.** Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1999.



BERNARDELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKHER, A. M. (Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão popular, 2006. P. 33-52.

BOLAY, J. C. **Urban Planning Against Poverty: how to think and do better cities in the global south**. Lausanne - Switzerland: Springer Open, 2016. 281 p. ISSN 1876-0880 (electronic). <https://doi.org/10.1007/978-3-030-28419-0>

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedores de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SILVA, Willian Ribeiro da; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). **Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. P.99-118.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257**, de 10 de julho de 2001. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LEIS_2001/L10257.htm)>.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. 4ª Ed

FRANÇA, I. S. ALMEIDA, M. I. S. o processo de verticalização urbana em cidades médias e a produção do espaço em Montes Claros/MG. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 1, p. 1-22, 2015.

FRANÇA, I. S. ALMEIDA, M. I. S.; OLIVEIRA, R. S. **Dinâmica imobiliária em cidades médias: a expansão dos empreendimentos horizontais em Montes Claros/MG**. Geo UERJ 2007, v. 1, p. 19-38, 2014.

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Dissertação Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regional**. Universidade Federal de Minas Gerais/UFGM. Programa de Pós Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. 2007.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. 2ª Ed. São Paulo, Edusp, 1997.

GRAZIANO SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, n. 7, maio 1997.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. London; New York: Verso, 2006.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Intermediárias**. Coordenação de Geografia: RJ, 2017. 82p.



IBGE. **Regiões de Influência das Cidades** – REGIC - 2008. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

IBGE. **Pesquisa Produto Interno Bruto Municipal**, 2017. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br> htm/>.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. E. **Geotecnologias aplicadas ao mapeamento do uso do solo urbano e da dinâmica de favela em cidade média: o caso de Montes Claros/MG**. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, (Tese de Doutorado em Geografia) 2011.

LENCIONE, S. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2017.

MELAZZO, E. S. Desigualdades Sócio-ocupacionais em Cidades Paulistas de Porte Médio: Análise Empírica e Sugestões de Interpretação. In: SANFELIU, C. B., SPOSITO, M. E. B. (Eds.) **As Cidades médias ou Intermediárias num mundo globalizado**. Lleida: Universidade de Lleida, 2009. p – 227-243.

MELAZZO, E.S. Indicadores empíricos para a leitura de cidades de porte médio. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. pp. 439-460.

MONTES CLAROS. Prefeitura Municipal. SEPLAN. **Plano Diretor de Montes Claros**. Montes Claros: PMMC, 2016. Lei Complementar 53 de 1º. Dez. 2016.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. (Tese Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

RIBEIRO, R. P. **O verde no urbano: a importância das áreas verdes na cidade de Montes Claros – MG**. Monografia. Unimontes. Curso de Geografia. 2019. 56p.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. 3ª. Edição. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil, território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, A; STORPER, M. **A natureza das cidades: a abrangência e os limites da teoria urbana**. Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Outubro-Dezembro, 2018. P.5-29

SECCHI, B. **A Cidade do Século Vinte**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

SECCHI, B. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Roma: Laterza, 2013.

SECCHI, B. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2006.



SOJA, E. W. **Para além de postmetropolis**. Rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.136-167, jan./jun. 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Formas espaciais e papéis urbanos**: as novas qualidades da cidade e do urbano. Cidades, Presidente Prudente, v. 7, p. 125 – 147, 2010.

STORPER, M. SCOTT, A. **Debates atuais sobre a teoria urbana**: uma avaliação crítica Geografares: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES. Outubro-Dezembro, 2018.

ZANDONADI, J. C. Um “novo urbano” ou urbanização da sociedade? Reflexões diante do processo de urbanização contemporânea no Brasil e a ascensão das cidades médias. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.37, v.2, p.104-122, ago./dez. 2015.



**DESENVOLVIMENTO URBANO E CIDADE:  
CONTEXTO E PRÁTICAS DA INTEGRAÇÃO  
REGIONAL DA CIDADE DE CHIMOIO,  
MOÇAMBIQUE**

*URBAN DEVELOPMENT AND THE CITY: CONTEXT AND PRACTICES OF THE  
REGIONAL INTEGRATION OF THE CITY OF CHIMOIO, MOÇAMBIQUE*

*DESARROLLO URBANO Y LA CIUDAD: CONTEXTO Y PRÁCTICAS DE LA  
INTEGRACIÓN REGIONAL DE LA CIUDAD DE CHIMOIO, MOÇAMBIQUE*

**Tunex da Conceição Neves <sup>(1)</sup>**

**Victória Manuel Moisés Dumpua <sup>(2)</sup>**

**João Carlos Mendes Lima <sup>(3)</sup>**

<sup>(1)</sup> Programada de Mestrado em Ensino de Geografia da Universidade Púngue - Chimoio Moçambique. E-mail: [tunexneves063@gmail.com](mailto:tunexneves063@gmail.com)

<sup>(2)</sup> Mestranda do Programada de Mestrado em Ensino de Geografia da Universidade Púngue – Chimoio, Moçambique. E-mail: [victoriamanueldumpua@gmail.com](mailto:victoriamanueldumpua@gmail.com)

<sup>(3)</sup> Docente Doutor da Universidade Licurgo, Quelimane, Moçambique. E-mail: [jocarlima57@gmail.com](mailto:jocarlima57@gmail.com)



## Resumo

As cidades moçambicanas têm estado a enfrentar constantes mudanças, umas positivas e outras negativas, principalmente devido ao seu crescimento horizontal, não acompanhado por infraestruturas para garantir o policentrismo. Este trabalho visa refletir sobre a contribuição da aplicação do conceito ‘urbano’ e sustentabilidade tomando como exemplo de estudo a cidade de Chimoio, Moçambique, no contexto regional face aos novos desafios que se registam. Aborda igualmente os agentes e seus respetivos papéis na requalificação urbana rumo a sustentabilidade. Através da análise da bibliografia sobre a matéria, seguido de visitas de observação, foi possível concluir que as funções da cidade de Chimoio, tal e qual foram outras no mundo, mudaram das tradicionais cidades produtivista para concentração do sector terciário constituído por serviços de mediação das atividades, instituições financeiras, comércio formal e informal, comunicações e administração pública. Embora haja disparidades nos indicadores usados na classificação das cidades, a cidade de Chimoio tem elementos suficientes para tomar o pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano como a chave para o planeamento do seu crescimento quanti-qualitativo, num contexto de desenvolvimento regional, sob sua influência.

## Palavras-chave

Desenvolvimento Regional. Requalificação Urbana. Sustentabilidade.

## Abstract

Mozambican cities have been facing constant changes, some positive and some negative, mainly due to their horizontal growth, and not accompanied by infrastructure to guarantee polycentrism. This essay aims to reflect on the contribution of the application of the concept 'urban' and sustainability taking as an example of studies the city of Chimoio, in the regional context in view of the new challenges that are registered. It also addresses the agents and their respective roles in urban requalification towards sustainability. Through the analysis of the bibliography on the subject, followed by observation visits, it was possible to conclude that the functions of Chimoio city, just like others in the world, changed from the traditional productivist cities to concentration of the tertiary sector consisting of mediation services, financial institutions, formal and informal trade, communications and public administration. Although there are disparities in the indicators used in the classification of cities, the Chimoio city has enough elements to take the assumption of the connection between demographic size, urban functions and intra-urban space as the key issues to planning its quantitative and qualitative growth, in a context of development under its influence.

## Keywords:

Regional Development. Urban requalification. Sustainability.

## Resumen

Las ciudades de Mozambique se han enfrentado a cambios constantes, algunos positivos y otros negativos, principalmente debido a su crecimiento horizontal, no acompañados de infraestructura para garantizar el poli centrismo. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la contribución de la aplicación del concepto 'urbano' y la sostenibilidad tomando como ejemplo de estudios la ciudad de Chimoio, Moçambique, en el contexto regional en vista de los nuevos desafíos que se registran. También aborda a los agentes y sus respectivos roles en la recalificación urbana hacia la sostenibilidad. A través del análisis de la bibliografía sobre el tema, seguido de visitas de observación, fue posible concluir que las funciones de la ciudad de Chimoio, al igual que otras en el mundo, cambiaron de las ciudades productivistas tradicionales a la concentración del sector terciario que consiste en servicios de mediación de actividades, instituciones financieras, comercio formal e informal, comunicaciones y administración pública. Aunque existen disparidades en los indicadores utilizados en la clasificación de ciudades, la ciudad de Chimoio tiene suficientes elementos para asumir la conexión entre el tamaño demográfico, las funciones urbanas y el espacio intraurbano como la clave para planificar su crecimiento cuantitativo y cualitativo, en un contexto de desarrollo bajo su influencia

## Palabras clave:

Desarrollo regional. Recalificación urbana. Sustentabilidad

## Introdução

**E**ste ensaio tem como objetivo fornecer subsídios à discussão do conceito ‘urbano’ e sustentabilidade usando uma cidade média de Moçambique, a cidade de Chimoio, no contexto de desenvolvimento regional. A sua particularidade reside no pressuposto de uma específica combinação entre indicadores de classificação de cidades em níveis A a D, usadas em Moçambique considerando: o tamanho demográfico; o modo de ocupação do solo urbano - nível de urbanização; as funções urbanas; a organização do seu espaço intraurbano; e a área de influência.

Através da revisão bibliográfica, análise e confrontação de ideias e teorias de autores, complementada com trabalho de campo para observar os lugares da cidade foi possível conduzir a pesquisa para captar, tanto a espacialidade como as especificidades de desenvolvimento da cidade de Chimoio na integração regional.

A relevância deste tema deriva da capacidade de problematizá-lo, e transformá-lo em questão teórica ou empírica, visando, quer uma ação prática, quer a compreensão de um ou mais aspetos associados à ação humana – papel da geografia urbana. No plano da academia moçambicana, a problemática em torno dessa noção nunca foi solidamente construída. Assim, o esvaziamento político e a falta de base teórica a respeito da rede urbana podem explicar a falta de interesse que se ampliou, devido à crescente ênfase no estudo do espaço intraurbano, envolvendo sobretudo o conhecimento dos padrões de uso da terra, sua dinâmica e os denominados movimentos sociais. Deste modo, criou-se, assim, a relevância para o tema em discussão.

O ensaio para além desta introdução inclui uma breve reflexão teórica sobre a questão urbana, seguido da análise dos principais indicadores na classificação de cidades em Moçambique, com vista a melhor se entender o processo no país. O segundo trata o modo de ocupação do solo urbano e nível de urbanização, procurando trazer ao debate as três definições usadas no país. O terceiro faz uma breve descrição do surgimento e evolução histórica da cidade de Chimoio. O quarto aborda o processo da produção do espaço urbano e urbanização e por fim o quarto, por sinal o último, analisa as funções urbanas e organização do espaço intra e interurbano, para drenar na análise do desenvolvimento e sustentabilidade, os quais só podem ser resolvidos mediante uma participação ativa de cidadãos informados, que procuram conhecer as realidades a diferentes escalas: local, regional, nacional e mesmo global. De igual modo procura trazer à tona a reflexão para que estes compreendam as relações entre sociedade, economia e ambiente e, entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Mais





do que isso para que os sujeitos tenham em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e vindouras, bem assim, saibam avaliar as consequências, a diferentes níveis de estilos de vida dos sujeitos, as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas inseridos no âmbito local e regional.

## **Uma discussão teórica da questão urbana**

A emergência teórica e a relevância da questão urbana no mundo contemporâneo, no entender de Maricato (2000), podem ser tomadas como quase por consenso, por que expressam a inevitabilidade da centralidade do facto urbano. O autor defende que quando as redes de informação e de articulação da economia capitalista ganham dimensão global têm nas cidades o seu principal espaço de comando e este, por sua vez, vai conquistando cada vez mais território para expandir sua influência. Ao mesmo tempo expressa a escala local, da cidade e das referências sócio espaciais, presentes e fortalecidas em qualquer escala de vida ampliada e sempre localizada. No entanto, esse debate é lacónico em Moçambique, compulsando os escassos referenciais produzidos.

Para o autor citado anteriormente, a rede urbana articula a economia, a sociedade e o espaço-tempo globalizado organizando, também, territórios de várias amplitudes, do macrorregional ao continental. Por via disso, as relações metrópole-satélites, que inspiraram interpretações sobre o subdesenvolvimento e as relações internacionais, ganham hoje uma imensa complexidade diante da dimensão multi-escalar, fragmentada e mutável, sob o comando do capital financeiro, particularmente na periferia do capitalismo que tem maior expressão nos países em vias de desenvolvimento (PVD).

Contudo, Brenner & Schmid (2015) introduziram outros aportes nas teorias sobre urbanização com o objetivo de demarcar alguns parâmetros epistemológicos relativamente amplos, dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica possa ser alcançada. Desse modo os autores destacam que o urbano, não é um objeto apreendido empiricamente e, certamente, não corresponde à cidade. O argumento deles é de que o urbano e a urbanização devem ser compreendidos como abstrações teóricas, bem como não se pode compreender o urbano como forma, uma vez que não há uma morfologia única de um processo.

Neste contexto, os autores consideram que a urbanização envolve três momentos mutuamente constitutivos – urbanização concentrada, urbanização extensiva e urbanização



diferencial, além de que o tecido da urbanização é multidimensional. Este pressuposto propõe-se uma compreensão multidimensional (poliocentrismo) do processo de urbanização frente à abordagem monodimensional - cidade-cêntrica, o que significa o abandono de definições sociológicas, demográficas, económicas e culturais.

## **Definição e classificação de cidades em Moçambique**

Para explanar sobre cidades, convém antes de mais revisitar o conceito de “urbano” ou área urbana, pois, como é sabido este conceito, varia em todo o mundo e de país para país, incluindo Moçambique. Muitas são as razões para que isso ocorra, pois, o conceito urbano pode variar até no mesmo país ao longo do tempo como resultado de possíveis reclassificações periódicas das áreas de enumeração censitários, tornando difícil a sua comparação, facto que ocorreu em Moçambique ao longo dos censos realizados.

Para a UNICEF (2012), uma área urbana pode ser definida segundo determinados critérios: limites administrativos ou políticos (área de jurisdição do município), tamanho da sua população (aglomerado com mínimo de duas mil pessoas), densidade populacional e funções económicas (a maioria da população não estar no sector agrícola), ou com presença de características urbanas (estradas pavimentadas, iluminação eléctrica e sistema de saneamento do meio).

Para o Banco Mundial (WB) o conceito urbano ou área urbana se refere a um lugar caracterizado por uma alta densidade populacional e uma vasta área de edificação humana. Assim, as áreas urbanas podem ser cidades, metrópoles e conurbações. No entanto, o termo não é extensivo aos assentamentos rurais tais como vilas e povoações. Daí que, a população urbana, no entender do WB, é aquela que vive em áreas urbanas e definidas pelas instituições nacionais de estatísticas.

Por via disso, os países europeus definem áreas urbanas na base do tipo de uso do solo. Já na Austrália, os centros urbanos são definidos tendo em conta uma população de mil pessoas e mais, com uma densidade de 200 hab/km<sup>2</sup> e no Canadá utiliza o mesmo tamanho da população, mas deve possuir mais de 400 hab/km<sup>2</sup> de densidade.

Do mesmo modo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 1994) utiliza a definição de urbano baseada na densidade populacional que tem um ponto de corte ou limiar de 150 pessoas por quilómetro quadrado para todos os países membros, com excepção do Japão. Assim, todos os povoados com densidade populacional acima desse



limiar são considerados “urbanas”, mas essa densidade também tem a ver com o modo de construção.

Porquanto, nos PVD’s, para além de considerar os requisitos de densidade e uso do solo, define como área urbana aquela que mais de dois terços da população não pode estar em atividades agrícolas e pesca. Contudo, na América Latina, em especial no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define área urbana como toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Essa classificação não leva em consideração o tamanho da cidade nem a quantidade de habitantes. Por isso, são consideradas como características básicas que a área possua edificações contínuas, habitações, calçadas, rede de iluminação, serviços de saúde, educação, saneamento ambiental, lazer, entre outros. Sendo assim, a população urbana tem mais facilidade de acesso a hospitais, escolas, tratamento de esgoto, água canalizada e lazer.

Em Moçambique são usados três critérios para classificar cidades, que não abrange os usados a nível internacional. Para o Ministério da Administração Estatal (MAE, 2014), o conceito tem a sua base nas funções que o lugar, o situs, desempenha considerando os seus níveis de desenvolvimento económico, social, cultural e político-administrativo, assim como considera o grau de utilização urbana de terrenos, já que inclui municípios, aldeias e sedes dos postos administrativos e localidades instituídos por lei.

A segunda definição, adotada pelo Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), define áreas urbanas baseadas no uso do solo urbano, tanto das municipalidades, assim como das aldeias e dos Postos Administrativos instituídas por lei.

Finalmente a terceira, do Instituto Nacional de Estatística (INE), a entidade oficial de produção e divulgação de informação estatística do país, baseia a sua definição nas áreas de enumeração urbanas, que são as menores unidades de estratificação da amostra do recenseamento da população. As áreas urbanas no contexto do INE estão estratificadas em três substratos: cidades capitais, cidades com mais de 20 mil agregados familiares e as restantes das províncias. Por esta definição Chimoio é considerada cidade desde 1986 aquando da primeira classificação efetuada.

Com base nesses critérios, o MAE classifica e hierarquiza as cidades em níveis que vão de A à D. Na abordagem do MAE, para que uma cidade seja do nível A ou B, é necessário ter, no mínimo, dois milhões de habitantes e 1,25 milhão, respetivamente. Neste contexto, apenas a cidade de Maputo, a capital do país, é a única de classe A. Porquanto as cidades da Beira, Nampula e Matola são de classe B, e as restantes são de classes C e D. Nesta conformidade a cidade de Chimoio, nosso objeto de estudo, é de classe C, por possuir uma população total apurado no censo de 2017 cerca de 372,82 mil habitantes.



Porém, em Moçambique, a variável densidade populacional não é utilizada, para efeitos de definição de lugares como urbano. Se o país tivesse de usar esta definição baseada no tamanho demográfico, o resultado seria que muito poucas “cidades” teriam a classificação de áreas urbanas. A densidade populacional é uma importante vertente para definir áreas urbanas, uma vez que engloba as economias de aglomeração, as quais são características que definem os centros urbanos – o policentrismo.

Assim sendo os dados do INE, obtidos do último censo de população e habitação realizado em 2017, a cidade de Chimoio possui uma população total de 372,821 habitantes, dos quais 185,116 homens e 187,705 mulheres, residindo em 33 bairros dos 3 Postos Administrativos que estruturam a urbe. Ainda segundo a mesma fonte, tem uma densidade populacional de 1.403 hab/Km<sup>2</sup>.

Contudo, a estrutura do uso atual do solo na Autarquia de Chimoio compreende a distribuição na ocupação espacial em duas partes distintas e em forma de escadaria, que são: a parte alta que é a área central e a parte baixa que é a periférica, isto é, a medida que se caminha para o centro da cidade nota-se o aumento de altitude, o que torna as zonas periféricas mais propensas à erosão, devido a declividade dos lugares.

A ocupação do solo em todas estas partes caracteriza-se por uma diferenciação entre áreas urbanizadas, semi-urbanizadas e não urbanizadas, com os dois últimos grupos apresentarem bairros densamente habitadas. As áreas periféricas e não urbanizadas possuem características rurais com a ocupação habitacional dispersa e evidenciando construção precária, estando sempre associadas a agricultura familiar de subsistência e a pastagem de gado caprino e bovino. No entanto, algumas destas áreas estão sendo gradualmente ocupadas por sujeitos de renda média a alta, sejam funcionários públicos, sejam privados que vem trabalhar e realizar empreendimentos em Chimoio.

As fotos da figura 1 evidenciam o subúrbio de Chimoio, onde vive a maioria da população.

**Figura 1. Áreas periféricas de Chimoio**



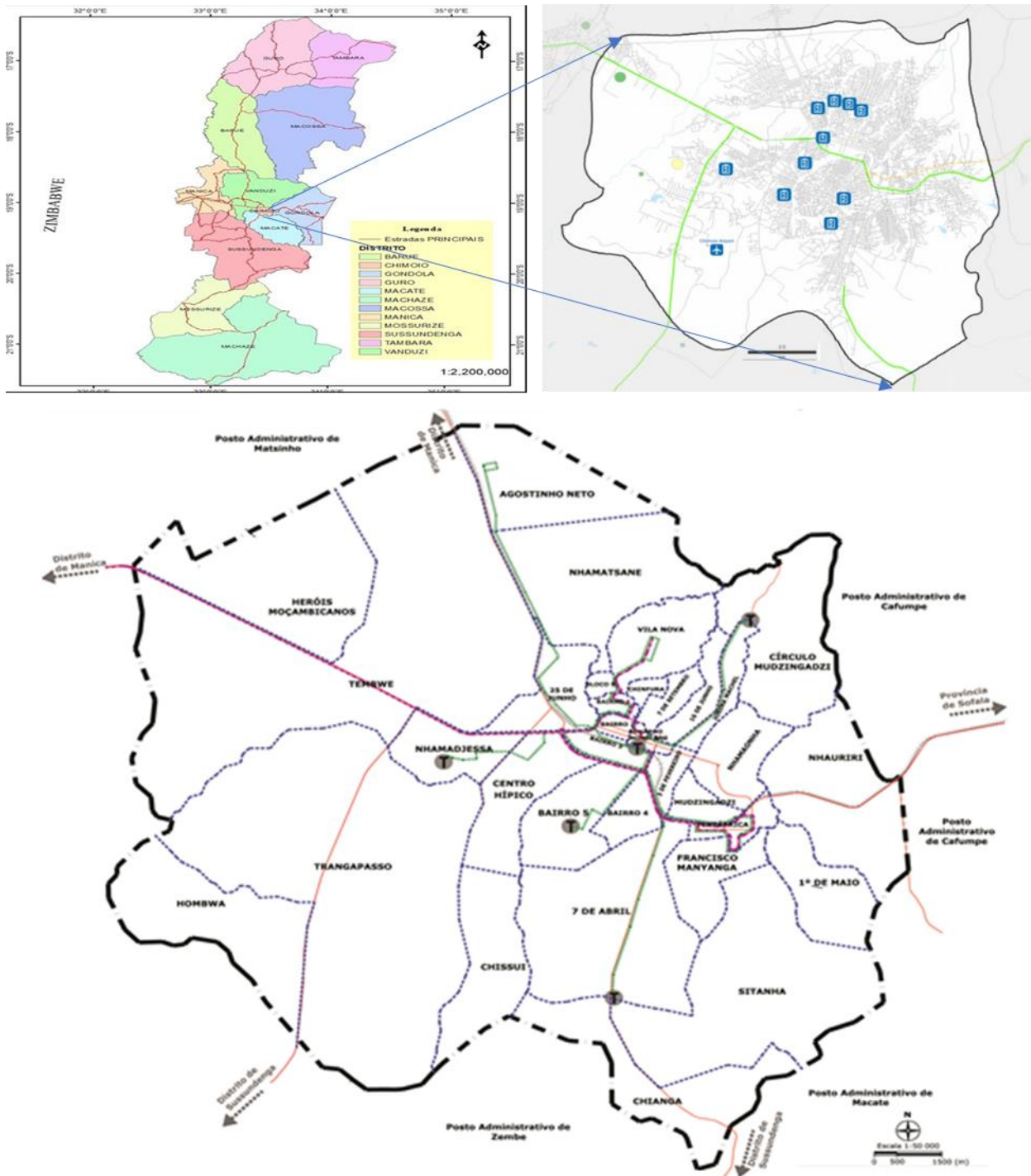
## **Surgimento e evolução histórica da cidade de Chimoio**

A cidade de Chimoio, segundo MAE (2002), com uma superfície 174 km<sup>2</sup>, é capital da província de Manica, situada a 33° 30' E no Corredor da Beira, a cerca de 200 quilómetros da cidade da Beira e a 100 quilómetros da fronteira com o Zimbabwe. É limitado pelo distrito de Vanduzi, através dos rios Nhamahocha, Téwé, até ao marco três do foral, o monte Chizombero e o círculo Matole, a norte; o distrito de Macate pelos os riachos Toa e Munetse, os círculos Chiongo e Ndenguene e a localidade de Zembe, a sul; o distrito de Gondola e Macate através do rio Nhamahocha e os círculos de Noia e Chiongo, a este; e distrito de Macate e Vanduzi na confluência dos rios Nhamathui e Chiongo, a oeste.

A figura 2 apresenta o mapa da província de Manica e o enquadramento da cidade de Chimoio e a sua estrutura urbana.

Segundo Fernandes (2006), a cidade de Chimoio surge num passado longínquo, quando a região de Quiteve, onde se localiza a cidade, foi ponto de passagem nas comunicações entre o oceano Índico e o interior, usando-se o rio Révuè, nas terras de Medundo e de Mevumbe no vale entre o rio Révuè e o Buzi. Sob a administração da Companhia de Moçambique foi construída a linha férrea para o interior, induzindo o desenvolvimento da economia da região, o que levou a criação da circunscrição de Chimoio em 1893, a partir da povoação no término da via-férrea. O local inicialmente escolhido não era o mais conveniente, tendo-se optado por um sítio próximo, então denominado vila Barreto. A povoação foi criada oficialmente pela ordem n° 25 de 30 de outubro de 1895 da Companhia de Moçambique, que administrou o território até 1942.

Figura 2. Mapa da Província de Manica e estrutura urbana da cidade de Chimoio





O autor revela ainda que o avanço da linha férrea em direção a Nova Macequece, retirou a importância a jovem povoação, o que mudaria para um outro local (Chiniala ou Chimiala, também conhecido por Mandigos) em julho de 1898. No ano seguinte construíram-se residências, quartel de polícias e de sipaios, para além do correio. Foram construídas também casas de madeira e zinco onde foi instalada a estação de comboios, habitações para os seus empregados e uma oficina.

A 15 de Julho de 1916, a pedido dos agricultores da região, a povoação de Mandigos passou a designar-se Vila Pery, em homenagem a João Pery de Lind, o então governador da Companhia de Moçambique. Com a instalação da Sociedade Algodoeira de Fomento Colonial (SOALPO) em 1945, obrigou a constituição da hidroelétrica de Révuè SARL (Sociedade Anónima de Representação Limitada), visando aproveitar o rio do mesmo nome, primeiro no Mavúzi e depois em Chicamba, o que fez com que Chimoio ganhasse outra importância do ponto de vista industrial, deixando de ser uma área agrícola onde se cultivava o milho. É com o desenvolvimento das suas infraestruturas que em 1969, pela portaria nº 22258, 17.07.1969 foi elevada a categoria de Cidade.

Depois de independência de Moçambique, “por decisão do presidente Samora Machel, que a 12 de junho de 1975 num comício popular, anunciou a mudança de nome da cidade de Vila Pery para Chimoio” (FERNANDES, 2006:164).

A cidade de Chimoio foi construída num planalto com cerca de 706 metros de altitude, localizado sobre a cimeira de duas bacias hidrográficas no eixo Beira-Mutare. Dada a abundância de recursos hídricos, combinados com solos ferralíticos avermelhados, bastante férteis, fez com que a sua economia assente na agricultura de tabaco, cereais, tubérculos e de fruteiras, a qual é dependente da indústria transformadora de produtos agrícolas como tabaco, citrinos, cereais, aves, etc, ascendesse consideravelmente. Ligada a produção agropecuária edificou-se uma base industrial de processamento e de construção, a qual vai ganhando cada vez mais espaço na economia, seja da cidade, seja da província do mesmo nome, seja da região centro do país e a integração regional.

## **Produção do espaço urbano e urbanização**

Em Chimoio, o plano de estrutura urbana (PEU), cujo objetivo visa definir com detalhe a forma de ordenamento do espaço público e as regras de gestão urbanística a aplicar determinou e delimitou as classes e categorias da sua espacialidade que caracteriza a atual utilização do solo urbano. Assim podem-se encontrar áreas bem distintas demarcadas pelo

Conselho Autárquico de Chimoio, nomeadamente: área urbanizada (com uso residencial dominante, caracterizado por estar planificado, consolidado na sua estrutura e com infraestruturas completas); área semi-urbanizada (com uso residencial potencial, loteada, mas de ocupação espontânea, com arruamentos, mas sem infraestruturas sociais básicas); área não urbanizada (ocupações sem ações prévio planeamento urbano, sendo áreas com características rurais e de ocupação habitacional dispersa, em muitos casos associadas a agricultura familiar de subsistência e pastagem. É nesta última que recentemente está a sofrer forte pressão pela nova elite de Chimoio, como foi referido anteriormente.

De igual modo foram previstas (CMC, 2013) áreas reservadas como espaços para atividade industrial, para a construção de instalações de logística e reparação; espaço para equipamentos sociais, serviços públicos e usos especiais; espaço para redes de infraestruturais – servidões de utilidade pública; espaço para atividade agrícola; e espaço afeto à estrutura ecológica - área verde, área húmida e inundável, área alagada, cursos e superfícies de água.

O centro da cidade, de estrutura ortogonal denota um planeamento urbano típico do modelo ocidental, onde as edificações modernas se estendem ao longo das ruas e avenidas, pavimentadas com asfalto, com infraestruturas de abastecimento de água e eletricidade, de prestação de serviços, de verejo, shopping centre, entre outras, como mostra a figura 3.

**Figura 3. Avenida 25 de Setembro da cidade de Chimoio e construção de Shopping Center**



Na cidade de Chimoio, de igual que em muitas outras cidades moçambicanas, as dificuldades atinentes a ocupação do solo urbano pode estar relacionada ao atraso da história urbana portuguesa em relação à europeia e americana e mais recentemente a asiática. Este atraso, segundo o MAE (2014) se relaciona, principalmente com a diversidade de contextos em





que o urbanismo português se desenvolveu, num período de tempo longo e num território vasto, influenciado pelos planos de desenvolvimento urbano que surgiram na “metrópole” colonial na segunda metade do século XIX, procurando dar resposta às situações criadas pela revolução industrial.

Entretanto, em Moçambique a política de ordenamento territorial de acordo com o MICOA (2007) classifica as áreas urbanas em consideração ao uso do solo urbano e a própria sustentabilidade dos centros urbanos em termos de uso do solo, de saneamento e ambiente, de desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações e, das condições de alojamento. No caso da cidade de Chimoio, tudo isso parece ainda uma miragem para se considerar cidade urbana, porque o aspeto cultural também conta. De fato, acontece a transposição do *modus vivendis* rural, fenómeno denominado por Araújo (2003) de ruralização da cidade, isto é, com ocorrência de hábitos rurais no espaço considerado urbano, o que revela forte influência da cultura local do lugar onde está inserida a cidade.

A classificação do MICOA procura promover a sustentabilidade das áreas urbanas, assim como melhorar a gestão de terrenos urbanos entre as municipalidades e a administração central. Para o MICOA, atual MITADER (Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural), parece que tudo é área urbana, mas trata-se de uma definição imprecisa, com pouco fundamento epistemológico e material observável. Consideramos assim, porque, o modo das construções e edificações deveria também considerar para os critérios a ter em linha de conta na definição do urbano, a menos que existam cidades de caniço e cidades de adobe, como chamou Araújo (2003).

O crescimento horizontal e muitas vezes espontâneo e informal da ocupação de espaços urbanos retira os aspetos considerados indicadores do urbanismo, mesmo na definição moçambicana, aliadas as discrepâncias de conceitos, apresentadas, tanto pelo MICOA/MITADER, quanto pelo INE, instituições do mesmo país com funções complementares. No entanto, nenhuma destas definições, se não apenas a do MAE, considera a dimensão demográfica, critério bastante utilizado para definir áreas urbanas a nível mundial, em consonância com a densidade populacional.

O pressuposto das relações entre tamanho, funções e espaço intraurbano com o tamanho demográfico significam, para um mesmo contexto espacial de renda e padrão cultural, maior ou menor economia de escala, envolvendo a cidade e o seu espaço de atuação ou de influência. De igual modo, segundo Corrêa (2006), isso possibilita maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas ou atividades básicas, direcionadas, essencialmente para fora da cidade, e de



atividades não-básicas, voltadas para o consumo da própria cidade. A partir desta relação, é possível definir e identificar a pequena, média, grande cidade e a metrópole.

Mas, em todo o país, a precariedade do estado atual do direito urbanístico só pode ser devidamente aferida por comparação com os demais países. Ao contrário de Moçambique, praticamente todos os países desenvolvidos do mundo dispõem de uma legislação coerente de urbanismo. A falta desta em Moçambique, impacta na configuração da cidade de Chimoio porque desorganiza até as construções convencionais, o que dificulta a requalificação urbana na atualidade.

O espaço urbano, segundo Gaspar & Lima (2017) também pode ser por aglomeração de edificações ou adensamento de pessoas, ou ainda por intensificação do uso de espaços do solo urbano já parcelados. Dito por outras palavras, a urbanização é o processo em que o espaço rural se transforma em espaço urbano, movido pela migração campo-cidade ou cidade-cidade, no sentido de crescimento da população urbana numa cidade que se desloca para a periferia, fenómeno patente no objeto de estudo.

Em suma, em Moçambique existem três formas de definir urbano, nomeadamente: (i) do MAE que toma o tamanho demográfico; (ii) do MICOA/MITADER que toma em consideração o uso do solo urbano e sustentabilidade de centros urbanos em termos de uso do solo, saneamento e ambiente, desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações e, as condições de alojamento; e (iii) do INE que define áreas urbanas a partir das áreas de enumeração, que são as menores unidades de estratificação da amostra do recenseamento da população.

## **Funções urbanas e organização do espaço intra e interurbano**

A cidade é o espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da perceção que os seus habitantes ou alguns dos seus segmentos têm do espaço urbano e das suas partes. Outro modo possível de análise considera como forma espacial nas suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas. O espaço urbano, segundo Corrêa (2006), como qualquer outro objeto social pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito.

Como referimos no início, este ensaio focaliza os processos e as formas espaciais, centrando sua atenção na forma de gestão do espaço da cidade de Chimoio, as suas funções e a cultura dos seus habitantes que proporcionam ou dificultam o seu desenvolvimento para que seja digna de ser uma cidade no contexto de urbanização e deixar de ser ruralização.



Se por um lado, o tamanho demográfico tem nítidas relações com as características do espaço intraurbano, para um mesmo contexto cultural, socioeconómico, de sítio urbano, de plano urbano e de políticas públicas, sobretudo aquelas referentes à habitação e às migrações, a relação é nítida. Por outro, o maior tamanho demográfico resulta em maior dimensão do espaço intraurbano, expressa pela distância entre o centro e a periferia da cidade. Também, como referiu o autor citado acima, mais complexa será a organização do espaço intraurbano. Vai daí que o crescimento horizontal das cidades, como as moçambicanas, é prejudicial se não for acompanhado do processo de policentrismo.

A primeira dificuldade tem a ver com a razão das distâncias que viabilizam, em grande parte, uma maior divisão económica do espaço, que precisa de submissão do espaço urbano a um mais significativo processo de descentralização, origem dispersa e formação de núcleos de atividades derivados de economias de aglomeração, distantes do centro. Mas isso implica policentrismo, que no caso de Chimoio fica condicionado pelo aspeto segurança. De fato, ninguém poderá investir em infraestruturas como condomínios, bancos, seguros, e outras para garantir o policentrismo sem segurança garantida. Além disso, a cidade interage com os territórios vizinhos aquelas que gera influências, seja em termos de atividades económicas, tais como comerciais, industriais e de agropecuária, seja de afinidades culturais e espirituais com que se identificam os sujeitos que nela vivem ou querem morar.

Portanto e na perspetiva do autor que temos vindo a citar quanto maior for o tamanho demográfico mais complexas são as atividades económicas, suscitando maior fragmentação do tecido social; mais complexa será ainda a projeção espacial das classes sociais e suas frações, gerando uma mais complexa divisão social do espaço, com áreas sociais mais diferenciadas e por vezes bastante segregadas. Além disso irá depender da atuação e do dinamismo da elite para pressionar o governo a delegar algumas competências na tomada de decisão da cidade.

A segunda dificuldade advém da escala espacial de referência. A cidade deve ser pensada segundo uma dada escala espacial, em relação a qual pode adquirir sentido. Assim, Chimoio, por exemplo, pode ser concebida como cidade média na escala moçambicana, em relação às principais cidades de Maputo, Beira, Matola e Nampula.

Neste contexto e segundo Ferreira (2005) mediante estas dificuldades, são chamados a discussão os conceitos de sustentabilidade urbana e de desenvolvimento urbano sustentável que não têm um carácter universal, mas variam de acordo com as comunidades, com as suas realidades económicas, sociais e ambientais, com os seus valores e atitudes ligados às suas características culturais. Acrescente-se com as suas nuances, aqueles lugares que parecendo homogêneas revelam especificidades e espacialidades diferenciadas. Dito por outras palavras é



preciso identificar as “unidades íntegras” que aparentando uniformes procura encontrar as singularidades do local, como um exercício de reconhecimento e valorização de nuances ou variações aparentemente insignificantes. (LIMA, 2016, p.259)

O constrangimento em Moçambique, em geral e em Chimoio, em particular, é que os problemas de desenvolvimento e de sustentabilidade só podem ser resolvidos mediante uma participação ativa de cidadãos informados, que procurem conhecer as realidades a diferentes escalas: local, regional, nacional e mesmo global. Mas também que compreendam as relações entre sociedade, economia e o ambiente e, entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Bem como tenham em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e futuras. Mais do que isso, como referiu Ferreira, que compreendam as relações entre poder, recursos e direitos humanos e saibam avaliar as consequências, a diferentes níveis dos diferentes estilos de vida da população e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas de âmbito local.

Desse modo, fica a dúvida, estarão os membros das comunidades de Chimoio nessas condições? Julgamos que não. Por que, a menos que haja prova em contrário através de estudos, os cidadãos comuns das comunidades de Chimoio não estão devidamente informados, dificilmente ou poucos procuram conhecer as realidades a diferentes escalas, seja local, seja regional, nacional e mesmo global. Além disso, poucos compreendem as relações entre sociedade, economia e o ambiente e entre a vida da sua comunidade urbana e de outras comunidades. Os sujeitos das comunidades dificilmente têm em conta as necessidades e direitos das gerações presentes e futuras e, sobretudo porque não compreendem as relações entre poder, recursos e direitos humanos e provavelmente pouco ou nada sabem avaliar as consequências a diferentes níveis dos diferentes estilos de vida da população e as respostas que os indivíduos e as organizações podem dar a diferentes problemas, em especial os de âmbito local. Ainda há que construir a cidadania, através da formação e educação dos sujeitos, principalmente aos jovens que ainda não possuem referências.

Estes atributos socioeconómicos, ambientais, culturais e até políticos, pouco abonatórios fazem com que o processo de urbanização associado à concentração de muitas pessoas in situ, (na urbe), acelere a substituição das atividades primárias ligadas a extração dos recursos naturais por atividades secundárias (processamento) e terciárias (serviços), seja por falta de capital, seja por falta de tecnologias adequadas e poucos as dominam. Esta troca, como referiu Lima (2016) não ocorre apenas nas atividades que as pessoas desenvolvem, mas também, porque o processo de urbanização transforma as várias formas de ser e estar dos sujeitos na cidade, porque a concentração de várias pessoas in situ, cada qual com sua origem,



molda o comportamento e a atitude que se pode coadunar ou não com a urbanicidade, ou seja, saber viver na cidade. Há pessoas que, vivendo na cidade, não têm ou não praticam urbanicidade suficiente (EVARISTO & LIMA, 2016), porque tem hábitos rurais, portanto, contribuem a ruralização das cidades.

Para Ferreira (2005) citando Maclaren (2004) “sustentabilidade urbana” é o conjunto de condições desejadas: ambientais, socioeconômicas, políticas e culturais que persistem ao longo do tempo. Daí, desenvolvimento urbano sustentável é o processo de acordo com o qual a sustentabilidade urbana pode ser atingida, referenciadas pelas seguintes características:

equidade intergeracional - incluindo equidade social, equidade geográfica, como sendo a necessidade de promover o crescimento econômico e o bem-estar de uma comunidade sem provocar a degradação de outra (ou outras) comunidade(s), e equidade no poder de decisão (governance); (ii.) utilização mínima de recursos não renováveis – há uso intensivo, por ex. do carvão vegetal na cidade de Chimoio, decorrente do corte e queima de árvores; (iii.) autoconfiança comunitária – não muito desenvolvida ou compreendida pelas próprias comunidades; (iv.) vitalidade e diversidade econômica – a economia está dependente dos sectores primário e terciário, sem estar suportado pelo secundário, de transformações; (v.) bem-estar coletivo e individual – ainda longe de se alcançar; (vi.) satisfação das necessidades individuais – há cidadãos a viver no lumiar da pobreza, mas outros bem abastados e a fazendo uso exacerbado da riqueza; (vii.) autonomia comunitária (poder local com autonomia de decisão) – já começa a se fazer sentir, mas há necessidade de ações independentes, porque não possui ainda uma elite influenciadora na tomada de decisões do poder; e (viii.) preservação da diversidade cultural – tem sofrido alterações, devido a alienação, essencialmente os jovens sob influência de fatores exógenos.

Na cidade de Chimoio não parece que estejam ainda garantidas essas características de sustentabilidade, no seu conjunto, se não em toda a nação moçambicana. Portanto, há um processo que vai levar o tempo que for necessário, até que este conjunto de equidades sejam alcançados, ainda que o desenvolvimento sustentável urbano constitua uma prioridade e desafio do século XXI. Isso implica que os membros da comunidade, os cidadãos, adquiram conhecimentos que contribuam para melhorar as suas percepções em relação aos problemas ambientais, sociais e econômicos, que modifiquem as suas atitudes face ao ambiente e que demonstrem empenhamento em práticas de cidadania ativa, a diferentes níveis para um modo de vida mais igualitário e sustentável.

O desenvolvimento sustentável, segundo Ferreira (2005) implica ainda que os cidadãos adquiram conhecimentos, valores e competências necessárias a uma participação nas decisões acerca da forma como atuam, local e globalmente, para melhorar a qualidade de vida hoje, sem pôr em risco o futuro.

Desse modo, os pressupostos como tamanho, funções e espaço com o tamanho demográfico significam disparidades do desenvolvimento urbano e rural, em que o urbano



‘invade’ o espaço rural. Exemplo de áreas de expansão em Chimoio são os bairros 7 de abril – zona de Cianga, Vila – Nova (Tambara 2), Heróis moçambicanos, Trangapasso, Piloto e Chizombero. Estes bairros podem ser considerados semiurbanos ou semirrurais. A resposta depende do ponto de vista e nível de conhecimento de urbanização de quem os classifica, em termos do seu crescimento no espaço, mas valorizando-os económica e socialmente. O rural ‘invade’ o urbano com população que busca emprego, que não encontrando pode justificar o surgimento de problemas sociais e económicos, citando-se como exemplo a proliferação do comércio informal. Essa “invasão” tem suporte no desenvolvimento regional.

Em suma, as mudanças ocorridas no meio, antes considerado rural, caracterizadas pelo surgimento de novas dinâmicas económicas e pelo aumento da população e urbanização, que distanciaram a região do contexto exclusivamente das atividades agropecuárias, como se referiu Lima (2017), levaram a retomada dos debates que procuram delimitar os diferentes níveis de relacionamento entre o rural e o urbano.

Portanto, a urbanização depende do contexto regional em que se insere a cidade, vista na relação interurbana. Melhor dizendo, a hinterlândia com que ela estabelece relações de dependência e de hegemonia.

## **Considerações Finais**

Pelas suas características e crescimento horizontal, a cidade de Chimoio tem elementos suficientes para tomar o pressuposto da conexão entre tamanho demográfico, funções urbanas e espaço intraurbano como a chave para o planeamento do seu crescimento quanti-qualitativo. Mas para além disso, é necessário incluir outros elementos que podem afetar a organização interna da cidade, de entre outras as ligadas as atividades económicas, a renda da população e as políticas públicas autárquicas, com relação aos territórios sob sua influência.

Os aspetos ambientais, sociais e económicos das comunidades nesta urbe e, principalmente as diferenças culturais que apresenta, poderão, de forma significativa, dificultar a sustentabilidade do desenvolvimento urbano se não forem tomadas em conta as modestas características de sustentabilidade urbana apresentadas neste ensaio, mas garantir a sua integração regional. Para isso a educação ambiental e de cidadania tem que tomar o seu lugar na dianteira do processo, uma vez que os cidadãos precisam de conhecer as realidades e os problemas inerentes a uma realidade local para que, usando as competências, atitudes e valores, exerçam uma cidadania ativa e inclusiva.



Não se pode falar de sustentabilidade urbana se continuarem a existir pessoas de renda baixa a ocupar espaços nobres sem capacidade de manutenção, como também o crescimento horizontal “desestruturado” e sem infraestruturas policêntricas, nem criar de forma deliberada os hábitos rurais em zonas urbanas.

O surgimento de novas centralidades e funções deverá ser, de forma rápida discutida na academia, dada a situação de elevada informalidade e forte dependência de investimento de capitais privados. Esta informação juntamente com a presença indiscutível das mudanças climáticas, do impacto da pandemia da COVID-19 e o uso de diferentes indicadores por instituições do país constitui séria ameaça à sustentabilidade da cidade de Chimoio, mas para os propósitos deste ensaio devem constituir desafios para serem alcançados no futuro.

## Referências

ARAÚJO, M.G.M. de. Os Espaços Urbanos em Moçambique, in GEOUSP: **Espaços e tempos**, nº 14, São Paulo, 2003, p 164-182.

BRENNER, N.; SCHMID, C. **Towards a new epistemology of the urban? City**, v. 19, n. 2-3, 2015. p. 151-182, abr. <http://dx.doi.org/10.1080> - Acesso em 26 de julho de 2018.

Conselho Municipal da Cidade de Chimoio. **Plano Estratégico do Município de Chimoio 2009-2013**. CMCC, Chimoio. 2013.

CORRÊA, R.L. **Construindo o conceito de cidade média**. Departamento de Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2006).

EVARISTO, G. K. K. & LIMA, J. C. M. **Requalificação Urbana e Novas Centralidades na Cidade de Quelimane, Moçambique**. Universidade Pedagógica de Quelimane, Moçambique. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 7, N.2, p. 199-212, 2017 ISSN 2237-3071.

FERREIRA, M. M. M. D. **Desenvolvimento Urbano Sustentável: o Papel dos Cidadãos** - Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia. Universidade Aberta – Lisboa, Portugal 2005.

INE. **2º Censo geral da população e habitação de 1997**, Maputo, Imprensa Nacional. 1997.

INE. **4º Censo geral da população e habitação de 2017**, Maputo, Imprensa Nacional. 2019.

LIMA, J.C.M. **Conflito Entre Saberes na Urbanização: as tradições das comunidades e o Planeamento Territorial no Município de Mocuba**, Tese de Doutoramento em Geografia. Universidade Pedagógica, Maputo. 2016.

LIMA, J.C.M. **Urbanicidade, Saber Viver na Cidade: utopia ou realidade**. Atas de II Jornadas Científicas das Instituições de Ensino Superior da Zambézia, Quelimane, 2017.



MACLAREN, V. W. “Urban Sustainability Reporting” in Stephen M. Wheeler e Timothy Beatley, **The Sustainable Urban Development Reader**, London: Routledge, 2004. pp. 203-210.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles brasileiras. São Paulo. **Perspectiva**. Vol.14 no.4. out/dez 2000. *dx.doi.org/10.1590/S0102*.

MAE. **Folha Informativa dos Municípios**, Maputo, Direcção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, 2002.

MAE. **Atualização dos critérios de ordenação das cidades, distritos e vilas**. Maputo Imprensa Nacional. 2014.

MICOA - Ministério para Coordenação da Acção Ambiental (2007). **Programa de Acção Nacional para a Adaptação Às Mudanças Climáticas (NAPA)**. s/ed. s/l. Dez. 2007.





**RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E  
EXTRATIVISMO ARTESANAL NOS PAÍSES EM  
DESENVOLVIMENTO: O CASO DE  
MOÇAMBIQUE**

*RELATIONSHIP BETWEEN MIGRATION AND ARTISANAL EXTRACTIVISM IN  
DEVELOPING COUNTRIES: THE CASE OF MOZAMBIQUE*

*RELACIÓN ENTRE MIGRACIÓN Y EXTRACTIVISMO ARTESANAL EN PAÍSES EN  
DESARROLLO: EL CASO DE MOZAMBIQUE*

**Sérgio de Melo Doce Taibo <sup>(1)</sup>**

**Helion Póvoa Neto <sup>(2)</sup>**

<sup>(1)</sup> Fundação Getúlio Vargas. E-mail: [sergiotaibo@yahoo.com.br](mailto:sergiotaibo@yahoo.com.br)

<sup>(2)</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: [helionpovoaneto@gmail.com](mailto:helionpovoaneto@gmail.com)

**Resumo**

Em Moçambique o extrativismo artesanal é uma atividade praticada desde o período pré-colonial, caracterizando a economia do país na dependência do que a natureza fornecia e fornece. Com o surgimento dos grandes megaprojetos ligados à exploração mineira por meio de capitais multinacionais, a estabilidade política e o franco desenvolvimento económico que o país está a experimentar, vai constituir um atrativo para a vinda de povos de diversas nacionalidades, como é o caso dos Somalis, Malianos, Congolese e Senegaleses. Daí que, constitui objetivo do artigo analisar a relação entre migração e o extrativismo praticado pelas populações locais e seus reflexos no desenvolvimento local. Como metodologia, pautou-se pela consulta bibliográfica e documental, e seus resultados apontam que de fato há uma relação entre a migração e extrativismo artesanal na medida em que os megaprojetos vão despertando as enormes riquezas mineiras que o país possui, constituindo um atrativo aos migrantes e, criando espaços de mão-de-obra local em áreas adjacentes.

**Palavras-chave**

Desenvolvimento; extrativismo artesanal; migração.

**Abstract**

In Mozambique the artisanal extractivism it is an activity practiced since the pre-colonial period, characterizing the country's economy in dependence on what nature provided and supplies. With the emergence of large megaprojects linked to mining through multinational capital, the political stability and the frank economic development that the country is experiencing, will be an attraction for the coming of peoples of various nationalities, such as Somalis, Malians, Congolese and Senegalese. Hence, the aim of the article is to analyse the relationship between migration and extractivism practised by local populations and its impact on local development. As a methodology, it was based on bibliographic and documental consultation, and its results indicate that there is in fact a relationship between migration and artisanal extractivism as the megaprojects are awakening the enormous mining wealth that the country possesses, constituting an attraction for migrants and creating spaces for local labour in adjacent areas.

**Keywords:**

Development; extractivism; migration.

**Resumen**

En Mozambique el extractivismo artesanal es una actividad que se practica desde el período precolonial y que caracteriza la economía del país en dependencia de lo que la naturaleza provee y suministra. Con el surgimiento de grandes megaproyectos vinculados a la minería a través del capital multinacional, la estabilidad política y el franco desarrollo económico que está experimentando el país, será un atractivo para la llegada de pueblos de diversas nacionalidades, como somalíes, malienses, congoleños y senegaleses. Por consiguiente, el objetivo del artículo es analizar la relación entre la migración y el extractivismo practicado por las poblaciones locales y sus repercusiones en el desarrollo local. Como metodología, se basó en la consulta bibliográfica y documental, y sus resultados indican que existe de hecho una relación entre la migración y el extractivismo artesanal, ya que los megaproyectos están despertando la enorme riqueza minera que posee el país, constituyendo una atracción para los migrantes y creando espacios para la mano de obra local en las zonas adyacentes.

**Palabras clave:**

Desarrollo; extractivismo artesanal; migración.



## Introdução

**D**urante muito tempo, a economia moçambicana esteve totalmente baseada na exploração dos recursos naturais com base na ação humana. Com a colonização portuguesa, Moçambique passou a ser um território cujo objetivo era a exploração dos seus recursos naturais para alimentar a economia portuguesa, com destaque para as monoculturas. A partir de 1975, ano em que se torna independente, e com a adoção do socialismo como ideologia política, torna-se no ator principal do desenvolvimento nacional. Com a ascensão do neoliberalismo como ideologia política nos finais da década de 1980, criam-se condições para a entrada do capital estrangeiro, reduzindo o papel do Estado nos assuntos económicos e sociais do país, permitindo assim, a entrada do setor privado e ao investimento estrangeiro direto. É nesta lógica que foram criadas várias Zonas Económicas Especiais Francas Industriais, como é o caso da Zona Franca de Moatize, na Província de Tete onde é explorado o carvão mineral pela Companhia Vale do Rio Doce, designada por Vale Moçambique, da irlandesa Kenmare, a indiana Tata Steel, a australiana Rio Tinto, entre outras, trazendo assim, um impacto significativo para a economia nacional.

Não obstante, existe também a exploração artesanal de alguns recursos minerais por parte dos nacionais, com subfinanciamento dos imigrantes de diversas nacionalidades como Somalis, Malianos, Congolezes e Senegaleses, que têm como principais minérios explorados, o ouro nas Províncias de Manica, Zambézia e Nampula, o rubi em Cabo Delgado, entre outros. Esta situação faz, desses pontos de extração, locais que se afiguram como espaços de “fluxo migratório misto”<sup>1</sup>, fazendo desses locais como que áreas comerciais sazonais ou permanentes de pessoas tentadas pela atividade mineira. Portanto, o artigo visa analisar a relação entre migração e o extrativismo praticado pelas populações locais e seus reflexos no desenvolvimento local. Como metodologia, a pesquisa baseou-se na consulta bibliográfica e documental, partindo dos modelos neo-extrativistas de exploração desses recursos.

---

<sup>1</sup> A Organização Internacional para a Migração (OIM), definiu os fluxos mistos como “como movimentos de população complexos, que incluem refugiados, solicitantes de asilo, migrantes económicos e outros migrantes. Além disso, ela ainda salienta que esse tipo de fluxo está relacionado com movimentos irregulares, nos quais há, com frequência, migração de trânsito, com pessoas que realizam o movimento sem a documentação necessária, atravessam fronteiras e chegam ao seu destino sem autorização (OIM, 2009). Tal definição procurou captar a diversidade de movimentos dentro de um mesmo fluxo migratório.



## **Migração e mineração: breve enquadramento teórico-legal**

A migração é um fator que caracteriza a existência humana. Desde o seu surgimento, o homem sempre se deslocou de um local para o outro, atravessando fronteiras por diversas razões. Para Morén-Alegret (1999), em termos fronteiriços pode-se entender por migração internacional um termo criado após o estabelecimento dos estados-nação para descrever o cruzamento, por estrangeiros, de suas fronteiras, que passaram a ser definidas por linhas contínuas e precisas. Com base neste ponto de vista, pode-se notar que implicitamente se invoca a questão das fronteiras territoriais para definir o conceito acima apresentado. A partir desta definição, entende-se que cada deslocamento, podendo ser temporário ou definitivo, implica sempre para cada pessoa que se desloca um único lugar de residência em cada momento e, o seu comprometimento com a lei local sobre o efeito.

Em Moçambique, a Lei nº 5/93 de 28 de dezembro de 1993 estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro fixado no território nacional. Como se pode notar, desde 1975, na altura da independência, o país não possuía uma lei que regulasse a permanência ou não do cidadão estrangeiro no país. A demora na criação da lei, em parte pode encontrar a sua justificação na medida em que o país viu-se mergulhado numa guerra civil logo após a independência, até 1992, altura em que foi assinado o Acordo de Roma, que culminou com o fim do conflito que durou 16 anos. Portanto, a referida lei define, como estrangeiro, todo o cidadão que não tenha a nacionalidade moçambicana em conformidade com o ordenamento jurídico vigente; e, reconhece o estrangeiro residente – aquele estrangeiro que possui autorização de residência concedida pela autoridade competente nos termos desta lei.

Uma vez que o controle de entrada e saída de imigrantes no território nacional está sob a jurisdição do Serviço Nacional de Migração, tutelada pelo Ministério do Interior, houve a necessidade de rever alguns pontos sobre a Lei 5/93 relativa às questões migratórias. Um dos pontos foi a criação da Lei 4/2014, de 5 de fevereiro de 2014, que cria o Serviço Nacional de Migração. Antes do surgimento desta lei, as questões migratórias estavam sob a tutela do Ministério do Interior, concretamente sob a alçada da Polícia da República de Moçambique. Portanto, a nova lei vem adequar a organização e funcionamento dos serviços responsáveis pela emissão de documentos de viagem para cidadãos nacionais e estrangeiros e de residência para cidadãos estrangeiros, bem como a gestão do movimento migratório. É neste contexto que surge o Decreto nº 108/2014 de 31 de dezembro de 2014, que tem por objeto regular o regime jurídico aplicável: à entrada de estrangeiro no território nacional; à permanência de estrangeiro nacional;



saída ou expulsão do cidadão estrangeiro; e à fiscalização em embarcações, aeronaves e composições ferroviárias e outros meios de transporte no território nacional.

Como se pode observar, as leis que regulam a estadia dos estrangeiros no território nacional são recentes e o país ainda se encontra no processo de adequação das mesmas em virtude dos diversos protocolos que vai aderindo e assinando como forma do seu comprometimento na defesa dos direitos humanos. Portanto, para além do capital multinacional que vai entrando no país, a existência de recursos naturais, como é o caso dos minérios, aliada ao fato das leis migratórias serem praticamente novas, constituem um aspeto fundamental para que Moçambique constitua um espaço predileto para o estabelecimento de imigrantes. À medida que as leis vão sendo aperfeiçoadas e adequadas às circunstâncias do momento, diversas são as formas que os imigrantes encontram para contorná-las, em diversos setores do mercado de trabalho, dentre os quais aquele de que nos ocuparemos aqui.

No que diz respeito à mineração, nos últimos anos, são vários os recursos minerais que o país vai descobrindo. Este fator tem despertado interesse de vários países, bem como de investidores privados. Contudo, a atividade mineira, para além de oferecer oportunidades para a economia nacional, também apresenta problemas devido a diversos modos em que ocorre a exploração. Neste contexto, o processo da exploração mineira em Moçambique é praticado tendo em conta dois níveis: o industrial e o artesanal. O industrial, que na sua maioria é constituído por megaprojetos, e que chamam maior atenção ao mundo, dado o interesse de muitos investidores, bem como pelos moldes em que é explorado pela tecnologia de ponta. O artesanal (garimpo), que é praticado pelos garimpeiros, carente de materiais adequados e desprovido de documento legal que o autorize a explorar. Muitos deles exploram tendo em conta o “mercado negro” em que estão envolvidos os imigrantes não credenciados para o efeito.

Numa altura em que o governo do dia está somente preocupado com a situação fiscal e legal da sua exploração, deixando de lado situações como os impactos socioeconómicos, geológicos e mesmo ambientais, segundo Selemane (2010), desconhecem-se as datas exatas do começo da exploração e comércio de ouro em Moçambique. Sabe-se, no entanto, que aquela atividade socioeconómica é anterior à chegada dos portugueses ao país<sup>2</sup>. Ainda segundo o mesmo autor, a extração de qualquer recurso mineral em Moçambique carece da obtenção do respetivo título mineiro, competindo ao Ministério dos Recursos Minerais a emissão das

---

<sup>2</sup> Apesar de Timóteo (2010) escrever que a mineração do ouro em Manica foi lançada em 2006, vários estudos (por exemplo, Dondeyne et. al.) referem que o garimpo do ouro naquela região é muito mais antigo. Vide artigo de Adelino Timóteo (Abundância de diamante e de ouro geram *gangsterismo* em Manica), publicado no semanário Canal de Moçambique de 25 de agosto de 2010, páginas centrais.



Licenças de Reconhecimento, prospeção e pesquisa, do Certificado Mineiro e das “concessões mineiras”.

Importa referir que o dispositivo que regula a atividade mineira, isto é, a Lei nº 20/2014 de 18 de Agosto de 2014, procura adequar o quadro jurídico-legal da atividade mineira à atual ordem económica do país e aos desenvolvimentos registados no setor mineiro, de modo a assegurar maior competitividade e transparência, garantir a proteção dos direitos e definir as obrigações dos titulares dos direitos mineiros, bem como salvaguardar os interesses nacionais e a partilha de benefícios pelas comunidades. O art. 3 da referida lei realça que “a presente Lei tem como objeto regular o uso e aproveitamento dos recursos minerais, em harmonia com as melhores e mais seguras práticas mineiras, sócio-ambientais e transparência, com vista a um desenvolvimento sustentável e de longo prazo e capacitação de receitas para o Estado”<sup>3</sup>. Como se pode notar no art. 3, uma das maiores preocupações do Estado é a arrecadação de receitas. Porém, no extrativismo artesanal, esta situação é difícil porque o Estado não possui um controle sobre essa atividade fora da legalidade. No art. 5, a mesma lei refere que “a titularização mineira é feita através de: licença de prospeção e pesquisa; concessão mineira; certificado mineiro, senha mineira; licença de tratamento mineiro; licença de processamento mineiro e, licença de comercialização de produtos minerais”. Portanto, na falta de algum destes dispositivos legais, as entidades e pessoas singulares, bem como a comunidade que exploram esses recursos sem a sua devida creditação legal, desempenham atividades consideradas ilegais e puníveis nos termos da mesma lei. Esta exploração do tipo artesanal normalmente acontece nas zonas rurais onde o alcance das autoridades é ineficiente e não há uma fiscalização considerável do Estado, em parte por falta de recursos humanos e materiais para o efeito, por outro lado, devido à precaridade com que esses recursos são explorados.

Portanto, a legislação mineira em Moçambique ainda é recente e carece de certos aprimoramentos na medida em que certos aspetos vão sendo aprimorados. Esta situação faz com que as comunidades rurais não tenham, frequentemente, conhecimento dos aspetos legais da exploração desses recursos. Uma vez que a terra é propriedade do Estado, esta situação entra em contraste com a lei costumeira na medida em que nas comunidades rurais a terra pertence ao povo e vai passando de geração em geração na medida em que são distribuídas conforme o anseio das comunidades locais.

---

<sup>3</sup> Lei de Minas nº 20/2014 de 18 de Agosto de 2014.



## **Garimpo como actividade característica do extrativismo artesanal**

A intensificação das actividades de mineração nos países africanos de língua portuguesa, após o fim das guerras pós-independência, conheceu o avanço tanto da indústria extrativa quanto da mineração artesanal, e as palavras “garimpo” e “garimpeiro” foram, cada vez mais, sendo utilizadas para designar a actividade e o trabalhador que a desempenha.

Durante a guerra civil angolana, a mineração artesanal de diamantes representou um recurso de financiamento da guerrilha que se opunha ao governo do MPLA, especialmente nas províncias de Lunda Norte e Lunda Sul, junto à fronteira com o então Zaire (atual República Democrática do Congo). O uso da palavra “garimpo” pode ter sido introduzido juntamente com as actividades da empresa brasileira Odebrecht, envolvida em diversos grandes empreendimentos no país, inclusive a mineração de diamantes. A presença de garimpeiros, numa actividade antes conhecida como “camanga”, feria os interesses da empresa, ao mesmo tempo que servia de apoio a movimentos de oposição ao governo (RODRIGUES, 2017).

É possível perceber, no contexto angolano e, posteriormente, moçambicano, a associação entre garimpo e clandestinidade ou ilegalidade. Da mesma maneira, os garimpeiros são quase sempre trabalhadores informais, e frequentemente estrangeiros em situação indocumentada. Na verdade, a marca da mineração artesanal, praticada por indivíduos altamente móveis e não reconhecidos pelas autoridades, é uma característica historicamente associada ao garimpo, desde a origem da palavra.

Segundo Mapurango, o garimpeiro em Moçambique pode ser considerado tanto um “pesquisador de preciosidades”, um “indivíduo que busca lucros à custa de mixórdias e traficâncias”, quanto “uma pessoa que pratica a extracção mineira ilegal (2014, p. 7).

Presente em dicionários portugueses desde o século XIX, a palavra é ao que tudo indica um “brasileirismo”, surgido no século XVIII ou no seguinte, referindo à situação ilegal e à mobilidade espacial de trabalhadores que, fora do esquema produtivo dominante, polarizado entre senhores e escravos, mineravam por conta própria em áreas rigorosamente interditas para tal, na província de Minas Gerais. Sua actividade desafiava as limitações oficiais quanto a áreas de lavra, bem como aos procedimentos previstos para comercialização e tributação (PÓVOA NETO, 1998, p. 77).

No Brasil, a hostilidade dos diversos governos ao garimpo derivava da sua burla à economia que buscava auferir, para a Metrópole, ganhos via produção e cobrança de tributos. Já então na América, em período anterior aos fatos narrados nos parágrafos precedentes, os



garimpeiros desafiavam a pretensão de controle absoluto sobre territórios considerados estratégicos à ordem colonial.

Ao que tudo indica, o primeiro texto a apresentar a palavra com significado já cristalizado pelo uso é o do naturalista e mineralogista José Vieira Couto, que em 1801 registrava nas Minas Gerais a existência do garimpeiro: “Nome com que se apelida neste país aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas *grimpas* das serras” (MELLO E SOUZA, 1986, p. 202).

A referência a *grimpa*, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira o “ponto mais alto, cocuruto, crista”, evidencia como a palavra estava associada ao rígido controle da atividade mineradora nas áreas diamantíferas durante a Colônia. *Grimpar*, segundo o mesmo dicionarista “subir, trepar, galgar”, é atitude de quem se esquivava ou foge, estando registrada ainda a expressão *levantar a grimpa*, no sentido de “mostrar-se soberbo ou insubmisso”. Daí as notícias, vindas durante o século XVIII, no Distrito Diamantino mineiro, a respeito de *grimpeiros*, mais tarde *garimpeiros* (PÓVOA NETO, 1998, p. 77).

A descoberta de diamantes no Brasil levou, desde o século XVIII, à preocupação, por parte das autoridades coloniais portuguesas, com o controle da extração e comercialização, sendo introduzidos novos regulamentos oficiais. Diferente das áreas auríferas, sujeitas a controle das autoridades pela distribuição de datas (lotes para exploração mineral) e pela tributação, as áreas diamantíferas foram demarcadas territorialmente, como áreas de exclusão onde se vetava a mineração por conta própria.

O período de auge da mineração aurífera no Brasil Colonial foi relativamente curto, e já no século XIX as antigas regiões produtoras se encontravam em crise. Todavia, tanto o garimpo do ouro quanto o de diamantes, de outras pedras preciosas e mesmo semipreciosas, permaneceram, à margem da economia oficial, em geral nas áreas rurais mais pobres e esquecidas dos grandes processos econômicos. O garimpeiro, como trabalhador marcado pela mobilidade e pela ilegalidade, jamais deixou de existir.

Quando, nas décadas finais do século XX, as condições da economia brasileira demandaram um aumento na exploração aurífera e, simultaneamente, garimpeiros encontraram jazidas até então não exploradas na região amazônica, uma nova “febre do ouro” fez-se sentir no país. Seu exemplo mais conhecido foi o famoso garimpo de Serra Pelada, no estado do Pará, que durante as décadas de 1980 e 1990 atraiu e ocupou dezenas de milhares de garimpeiros. Uma “fronteira garimpeira” deslocou-se, na Amazônia, mas refletindo-se também em outras regiões brasileiras, durante aquele período (PÓVOA NETO, 1998, p. 307).





A expansão de empresas brasileiras de construção e mineração, como a Odebrecht, a Petrobras, e a Companhia Vale do Rio Doce, rumo a Angola e Moçambique, naquelas mesmas décadas, levou a um novo encontro entre a atividade mineradora legalizada, oficial, e o pequeno minerador artesanal, à margem das regulamentações e com alto grau de mobilidade do trabalho. Os garimpeiros, frequentemente migrantes internacionais, passaram a representar um elemento de dinamismo económico, mas igualmente de resistência política, em diversas regiões de África.

Também em Moçambique passou-se a observar uma “febre da pedra”, referida não apenas ao ouro, mas também ao garimpo de outras gemas como a granada e o rubi, fortemente associada à migração internacional fronteiriça, e oferecendo um desafio ao controle oficial sobre as regiões de mineração (CPOS, 2017, p. 18). O garimpo, como actividade de mineradores artesanais resistentes aos padrões produtivos e às regulamentações oficiais, permanece como uma realidade. E o migrante que trabalha como garimpeiro continua a ser um personagem de destaque, séculos depois de ser pela primeira vez assim nomeado, no Brasil Colonial.

## **Migração e extrativismo artesanal em Moçambique**

A indústria extrativa de recursos minerais em Moçambique enfrentou grandes dificuldades para ocupar um papel relevante na economia do país. Houve, no passado, alguma produção de carvão em Moatize, de ouro em Manica, calcários em Montepuez, tantalite na Zambézia, grafites em Ancuabe, cobre e bauxite em Manica, bentonite em Maputo, gemas e pedras semipreciosas. Algumas minas de produção de minérios foram paralisadas durante a guerra civil dos 16 anos, havendo, no entanto, hoje, unidades de produção que já estão em reabilitação. Somente desde o ano 2000 é que grandes empresas multinacionais têm vindo a rubricar acordos para a prospeção e subsequente exploração de recursos naturais em Moçambique. Segundo Selemene (2009) a economia moçambicana tem registado nos últimos anos crescimentos significativos, sobretudo na área dos recursos minerais e energéticos. A título de exemplo, o autor aponta a produção e exportação de gás natural de Pande e Temane, na província de Inhambane, iniciada em 2004, a produção e exportação de minérios produzidos a partir de areias pesadas em Moma, província de Nampula, iniciada em 2007. No mesmo ano, o Governo assinou com a brasileira Companhia Vale do Rio Doce um contrato mineiro para a exploração de grandes quantidades de carvão de Moatize, na província de Tete, tendo ainda



rubricado com várias companhias multinacionais, contratos de pesquisa e produção de petróleo, com particular destaque para a zona da Bacia do Rovuma, na província de Cabo-Delgado.

Embora estes grandes empreendimentos estejam a ser desenvolvidos em Moçambique, entende-se que o crescimento da indústria extrativa em Moçambique manteve-se a um ritmo reduzido, principalmente até o ano 2004, facto que pode ter a ver com a paralisação de algumas minas durante a guerra e com o domínio da mineração artesanal e/ou de pequena escala (com as consequências daí advindas para sua contabilização). A partir do ano 2004, a produção da indústria extrativa registou um crescimento assinalável, justificado principalmente pelo arranque de megaprojetos de extração de gás natural e areias pesadas. Tendo em vista o uso dos recursos naturais, o Governo moçambicano está determinado em facilitar a extração e exportação dos seus recursos minerais o mais rapidamente possível, supondo que a exploração de tais recursos irá contribuir positivamente para o crescimento económico e redução da pobreza no país. Contudo, a realidade empírica mostra que o crescimento significativo da economia moçambicana, com destaque para o sector da indústria extrativa que se tem vindo a refletir no aumento do número de empresas multinacionais a operarem no sector e do volume de negócios, não está sendo acompanhado um por desenvolvimento económico e social sustentável, o que de certo modo permite pensar que o a inclusão do povo moçambicano no ramo da indústria extrativa é ainda incipiente e deficitário. Como afirma Catsossa (2015), os discursos levados a cabo pelo governo sobre o desenvolvimento económico que a indústria extrativa tem proporcionado, não passam de uma farsa, pois ocultam o verdadeiro carácter controverso do modo de produção capitalista na medida em que as relações que se estabelecem entre as políticas públicas e as legislações aprovadas e em vigor no país, sempre atenderam interesses alheios às comunidades locais.

À semelhança do que aconteceu na América Latina, nas décadas que antecedem a chegada ao poder dos governos progressistas na América Latina, as correntes progressistas e de esquerda denunciavam o extrativismo como gerador de desigualdades e pobreza, o que impulsionava propostas de alternativas a esta atividade. Mas no contexto dos novos governos progressistas um novo discurso se está construindo sobre o extrativismo, que aparece agora como condição necessária para o crescimento econômico e o combate à pobreza (FUSCALDO e URQUIDI, 2015).

A transversalidade com que é tratada a questão do desenvolvimento económico tem conduzido a que a riqueza gerada pelos megaprojetos de mineração e exploração artesanal ou, em pequena escala, não esteja a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações, sobretudo dos locais onde esses megaprojetos são instalados. Neste sentido, o argumento do



crescimento económico como primeiro passo para conferir dignidade de vida a todos forma a base de um paradigma que está fortemente presente nos círculos governamentais e empresariais detentores de alguma hegemonia na condução de políticas do desenvolvimento, particularmente em Moçambique. O neo-extrativismo progressista do século XXI, tal qual os modelos anteriores, segue sendo funcional à globalização comercial e financeira, mantendo os países em uma inserção internacional historicamente subordinada do modelo de desenvolvimento primário-exportador (FURTADO, 1979). Além disso, reproduz e/ou acentua os negativos impactos económicos, sociais e ambientais. Mas embora mantenha atributos dos modelos extrativistas anteriores, possui identidade própria. No caso de Moçambique, apesar dos esforços empreendidos pelo Governo, a indústria extrativa continua ainda deficitária. Dada a importância da indústria extrativa para o desenvolvimento económico do país e porque os estudos sobre essa temática e a pouca discussão que tem havido sobre o setor e a sua relação com a migração, estão focados, sobretudo, nas questões relacionadas com o quadro legal e fiscal, a transparência e as exportações, com menor ênfase nas questões ligadas às transformações socioeconómicas que a atividade mineira cria, julgou-se que a construção de uma análise sobre os formatos político, legal e institucional com destaque para a indústria extrativa e migração, possa contribuir para o entendimento da necessidade de uma boa política visando a sustentabilidade socioeconómica do país.

Portanto, as pessoas envolvidas na extração dos minérios, na grande maioria levam uma vida nómada e precária. Muitas vezes provenientes de outros distritos ou mesmo províncias como Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, mas também dos países vizinhos como a Tanzânia e Zimbabué, os garimpeiros deslocam-se de região em região onde se supõe haver minérios por extrair. Para além do garimpo ser levado a cabo por moçambicanos, os seus compradores na sua maioria são de origem estrangeira, como por exemplo, os nigerianos, somalis, chineses e etíopes. Portanto, o estranho ou estrangeiro não é somente aquele que cruza uma fronteira internacional. O nacional de um determinado país, ao se deslocar dentro do seu próprio território nacional, vai notando diferenças de hábitos e costumes que lhe tornam diferente dos locais de chegada.

Os estrangeiros, para além de serem compradores, são os que em algum momento fornecem material para a extração artesanal dos minérios. Nesta relação produtor – comprador, não existe uma base legal do vínculo empregatício estabelecido. Somente, o acordo permanece de forma verbal fazendo com que as comunidades ou garimpeiros estejam a mercê dos compradores. Neste âmbito, dificilmente há uma intervenção socioeconómica, isto é, uma responsabilidade social dos compradores para com o desenvolvimento destes locais. Isto pode



ser explicado pelo facto de o garimpo ser realizado por pessoas pobres, não formadas e sem esclarecimento, o que dificulta algumas medidas relacionadas com a sua organização. Devido ao seu carácter nómada e porque, muitas vezes, os garimpeiros não são os titulares das terras de onde extraem ouro, a sua relação com as autoridades comunitárias limita-se a eles reconhecerem o papel cerimonial do régulo e o controlo que o “dono da mina<sup>4</sup>” exerce em relação ao acesso. Nos casos em que o garimpeiro não é o “dono da mina” (que são a maioria) a repartição das receitas do garimpo faz-se da seguinte forma: metade para o garimpeiro e outra metade para o “dono da mina”. Mas também há casos em que a repartição é de três terços, quando existe: i) o dono da terra; ii) o dono da mina (neste caso ele é apenas o “descobridor” da mina, mas não proprietário da terra); e iii) o garimpeiro (SELEMANE, 2010). Fora do entendimento entre os particulares (dono da mina e explorador), a comunidade não beneficia da exploração mineira. A Lei de Terras assegura o direito das comunidades ao uso e aproveitamento da terra, mas exclui os recursos minerais. Está claro que nem a perseguição policial aos garimpeiros, os projetos de “educação” dos garimpeiros, nem mesmo o incentivo ao associativismo resolvem o problema da extração desregrada de minérios. A medida central, nestes casos, deve ser a criação de alternativas de sobrevivência, através de outras atividades socioeconómicas.

Portanto, esta situação leva muitos pesquisadores a se indagarem se a atividade extrativista seja na verdade uma “salvação” para o bem comum. Para essa questão, Selemane<sup>5</sup> (2009), na sua publicação *Alguns desafios na indústria extrativa em Moçambique*, direciona o debate em torno dos “ganhos ou perdas” por via da exploração dos recursos naturais. Ele questiona o seguinte: “Sendo um novo-rico em hidrocarbonetos, será que Moçambique vai experimentar também o sabor amargo da maldição, ou conseguirá obter a almejada bênção para a redução da pobreza?” E prossegue o estudo com mais uma questão que espelha profundamente a quantificação do debate sobre os recursos naturais no país: “Até que ponto a atual exploração contribui para a riqueza do país?”.

Esta visão económica obriga o garimpeiro a reorientar as suas necessidades e ambições em função dos ganhos e perdas da atividade que ele exerce com base na exploração e venda dos recursos minerais que extrai. Isso pode constituir uma ilusão porque o valor que eles aplicam no mercado interno, principalmente para os estrangeiros, acaba sendo irrisório, comparando com o que os imigrantes vendem no mercado exterior. Estando no mercado rural, os valores

---

<sup>4</sup> Dono da mina tem sido o “proprietário” da porção de terra onde se fazem as escavações e é a quem se paga um tributo acordado de forma irregular, dependendo de fatores como o grau de parentesco, a extensão da terra, a sua participação, ou não, nas atividades de extração, etc.

<sup>5</sup> Um dos proeminentes pesquisadores do Centro de Integridade Pública (CIP) em Moçambique



arrecadados somente servem para satisfazer as necessidades básicas do dia-a-dia. Esta situação revela a ausência do Governo ou Estado no controle e regulação das riquezas internas face ao capitalismo. Como salientam Bernardo et al (2016), os estados-governos não têm força para o enfrentamento da lógica do capital. A busca pela conquista e manutenção do poder torna os governantes impotentes a forças capitalistas, o que possibilita que todos se prostrem ante aos interesses das empresas transnacionais. Porém, sabemos quais os ônus que essa rendição causa na humanidade. E não se pode esperar atitude diferente enquanto o sistema de produção capitalista prevalecer. “Um capitalismo humano, social, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo” (WOOD, 2011, p. 8).

O processo capitalista já nos revela toda a sua essência ao longo da história que, por via do poder político estatal e mesmo parlamentar ou do senado, não se consegue ultrapassar esse modelo de produção. Nesta perspectiva, é de salientar a visão de Mészáros (2011), segundo a qual somente um poder extraparlamentar, composto por aqueles que sentem no dia-a-dia as mazelas do capitalismo, apresenta-se capaz de enfrentá-lo e confrontá-lo. Esses grupos de diferentes oprimidos, articulados, local, nacional, regional e globalmente no enfrentamento às opressões capitalistas, colonialistas e patriarcais, Santos (2010) denomina de cosmopolitas subalternos. Como exemplo de contestação a essa visão capitalista e política da atuação dos grandes megaprojetos de extração, Scotto (2014) nos mostra o exemplo da Argentina em que, a partir dos anos 1990, assistiu-se à forte expansão do modelo minerário, em particular a chamada “megamineração a céu aberto”, a comando das grandes empresas transnacionais, à semelhança do que está ocorrendo em Moçambique. Porém, a expansão das atividades foi acompanhada da emergência de conflitos, mobilizações e protestos, principalmente pelas consequências ambientais que essa atividade provoca. Outros exemplos de luta são o Peru, onde Mansur (2014) destaca principalmente casos de criminalização das pessoas que denunciam os efeitos dessas indústrias. Portanto, a criminalização tem sido uma arma para expandir o medo e paralisação dos que acreditam num mundo diferente. Por outro lado, Milanez (2014) ilustra situações de mobilização popular na Costa Rica e vitórias na paralisação dessas atividades.

Esta situação de reivindicação em Moçambique ainda não é uma prática democrática, apesar de a Constituição prever esse direito. Em parte, esta situação tem haver com a intimidação a que as pessoas são sujeitas e a falta de esclarecimento das populações que se encontram nas zonas de exploração desses recursos. Por outro lado, a “classe instruída” tem procurando, através da organização de palestras, conferências e outras atividades de cariz académico, reivindicar sobre a exploração capitalista desses recursos sem benefício para as comunidades locais. É nessa logica que os imigrantes intervêm por meio de parcerias e relações



de produção para explorar tais recursos de forma artesanal. Com os imigrantes, as comunidades locais (garimpeiros) têm uma relação direta de comercialização de acordo com um consenso mútuo e não de expropriação e repulsão do cenário extrativista.

## **Considerações finais**

No mundo globalizado, a circulação de pessoas e bens é cada vez mais acentuada e as fronteiras físicas vão perdendo o seu papel tradicional num contexto em que as redes de contato sociais e a mídia vão criando condições para essa mobilidade. Esta é uma das razões que fazem de Moçambique um país recetor de imigrantes de diversas nacionalidades, desde congolezes, senegaleses, somalis, até outros. Por outro lado, a relativa estabilidade política, aliada ao descobrimento dos recursos naturais com destaque para ouro, pedras preciosas e hidrocarbonetos, constituem um atrativo para a vinda dos estrangeiros, seja como mão-de-obra laboral ou mesmo como empreendedores. Para além de criar condições para o desenvolvimento local, o contato com os povos de outros cantos do mundo tem constituído uma mais-valia no sentido de que existem trocas de experiências, intercambio cultural e, assimilação e perda dos hábitos e costumes próprios.

Entretanto, a actividade mineira de pequena escala e artesanal tem também representado alternativa de sobrevivência para as camadas sociais mais pobres nas zonas rurais, como também no aumento de divisa e fornecimento de matéria-prima para a indústria local, embora esta actividade tenha sido contestada, por ser de muito risco e destruir o meio ambiente devido à utilização de técnicas e equipamentos de produção não apropriados. As literaturas mostram que o actual quadro legislativo e institucional de Moçambique não é favorável para um cenário de transparência, embora que esforços estejam sendo feitos por parte dos fazedores das leis para que isto aconteça. A Lei orçamental moçambicana omite ou não permite às comunidades conhecerem qual é a percentagem legal que lhes deve ser alocada. Também deve-se assinalar a inexistência de mecanismos eficientes que permitam verificar, mostrar e reportar à sociedade civil o volume de receitas arrecadadas pelo Estado, resultantes da actividade mineira.



## Referências

- BERNARDO, Edgar Manuel et al. Extrativismo em Moçambique: construindo outros diálogos. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR, v. 38, p. 579-592, agosto 2016.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Lei nº 5/93 de 28 de dezembro de 1993, estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro fixado no território nacional, 1993.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Lei 4/2014 de 5 de fevereiro de 2014 que cria o Serviço Nacional de Migração, 2014.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Lei nº 20/2014 de 18 de agosto de 2014, procura adequar o quadro jurídico-legal da atividade mineira à atual ordem económica do país, 2014.
- BOLETIM DA REPÚBLICA. Decreto nº 108/2014 de 31 de dezembro de 2014, estabelece o regime jurídico do cidadão estrangeiro fixado no território nacional, 2014.
- CATSOSSA, Lucas Atanásio. Terras negras, donos brancos: uma análise sobre o processo de expropriação de terras no norte de Moçambique e sua implicação para as comunidades locais. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE*, 11., 2015, Presidente Prudente-SP. Anais... Presidente Prudente: ANPEGE, Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente, 2015.
- CPOS. **Humanizando a actividade de exploração mineira. Pemba**: Centro de Pesquisa e Observatório Social, abril de 2017. 63 p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].
- FURTADO, Celso. **O Mito do desenvolvimento econômico**, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974.
- FUSCALDO, Bruna Muriel Huertas e URQUIDI, Vivian. « O Buen Vivire os saberes ancestrais frente ao neoextrativismo do século XXI », **Polis** [Online], 40 | 2015, posto online



no dia 16 maio 2015, consultado o 03 maio 2019. URL :

<http://journals.openedition.org/polis/10643>. Este documento foi criado de forma automática no dia 3 Maio.

MANSUR, M. S. Peru: agricultura X mineração. *In*: Malerba, J. (Org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistências, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. p. 65-91, 2014.

MAPURANGO, Juvinaldo Mário Filipe. **O papel dos governos distritais na gestão sustentável da mineração artesanal de ouro em Moçambique: o caso do Distrito de Manica 2008-2013**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Ciência Política e Administração Pública. Licenciatura em Ciência Política. Novembro de 2014. 74 p.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, B. Costa Rica: o verdadeiro ouro do futuro. *In*: Malerba, J. (Org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistências, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014. p. 93-114.

MORÉN-ALEGRET, Ricard. Beyond immigrants, Marx and immigration. Trabalho apresentado no simpósio migrações: Nação, Lugar e Dinâmicas Territoriais, São Paulo, UGI Depto. de Geografia da USP, 1999.

PÓVOA NETO, Helion. No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás. São Paulo: Tese de Doutorado em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, fevereiro de 1998. 360 p.





RODRIGUES, Cristina Udelsmann. Urban modernity versus the blood diamond legacy: Angola's urban mining settlements in the aftermath of war, **Journal of Southern African Studies**, 43:6, 1215-1234, 2017.

SANTOS, B. de S.; Meneses, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTTO, G. Argentina: la montaña sigue en pie gracias a su gente. *In*: Malerba, J. (Org.). **Diferentes formas de dizer não: experiências internacionais de resistências, restrição e proibição ao extrativismo mineral**. Rio de Janeiro: Fase, 2014, p. 29-52.

SELEMANE, T. **Alguns desafios na indústria extrativa em Moçambique**. Maputo: Centro de Integridade Pública de Moçambique (CIP), 2009.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.



## **ESPAÇO DE TRANSIÇÕES: TRÊS DÉCADAS DE NOVA PETROLÂNDIA PÓS-BARRAGEM DE ITAPARICA**

*TRANSITION SPACE: THREE DECADES OF NEW PETROLÂNDIA AFTER  
ITAPARICA DAM CONSTRUCTION*

*ESPACIO DE TRANSICIÓN: TRES DÉCADAS DE NOVA PETROLÂNDIA DESPUÉS  
DE LA REPRESA DE ITAPARICA*

**Milena Barros Gomes <sup>(1)</sup>**

<sup>(1)</sup> Geógrafa pela UFPE e mestra em Desenvolvimento e Meio ambiente também pela UPFE. Pesquisa questões agrárias e urbanas. Atua como professora do ensino básico do fundamental ao médio.. E-mail: [milenabarros@gmail.com](mailto:milenabarros@gmail.com)



## Resumo

Este trabalho é resultado de uma dissertação apresentada junto à pós-graduação em Desenvolvimento e Meio ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em março de 2018 e teve como motivação retratar estudar as relações de trabalho no contexto da reconfiguração rural-urbana que tem proporcionado mudança no território e no ambiente da população de Petrolândia no submédio São Francisco após a construção da barragem de Itaparica em meados da década de 1980. Assim, numa perspectiva que converge para muitas questões, disciplinas e conceitos, este trabalho teve um viés teórico-metodológico que relaciona trabalho e território. A metodologia partiu de uma perspectiva predominantemente qualitativa com alguns aportes quantitativos que complementaram o entendimento da realidade estudada, para o que, por entrevistas realizadas, escutaram-se as pessoas. Constatou-se que as formas de trabalho no campo foram “atualizadas” para um modo que agrega mais tecnologia e, teoricamente, mais acesso e oportunidades pelo “novo” contexto ambiental da área com a implementação da irrigação. No entanto, continuou-se a conservar velhas hierarquias e relações de poder que accentuam as desigualdades inerentes ao mundo economicamente globalizado.

## Palavras-chave

Trabalho. Território. Barragem.

## Abstract

This work is the result of a dissertation presented on master's program in Development and Environment at Federal University of Pernambuco (UFPE) on march of 2018 and aimed to study the labor relations in the context of rural-urban reconfiguration, providing territorial and environmental changes on Petrolândia's population on sub-medium São Francisco after the construction of Itaparica dam in the mid-1980s. So, in a perspective that converges to many questions, disciplines and concepts, this study had a theoretical-methodological bias that relates labor and territory. The methodology mainly holds a qualitative perspective, with some quantitative contributions that complemented the understanding of the studied reality through interviews where the local population was heard. It was observed that the ways of working on the ground have been “updated” to a way that adds more technology and, theoretically, more access and opportunities by the new environmental context of the area with the implementation of irrigation. However, old hierarchies and power relations have been preserved, accentuating the inequalities inherent in the economically globalized world.

## Keywords:

Labor. Territory. Dam.

## Resumen

Este trabajo es el resultado de una disertación presentada en el curso de posgrado en Desarrollo y Medio Ambiente en la Universidad Federal de Pernambuco (UFPE) en marzo de 2018 y se propone a retratar las relaciones de trabajo en el contexto de la reconfiguración rural-urbana que ha proporcionado cambios en el territorio y en el ambiente de la población de Petrolândia en el submedio São Francisco, tras la construcción de la represa de Itaparica a mediados de la década de 1980. Así, en una perspectiva que converge para muchas cuestiones, disciplinas y conceptos, este trabajo tuvo un abordaje teórico-metodológico que relaciona trabajo y territorio. La metodología partió de una perspectiva predominantemente cualitativa con algunos aportes cuantitativos que complementaron el entendimiento de la realidad estudiada, por lo que, a través de entrevistas realizadas, se escuchó a las personas. Se constató que las formas de trabajo en el campo fueron "actualizadas" para un modo que agrega más tecnología y, teóricamente, más acceso y oportunidades por el "nuevo" contexto ambiental del área con la implementación del riego. Sin embargo, se continuó conservando viejas jerarquías y relaciones de poder que acentúan las desigualdades inherentes al mundo económicamente globalizado.

## Palabras clave:

Trabajo. Territorio. Represa.

## Introdução

**A**s questões das pequenas cidades, especificamente, daquelas que se acham localizadas no interior dos estados do Nordeste são levantadas, inevitavelmente, com um estereótipo de atraso, subdesenvolvimento, dependência e situação física atípica do ambiente. Sem negar a existência destas constatações precoces, existe a inquietação da imagem do local ser perpetuada em diversos âmbitos da sociedade.

Não fazia parte daquele lugar os retirantes maltrapilhos, a predominância de uma vegetação maltratada e seca permanentemente, nem quaisquer sinais de que existira ali uma inferioridade em relação a outras cidades e diferentes regiões. As inquietações aumentavam, como, por exemplo, sobre qual o motivo pelo qual a antiga Petrolândia teve de ser inundada em detrimento de outra sociedade. O que é diferente? Por quê?

Petrolândia está localizada às margens do lago de Itaparica. Aproximando-se pela BR 316 após o município de Tacaratu, avista-se a Igreja do Sagrado coração de Jesus que ainda se acha de pé desde a inundação da cidade, parcialmente submersa. Tratava-se da Igreja da área rural do município, conhecida como Barreiras. Até os dias de hoje o atual projeto de irrigação Apolônio Sales é chamado pela população como Barreiras fazendo referência ao antigo lugar.

Historicamente, o povoamento do Nordeste ocorreu também em consonância com a expansão das atividades econômicas de que o processo de colonização necessitava. De acordo com Andrade (2005), a dinâmica territorial desta área teve seu início quando

Carreou para o sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas não puderam integrar-se na famosa civilização da Casa grande e da Senzala. (ANDRADE, 2005, p. 198)

O que impactou consideravelmente nas relações de trabalho no âmbito do contexto ambiental tecido pelas inter-relações rural-urbanas. O trabalho como fator produtor do espaço pode ser identificado quando se constata que, no estado de Pernambuco, precisamente, “[...]nos fins do século XIX, pelos mesmos motivos que ocorreram no Agreste, a agricultura tomou, com o surto algodoeiro, rápido desenvolvimento no sertão” (ANDRADE, 2005, p.193), suscitando, nesta área, cultivos e disputas diversas, tendo a proximidade com o rio São Francisco desempenhado papel relevante.

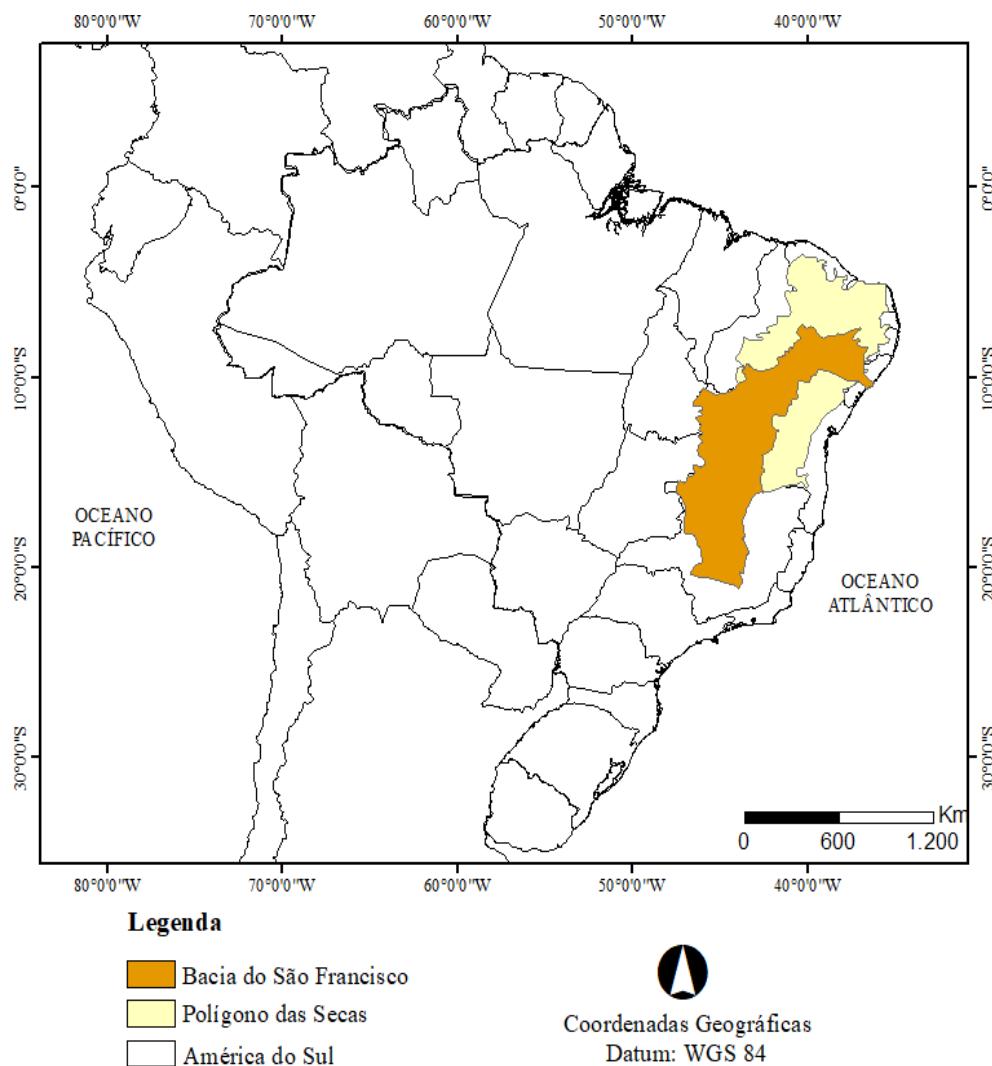
O povoamento desta região se deu, como em qualquer espaço ligado à dinâmica econômica do mundo sob o modo de produção capitalista, mediante conflitos de interesses entre

exploradores e indígenas, mais intensamente depois que o governo olindense ordenou as entradas para criações de gado nas áreas próximas ao rio São Francisco (ANDRADE, 2005).

Esta proximidade territorial histórica das pessoas com o rio, por si só, já constitui um fato que não pode deixar de ser levado em conta quando se começa a elaborar projetos para reorganizar o uso das suas águas.

Estes conflitos tiveram novas configurações, passando por processos de transformações no espaço e no tempo, perdurando até os dias atuais em território e ambiente semelhantes no que diz respeito à lógica do seu acontecer histórico, replicando-se na bacia hidrográfica deste rio (Figura1).

**Mapa 1: Bacia Hidrográfica do São Francisco em território nacional e o chamado Polígono das secas.**



Fonte: ZAPE – Zoneamento Agroecológico do Recife. Elaboração: Jadson Freire (2017).



Petrolândia, área objeto desta pesquisa, teve seu início como um espaço de bebedouro de animais onde havia currais, fonte principal de subsistência no lugar afetado por secas sazonais e habitado por índios da etnia Pankararu. A partir de meados do século XIX durante expedições do imperador D. Pedro II, a área ganhou um porto fluvial e uma ferrovia os quais viriam a caracterizar o antigo município, fazendo-o crescer e atrair a população.

A população essencialmente agrária, mas encontrando-se no âmbito de uma linha tênue entre seus limites rurais-urbanos, passou junto a outros sete municípios por um violento processo de mudança territorial ligada a grandes projetos de irrigação. Com efeito, a construção das Usinas Hidrelétricas no submédio São Francisco reconfigurou esta área em diversos aspectos, principalmente, ambientais com o agravamento de conflitos por terra entre posseiros, arrendatários e indígenas.

## **Problemática**

As intensas mudanças desde a construção das usinas hidrelétricas do Vale do São Francisco pela CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e a implementação de projetos de irrigação pela CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco) faziam parte do modelo desenvolvimentista de geração de energia em grande escala, que veio, segundo Vianna (1994), da referência dos Estados Unidos onde, na década de 1930, foram realizadas intervenções visando ao aproveitamento do rio Tennessee. Em torno deste rio foram construídas 29 barragens e formados lagos em uma região que abrangia sete diferentes estados e sofriam com enchentes periódicas. Tais obras atingiram a população predominantemente agroflorestal que passou a engrossar o operariado das fábricas.

Para a grande potência que se tornara o país, este era o modelo de desenvolvimento a ser realizado e copiado, também, nos países em desenvolvimento – sob custódia e empréstimos – a fim de galgar espaço, promovendo energia elétrica barata para que suas empresas se instalassem ao redor do mundo a baixo custo, possibilitando, assim, elevar a obtenção de lucro.

Com a criação da CVSF (Comissão do Vale do São Francisco), em 1948, foram elaborados os planos de reorganização do espaço para a regularização do curso do rio São Francisco visando a melhoria do aproveitamento das suas águas. Associava-se a este propósito um conjunto de outros, ou seja, a prevenção da construção de estradas, hidrelétricas e a implementação de saneamento rural e urbano. O que foi inviabilizado pelo Estado desenvolvimentista.



A mudança territorial em Petrolândia - da anterior para a nova área - ocorreu em um local próximo ao antigo município, o que aconteceu por razões políticas, diferente de outras realocações. O que ocorreu em função do ativismo dos moradores locais. Mesmo assim, a modificação do ambiente trouxe também uma ruptura de relações interpessoais e territoriais. As implicações desta reconfiguração espacial e como ela ocorreu, serão relatadas adiante.

Em 1967 a CVSF foi substituída pela SULAVE (Superintendência do Vale do São Francisco), ambas responsáveis, ainda de acordo com Vianna (1994), pela construção da infraestrutura do Vale do São Francisco como as usinas termoelétricas e hidrelétricas, as linhas de transmissão e redes de distribuição de energia, estradas, pontes, aeroportos e campos de pouso, adutoras, poços e sistemas de abastecimento de água.

Posteriormente, em Petrolândia, a CVSF implementou a mecanização agrícola instalando postos de irrigação e incentivou a irrigação privada com o financiamento de motobombas em uma prática já conhecida dos agricultores locais que utilizavam métodos de inundação e sulcos.

Paralelamente à criação da CVSF, a CHESF começou a funcionar em 1948, e até 1970 as usinas hidrelétricas (UHES) Paulo Afonso I e II já estavam concluídas.

De acordo com o estudo de aproveitamento do rio, além de Paulo Afonso ser um ponto estratégico devido à presença de quedas naturais de água, era preciso construir um reservatório acima (a montante) a fim de viabilizar ainda mais os setores produtivos ligados à industrialização.

Foi então que rapidamente foi executado o projeto da barragem de Sobradinho que desalojou cerca de 70 mil pessoas com indenizações irrisórias através de um desastroso reassentamento mal planejado e sem a participação da população no processo.

O complexo de Paulo Afonso compreendia a construção das UHES Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (ex-Moxotó, próxima e interligada à Paulo Afonso), Xingó e Itaparica. Após Sobradinho, a prioridade recaía sobre Xingó devido a características técnicas (a queda natural do rio e seu aspecto encaixado nos paredões de um grande desfiladeiro proporcionam um melhor aproveitamento energético); e custo menor de desapropriações. *Mas em seu lugar foi construída, primeiramente, Itaparica que desalojava muito mais gente e inundava até sedes e vilas dos municípios.* Isso porque os técnicos avaliaram que os custos relativos às desapropriações tenderiam a crescer muito com o passar dos anos, encarecendo a construção. (VIANNA, 1994, p. 19).

Conhecendo, já naquele momento, as consequências sofridas pela sociedade local em Sobradinho, a população do submédio São Francisco começava a organizar-se na busca por seus direitos à terra. Disto, então, resultou a pressa da CHESF em construir Itaparica –



coincidindo com o período do “milagre econômico” – que serviu a instalação de várias indústrias no Nordeste, requerendo cada vez mais energia para a região.

Depois do represamento do rio, foi iniciada a implantação dos projetos de irrigação pela CODEVASF, quando as famílias estavam reassentadas ou em processo de reassentamento num momento de tensões sociais estabelecidas. Ver-se-á adiante que, com muito atraso, a irrigação chegou a todos os lotes e algumas pessoas que conquistaram o direito de ter acesso a essa terra não viveram o suficiente para ver seus lotes irrigados.

Vivia-se naquele período, um contexto de uma economia que crescia associada à ideia do Estado que cada vez mais intervinha no território a fim de consolidar a regulação da sociedade brasileira. Isso acontecia sem considerara proximidades das pessoas com relação ao rio e sem diálogo, desmantelando a complexidade inerente aos seus ambientes de existência.

Segundo Araújo (2000), tratava-se do estado-fazedor, ou seja, que dava

[...] pouca ênfase no bem-estar, ou seja, a tradição de assumir muito mais o objetivo do crescimento econômico e muito menos o objetivo de proteção social ao conjunto da sociedade, fez com que o Estado assumisse uma postura de fazedor e não de regulador. [...] A tradição de que público é governo, público é governamental, é uma tradição muito forte na sociedade brasileira, e isso leva a que só haja –quando há – políticas públicas governamentais. (ARAÚJO, 2000, p. 263)

O que acontecia, entretanto, sem a preocupação de proteger a coletividade social através de um Estado social, o qual, ainda, para Araújo (Araújo, 2000, p. 263), “requer o diálogo entre governo e sociedade civil, e nós não temos a tradição de fazer isso. É um Estado autoritário”.

Neste contexto, Petrolândia e os demais municípios afetados pelos grandes projetos sentiram os efeitos das diversas consequências de tais intervenções inconsequentes.

Ainda de acordo com Vianna (1994), a orientação norteadora vinculada a “ordens distantes” era a de se utilizar das áreas irrigadas como o espaço da agricultura comercial, de mercado e agroindústria, contrariando a lógica da “ordem próxima” ligada às necessidades da existência das pessoas.

Toda esta dinâmica desencadeou mudanças significativas que concebiam as novas técnicas de manejo dos solos e as novas culturas de irrigação como um novo foco de expansão da economia moderna. Em Petrolina, por exemplo, houve um forte crescimento do setor de produção de frutas.

No processo de reassentamento e estabelecimento dos grandes projetos de irrigação, formou-se, paralelamente, o pólo sindical na região. Criado em 1979, este foi de grande importância para que não se repetissem os dramáticos feitos nas vidas das populações atingidas pela barragem de Sobradinho.





Unificando em torno da causa, referente ao direito à terra, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários e sem-terra, formou-se a base original do pólo que compreendia um nó de interesses oriundos dos municípios de Tacaratu, Inajá, Ibimirim, Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Belém do São Francisco na margem pernambucana; e Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macururé, Chorochó e Abaré na margem baiana.

Face a CHESF, ao Banco Mundial e ao poder local, o pólo também logrou consolidar o papel de mediador dos trabalhadores rurais. As ações relativas ao reassentamento dos atingidos marcaram sua atuação, com uma série de conquistas para um amplo segmento do campesinato, e determinou sua consolidação e atual configuração. Esse trabalho, ao longo dos anos, cresceu em ações e em estrutura de apoio por meio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. (VIANNA, 1994, p. 31).

A formulação de uma contra política que partiu da demanda dos camponeses resultou na conquista inédita de 110 agrovilas com lotes irrigados e áreas de sequeiro. O projeto Borda do Lago de Itaparica, em Petrolândia, com área total de 5.712 ha foi dividido em 1.723 lotes de 1,5 a 6 ha, composto de duas subáreas, Barreiras e Icó Mandantes, que abrange uma área de 3.030 ha, dividida em 941 lotes e 16 agrovilas.

Embora Vianna (1994) tenham relatado que os projetos de irrigação das agrovilas estavam atrasados em 1993, mas com perspectiva de serem concluídos em 1994; tivemos em campo a comprovação de que algumas famílias esperaram 13 anos vivendo com menos de um salário mínimo não reajustável, como auxílio da CHESF, a chamada verba de manutenção (VMT). Tais atrasos contribuíram, na realidade, para certa postura de acomodação e/ou fragmentação da mobilização social.

No início de 1994, quando parte dos projetos de irrigação para os atingidos entrou em operação, mais um problema se colocou ao trabalho do Pólo Sindical: a diferenciação entre os reassentados. Antes, todos se uniam em torno da luta para obter a irrigação; agora, devido aos atrasos e às descontinuidades na implantação dos projetos, a situação é mais complicada. Alguns agricultores estão trabalhando em seus lotes com irrigação, enquanto outros estão parados nas agrovilas. (VIANNA, 1994, p. 37)

Segundo dados da CHESF, produzidos em levantamentos realizados antes do deslocamento da população da área afetada pela barragem de Itaparica (1984), dos 4.409 chefes de família entrevistados, cerca de 80% estavam na condição de ocupados sendo que 60% pertenciam à classe da população ativa e os 20% restantes eram aposentados realizando outra atividade.

Percebe-se que o nível de ocupação dos chefes das famílias realocadas era muito elevado, uma vez que os residentes na margem baiana tinham os chefes ocupados (ativos e aposentados), atingindo 97% do total dos chefes contra 3% para o caso de Pernambuco.

Ainda de acordo com os dados levantados pela CHESF em 1984, observou-se que 39% do total dos chefes de família eram proprietários das terras que cultivavam. Por outro lado, 42%



destes tinham acesso à terra através de contratos de parceria e quase 6% eram arrendatários. Destaca-se ainda, que outros 7% acessavam a terra através de mecanismos de cessão ou de arrendamento feito a terceiros. Os assalariados perfaziam um total de apenas 6% dos chefes de família da área.

Como apontava Viana (1986), em referência ao semiárido da década de 1980, o trabalho que era realizado nas unidades produtivas era expresso por homens-dias por ano. Ali o trabalho familiar representava mais de um terço da força de trabalho, o que foi substituído pelo trabalho assalariado, seguido da parceria.

Deste modo, as relações de produção foram tornando-se cada vez mais capitalistas como uma tendência comum de acompanhamento das mudanças na economia influenciando nos ambientes tecidos a partir dos territórios. No entanto, as relações de trabalho familiar x trabalho assalariado x parceiros não se desmantelaram por completo. Entendemos que aquela era de fundamental importância para as pequenas unidades produtivas, o que caracterizava “a existência de um sistema bimodal em que os minifúndios se aproximam do clássico modelo camponês-proprietário-familiar, para sua variabilidade e subsistência, tornando-os dependentes dos latifúndios paulatinamente capitalistas” (VIANA, 1986, p. 46). Isso porque os maiores sempre buscavam mão- de-obra dos menores.

Para Scott (2009), os reassentados que almejavam reconstruir as suas vidas, mal se qualificavam como fazendo parte de qualquer projeto de desenvolvimento, apesar da propaganda da CHESF ter anunciado que os atingidos mudariam “para melhor” e com este processo fariam agricultores de quem era assalariado ou posseiro, ou seja, sem terra.

Na contabilidade da CHESF, o seu projeto marcava o mais alto custo por reassentados no tempo por causa dos elevados investimentos (inclusive, como dito anteriormente, a disponibilização de uma verba compensatória até poderem produzir nas novas terras). Contudo, como sempre ocorre, este custo era referido com lamurias alegando-se que atrapalhavam a eficiência do custo da geração de energia, segundo Scott (2009).

Muitas terras escolhidas eram imprestáveis para a agricultura, o que acontece quando o Estado não dialoga com os territórios vividos, no entanto, os novos mecanismos vieram a transformar não só o modo de trabalho, mas e principalmente, o ambiente de plantio. Disto, a necessidade de todos os lotes serem irrigados.

Entretanto, os impactos sobre as áreas - urbanas e rurais - não se impuseram de maneira uniforme em todos os municípios, tendo em vista que as inundações foram fracionadas em alguns territórios ou cobriram inteiramente sedes municipais como aconteceu em Petrolândia.



Tais ações agravaram ainda mais as condições precárias de existência das pessoas que, no curso do rio São Francisco, dependiam de suas águas para a sua subsistência, desde sua nascente até à sua foz. A força e a violência desta ação levando à inundação de municípios, como em Petrolândia, reconfigurou, também de maneira rápida, o quadro ambiental na área. O que faz parte da própria lógica da racionalidade capitalista que, no Brasil, por exemplo, des-envolve as pessoas dos seus respectivos ambientes de vida e trabalho.

Com efeito, em vez de desenvolvimento, o que se nota é a implementação de ações voltadas ao crescimento econômico vinculado preponderantemente aos interesses alheios às pessoas do território. Desse modo, como indicou Haesbaert (2012 p. 6776), “é interessante observar que, enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista hegemônica”, ao verificar que

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (lar para o nosso repouso), seja como fonte de recursos naturais - matérias-primas que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s). (HAESBAERT, 2012, p. 67)

Assim sendo, atentamos para o fato de que as mudanças no território acarretaram, ao mesmo tempo, ao mesmo tempo, mudanças sociais e ambientais fundamentalmente atreladas às razões econômicas e movidas pelos poderes constituídos. As ações de des-envolvimento agravaram ainda mais, desde a década de 1970, na área em epígrafe, o quadro regional historicamente marcado pelas desigualdades regionais inerentes, como escreveu Castilho (2017), à lógica de produção territorial no Brasil.

No âmbito da subjetividade, não é possível transpor em dados quantitativos todas as implicações das desapropriações ocorridas, no final da década de oitenta naquela região. Todavia, o conteúdo de algumas falas dos trabalhadores entrevistados revela que todo o processo ocorreu desigualmente e com consequências que reverberam até os dias de hoje. Contraditoriamente, Petrolândia é um município que se destaca economicamente em sua área.

## **Resultados e discussão**

O modo de vida dos municípios do Sertão de Pernambuco como ressaltado no início do trabalho era organizado basicamente para a subsistência das pessoas em pequena escala e, majoritariamente, manual.



A discussão que nos propomos a fazer não diz respeito à necessidade de mecanizar o trabalho no sentido de facilitar ou amenizar o peso que carrega a mão-de-obra no campo. Mas, e, sobretudo, refletir sobre a forma como as mudanças são impostas e a quem elas interessam, a quem elas beneficiam e buscar o porquê da forma como afetam e deslocam as pessoas que sempre foram afetados por interesses dominantes.

É no âmbito da concepção de meio ambiente que também buscamos compreender como se dá o cenário das tramas do trabalho na relações urbano-rurais. Entendemos, antes de tudo, que

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. (MARX, 2016, p. 202)

Neste sentido, a subsistência ou a grande produção no campo – paradigmas inerentes ao Sertão pernambucano - acontece perante a integração da sociedade e natureza - alimentada pelas grandes dicotomias que a questão rural lançou e aprofundou no decorrer da história do estado. O que é diferente é a forma através da qual cada um utiliza a natureza.

Tais processos entre a cidade e o campo, seja de convivência, seja de trabalho propriamente dito, vêm se intensificando desde os anos 1990, de acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Araújo (2000), houve uma virada no modo de vida brasileiro: a população rural passou de 70% para 30%, tornando o Brasil, a partir de então, um país de campos “esvaziados”, corroborando para uma nova configuração de cenários para extração de renda.

O que provocou sérias consequências para as pessoas que tiveram que sair do campo, desprovidos das competências necessárias para viverem na cidade. Isso porque “[...] quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho” (MARX, 2016, p. 201).

Quando as mudanças incorporadas em nome de um desenvolvimento, seja em qual escala for, estimulam as pessoas a adequarem-se mais uma vez ao “novo” meio que lhes cabe ou que lhes é imposto, o trabalho se reconfigura.

E neste ponto, quando a distância entre o ser e o ambiente se estabelece, através dos meios de produção e intermediários na extração de mais valor do labor, isso mexe com a vida e o ambiente das pessoas. Isso porque

[...] quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela freqüentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os



indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética, presente no trabalho, é central quando se pretende compreender o labor humano. O que nos diferencia enormemente dos críticos do fim ou mesmo da perda de significado do trabalho na contemporaneidade. (ANTUNES, 1995, p. 140)

Tem-se no trabalho, assim, mais que a fonte de renda, ou seja, uma identificação com o território vivido. Em espaços com população atingida por barragens, a destituição do ambiente passa pela reinvenção da própria vida uma vez que ali são afetados os laços construídos e refeitos; mas em outro território, acarretando completa mudança social.

Na complexidade que é entender o trabalho humano, temos

[...] de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado), e por outro lado do capital (grandes proprietários de terra, latifundiários, capitalistas e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), tem-se os elementos centrais [...]. Assim, o trabalho diante delas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês) desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas e improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe e níveis diferenciados de consciência de classe (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 12)

Uma vez ultrapassada a barreira da territorialidade no reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de Itaparica em Petrolândia, novas ressignificações aconteceram no modo de trabalho no município e, por sua vez, no seu tecido territorial-ambiental. Não incomum, as relações entre os próprios trabalhadores também foram redesenhadas quando da mudança territorial-ambiental

Até do ponto de vista simbólico isso de maneira geral, tem significado especial para os trabalhadores, mas sobretudo, porque esse poderá ser um flanco por onde emergirão discussões a respeito da plasticidade do trabalho, ou seja, poderemos apreender as diferentes formas de trabalho a que o trabalhador tem se submetido para vencer os revezes da reestruturação produtiva do capital, da terceirização, da intensificação da precarização, do desemprego, etc., a fim de focar a noção de (des)pertencimento de classe. (THOMA JÚNIOR, 2004, p. 12)

Isso foi revelado quando captamos a intensidade das diferenças dos reassentamentos dentro do mesmo território e, portanto, as consequências diretas no mundo do trabalho local.



Mais adiante, ver-se-á que, o trabalho precisou reinventar-se e inventar-se, muitas vezes de maneira precária e irreversivelmente; mesmo diante dos avanços tecnológicos conquistados.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 4,23%, superando a taxa do estado de Pernambuco, que foi de 1,18%, e a do Brasil foi de 1,63%, no mesmo período.

Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,54% para 71,74%. Ou seja, na década em que estava acontecendo a construção da Hidrelétrica (relembramos que concluída em 1987), na década seguinte, após o reassentamento, a população seguiu, de acordo com o IBGE representando diferenças aproximadas de crescimento tanto no urbano quanto no rural, respeitando suas proporcionalidades. Sendo em 1991 a população rural representando 28,46% e em 2000 uma pequena baixa estando em 28,26% em relação à população total

Entre 2000 e 2010, a população de Petrolândia cresceu a uma taxa média anual de 1,75%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 71,74% para 72,70%. Em 2010, viviam no município, 32.492 pessoas. A previsão fora de 36.108 habitantes para 2017.

A Tabela 1 mostra as características populacionais gerais na área, revelando, de início que os municípios de Itacuruba e Jatobá são os menores de toda RD tendo menos de 1000 km<sup>2</sup> as duas juntas ocupando aproximadamente 9,6% da área total de Pernambuco e 1,5% da população, apresentando densidade populacional (57,48 pessoas por km<sup>2</sup>) ainda longe da média do estado (89,6 pessoas por km<sup>2</sup>). Porém possui baixa taxa de urbanização, bem menor que a pernambucana, 14,11% contra 80,2%.

Contudo o crescimento populacional está 36% superior ao de Pernambuco, demonstrando um aumento da população entre 2000 e 2010 na RD de Itaparipa.

Observa-se que, embora Jatobá e Belém do São Francisco tenham sido únicos municípios da área que tiveram o crescimento populacional significativamente pequeno - com Belém do São Francisco possuindo crescimento muito abaixo do da RD de Itaparica com porcentagens de 0,02 entre os censos de 2000 e 2010 - o que indica a existência de baixo dinamismo econômico de sua sede, destacando-se entre os que tiveram maior taxa de crescimento Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Tacaratu, a última superando e muito a estadual com crescimento de quase 2,6% entre 2000-2010.

Tabela 1 – PE, MR de Itaparica: Características Gerais da População

Municípios MR Itaparica	Território em KM <sup>2</sup>	População (2010)			Dens. Demográfica	TxUrbanização (%)	TGCA 2010 - 2000 (%)
		Total	Urbana	Rural			
Belém do São Francisco	1.830,79	20.253	12.582	7.671	11,06	62,12	0,02
Carnaubeira da Penha	1.004,66	11.782	1.982	9.800	11,73	16,82	1,25
Floresta	3.644,15	29.285	19.973	9.312	8,04	68,2	1,71
Itacuruba	430,031	4.369	3.708	661	10,16	84,87	1,76
Jatobá	277,861	13.963	6.082	7.881	50,25	43,56	0,6
Petrolândia	1.056,59	32.492	23.621	8.871	30,75	72,7	1,75
Tacaratu	1.264,53	22.068	9.192	12.876	17,45	41,65	2,59
<b>Total MR de Itaparica</b>	<b>9.508,61</b>	<b>134.212</b>	<b>77.140</b>	<b>57.072</b>	<b>57,48</b>	<b>14,11</b>	<b>1,42</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>98.146,30</b>	<b>8.796.448</b>	<b>7.052.210</b>	<b>1.744.238</b>	<b>89,6</b>	<b>80,17</b>	<b>1,06</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Observa-se que, embora Jatobá e Belém do São Francisco tenham sido únicos municípios da área que tiveram o crescimento populacional significativamente pequeno - com Belém do São Francisco possuindo crescimento muito abaixo do da RD de Itaparica com porcentagens de 0,02 entre os censos de 2000 e 2010 - o que indica a existência de baixo dinamismo econômico de sua sede, destacando-se entre os que tiveram maior taxa de crescimento Floresta, Petrolândia, Itacuruba e Tacaratu, a última superando e muito a estadual com crescimento de quase 2,6% entre 2000-2010.

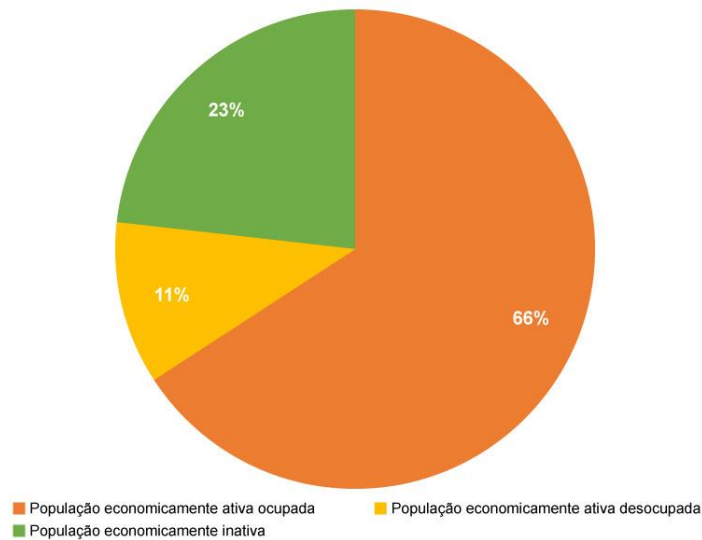
Feitas essas constatações é importante ressaltar que Tacaratu, apesar de revelar crescimento demográfico significativo, sua população, em sua maioria agrária, possui baixo índice de urbanização o que também ocorre em Jatobá que 43% de taxa de urbanização e Carnaubeira da Penha com população urbana de apenas 16,7% em 2010.

Por sua vez, o grau de urbanização da maioria dos municípios já é superior a 60%, chegando Itacuruba e Petrolândia a taxa de mais 70% de urbanização, tendo Itacuruba índice mais elevado. O que representa um importante parâmetro de mudança de paradigmas em áreas essencialmente agrárias como eram até a construção da Hidrelétrica ali. Isso diz respeito tanto à chegada de novos moradores para área urbana, quanto a não necessidade de estar diretamente no meio rural para produzir, assim como, o fato dos agricultores não terem uma única forma de trabalho.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, baseado em dados do IPEA, PNUD e FJP, entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 62,75% em 2000 para 65,82% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da

população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 17,49% em 2000 para 11,03% em 2010.

**Gráfico 1 - População ativa de Petrolândia em 2010**



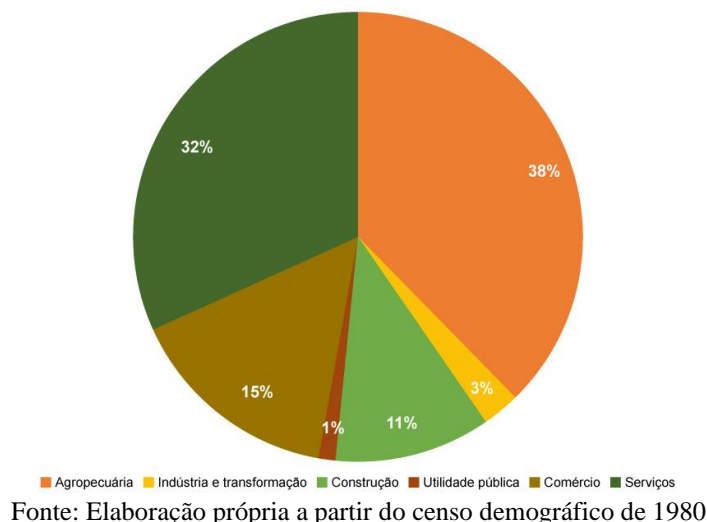
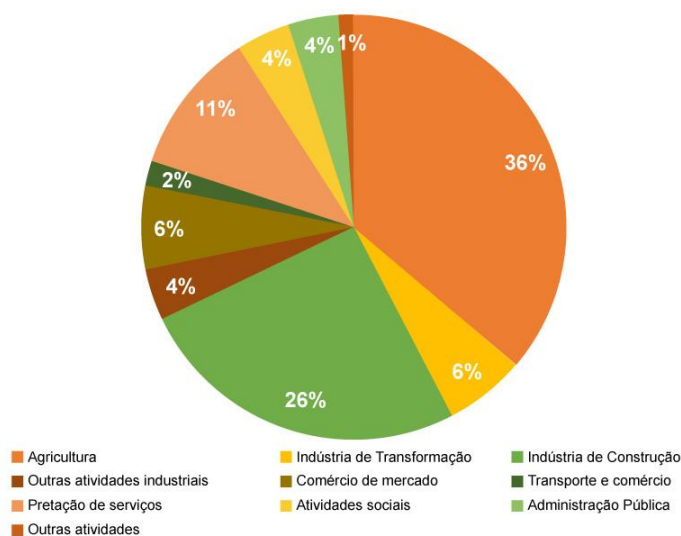
Fonte: Elaboração própria através Atlas do Desenvolvimento Humano

Apesar dos dados acima serem referentes ao censo 2010, ou seja, números que refletem a realidade da década anterior são possíveis avaliar a diminuição da taxa de desocupação em Petrolândia como uma crescente oferta de ocupação advinda de uma época de economia aquecida em todo o país. Isso em um momento em que, mais uma vez, o Sertão semiárido passava por obra de infraestrutura refletindo na demanda por mão-de-obra e oferta de serviços nas cidades do interior que as apoiassem. Contudo, para um município de população tão jovem, a taxa de 11% é um elevado percentual. O que também nos traz a questão sobre trabalho formal e informal.

A seguir, podemos comparar as atividades econômicas de Petrolândia na década da construção da Hidroelétrica com as dos dias atuais (até onde constam os dados oficiais).

De 11 para 6 %, é verificado grande mudança no setor de serviços, principalmente. Sua ascensão pode ser interpretada como alternativa para uma sociedade que foi essencialmente agrária. No entanto, viu-se obrigada a reelaborar a sua forma de sustento.



**Gráfico 2 - Atividades econômicas de Petrolândia em 2010****Gráfico 3 - Atividades econômicas de Petrolândia em 2010**

É importante ressaltar que embora a irrigação tenha trazido enorme mudança na forma de produzir nas áreas reassentadas, a forma desigual como foi feita a implementação deste novo aparato tecnológico de trabalho foi exposta nas falas a seguir:

“Fui tentar trabalhar em Petrolina quando terminei o ensino médio, mas não consegui nada. Voltei *pra* roça. [...] Só eu que continuei, meus irmãos casaram e foram morar na cidade [...] trabalham de moto-táxi, faz bico”. (Entrevistado 8, morador de Agrovila em Petrolândia).

“A gente plantava *pros* outros, mas quando mudou não tinha mais como viver de roça [...] As mulheres lá de casa foram trabalhar em casa de família, os homens foram fazer outro serviço... de gari, pedreiro.” (Entrevistada 9, moradora da cidade de Petrolândia)



“Tenho dois empregos. Na roça e na empresa [...]. Como não tem irrigação, só quando chove. E agora tem muita cerca. Talvez a gente pare de criar também por não ter mais pastagem. O futuro é empresa porque na roça tá difícil.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia).

“Quando teve a barragem, a CHESF veio e disse que tinha que sair, mas pela lei do reassentamento tinha que receber agrovila. Mas o sindicato naquele tempo protegeu mais os de fora do que os de dentro. E eu fiquei nessa situação. [...]. Eu não tive assentamento. Eles disseram que tinha que derrubar a casa. Agora também é a atitude das pessoas, todo mundo *tava* deixando pra lá. Chegou um dia de quinta-feira, derrubar a casa que eu tinha acabado de fazer. Chegou lá eu mandei dizer que segurasse o tratorista que se derrubasse a minha casa eu derrubava ele. Ia ser ele ou eu. Disseram que eu ia receber uma casa, mas não deixei derrubar a minha.

(Entrevistado 4, morador do povoado do Brejinho e da cidade de Petrolândia).

Muito embora absolutamente todos os entrevistados digam preferir o novo município, referindo-se ao antigo apenas com saudosismo, os reassentados beneficiados em menor escala e até em muitos casos, injustamente, apontam como demonstrado acima insatisfação sobre as novas condições de vida e até com revolta pelo modo como todo processo ocorreu.

“Não, a gente devia ter recebido terra irrigada. Doze anos depois disseram que não iam irrigar, iam indenizar. [...]. Foi melhor. Mesmo assim foi melhor.” (Entrevistado 7, morador de agrovila e da cidade de Petrolândia). Ou seja, o mínimo acesso a melhores condições de vida é considerado melhor que a nula intenção existente pela parte do Estado de contribuir para o desenvolvimento sustentável das pessoas naquela área. Uma frase corriqueiramente que se escutou neste sentido foi: “A CHESF colocou Petrolândia no mapa” referindo-se à visibilidade que o município ganhou após a mudança territorial-ambiental.

Outros números nos mostram que o marco da mudança inicia logo na construção da barragem onde verificamos que, de 26 para 11%, o setor da construção civil demonstrando também o quanto este grande evento foi relevante. Parte dos entrevistados relata que havia tentado trabalhar em outros estados ou mesmo nunca haviam residido em Petrolândia, no entanto, regressaram ou ali chegaram para a construção que estava em curso.

## Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo buscou compreender as inter-relações entre trabalho e meio ambiente no atual contexto da reconfiguração rural-urbana no município de Petrolândia, o que nos situa nos últimos trinta anos desde a construção da barragem de Itaparica e o reassentamento deste contingente populacional tecendo novo ambiente de vida.



A escolha metodológica partiu, portanto, deste objeto de estudo, iniciado pelo conhecimento empírico da autora e pela busca dos marcos históricos e processuais dos acontecimentos. Passando pelo levantamento socioeconômico e pelas entrevistas com agentes sociais que participaram e/ou sentem hoje os efeitos da mudança em termos de território e ambiente.

O ambiente de trabalho no antigo município abrigava práticas que incontestavelmente necessitavam de aperfeiçoamento, principalmente, pelas características físicas do local. No entanto, todo fruto positivo da mudança foi resultado da conquista feita através da luta social por condições de vida digna após a violação daqueles territórios. O que gerou maior organização sindical que se tornou relevante no interior do estado de Pernambuco.

Assim, para compreender as interrelações em epígrafe, no contexto da reconfiguração do rural-urbana atual, fez-se necessário entender o processo de implementação da irrigação na agricultura ligada à modernização mundo econômico globalizado, que em todos os âmbitos se desenvolveu de forma desigual.

As consideráveis melhoras nos índices sociais mostram que o melhor aproveitamento do rio é fato relevante na vida de populações ribeirinhas. Porém, em um olhar de menor escala, as entrevistas e convivência nos revelam que, mesmo com as conquistas e melhorias tecnológicas a lida com a agricultura, a desigual distribuição do acesso a objetos e serviços gerou desigual desenvolvimento.

Como foi observado, a implementação das políticas públicas voltadas para o Nordeste foi iniciada em meados do século passado, voltadas para mitigação de graves problemas sociais. Os acontecimentos gerados a partir da construção das hidrelétricas no curso do rio São Francisco desencadeou processos de luta que hoje não mais fazem parte necessariamente da sociedade civil organizada, mas o desenvolver de cada pequeno território realocado em diferentes realidades.

Atualmente o que se nota é uma desigualdade quando do reassentamento, traduzida pela presença de grandes produtores privilegiados de um lado e a sofrida agricultura familiar de outro; o que coloca em dúvida, inclusive, a perpetuação do trabalho rural realizado pelas famílias dos pequenos produtores.

## Referências

ANDRADE. Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.



ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metaformoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **Movimentos sociais: uma síntese visando à retomada do seu papel transformador.** *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 6, p. 19-38, 2017.

HAESBAERT, R.. **O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE** <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang> > Acesso em Novembro de 2016

MARX, KARL. **O capital: Crítica da economia capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.

Municípios. **Atlas do desenvolvimento humano** <[www.atlasdesenvolvimentohumano.org.br](http://www.atlasdesenvolvimentohumano.org.br)> Acesso Novembro de 2016 Municípios. **Banco de Dados do Estado de Pernambuco.**

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Universitária UFPE, 2009.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Reestruturação produtiva do Capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho.** *Revista pegada*, V5, N 1, Presidente Prudente: 2004.

VIANNA, Aurélio. **Políticas de desenvolvimento no vale do São Francisco: O polo sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica.** Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.

## **CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DO RESERVATÓRIO CAIÇARA E SUA BACIA DE DRENAGEM (RN/BRASIL)**

*GEO-ENVIRONMENTAL CHARACTERIZATION OF THE CAIÇARA RESERVOIR  
AND ITS DRAINAGE BASIN (RN/BRAZIL)*

*CARACTERIZACIÓN GEOAMBIENTAL DEL EMBALSE CAIÇARA Y SU CUENCA  
DE DRENAJE (RN/BRASIL)*

**Aluízio Bezerra Júnior <sup>(1)</sup>**

**Josiel de Alencar Guedes <sup>(2)</sup>**

**Agassiel de Medeiros Alves <sup>(3)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Graduado em Geografia. Mestrando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.*

*E-mail: [aluiziojunior@outlook.com](mailto:aluiziojunior@outlook.com)*

<sup>(2)</sup> *Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia*

*E-mail: [josielguedes@uern.br](mailto:josielguedes@uern.br)*

<sup>(3)</sup> *Prof. Doutor do Departamento de Geografia - Campus de Pau dos Ferros – Geoprocessamento, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: [agassielalves@uern.br](mailto:agassielalves@uern.br)*



## Resumo

O estudo em questão se propõe a identificar, caracterizar e mapear os componentes do meio físico-natural do reservatório Caiçara, bem como sua bacia de drenagem. Esse reservatório se está localizado no Alto Oeste Potiguar, sendo uma importante reserva hídrica para o município de Marcelino Vieira. Como metodologia optou-se por utilizar a abordagem geoambiental, levando em consideração os materiais pré-existentes do sistema ambiental, com tratamento dos dados em ambiente SIG. A caracterização e análise dos sistemas ambientais possibilitaram compreender o objeto de estudo como um conjunto de sistema integrado, a partir da diversidade dos mapas gerados, como os de drenagem, litologia, relevo, solo, cobertura vegetal e clima. A compreensão das unidades geoambientais contribuem, na escala trabalhada, para a gestão e gerenciamento do reservatório visando ao desenvolvimento sustentável desse hidrossistema.

## Palavras-chave

Reservatório. Bacia de drenagem. Sistemas ambientais.

## Abstract

The study in question aims to identifying, characterizing and mapping the components of the physical-natural environment of the Caiçara reservoir, as well as its drainage basin. This reservoir is located in the Alto Oeste Potiguar being an important water reserve for the municipality of Marcelino Vieira. How methodology it was decided to use the geoenvironmental approach, taking into account the pre-existing materials of the environmental system, with data treatment in a GIS environment. The characterization and analysis of environmental systems, made it possible to understand the object of study as a set of integrated systems, from the diversity of maps generated, such as drainage, lithology, relief, soil, vegetation cover and climate. The understanding of geoenvironmental units contributes, on the worked scale, to the management and management of the reservoir aiming at the sustainable development of this hydrosystem.

## Keywords:

Reservoir. Drainage basin. Environmental systems.

## Resumen

El estudio en cuestión tiene como objetivo identificar, caracterizar y mapear los componentes del entorno físico-natural del embalse Caiçara, así como su cuenca de drenaje. Este embalse se encuentra en el Alto Oeste Potiguar, siendo una importante reserva de agua para el municipio de Marcelino Vieira. Como metodología se decidió utilizar el enfoque geoambiental, teniendo en cuenta los materiales preexistentes del sistema ambiental, con tratamiento de datos en ambiente SIG. Así, la caracterización y el análisis de los sistemas ambientales permitieron entender el objeto de estudio como un conjunto de sistemas integrados, desde la diversidad de los mapas generados, como drenaje, litología, relieve, suelo, cubierta vegetal y clima. La comprensión de las unidades geoambientales contribuye, en la escala trabajada, a la gestión y gestión del embalse con el objetivo del desarrollo sostenible de este hidrosistema.

## Palabras clave:

Reservatório. Cuenca de drenaje. Sistemas ambientales.

## Introdução

**A**s pesquisas ambientais, na atualidade, pressupõem inter-relacionar as múltiplas transformações no sistema ambiental, os quais podem ser analisados a partir da abordagem geoambiental. Seguindo esse contexto, a abordagem geoambiental visa à uma análise integrada dos sistemas (CHRISTOFOLETTI, 1979) trazendo à tona a relação mútua entre objeto e sujeito no espaço. Troppmair e Galina (2007, p.81) ressaltam que “o geossistema é um sistema natural, complexo e integrado onde há circulação de energia e matéria e onde ocorre exploração biológica, inclusive aquela praticada pelo homem”.

Assim, percebe-se que a abordagem geoambiental permite identificar as intervenções da sociedade no espaço e, de certa forma, compreender as alterações nos diferentes panoramas naturais. Pesquisas desenvolvidas sobre reservas hídricas artificiais podem se enquadrarem na abordagem geoambiental, uma vez considerando os reservatórios um subsistema dentro do sistema bacia hidrográfica. Assim, permite-se classificar essas reservas hídricas como um sistema aberto, o qual recebe a entrada e saída de energia e matéria (CHRISTOFOLETTI, 1979; CHRISTOPHERSON, 2012). Por sua vez, Tundisi (2007, p.23) destaca que:

[...] o conhecimento científico dos reservatórios como ecossistemas, suas interações com as bacias hidrográficas e com os sistemas a montante e jusante, tem adicionado permanentemente novas dimensões a abordagem sistêmica na pesquisa ecológica, proporcionando uma fase fundamental para o gerenciamento da qualidade da água e das bacias hidrográficas.

Desta forma, observa-se que os reservatórios e sua bacia de drenagem são sistemas sobre os quais a sociedade manipula e explora, além de produzir, constantemente, transformações nos ecossistemas (TUNDISI, 2007). Nesse sentido, as pesquisas devem levar em consideração as interferências rápidas e objetivas das ações antrópicas (TROPPMAIR; GALINA, 2007).

O desenvolvimento dos sistemas de informação geográfica (SIGs), transformou as metodologias aplicadas aos diferentes modelos de caracterização e análise geoambiental, sendo que, a utilização destas ferramentas possibilitou novas tomadas de decisões, além de fornecer novas compreensões da organização do espaço, e assim, permitir, acompanhar ou determinar ações de desenvolvimento sustentável aos sistemas. Segundo Silva e Zaidan (2013), as aplicações de tratamento de dados envolvem os mais altos procedimentos na caracterização e análise ambiental, já que possibilitaram conhecer detalhadamente as interferências antrópicas no ambiente (CÂMARA; MONTEIRO, 2001).



A tecnologia de tratamento de dados é caracterizada nos conjuntos de técnicas e métodos computacionais, os quais permitem elaborar/classificar as estruturas das paisagens em banco de dados geográficos (BDG), isto é, facilitando a compilação das informações dos sistemas ambientais, bem como o sistema humano e, assim, reorganizar a capacidade de cada sistema e reestruturar a interdependência sociedade/natureza (CHRISTOPHERSON, 2012).

Portanto, o objetivo desta pesquisa consistiu em identificar, caracterizar e mapear os componentes do meio físico natural do reservatório público Caiçara (Marcelino Viera/RN), bem como sua bacia de drenagem, a fim de entender os sistemas ambientais no âmbito da bacia hidrográfica.

## **Materiais e métodos**

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizado um levantamento de materiais cartográficos, formato *shapefile*, levantamento de imagens orbitais, formato matricial, com tratamento dos dados no SIG Qgis versão 3.4 Madeira.

A caracterização do meio natural, se deu a partir de materiais pré-existentes do Zoneamento Ecológico-Econômico do Alto Oeste Potiguar/RN (ALMEIDA; ALVES, 2014) aliado ao banco de dados eletrônico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2014), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) e Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN, 2020).

Para os materiais iconográficos, utilizou-se as imagens do Satélite Landsat 5, sensor TM (*Thematic Mapper*), órbita 216, ponto 64 e 30 metros de resolução espacial (USGS, 2020), bem como as imagens do Radar SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission*) do projeto TOPODATA (INPE, 2020), ambos disponibilizados em arquivo *GeoTiff*.

Com os dados obtidos, inicialmente, houve a elaboração do BDG (Banco de Dados Geográficos). Logo após, os dados foram reprojatados para o sistema de projeção UTM (Universal Transversa de Mercator), no Datum SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntricos para as Américas 2000), meridiano central 39, fuso 24, hemisfério sul.

Nas imagens espectrais, que compõe o sistema de cores RGB (*Red-Green-Blue*) do sensor TM, aplicou-se o as técnicas de Processamento Digital de Imagens (PDI), visando corrigir os erros de ruídos, radiométricos e geométricos (NOVO, 2010; JENSEN, 2011). Em seguida utilizou-se as imagens na vetorização da bacia hidráulica do reservatório Caiçara. A utilização das imagens espectrais, sensor TM se deu a partir da necessidade de vetorização da imagem do reservatório no período de volume total, que corresponde a 29 de julho de 2008.





Depois aplicou-se as técnicas de processamento de dados nas imagens TOPODATA no plugin TauDEM (*Terrain Analysis Using Digital Elevation Models*), visando a vetorização da bacia de drenagem do reservatório. De acordo com Costa, Souza e Silva (2016) o processamento no plugin, objetiva em seus comandos extrair a bacia de drenagem, bem como a rede de drenagem.

Após, utilizou-se os dados de precipitação para gerar o modelo digital de interpolação, segundo o método IDW (*Inverse Distance Weighted*), com tamanho das células de 10 metros, tanto em X quanto Y, gerando, assim, o produto da interpolação. Esse método pode ser caracterizado como uma ferramenta de interpolar e gerar modelos de espacialização, segundo os dados amostrados.

Por último, usou-se a delimitação do reservatório e da bacia de drenagem para o recorte dos canais fluviais, litologia, relevo, solo, cobertura vegetal e caracterização climática. Os mapas foram confeccionados no compositor do SIG e publicados em 1:100.000.

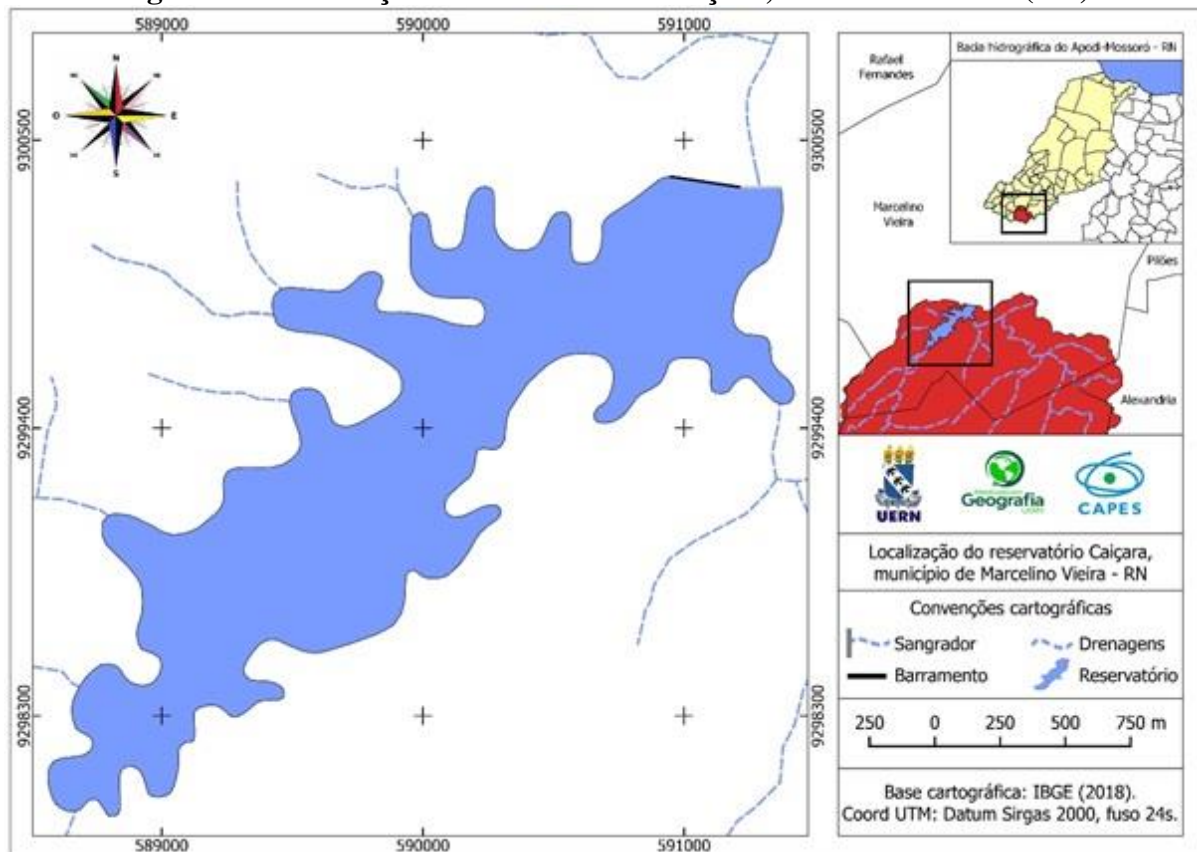
## **Resultados e discussão**

### ***Descrição do reservatório Caiçara***

O município de Marcelino Vieira, localizado na porção Oeste do estado do Rio Grande do Norte, em 1981, construiu o reservatório Caiçara (Figura 1) tendo em vista, à época, a necessidade de armazenamento e abastecimento humano, além de atender a uma nova perspectiva em termos de reserva hídrica para o município (DNOCS, 2019; SEMARH, 2019). Essa reserva hídrica foi construída em convênio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em ação conjunta do Programa Recursos Hídricos do Governo Federal (DNOCS, 2019).

Ele é formado pelo represamento transversal dos riachos Albuquerque e Barro Preto, que são canais de regime intermitentes e com padrão de drenagem dentrítica. Este reservatório, encontra-se nas coordenadas planas 588368 S / 9297702 W e 591756 S / 9297702 W, em relação ao sistema de localização geográfica.

**Figura 1 - Localização do Reservatório Caiçara, Marcelino Vieira (RN).**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

As características técnicas e hidráulicas (Tabela 1) estão relacionadas à sua finalidade assim como seu objetivo de uso, essencialmente para o abastecimento humano. Porém, é também utilizado para dessedentação animal e agricultura temporária extensiva e, com menor, proporção a pesca artesanal familiar e recreação. O reservatório e sua bacia de drenagem vêm passando por inúmeras transformações, ocasionados pela mobilização humana “sertaneja” para o entorno desse corpo hídrico, bem como os múltiplos usos e manejos em sua bacia de drenagem, causando uma série de impactos ambientais. Esses impactos, ampliaram as alterações no sistema ambiental do manancial, do objeto de estudo.

O barramento encontra-se acima do leito do canal fluvial, onde apresentam encostas fortemente onduladas à leste e suavemente ondulado à oeste, o que representou condições favorável na construção. O tempo de enchimento é caracterizado pela transferência hídrica das reservas de pequeno e médio porte do sistema em cascata a jusante, no entanto, o tempo de transbordamento hidráulico é maior que 365 dias (DNOCS, 2019), fator que causa alterações nas condições físicas, químicas e biológicas dos recursos hídricos.

**Tabela 1 - Característica hidráulica do reservatório Caiçara.**

Bacia hidráulica	
Capacidade máxima (m <sup>3</sup> )	11.200.12,00
Volume morto (m <sup>3</sup> )	1.086.625,00
Barragem principal	
Tipo	Terra compactada
Altura máxima (m)	12.6
Extensão do coroamento (m)	360
Largura do coroamento (m)	5
Tomada d'água	
Tipo	Galeria tubular s/ Torre comando
Comprimento (m)	53
Descarga (m <sup>3</sup> /s)	0.2
Sangrador	
Tipo	Perfil CREAGER
Descarga (m <sup>3</sup> /s)	475
Cota de soleira (m)	0.2
Lâmina máxima (m)	2
Volume de corte (m <sup>3</sup> )	8.515,8

Fonte: SEMARH, 2019. Elaborado por: Autores, 2019.

A captação de água é realizada por bombeamento em superfície pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), que realiza o processo de monitoramento, tratamento e distribuição por tubulação na sede municipal e transposição via adutora de engate rápido para o município de Pilões (CAERN, 2019). A capacidade atual do reservatório alcança 78,19% do volume útil, o que representa 8.757.300,00m<sup>3</sup> da capacidade de armazenamento total no período de 17 de julho de 2020.

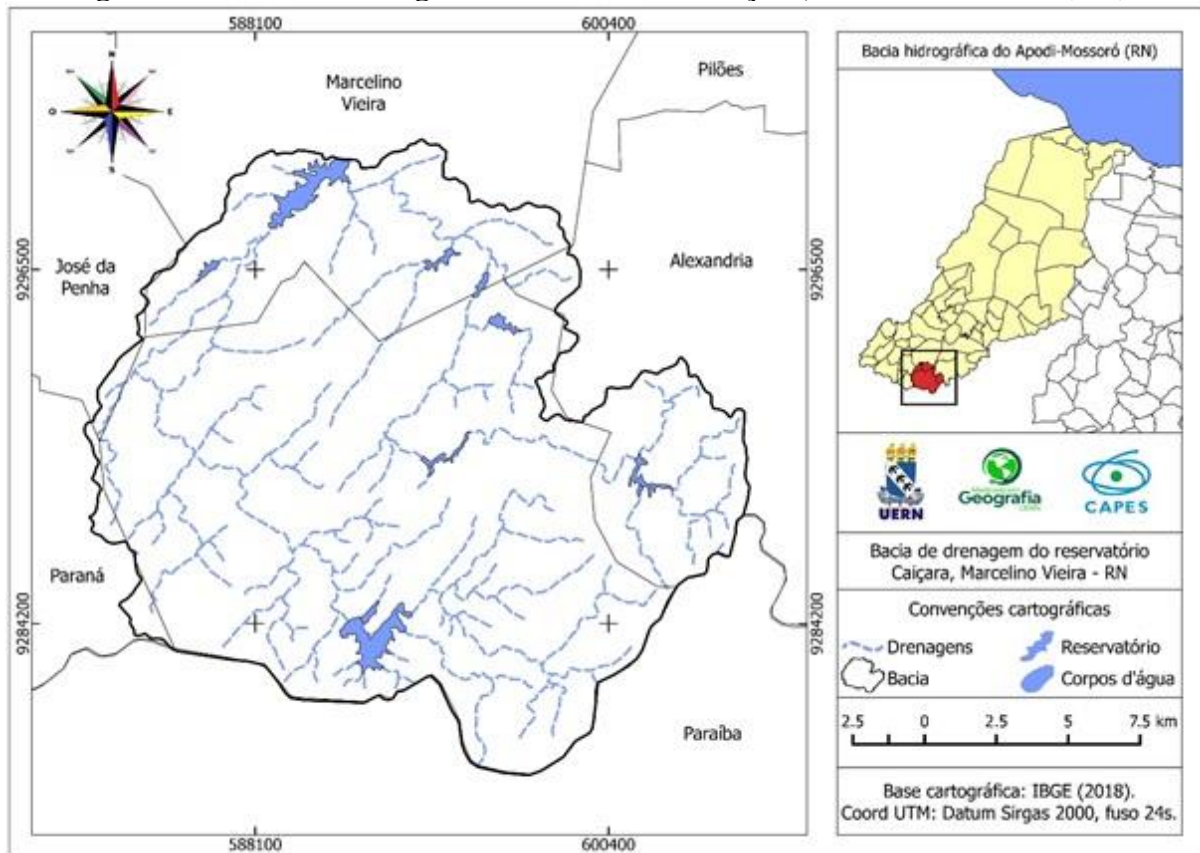
Em relação às comunidades localizadas no entorno da reserva, foram identificadas Caiçara, Juazeiro, Caiçara de Fora, a montante e Junco, a jusante. Elas são abastecidas por bombeamento d'água bruta do reservatório, exceto Caiçara, que pela proximidade da Estação de Tratamento de Água (ETA) do município é abastecida pela rede de distribuição. Essas comunidades se caracterizam por pequenos espaços rurais e, pode-se afirmar que os principais tipos de uso e manejo são determinados pela agricultura familiar de cultivos temporários, como o feijão, milho, cana-de-açúcar, por exemplo, aliados a bovinocultura, caprinocultura de leite e corte extensiva e, em menor proporção a suinocultura, principalmente de corte.

### **Bacia de drenagem do reservatório Caiçara**

A bacia de drenagem do reservatório Caiçara (Figura 2) encontra-se situada no extremo Oeste Potiguar, estado do Rio Grande do Norte, entre as coordenadas planas 581475 S / 9301687 W e 606031 S / 9278465 W, com extensão de 32.384,64 em hectares e envolve os municípios de Tenente Ananias (22.241,75), Alexandria (3.595,48), Marcelino Vieira

(5.949,47), Paraná (375,43) e José da Penha (222,51), o que representa 6% do alto e médio curso superior do rio Apodi-Mossoró (CARVALHO; KELTING; SILVA, 2011). Ela nasce em altitudes superiores a 450 m, entre o sítio Cajazeiras (Tenente Ananias) e o sítio Tatu (Alexandria), tendo como principais canais os riachos Albuquerque e Barro Preto (SUDENE, 1965), com regimes intermitentes e efêmeros e padrão de drenagem dendrítica, que se desenvolvem no sentido Leste-Oeste. A hierarquia fluvial é constituída por um conjunto inter-relacionados de canais, com ramificações de primeira ordem a quarta ordem.

**Figura 2 - Bacia de drenagem do reservatório Caiçara, Marcelino Vieira (RN).**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

Na configuração dos cursos de água, encontra-se barramentos transversais de reservatórios artificiais, especialmente de pequena extensão e baixa capacidade hídrica e, em menor proporção, canais de média extensão e capacidade. São encontradas, também, outras reservas hídricas na bacia denominados de açude público de Bananeira (12.000.000,00m<sup>3</sup>/Alexandria), açude Jesus-Maria-José (9.639.152,00m<sup>3</sup>/Tenente Ananias) e açude Caiçara (11.200.125,00m<sup>3</sup>/Marcelino Vieira) (IDEMA, 2008; SEMARH, 2019). Esses reservatórios visam garantir o abastecimento animal e humano, especialmente para as áreas urbanas dos municípios onde estão localizados.



O Instituto de Gestão das Águas (IGARN), junto com a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), são responsáveis pela gestão e gerenciamento das reservas estaduais incluindo as de Tenente Ananias e Marcelino Viera (IGARN, 2019; SEMARH, 2019), enquanto a de Alexandria é administrada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) do município (ALEXANDRIA, 2019).

Por outro lado, as reservas de pequeno porte, conhecidos popularmente como barreiros d'água são destinados à dessedentação animal e a irrigação de culturas temporárias extensivas. Esses barramentos transversais são geralmente construídos sem planejamento técnico e estrutural e, também, sem autorização legal, além de possuírem capacidade volumétrica desconhecidas, estrutura frágil de terra compactada, seguido do não conhecimento de suas dimensões.

Os recursos hídricos subterrâneos da bacia ocorrem no domínio hidrogeológico fissural. Esse domínio é caracterizado por rochas do embasamento cristalino do Pré-Cambriano Médio, tal como as fraturas e falhas neotectônicas da Zona de Cisalhamento de Portalegre. A captação de água subterrânea envolve poços de cacimba, cacimbão e artesianos de captura tubular, podendo ser poços públicos e privados (CPRM, 2005; IDEMA, 2008).

### **Unidades litológicas**

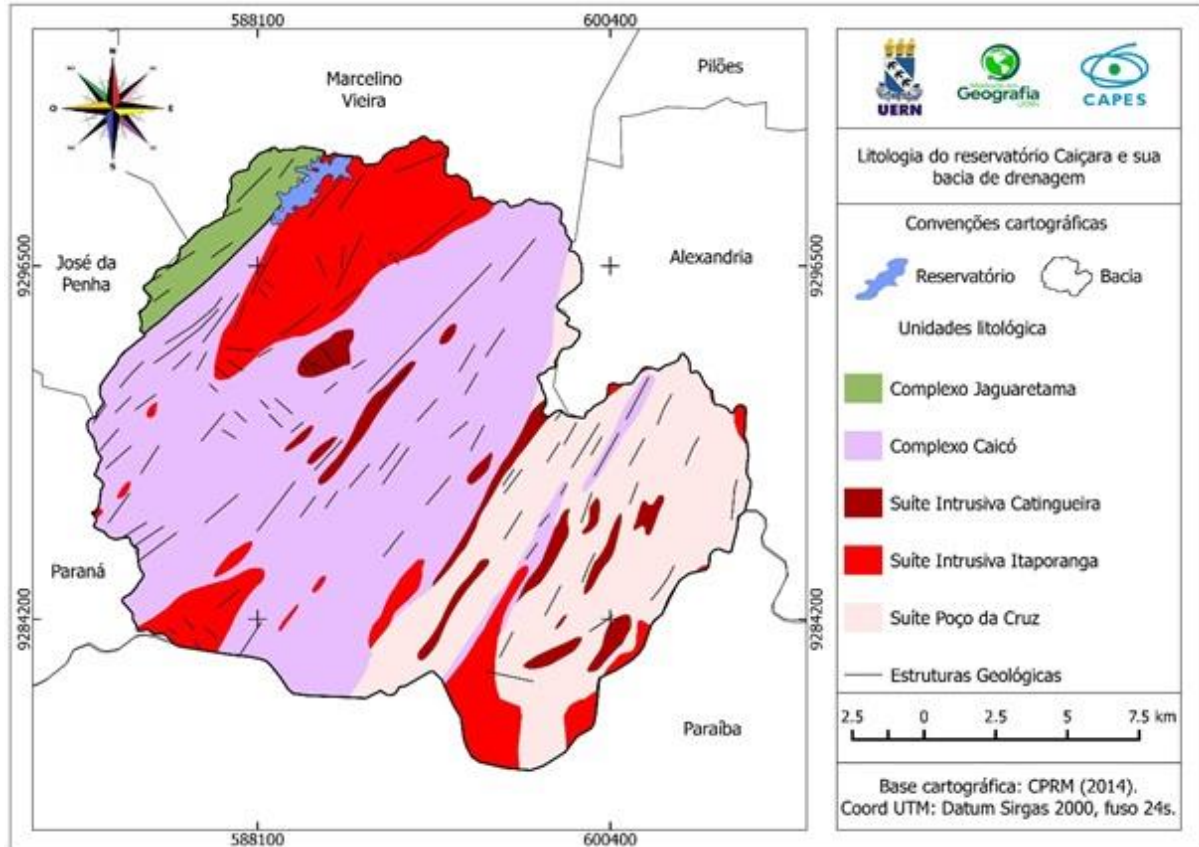
O reservatório Caiçara e sua bacia de drenagem dispõe das unidades Pré-Cambriana, que representa os domínios estratigráficos (Figura 3): Jaguaribeano, Piranhas-Seridó do éon Proterozóico, representando era Paleoproterozóico, com período Riáciano e, em parte Orosiriano e, também, intercalações por Granitóides/Plutonismo Brasilianos, que representa éon Proterozóico da era Neoproterozóico e período Ediacarano (MAGINI; HACKPACHER, 2006; MEDEIROS; NASCIMENTO; SOUSA, 2010).

As estruturas geológicas do complexo Jaguaretama são caracterizadas por rochas metaplutônicas, com intercalações de supracrustais, formada por composição mineralógica de ortognaisses graníticos a granodioríticos, gnaisses bandados e migmatitos com presença de mármore, gnaisses anfibolíticos, quartzitos, associados aos xistos e rochas calcissilicáticas (SÁ *et al.*, 1981; NUNES, 2006).

A Suíte Intrusiva Itaporanga, é constituída, principalmente, por anfibólio-biotita e mesclando biotita-monzogranitos, contendo a quartzomonzonitos, sienogranitos ou granodioritos que intercala textura porfirítica e megacristais de feldspato potássico. Por outro lado, a Suíte Intrusiva Catingueira é representada por aegirita-augita e hedenbergita-

alcalifeldspato-granitos, envolvendo mais raramente quartzo-alcalifeldspato (GALINDO; SÁ, 2000; SÁ *et al.*, 1981).

**Figura 3 - Litologia da Bacia de drenagem do reservatório Caiçara.**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

A Suíte Poço da Cruz é caracterizada por anfibólio, biotita e augengnaisses, que predomina composição quartzomonzonítica a granítica e, com menor, proporção leucocrática, representando granulação grossa e porfiroclastos de k-feldspato, aliado a quartzofeldspática e, ainda, enclaves do corpo metadiorito (SÁ *et al.*, 1981; MEDEIROS; NASCIMENTO; SOUSA, 2010).

No complexo Caicó, encontram-se unidades metavulcanossedimentar, apresentando composições de paragnaisses, anfibolitos, anfibólio-gnaisses, gnaisses calcissilicáticos, gnaisses xistosos, quartzitos ferríferos, gnaisses bandados, e, por vezes, migmatizados, migmatitos e, localmente, unidades metaplutônica, constituído de ortognaisses tonalítico, granodiorítico, granítico, imersos de leuco-ortognaisses graníticos, anfibolíticas e migmatitos (SÁ *et al.*, 1981; SOUZA; SÁ; MARTIN, 1996).

A área, ainda, caracteriza-se pela zona de cisalhamento de Portalegre, que contribui nas reativações tectônicas, levando as transformações das estruturas litoestratigráficas, aliado as



invenções estruturais e topográficas dos relevos, assumindo formas fortemente onduladas e montanhosas (ALMEIDA; ALVES, 2014; MAIA; BÉTARD; BEZERRA, 2016).

### **Unidades de relevo**

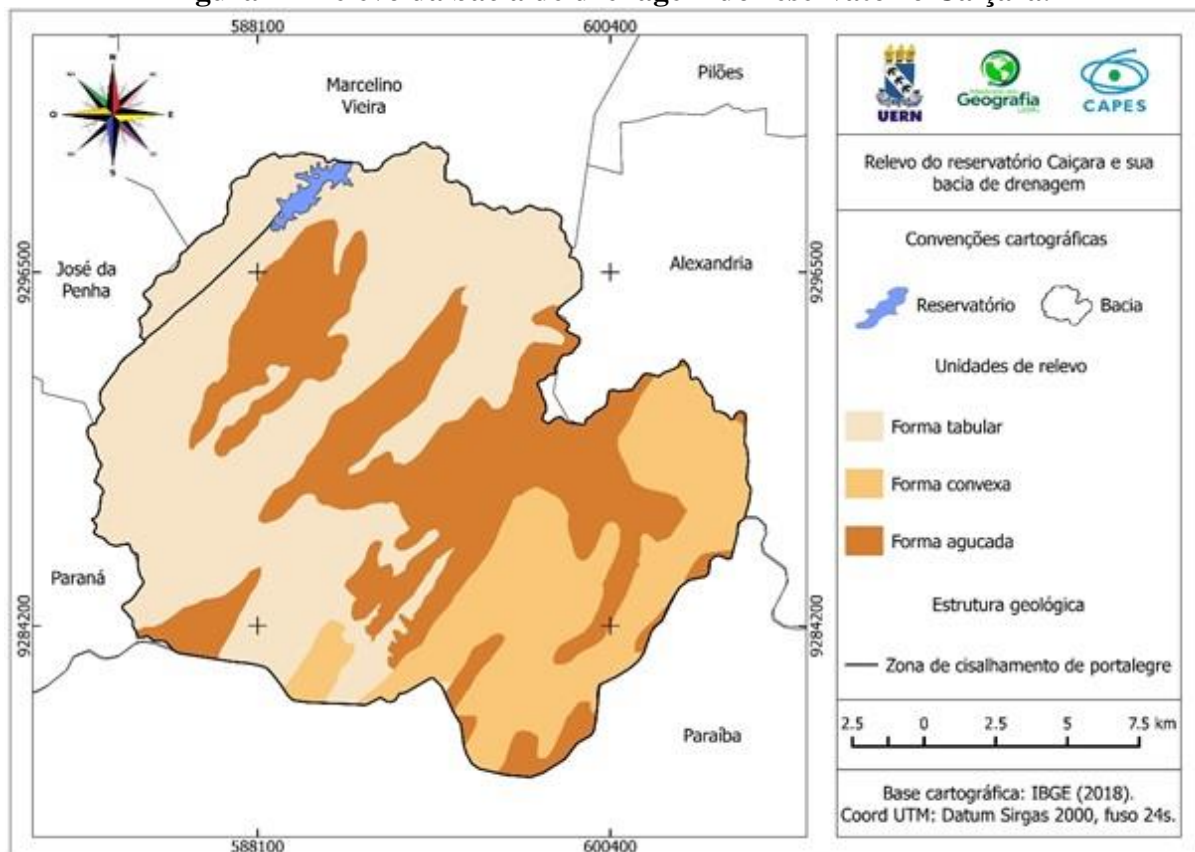
A evolução do relevo terrestre na área da pesquisa possui um “[...] conjunto de morfologias herdadas da estruturação pré-cambriana, reativadas frequentemente no cenozoico [...]” (MAIA; AMARAL; GURGEL, p.99, 2013). Essa complexa estruturação possibilitou as variadas formações geomorfológicas e, nesse sentido, as unidades geomorfológicas existentes podem ser condicionadas a fatores endógenos e exógenos, onde as ações do tempo controlam as feições dos relevos.

Ainda, a presença da zona de cisalhamento de Portalegre, com os processos de fraturas e soerguimento que contribuíram nas transformações do embasamento, levando aos processos de denudação, peneplanação, em especial a pediplanação nas áreas circunjacentes (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014). As alterações no relevo, sejam nas reativações tectônicas e/ou movimentações das falhas neotectônicas, representou o fator estrutural na configuração atual do relevo (MAIA; BÉTARD; BEZERRA, 2016).

Essas feições (Figura 4) representam os domínios dos baixos Planaltos residuais e, especialmente a Depressão Sertaneja, a qual ocupa a maior parte do território. Para Ross (1985), a Depressão Sertaneja apresenta extensas superfícies aplainadas, na qual predominam formas planas a suavemente ondulados, além de inúmeros relevos residuais e inselberg’s associados ao embasamento cristalino (VALE; RIOS, 2016).

As superfícies setentrional da Depressão Sertaneja apresentam relevos planos a suavemente ondulados, podendo conter cotas altimétricas de 200 a 300 metros, com intercalações de relevos isolados, que se elevam a 300 a 600 metros, onde associa-se aos baixos relevos residuais, e aos afloramentos de inselbergs de cotas variadas (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014; PAIVA; MEDEIROS, 2019). Na declividade, têm-se cotas que variam de aproximadamente 10% a 70%, o que representa a menor e maior área de declive, que corresponde as superfícies de aplainamentos, aliado ao conjunto de morros baixos, exceto a Serra do Panati e Serra Negra.

**Figura 4 - Relevo da bacia de drenagem do reservatório Caiçara.**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

Essas áreas, caracterizam-se por formas convexas e formas tabulares, que são resultantes de processos erosivos e intempéricos nas estruturas cristalinas, com características de dissecação homogênea ou diferencial (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014). Os planaltos residuais, representam as superfícies tabulares erosivas, convexas e, principalmente, pediplanadas decorrentes do processo de dissecação e morfologia do substrato litológico.

### **Unidades de solo**

As classes de solos (Figura 5) foram identificadas tomando como base o Zoneamento Ecológico-Econômico da Região (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014), apresentam baixa diversidade, com predominância de Luvissole Crômico Órtico eutrófico (TCOe), Neossolo Litólico eutrófico (RLe), Argissolos Vermelho-Amarelo eutrófico (PVAe) (JACOMINE *et al.* 1971, EMBRAPA, 2018).

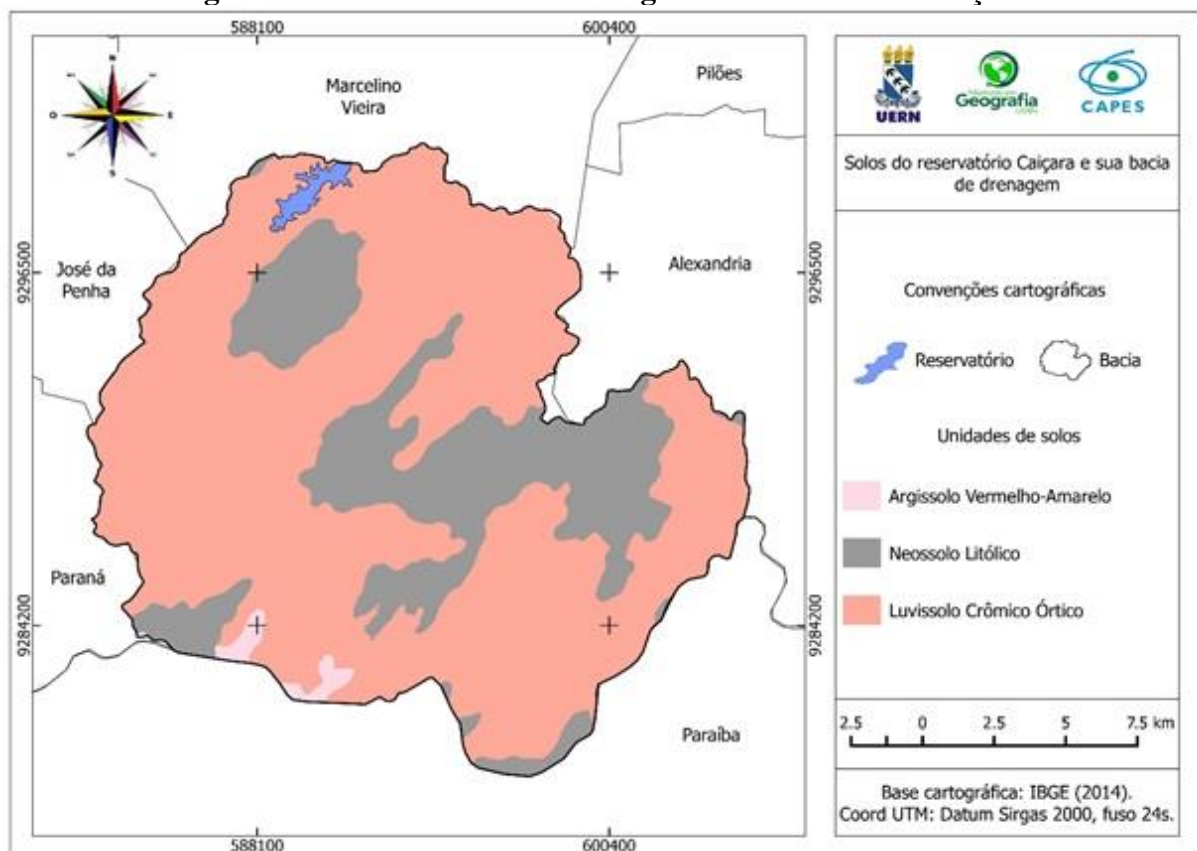
O Luvissole Crômico Órtico eutrófico, representa o solo de maior predominância na área total. Esse solo contém horizonte diagnóstico textural (Bt), com acumulações subsuperficiais, aliado a argila de alta atividade e base de alta saturação no horizonte A ou E



(JACOMINE *et al.*, 1971), com transição de cor abrupta, contendo média pedregosidade em relevo suave ondulado a ondulado, associado a profundidade e vulnerabilidade média e alta fertilidade (HOLANDA *et al.*, 2017).

O solo do tipo Neossolo Litólico eutrófico é caracterizado por material mineral e orgânico de pouca espessura, com baixa alteração no material originário e, ainda, o solo contém baixa atuação das transformações pedogenéticas (EMBRAPA, 2018). A textura é média arenosa, tendo profundidade pequena e alta rochosidade, gerando alta vulnerabilidade, especialmente no relevo de fonte ondulado e montanhoso (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014).

**Figura 5 - Solos da bacia de drenagem do reservatório Caiçara.**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

O Argissolo Vermelho-Amarelo eutrófico, que constitui solo de argila de baixa ou alta atividade, com horizonte B (Bt) textural logo abaixo do horizonte A, podendo conter baixa saturação ou caráter aluminico, onde apresenta cores de transição avermelhadas ou amareladas, com profundidade grande e média fertilidade, aliado a média vulnerabilidade (HOLANDA *et al.*, 2017; EMBRAPA, 2018).

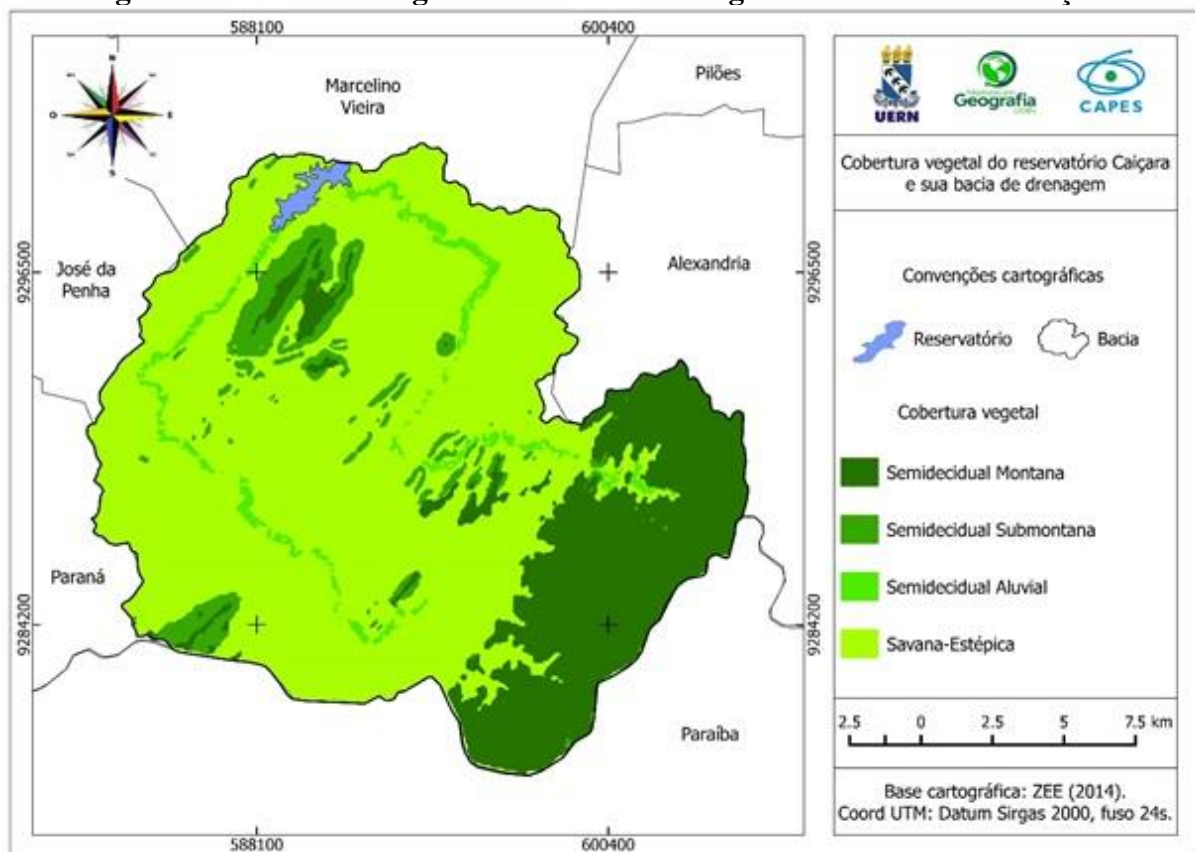
As formas e padrões de manejo e uso do solo é caracterizado por práticas agrícolas rudimentares no período chuvoso do sertão, onde ocorrem os plantios de culturas temporárias, tais como: feijão, milho, cana-de-açúcar e mandioca (IDEMA, 2008), em especial a jusante do

reservatório e sua bacia de drenagem, que representa as áreas dos tributários e margens dos corpos d' água.

### **Cobertura Vegetal**

Segundo a carta de cobertura vegetal (Figura 6) do Zoneamento Ecológico-Econômico do Alto Oeste Potiguar, o espaço dispõe do bioma Caatinga, onde a cobertura vegetal caracteriza-se pela predominância de Floresta Estacional Semidecidual Montana, Submontana, Aluvial e, com maior, proporção Savana-Estépica, onde constitui, também, o espaço do reservatório e sua bacia de drenagem (ALMEIDA; ALVES *et al.*, 2014).

**Figura 6 - Cobertura vegetal da bacia de drenagem do reservatório Caiçara.**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

A floresta semidecidual montana é caracterizada por cobertura vegetal de porte alto a médio, com localização no topo ou encostas das serras, fator que determina as espécies arbóreas da área. Por outro lado, a floresta semidecidual submontana está condicionada ao sopé das serras, com espécies subarbustivas e dispersão entre os afloramentos rochosos.

Para cobertura semidecidual aluvionar predominam espécies arbóreas e subarbustivas do bioma que ocorre no entorno dos canais hidrográficos de quarta e terceira ordem, aliado as



espécies exóticas espaçadas. A savana-estéptica, compreende a maior parte da cobertura vegetal, com distribuição de jusante a montante e se trata de espécies de porte subarbustivas e arbustivas.

De acordo com IDEMA (2008), as espécies de maior abundância é plantas de porte baixo e espalhado, bem como Marmeleiro (*Croton sonderianus* Mull), Xique-xique (*Pilosocereus gounellei*), Facheiro (*Pilosocereus pachycladus*) e sobretudo Jurema-preta (*Mimosa hostilias* Benth) e branca (*Piptadenia stipulacea* “Benth”. Ducke) e, ainda, as espécies de porte médio, como Catingueira (*Poincianella bracteosa*), Oiticica (*Licania rígida* Benth), Pereiro (*Aspidosperma pyriformium*), Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*). Sobre o tipo de cobertura vegetal, Giulietti *et al.* (2004) associou a diversidade da flora ao fato das características físicas da paisagem, o qual permite a formação de cobertura vegetal de vários portes, aliado a relativa diversidade de espécies.

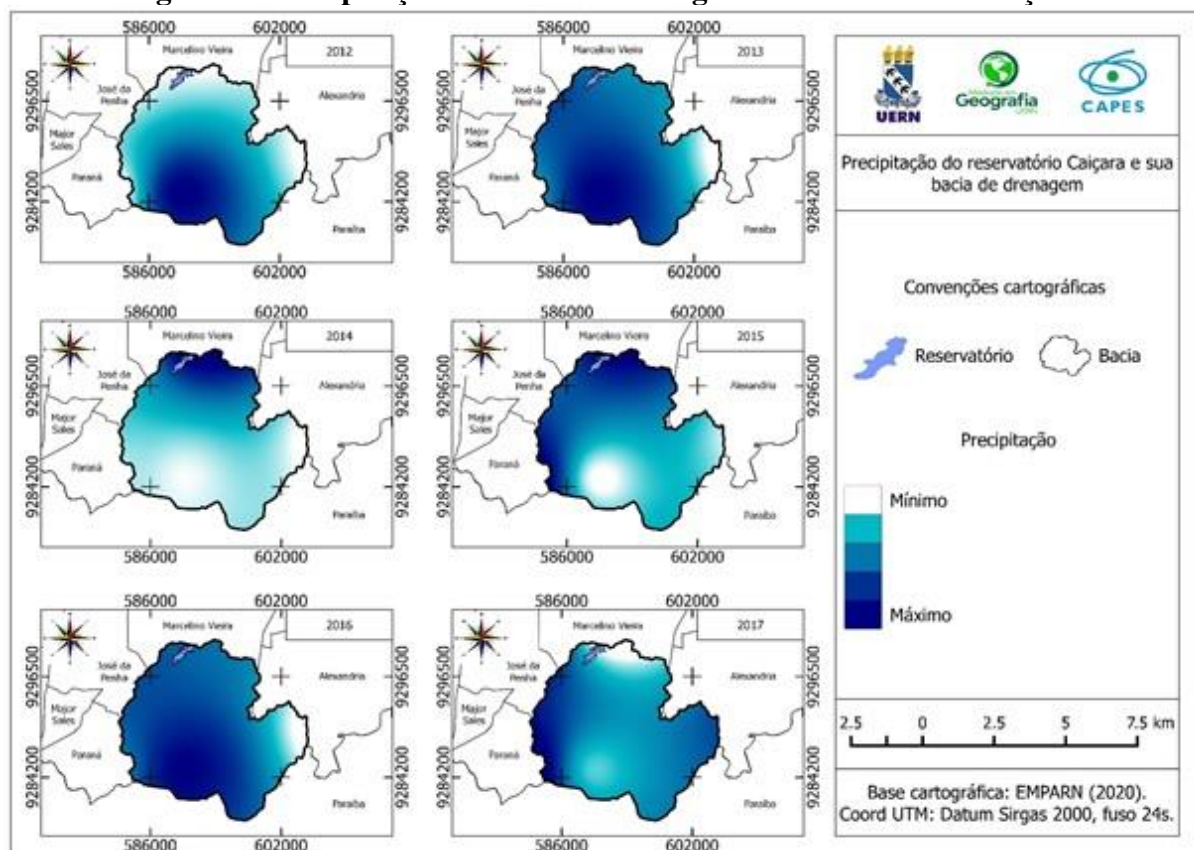
### **Caracterização climática**

As condições climáticas no semiárido brasileiro associam-se à tipologia do clima tropical muito quente e semiárido - BSw'h' (NUNES, 2006), com massa de ar equatoriais e tropicais (MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, 2007), contendo forte insolação, temperaturas elevadas e regime de precipitações anuais curtos, em média, de quatro meses.

Para Schmitd (2014) a variabilidade espacial e temporal do regime pluviométrico na região ocorrem entre fevereiro e maio e, que são, influenciado pelo mecanismo meteorológico da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), aliado ao Vórtices Ciclônicos de Alto Níveis (VCANs), Complexos Convectivos de Mesoescala (CCMs), Linha de Instabilidade, como também chuvas orográficas, responsáveis pelo ciclo anual das precipitações pluviais. Ainda, segundo Nunes (2006), as médias pluviométricas caracterizam-se por apresentar baixos índices, com valores entre 400 mm a 750 mm anuais.

Em média, as oscilações das precipitações (Figura 7) na bacia de drenagem e vizinhança do reservatório na última seca, obteve acumulados pluviométricos de 188,5 mm (2012), 537,9 mm (2013), 598,8 mm (2014), 361,1 mm (2015), 393,7 (2016), 505,1 mm (2017), com média total de 430,8 mm no período (EMPARN, 2020) e, assim evidenciando a irregularidade e má distribuição, levando a gerar o déficit hídrico na área.

**Figura 7 - Precipitação da bacia de drenagem do reservatório Caiçara.**



Fonte: IBGE (2018). Elaborado por: Autores (2019).

De forma geral, os eventos atmosféricos é considerado irregular na variabilidade espaço-temporal, com valores anuais 250,0 mm a 750,0 mm, ocorrendo temperatura máxima de 36,0 C° e mínima de 21,0 C°, com média de 28,1 C° (IDEMA, 2008), exceto no período de seca, onde o comportamento das precipitações e temperaturas é afetado por distúrbios dos sistemas meteorológicos e, nesse caso, correspondem as perturbações climáticas do El Nino-Oscilação Sul (MOLION; BERNARDO, 2002).

Nota-se, pois, que as baixas precipitações pluviais e as mudanças súbitas de temperaturas, oriundo da seca, pode ser sentido essencialmente na perda de acumulação dos recursos hídricos superficiais que, dependendo da intensidade espaço-temporal, pode resultar no déficit hídrico, no qual se acentua-se no prolongamento da seca, interferindo, de forma expressiva, nas atividades ambientais e humanas, trazendo uma série de vulnerabilidades.



## Considerações finais

Constatou-se que no reservatório e em sua bacia de drenagem, apresentam ampla diversidade no meio físico-natural, o que possibilitou compreender o objeto de estudo como um conjunto de sistema integrado. Esse conjunto de sistema enquadra-se numa rede de interrelações através das trocas de energia e matéria, por meio do ações ambientais e humanas, que são capazes de transformar a dinâmica do ambiente, seja nos aspectos positivos ou nos negativos.

Os estudos geoambientais são, portanto, fundamentais ao planejamento ambiental de um sistema complexo como um reservatório e sua bacia de drenagem, é uma tarefa interdisciplinar que integra vários estudos, que pode ser voltado para o zoneamento das porções-territoriais de uso e manejo sustentável, tanto no sistema terrestre quando o sistema aquático. Essa visão, orienta de forma preliminar na gestão e gerenciamento do objeto de estudo, apresenta-se, também, como uma alternativa para a tomada de decisão, visando as bases do desenvolvimento sustentável no ambiente.

## Referências

- AB' SABER, A. Floram: Nordeste seco. **Estudos avançados**. São Paulo, v.4, n.9, p.149-174, 1990. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141990000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000200007). Acesso em: 10 de jul. 2020.
- ALEXADRIA. **Prefeitura municipal**. Disponível em: <https://www.alexandria.rn.gov.br/>. Acesso em: 02 de dez. 2019.
- ALMEIDA, J. E.; ALVES, A. M. **Zoneamento ecológico-econômico do Alto Oeste Potiguar**: microrregiões de Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal. Mossoró: Queimabucha, 2014.
- CAERN. Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. **Relatório da Qualidade da Água 2019**. Disponível em: <http://www.caern.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=191033&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=>. Acesso em: 04 de dez. 2019.
- CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V. Conceitos básicos em ciência da geoinformação. In. CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. (Org). **Introdução à ciência da informação**. São José dos Campos - SP: INPE, 2001. Cap.2, p.01-35.
- CARVALHO, R. G.; KELTING, F. M. S.; SILVA, E. V. Indicadores socioeconômicos e gestão ambiental nos municípios da bacia hidrográficas do rio Apodi-Mossoró, RN. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.23, n.1, p.143-159, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11259>. Acesso em: 10 de mai. 2019.



- CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de sistemas em Geografia**. São Paulo: HUCITE, 1979.
- CHRISTOPHERSON, Robert W. **Geossistemas: uma introdução à geografia física**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- COSTA, F. R. DA; SOUZA, R. F. DE; SILVA, S. M. P. DA. Análise comparativa de metodologias aplicadas à delimitação da bacia hidrográfica do Rio Doce - RN. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.28, n.3, p.429-442, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/35246>. Acesso em: 05 de jul. 2020.
- CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. **Diagnóstico do município de Marcelino Vieira**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. Disponível em: [http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17022/rel\\_marcelino\\_vieira.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y](http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/17022/rel_marcelino_vieira.pdf?sequenc e=1&isAllowed=y). Acesso em: 04 de dez. 2019.
- DNOCS. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. **Ficha técnica do açude de Marcelino Vieira**. Disponível em: [https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos\\_hidricos/fic\\_tec\\_reservatorio.php?codigo\\_rese rvatorio=277&descricao\\_reservatorio=A%E7ude+Marcelino+Vieira](https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_rese rvatorio=277&descricao_reservatorio=A%E7ude+Marcelino+Vieira). Acesso em: 28 de jun. 2019.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 5 ed. Brasília: Embrapa Solos, 2018.
- EMPARN. Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte. **Meteorologia – EMPARN**, 2020. Disponível em: <http://meteorologia.emparn.rn.gov.br:8181/>. Acesso em: 17 de jan. 2020.
- GALINDO, A. C.; SÁ, J. M. Contexto tectônico e geoquímico do Granitóide Catingueira: um magmatismo alcalino-peralcalino no limite norte da zona transversal da Província Borborema. **Geochimica Brasiliensis**. Brasília, v.14, n.1, p.01-21, 2000. Disponível em: <https://geobrasiliensis.emnuvens.com.br/geobrasiliensis/article/view/164>. Acesso em: 12 de dez. 2019.
- GIULIETTI, A. M. et al. Diagnóstico da vegetação nativa do bioma caatinga. In: SILVA, J. M. C.; TABARELLI, M.; FONSECA, M. T.; LINS, L. V. (Org). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. Brasília: MMA, 2004. Cap.2, p.48-90.
- HOLANDA, J. S.; DANTAS, J. A.; MEDEIROS, A. A.; FERREIRA NETO, M.; MEDEIROS, J. F.; GUEDES, J. F. Solos. In: **Indicações para adubação de culturas em solos do Rio Grande do Norte**. Parnamirim: EMPARN, 2017. Cap.1, p.8-22.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Bases cartográficas**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
- IDEMA. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Perfil do seu Município – Marcelino Vieira**. Natal, v.10, p. 01-22, 2008. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000013965.PDF>. Acesso em: 26 de jun. 2019.



- IGARN. **Instituto de Gestão das Águas**. 2019. Disponível em: <http://www.igarn.rn.gov.br/?fbclid=IwAR1F4pDNw8WB50alhL5bghLu5D4OwObj47YO - nkPpQTFESGRiLPJpE3ePA>. Acesso em: 02 de dez. 2019.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **TOPODATA – Banco de Dados geomorfométricos do Brasil**. São José dos Campos, 2002. Disponível em: <http://www.dsr.inpe.br/topodata/documentos.php>. Acesso em: 05 de jan. 2020.
- JACOMINE, P. K. T.; SILVA, F. B. R.; FORMIGA, R. A.; ALMEIDA, J. C.; BELTRÃO, V. A.; PESSOA, S. C. P.; FERREIRA, R. C. **Levantamento exploratório – reconhecimento de solos do Estado do Rio Grande do Norte**. Recife: MA/ DNPEA – SUDENE/ DRN, 1971.
- JENSEN, J. R. **Sensoriamento remoto do ambiente: uma perspectiva em recursos terrestres**. São José dos Campos: Parêntese, 2019.
- MAGINI, C.; HACKSPACHER, P. C. Evolução metamórfica de arcos magmáticos neoproterozóicos: região NE da província Borborema. **Revista de Geologia**. Fortaleza, v.18, n.2, p.187-202, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/geologia/issue/view/768>. Acesso em: 12 de dez. 2019.
- MAIA, R. P.; AMARAL, R. F.; GURGEL, S. P. P. Geomorfologia do Estado do Rio Grande do Norte. In: ALBANO, G. P.; FERREIRA, L. S.; ALVES, A. M. (Org). **Capítulos de Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto, 2013. Cap.1, p.21-59.
- MAIA, R.; P.; BÉTARD, F.; BEZERRA, F. H. R. Geomorfologia dos Maciços de Portalegre e Martins-NE do Brasil: inversão do relevo em análise. **Revista Brasileira de Geomorfologia**. Brasília, v.17, n.2, p.273-285, 2016. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/801>. Acesso em: 08 de dez. 2019.
- MEDEIROS, V. C.; NASCIMENTO, M. A. L.; SOUSA, D. C. Geologia. In: PFALTZGRAFF, P. A. S.; TORRES, F. S. M. (Org). **Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: CPRM, 2010. Cap.2, p.17-35.
- MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficinas de Textos, 2007. 151p.
- MOLION, L. C. B.; BERNARDO, S.O. **Dinâmica das chuvas sobre o Nordeste brasileiro**. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA. Anais Sociedade Brasileira de Meteorologia – SBMET CL00132, Rio de Janeiro, RJ, 2000. Disponível em: <http://www.cbmet.org.br/cbm-files/12-7ea5f627d14a9f9a88cc694cf707236f.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2020.
- MOLLE, F.; CADIER, E. **Manual do pequeno açude**. Recife: SUDENE, 1992.
- NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2010.
- NUNES, E. **Geografia física do Rio Grande do Norte**. Natal: Imagem gráfica, 2006.
- PAIVA, L. M. F.; MEDEIROS, J. F. Diagnóstico geoambiental do município de Marcelino Vieira, RN. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**. Sobral, v.21, n.2, p.175-191, 2019. Disponível em: <http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/481>. Acesso em: 29 de nov. 2019.



ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, v.4, p.25-39, 1985. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47094>. Acesso em: 14 de dez. 2019.

SÁ, C. A. S. et al. **Geologia do extremo oeste potiguar – área de Riacho de Santana, Rafael Fernandes**. Relatório (Graduação em Geologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Exatas e da Terra. Departamento de Geologia. Natal, 1981.

SCHMIDT, D. M. **Dinâmica das configurações de formação e inibição das chuvas no Rio Grande do Norte: caracterização hidroclimática do Estado**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Climáticas). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Programa de Pós-Graduação em Ciências Climáticas. Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/19447> Acesso em: 17 de jan. 2020.

SEMARH. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Sistema de informações: Bacia Apodi-Mossoró**. 2019. Disponível em: <http://servicos.semarh.rn.gov.br/semarh/sistemadeinformacoes/consulta/cBaciaDetalhe.asp?CodigoEstadual=01>. Acesso em: 02 de dez. 2019.

SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. Geoprocessamento aplicado ao zoneamento de áreas com necessidade de proteção: o caso do parque estadual do Ibitipoca – MG. In: SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. Cap.1, p.31-65.

SOUZA, Z. S.; SÁ, E. F. J.; MARTIN, H. Metagranitóides do Complexo Caicó, NE do Brasil: aspectos geoquímicos de um magmatismo cálcico-alcalino na transição Arqueano-Paleoproterozóico. **Boletim IG-USP**. São Paulo, v.18, p.55-57, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/bigsp/article/view/54908>. Acesso em: 14 de dez. 2019.

SUDENE. **Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Folha SB. 24-Z-AII. Pau dos Ferros. Brasília, 1967 (1982, 2 impressão). Carta topográfica. Escala 1:100.000.

TROPPEMAIR, H.; GALINA, M. H. Geossistemas. **Revista Mercator**. Fortaleza, v.5, n.10, p.81-89, 2007. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/69>. Acesso em: 10 de jul. 2020.

TUNDISI, J. G. Reservatórios como sistemas complexos: teoria, aplicações e perspectivas para usos múltiplos. In: HENRY, R. (Org). **Ecologia de reservatórios: estrutura, função e aspectos sociais**. 2 ed. Botucatu: FUNDIBIO, 2007. Cap.1, p.19-38.

USGS. United States Geological Survey. **EarthExplorer – Landsat 5 TM**. Reston, 1984. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 05 de jan. 2020.

VALE, R. M. C.; RIOS, I. Q. Relevo e produção do espaço na depressão sertaneja meridional-Bahia. **Revista Geosaberes**. Fortaleza, v.6, n.3, p.203-216, 2016. Disponível em: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/469>>. Acesso em: 08 de dez. 2019.





**ENTRE EMOÇÕES E AFETOS NA GEOGRAFIA:  
UMA IMERSÃO NO MUNICÍPIO DE SOLIDÃO,  
PERNAMBUCO**

*BETWEEN EMOTIONS AND AFFECTIONS IN GEOGRAPHY: AN IMMERSION IN  
THE MUNICIPALITY OF SOLITUDE, PERNAMBUCO*

*ENTRE EMOCIONES Y AFFECTIVE EN GEOGRAFIA: UNA INMERSIÓN EN LA  
CIUDAD DE LA SOLEDAD, PERNAMBUCO*

**Augusto Rodrigo Bezerra da Silva <sup>(1)</sup>**

**Caio Augusto Amorim Maciel <sup>(2)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Graduando em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Pernambuco e membro do Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política da UFPE (LECgeo)*

*E-mail: [augustorodrigo96@gmail.com](mailto:augustorodrigo96@gmail.com)*

<sup>(2)</sup> *Professor Associado do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco e membro do PPGEIO, líder do Laboratório de estudos sobre Espaço, Cultura e Política (LECgeo)*

*E-mail: [camorim3@terra.com.br](mailto:camorim3@terra.com.br)*



## Resumo

Ler o mundo por intermédio de questões emocionais é um desafio relativamente novo para a Geografia, pois permite compreendê-lo em uma perspectiva relacional e perceptiva. As maneiras de experimentar o ambiente diferem de pessoa a pessoa e também entre grupos culturais distintos, incluindo afetos de nativos e visitantes. Vivemos no espaço e a ele nos apegamos, preenchendo-o de simbolismo e representatividade. Assim, o artigo procura identificar as emoções que o município de Solidão-PE, no Sertão do Pajeú, despertou em alunos participantes do projeto “UFPE No Meu Quintal”. A partir das suas percepções e envolvimento espaciais, objetivou-se apreender como o território municipal tornou-se um lugar de afeto. O ensaio possui abordagem experimental por meio de entrevistas e da própria vivência do autor enquanto participante do projeto. As emoções e sentimentos vinculados ao município de Solidão consistiriam em admiração, anseio, surpresa, alegria, angústia e satisfação. As falas dos estudantes sobre os moradores destacaram características como acolhimento, humildade, humanidade, empatia, simpatia e solidariedade, o que aponta afetividade. Sentimentos ultrapassaram as experiências interpessoais, sendo revelados em espaços de vivência emocional.

## Palavras-chave

Espaço; Emoções; Sertão.

## Abstract

Reading the world through emotional issues is a relatively new challenge for Geography, as it allows one to understand space in a relational and perceptive perspective. Ways to experience the environment differ from person to person and also between different cultural groups, including native and visitor affections. We live and cling to space, filling it with symbolism and representativeness. Thus, the article seeks to identify the emotions that the municipality of Solidão-PE, in the Sertão do Pajeú, awakened in students participating in the project "UFPE No Meu Quintal". From their perceptions and spatial involvements, it was aimed to learn how the municipal territory became a place of affection. The essay has an experimental approach through interviews and the author's own experience as a participant of the project. The emotions and feelings linked to the municipality of Solidão were admiration, yearning, surprise, joy, anguish and satisfaction. The testimonies of the students about the residents highlighted characteristics such as welcome, humility, humanity, empathy, sympathy and solidarity, which points to people's affection. Feelings have surpassed interpersonal exchanges, being revealed in spaces of emotional experiences.

## Keywords:

Space; Emotions; Brazilian Outback.

## Resumen

La lectura del mundo a través de cuestiones emocionales es un desafío relativamente nuevo para la Geografía, ya que permite comprenderlo desde una perspectiva relacional y perceptiva. Sin embargo, las formas de experimentar el entorno difieren de una persona a otra y también entre los diferentes grupos culturales, incluyendo las afecciones de los nativos y los visitantes. Vivimos en el espacio y nos apegamos a él, llenándolo de simbolismo y representatividad. Así, el artículo busca identificar las emociones que el municipio de Solidão-PE, en el Sertão do Pajeú, despertó en los estudiantes que participan en el proyecto "UFPE No Meu Quintal". Desde sus percepciones espaciales y emocionales, el objetivo era aprender cómo el territorio municipal se convirtió en un lugar de afecto. El ensayo tiene un enfoque experimental a través de entrevistas y la propia experiencia del autor como participante del proyecto. Las emociones y sentimientos ligados al municipio de la Soledad consistirían en la admiración, el anhelo, la sorpresa, la alegría, la angustia y la satisfacción. En las charlas de los estudiantes sobre los residentes se destacaron características como la acogida, la humildad, la humanidad, la empatía, la simpatía y la solidaridad, lo que indica afecto. Los sentimientos superaron las experiencias interpersonales, revelándose en espacios de vida emocional.

## Palabras clave:

Espacio; Emociones; Interior del Brasil.

## Introdução

Cada momento que vivemos em nossas vidas é constituído de particularidades, percepções, afetos e por um cenário ou enquadramento espacial. O local em que vivemos toma uma função simbólica possível de vinculação afetiva, sentimental ou emocional, carregada de representatividade. Para Bondi *et al.* (2007) espaços e lugares são constituídos através de afetos, sendo assim a Geografia não pode apartar-se de tais perspectivas. Ainda alertam que as dificuldades para comunicar os elementos afetivos sob as topografias da vida cotidiana fizeram com que, de certa forma, a Geografia tendesse a negar, evitar, suprimir ou subestimar seus emaranhados emocionais. Isso começa a mudar com o aparecimento de publicações, sessões de conferências e cursos dedicados à temática das emoções, especialmente nos últimos 20 anos, o que é relativamente recente. A Geografia Humanista que se desenvolveu a partir dos anos 1970 assentada sobre o conceito de lugar foi uma das primeiras correntes a levar em consideração as emoções, assevera Entrikin (1976). Esse novo interesse fica evidente nos escritos sobre pessoas e lugares:

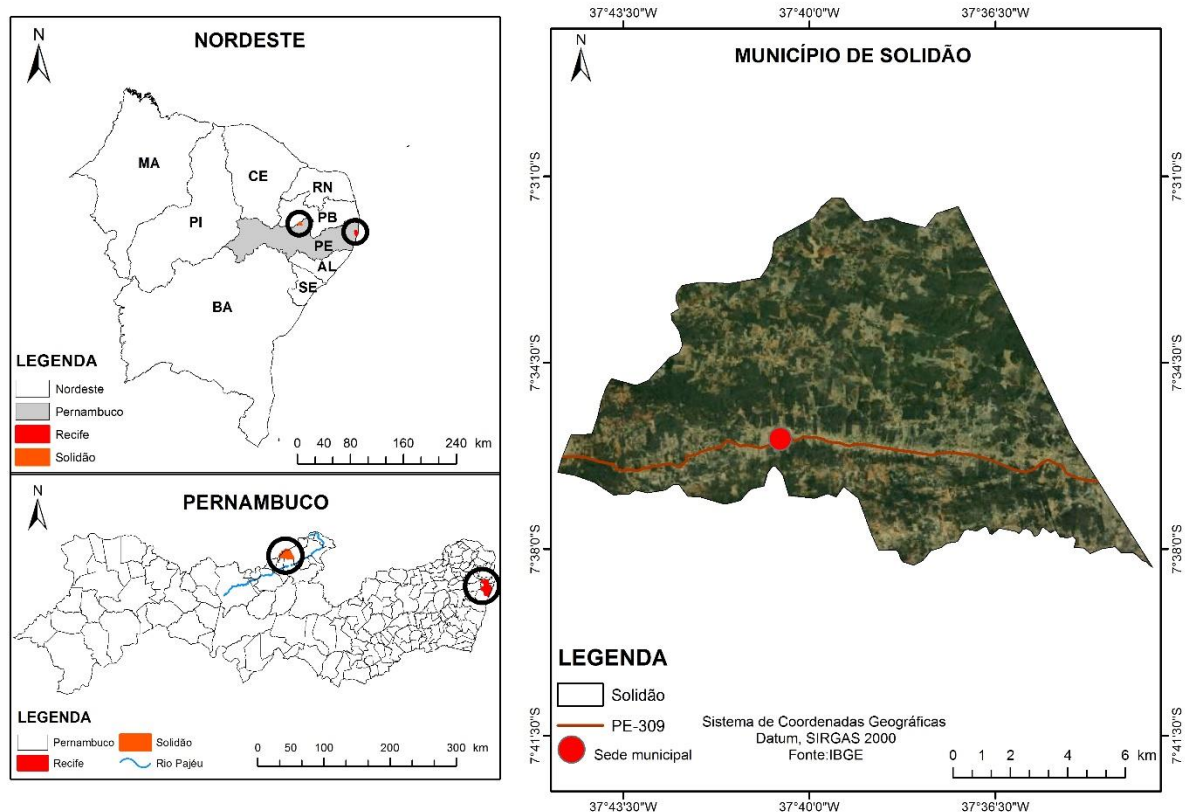
Trabalhos geográficos recentes reconheceram a significado da emoção em uma variedade de escalas. À medida que saímos do corpo, as emoções não são menos importantes, mas são indiscutivelmente menos óbvias, menos centralmente colocadas nos estudos de, por exemplo, a casa, a comunidade, a cidade e assim por diante (DAVIDSON; MILLIGAN, 2004, p.524, tradução nossa).

Não vivemos apenas experiências sociais, mas também experiências espaciais. “Pensar as emoções na Geografia permite compreendê-la numa perspectiva relacional, isto é, que não está localizada somente no indivíduo, mas também na relação dele com o espaço e com os outros indivíduos” (SILVA, 2018, p. 71). Todavia, é necessário entendermos que as maneiras de experimentar o espaço diferem de pessoa a pessoa e também entre grupos culturais distintos, gênero, raça, geração e etc. Isto inclui afetos distintos para nativos e visitantes.

O sentimento de lugar pode vir a existir tanto no nativo como no visitante, mesmo com as diferenças nas formas de perceber, lidar com o espaço e com as pessoas que sob este interagem. Assim, é evidente que as relações com o espaço se darão de formas distintas dentre esses grupos. Os visitantes encaram o desconhecido deixando suas marcas e adquirindo experiências que a imersão no novo traz à vivência humana. Aqui buscamos entender o espaço a partir da perspectiva das pessoas que o viveram na posição de visitantes engajados em uma ação universitária.

Oitenta e um estudantes da Universidade Federal de Pernambuco saíram da região metropolitana do Recife, Zona da Mata e Agreste em direção ao sertão pernambucano, município de Solidão (Figura 1), com o intuito de levar oficinas que visam ao desenvolvimento humano, social e econômico local, além da troca de conhecimentos com a comunidade, tudo através do projeto “UFPE no Meu Quintal”.<sup>1</sup> Oito dias em um município até então desconhecido para muitos, em constante contato com a população, conhecendo o território de ponta a ponta, sua estrutura, sua cultura, visitando seus principais pontos turísticos, conhecendo a área rural, sem nenhuma “válvula de escape”. As emoções e sentimentos vividos durante todos esses dias foram marcados por um cenário, e isto, em hipótese, é o bastante para associar as diversas experiências vividas à Solidão.

**Figura 1 – Localização do Município de Solidão-PE**



Os autores, 2020

Nesta mesma linha de pensamento/organização estrutura-se o artigo. Primeiro, abordaremos as questões emocionais nos estudos geográficos, como se dá essa relação e o

<sup>1</sup> Projeto de extensão patrocinado pela Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis (PROAS), o UFPE no Meu Quintal promove caravanas extensionistas semestrais com o objetivo de “oferecer a oportunidade aos discentes da UFPE de agregar novas vivências em educação experiencial por meio de uma imersão na dinâmica social de municípios pernambucanos”. O ensaio é fruto da participação do primeiro autor na versão 2018.2 Ver: <https://www.ufpe.br/proaes/ufpe-no-meu-quintal> e <https://www.facebook.com/UFPEnomeuquintal>.



diálogo com algumas categorias de análise. Assim, adentramos nas reflexões sobre o espaço desconhecido e as diferenças no experienciar o espaço considerando o nativo (habitantes locais) e o visitante (os estudantes). Em seguida, apresentamos o projeto “UFPE No Meu Quintal” que possibilitou as vivências aqui estudadas e o município de Solidão. E então serão apresentados os resultados das três entrevistas realizadas, ao passo em que vão sendo analisados e discutidos. Nesse sentido, nos atentaremos ao imaginário construído de Solidão, às relações interpessoais e o lugar, os lugares e emoções e, por último, os sentimentos e emoções vividos no município.

## **As emoções e o vivido na geografia**

Com o intuito de dar foco às questões emocionais para compreender os fatos espaciais emerge a Geografia emocional. Tendo um caráter amplamente interdisciplinar, ela recebe influência da Geografia Humanista e de conhecimentos desenvolvidos em outras áreas como Psicologia, Sociologia das emoções, entre outras. Essa temática possibilita contribuir com perspectivas críticas que questionam os limites da Geografia Tradicional e que vai de encontro a um pensamento geográfico que nega os sentimentos, paixões e emaranhados emocionais. As emoções não são fenômenos superficiais e simplórios, embora estejam na vida cotidiana não são facilmente mapeados, observados, demarcados ou definidos, dado o grau de sua complexidade.

A geografia sempre teve problemas para expressar sentimentos. As dificuldades para comunicar os elementos afetivos sob as topografias da vida cotidiana fizeram com que, de certa forma, tendesse a negar, evitar, suprimir ou subestimar seus emaranhados emocionais. Isso está começando a mudar, como demonstra o recente aparecimento de publicações, sessões de conferências e cursos dedicados ao assunto da emoção. Esse novo interesse fica evidente nos escritos sobre pessoas e lugares. (BONDI *et al.*, 2007, p. 1, tradução nossa)

Embora as questões sensíveis tenham começado a adentrar as ciências geográficas muito antes, cabe ressaltar que esse aparecimento de trabalhos dedicados à temática das emoções acontece na virada do milênio – anos 2000. No entanto, são totalmente influenciados por debates antes levantados, como as proposições da Geografia Humanista na década de 1970 quando destaca a perspectiva do sensível no espaço geográfico.

As emoções afetam o nosso ser no mundo e o modo como sentimos o passado, presente e futuro. As geografias emocionais são dinâmicas e se transformam à medida que perpassamos



da infância à velhice, além das transformações causadas por eventos desestabilizadores mais imediatos. Estar em certo lugar exige um investimento emocional, ainda que seja a indiferença.

Emoções são subjetivas, atingem as pessoas de formas diferentes, mesmo que essas estejam em um espaço compartilhado, vivendo experiências afins. Desse modo, não há representações generalizadas quando se trabalha com emoções, as experiências de uma pessoa correspondem apenas a ela, não possibilitando uma universalização. O que não significa dizer que não seja necessária uma conexão com as questões sociais que permeiam a vida e o espaço geográfico. As discussões nas Ciências Geográficas trazem uma perspectiva importante para o debate sobre emoções, pois não as entendem como algo localizado apenas no indivíduo, mas também na relação com o espaço e com outros indivíduos. Nela os sentimentos devem ser considerados em conexão com estruturas sociais e culturais.

A geografia nesse debate tem acionado algumas de suas categorias de análise/conceitos-chave, sendo assim, aqui destacamos Lugar e Espaço vivido. A proximidade com o ambiente, o apego e sentimento de pertencimento caracterizam o conceito de lugar. “Nesse viés, são as pessoas, suas vivências e experiências, as trocas, comunicações que dão sentido e visibilidade ao lugar, que possui personalidade e sentido”, como aponta SILVA (2018, p. 74). Também Relph (1976), assevera que

Lugares são fusões de ordem humana e natural e são importantes centros de nossas experiências imediatas do mundo. São definidos menos pela unicidade, paisagem e comunidades, do que pelo foco de experiências e intenções na intimidade do indivíduo. Os lugares não são abstrações ou conceitos, mas são fenômenos diretamente experienciados do mundo vivido e, portanto, estão cheios de significados, com objetos reais e atividades em curso. São importantes fontes de identidade pessoal e comunitária, e são muitas vezes, centros profundos da existência humana com os quais as pessoas têm vigorosos laços emocionais e psicológicos. Na verdade, nossas relações com lugares são tão necessárias, variadas e, às vezes, tão desagradáveis como nossos relacionamentos com outras pessoas (RELPH, 1976, p. 141, tradução nossa).

Desta forma, entendemos que o sentido de lugar possui uma ligação muito profunda com o emocional e com a forma particular com que cada local nos toca, nos passa e nos afeta. O tocar, afetar e passar são características muito marcantes da experiência, como diz Bondía (2002). A experiência é vivida e individual - mesmo que no coletivo - e quando ela é ligada aos lugares nos leva ao Espaço Vivido que se refere ao espaço da vida, do cotidiano, que todos nós construímos, sendo geógrafos ou não. Tal espaço encarna toda a densidade da existência humana, seus desejos, anseios, emoções, expectativas e aspirações sobre a vida. Assim, relaciona-se com a experiência humana, de acordo com Silva (2018). Uma Geografia



interessada nas vivências pessoais reconhece o papel fundamental do cotidiano e das representações espaciais nas relações sociedade-espço:

A noção de espaço vivido representa, para Frémont [1980], uma ruptura com uma Geografia que se quer demasiadamente objetiva. É uma inversão de olhar, **um convite para que os geógrafos se coloquem na posição dos habitantes de um território**, para compreender como vivem e produzem/criam espaço. Um convite para se debruçar sobre as dimensões da vida cotidiana e aprofundar o papel das representações nos processos de produção do espaço (SERPA, 2019, p. 85, grifo nosso).

Já Relph (1979) afirma que “nós não somente apreendemos espaço através de nossos sentidos, mas vivemos nele, nele projetamos nossa personalidade e a ele somos ligados por limites emocionais. Espaço não é exatamente perceptual, sensorial ou representacional: ele é vivido”. O espaço vivido é repleto de valores e ao se tornar significativo deixa de ser simples espaço em que as coisas estão, mas espaço em que as coisas possuem um significado, sendo ele mesmo, significativo.

## **O vivido na perspectiva morador-visitante**

O modo como o visitante e o morador observam o lugar é, sem dúvida, diferente, haja vista que o grau de relações e experiências são aprofundadas com base na vivência cotidiana, no convívio com os problemas e qualidades do local, sendo assim, o fator tempo de interação é determinante. Nesse sentido, Relph (2012) ao se debruçar sobre os diferentes aspectos de lugar como interioridade, lar, fisionomia, entre outros, entende que o primeiro “refere-se à familiaridade, conhecendo o lugar de dentro pra fora, diferente de como faz o turista ou o observador” (RELPH, 2012, p. 24) e continua ao falar que o lar é onde as raízes são mais fortes, onde se conhece e é conhecido pelos outros, onde se pertence. Para quem vê de fora (os turistas, arquitetos, planejadores, etc.) fica mais evidente o aspecto de fisionomia do lugar (as formas, ruas, construções, colinas, etc.).

Relph vai além ao propor que o lar constitui o padrão contra o qual julgamos todos os outros lugares. Assim, quando os indivíduos saem de seus ambientes de conforto e se deparam com um mundo de novidades, se põem a procurar conexões com o seu lar e as coisas com a qual é familiarizado, para assim, através dos valores, julgar e canalizar suas percepções sobre o ambiente, que logo refletirão em ações. Nesse sentido, também dialogamos com Tuan (2013, p. 162) quando fala que “Os turistas buscam novos lugares. Em um novo ambiente, são forçados a ver e a pensar sem o apoio de todo um mundo de vistas, sons e cheiros conhecidos que dão



peso ao ser: os lugares de férias, apesar de encantadores, após algum tempo parecem irreais”, assim, no movimento de descobrir o novo e de fazer conexões a partir de suas experiências anteriores as pessoas vão construindo sua relação com o espaço. Experienciar sem o apoio do que conhecemos é um grande desafio, por isso tendemos a fazer essas conexões e até mesmo analogias, buscando se aproximar do lugar e “melhorar” suas experiências com ele.

As formas como as pessoas se relacionam com o espaço, sejam elas visitantes ou moradores, expressam, ao mesmo tempo que constroem, uma identidade coletiva particular a cada comunidade. Os hábitos, modelos comportamentais e produtivos dos turistas (e, por extensão, dos visitantes em geral), não desaparecem quando eles entram em contato com o desconhecido, todavia, podem ser transformados. As pessoas possuem suas convicções, particularidades e jeitos, no entanto, o contato com os novos ambientes e com diferentes realidades sociais e culturais possibilitam mudanças no perceber e interagir com o mundo. A interação é dialética, quando o sujeito se permite conhecer, abre espaço para ser conhecido; quando se libera a ser transformado pelas novas experiências possibilita-se transformar o outro no qual está em contato. E para que seja possível existir mudanças e trocas é necessário reconhecer que o outro possui experiências e trajetórias que podem lhe agregar e ensinar, é necessário estar aberto tanto às pessoas quanto ao ambiente, do contrário não há como existir o sentido de lugar e a experiência no novo perde potência.

## **UFPE no meu quintal**

“UFPE no Meu Quintal” é um projeto de extensão da Universidade Federal de Pernambuco que visa levar a comunidade acadêmica e seus conhecimentos para a população do interior do estado, mais precisamente, para o Sertão pernambucano (Figura 2). Parte, assim, da inserção de “vivências extensionistas” à dinâmica de formação dos graduandos dessa universidade, enquanto parte de uma proposta de educação experimental.

A quarta edição do projeto, realizada no município de Solidão em janeiro de 2019, selecionou 81 alunos com projetos de oficinas em duplas ou individuais nos eixos temáticos: meio ambiente; tecnologias sociais e desenvolvimento humano; saúde; educação; cultura; justiça e cidadania, totalizando 45 oficinas<sup>2</sup>. Assim, o esperado era que os estudantes com suas

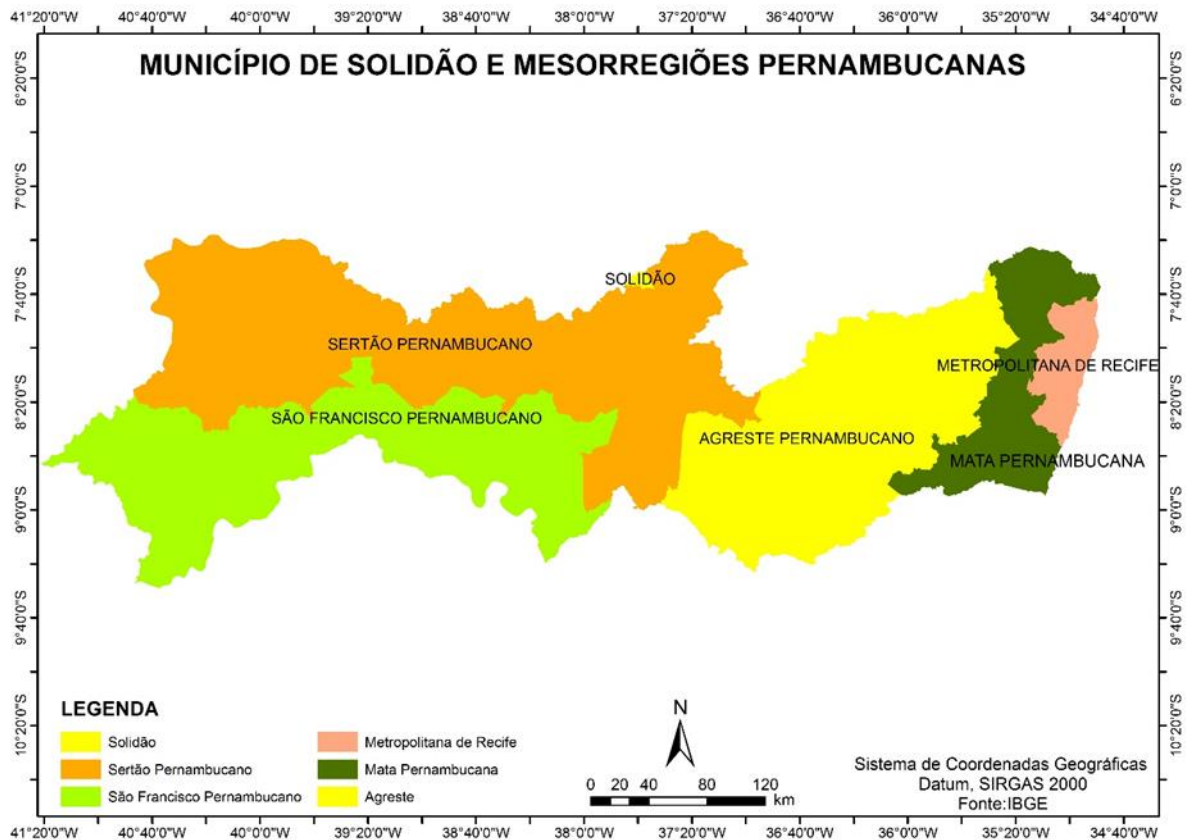
---

<sup>2</sup> Sobre o público-alvo, a versão 2018.2 visava atingir ampla participação popular, buscando envolver tanto a população primária do município, quanto os seus potenciais multiplicadores: agentes de saúde, educadores sociais, professores, técnicos da administração pública em diversas áreas, agentes culturais e de esporte e lazer. Cf. <https://www.ufpe.br/documents/2397341/2419768/Edital+UFPE+no+Meu+Quintal+2018.2.pdf/bf1a3a68-714c-43d9-a531-afe162a6155b>, acessado em 09 de junho de 2020.



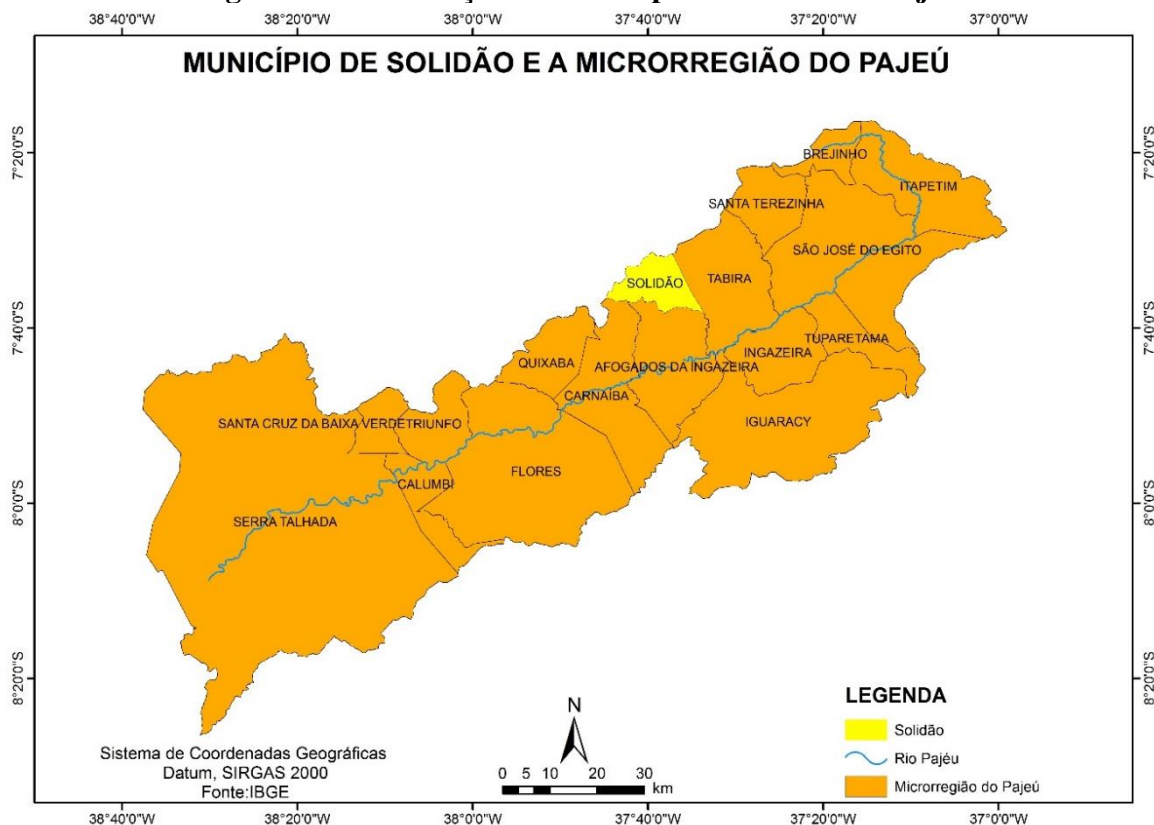
oficinas pudessem contribuir na capacitação e desenvolvimento da comunidade onde foi realizada a operação. Suas quatro primeiras edições foram realizadas no Sertão Pernambucano, Microrregião do Sertão do Pajeú (Figura 3), nos municípios de Tabira, Iguaraci, Tuparetama e Solidão.

**Figura 2 – Localização do município no Sertão Pernambucano**



Os autores, 2020

**Figura 3 – Localização do município no Sertão do Pajeú**



Os autores, 2020

As oficinas vão sendo realizadas no decorrer dos três turnos começando na segunda-feira e se estendendo durante uma semana inteira. Com o rodízio de oficinas é estimulado a colaboração entre os alunos participantes para que auxiliem uns aos outros nas atividades. Toda equipe (estudantes e coordenadores) fica hospedada em uma escola da cidade, dormindo em colchonetes e se alimentando com as refeições ofertadas pela prefeitura. O projeto reúne pessoas dos três *campi* da UFPE, possibilitando que pessoas de diferentes áreas do conhecimento e localidades consigam se conhecer, trocar experiências e trabalhar juntas, criando elos.

A presente reflexão, ao contrário de comunicações acadêmicas resultantes da avaliação de ações extensionistas do projeto em si (práticas pedagógicas, obras comunitárias e etc.)<sup>3</sup>, representa uma autoavaliação crítica da própria participação de um dos autores na jornada em Solidão, enquanto estudante de Geografia que não conhecia o lugar.

A operação realizada no início de 2019 totalizou oito dias de imersão no município, onde os participantes vivem plenamente em contato com a realidade local, seja durante a

<sup>3</sup> Algumas ações do UFPE no Meu Quintal geraram publicação de resumos e artigos científicos sobre educação comunitária e práticas inclusivas, tais como Jordão (2017) e Santos, Souza e Garcia (2019). Vide referências.



aplicação das oficinas ou em seus horários livres, conhecendo a zona urbana e rural, entrando em contato com grande parte do município e com as pessoas que ali vivem. As trocas de conhecimentos e aprendizagem são inevitáveis, as experiências vividas com as pessoas e com o espaço são passíveis de significado, possibilitando laços afetivos.

## **Solidão, uma cidade cheia de glória e paz**

Solidão é um município localizado no Sertão do Pajeú, porção norte do estado de Pernambuco, que surgiu e cresceu à sombra do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da cidade, abrigada numa gruta ao pé da serra homônima desde 1948. Ocupa uma área de 130,7km<sup>2</sup> divididos entre zona rural e urbana, onde a primeira concentra maior área e população. O IBGE estima que em 2019 havia cerca de 6.007 habitantes no município.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), a taxa de urbanização do município passou de 23,55% para 31,88% entre 2000 e 2010. Há 10 anos, segundo a mesma fonte, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 34,15% eram analfabetos (índice 3 vezes maior que a média nacional), 22,41% tinham o ensino fundamental completo, 14,64% possuíam o ensino médio completo e apenas 2,97%, o superior completo (neste caso, percentagem quase 4 vezes menor que a brasileira).

O município insere-se no contexto agropecuário do Sertão do Pajeú, havendo proeminência do setor de comércio e serviços na economia. Solidão possui como principal atividade produtiva a agricultura e a pecuária. A vegetação de caatinga é utilizada pela pecuária como pasto natural e os sistemas agrícolas de produção predominantes são extensivos, sobretudo a bovinocultura de corte e a ovino-caprinocultura, ambas associadas aos roçados de milho e feijão. Destacam-se o cultivo das lavouras permanentes de banana, goiaba, laranja e manga, enquanto as temporárias são algodão herbáceo, arroz, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, milho, mandioca e tomate (VERSYPLE *et al.* 2015, p.22-25)

Localizado a aproximadamente 410 km de Recife, o município de Solidão está totalmente inserido na bacia hidrográfica do rio Pajeú, tendo um relevo fortemente-ondulado e montanhoso com vegetação predominante do tipo caatinga hiperxerófila e com temperatura média anual da ordem de 28°C.

Lugar de um povo acolhedor, humilde e bastante religioso, a cidade se reafirma artisticamente com grupos de xaxado, quadrilhas, poetas e sanfoneiros. Caracterizado pelos moradores como um lugar tranquilo e de paz, apresenta um dos menores números de homicídios do estado possuindo a marca de 11 anos sem a ocorrência de assassinato (CAVALCANTI,



2014). O dístico que recebe os visitantes no portal de entrada da cidade remete à religiosidade e à importância da romaria ao Santuário de N. Sra. de Lourdes: “Sejam bem vindos à Solidão. Uma cidade cheia de glória”.

A prefeitura aponta como principais pontos turísticos: o Cristo ressuscitado, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes e o Portal da cidade. Possuindo assim um turismo de base religiosa muito forte graças aos diversos relatos de milagres realizados por Nossa Senhora de Lourdes. O catolicismo é a religião predominante, o Censo 2010 aponta que 5.467 habitantes seguiam a religião Católica Apostólica Romana, enquanto 262 seguiam a religião evangélica e nenhuma pessoa declarou seguir o espiritismo ou cultos afro-brasileiros. Para Scott W. Hoefle, apesar da existência de diferentes opções religiosas no sertão, o catolicismo é aí um traço predominante. “Outros grupos religiosos ganham novos membros, à medida que as cidades crescem, e se acentua a separação de classes, mas não conseguem ser maioria, mesmo nas grandes áreas urbanas” (HOEFLE, 1995, p.44). Solidão, pequena cidade com sua história de peregrinações, mantém-se fortemente católica.

Toda a história de Solidão é permeada por fé, num contexto referente ao catolicismo popular sertanejo:

No âmbito das comunidades rurais brasileiras, Carlos Rodrigues Brandão (1986, p. 180-181) situa o catolicismo não como único ou ortodoxo, mas como um catolicismo popular, rústico ou camponês. Para o Sertão, é fundamental pensar o catolicismo popular como um catolicismo produzido a partir das redes camponesas de trocas, constituindo uma religiosidade praticada de acordo com as regras de vida locais. Dessa maneira, o catolicismo popular é compreendido como um acervo de códigos e recursos do sagrado a serviço de demandas rotineiras da vida terrena (OLIVEIRA *et al.* 2018, p. 3).

“Minha cidade é distante, e se chama Solidão. Lá a paz é uma constante, e faz bem ao coração. Quer ter vida sossegada, e ter paz no coração? Deixa a cidade agitada, vá morar em Solidão.” Versos do poeta Aldo Gomes de Sá, disponibilizados por Cavalcanti (2014).

## Procedimentos metodológicos

A pesquisa é um estudo de caso realizado com três participantes do Projeto “UFPE no Meu Quintal”, operação Solidão-PE (2019), selecionadas por ordem de demonstração de interesse em chamada feita via WhatsApp. Vale salientar que também um dos autores participou da experiência enquanto monitor, da mesma maneira que todos os entrevistados, se encaixando no perfil dos sujeitos pesquisados e fazendo assim uma pesquisa participante. Os dados foram levantados por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro perguntas norteadoras: “Você



já conhecia o município de Solidão e a região em seu entorno?”, “O que você esperava de Solidão e da região?”, “Quais os acontecimentos e lugares que mais lhe marcaram?” e, por fim, “O que a experiência de oito dias em Solidão-PE agregou em sua vida?”. Em todas as entrevistas o áudio foi gravado sob autorização prévia do participante, para mais tarde servir como fonte de dados. Realizadas dois meses após a experiência, as entrevistas possuíram o intuito de dar voz às pessoas que viveram o município como visitantes extensionistas, para assim estudarmos o espaço através de suas vivências.

As experiências emocionais são individuais, mesmo que haja semelhança entre as pessoas de determinado grupo, isto é, não são passíveis de generalização. Nesse estudo trabalhamos a partir das experiências de quatro pessoas (três entrevistadas e mais um dos autores), entendendo que as experiências delas não representam os 81 estudantes envolvidos na atividade de extensão e ressaltando que não é nosso objetivo construir essa imagem geral, mas antes entender como as vivências dessas quatro pessoas dentro do contexto específico pode nos guiar a compreensões das relações afetivas/emocionais com o espaço.

Nesse sentido, a análise das entrevistas busca a identificação dos laços (emoções e sentimentos) criados com o lugar, utilizando da análise qualitativa que, segundo Alves e Silva (1992, p. 61) visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. Tal metodologia foi empregada a fim de compreendermos a relação construída entre os estudantes entrevistados e o município.

### ***Perfil das pessoas entrevistadas***

- Entrevistada 1: Estudante de Enfermagem do Centro Acadêmico de Vitória (CAV), localizado na zona da mata sul. Moradora do Agreste pernambucano.
- Entrevistada 2: Estudante de Serviço Social do Campus Recife. Moradora da Região Metropolitana do Recife.
- Entrevistada 3: Estudante de Licenciatura em Geografia do Campus Recife. Moradora da Mata Norte.

São jovens universitários com idades entre 18 e 21 anos (considerando a data de realização do projeto, janeiro de 2019). Um dos autores é estudante de Geografia, Campus Recife, morador de Vitória de Santo Antão. São indivíduos que vivem em diferentes mesorregiões do estado que foram ao encontro do Sertão.



## Resultados e discussões

### *O imaginário construído sobre Solidão*

As relações das entrevistadas com o município e o Sertão do Pajeú se consolida na experiência do “UFPE no Meu Quintal”, todas apenas tinham ouvido falar sobre a microrregião do Pajeú, mas nenhum contato havia existido. No entanto, o fato de não conhecer a região não as isentou de construir um espaço concebido composto por estereótipos do local e relatos de terceiros. Um dos autores desta experiência não sabia da existência do município, havia ouvido falar da região do Pajeú, porém sem nenhum conhecimento concreto além das características “gerais” atribuídas ao sertão. Todos esperaram, assim, encontrar um lugar pouco desenvolvido, com muita pobreza e seca, como podemos observar nas falas de três participantes.

Entrevistada 1: “Eu esperava uma cidade seca com muita gente na extrema pobreza”; entrevistada 2: “pensei que as pessoas iriam estranhar nossa presença lá pelo fato de ser uma ‘cidade pequena’. Eu também achava que ela não seria tão desenvolvida como é”; entrevistada 3: “Eu não vou mentir e dizer que aquele imaginário que a gente tem de sertão não ficou na minha cabeça quando eu fui. Porque a gente geralmente pensa que o sertão é algo subdesenvolvido, que é algo precário, que é algo que não tem alegria de nada, que é só tristeza e miséria. Apesar do imaginário ter ficado na minha mente durante um tempo, não foi o que eu esperava quando de fato estava indo pra lá. Mas o imaginário de Sertão, de fato, influenciou muito.”

Por ser uma cidade pequena do Sertão pernambucano por muitas vezes é associada a uma imagem de um Sertão de miséria, imagem essa que foi fortemente construída e disseminada, estando hoje muito mais presente e forte do que se imagina. O que tem se entendido como desenvolvimento? Certamente passa distante de cidades pequenas e do interior, pois estes lugares são popularmente tidos como atrasados. Cada entrevistada possui sua fala com frases diferentes, mas que ao fim fazem parte de um mesmo discurso socialmente construído. São iguais no sentido de que se completam. Ao juntar as três respostas nos deparamos com uma, a da falsa superação do estigma da seca. E sobre esse imaginário de sertão Silva comenta:

Do que se pode apreender pelos documentos escritos, pelos relatos históricos, pelas manifestações artísticas, o sertão, desde longa data, mesmo construído



pela força de muitos braços, acabou sendo imaginado no plano nacional como um mundão sem fundo, sem cercas e sem porteiras (SILVA, 2017, p. 67).

Construiu-se um senso comum que corrobora visões depreciativas sobre a região, calcando-se de forma determinista na natureza semiárida, com reflexos no regionalismo político e na criação cultural ou mesmo científica (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999; MACIEL e PONTES, 2015). Sendo o Sertão historicamente imaginado em cenário nacional como lugar de atraso, onde não existe desenvolvimento, onde os portugueses definiram como lugar que precisava ser ocupado pelo progresso, torna-se muito difícil desfazer-se dessa imagem, ainda mais quando “ao redor do sertão todas as linguagens destacadas e reforçadas são pautadas no sofrimento, na falta, na carência, na penúria... Difícilmente se tem olhos para outras realidades” (SILVA, 2017, p. 68). Por ser historicamente construído é comum que mesmo sem perceber perpetuamos essas ideias, nesse caso, o imaginando antes de conhece-lo. São imaginários que transformam a percepção e vivências com os lugares e que podem ser criados por qualquer um, inclusive por jovens universitários pernambucanos espalhados pelo estado.

### ***Relações interpessoais e o lugar***

As ligações emocionais aos lugares podem acontecer de diferentes formas, mas estarão sempre atravessadas por pessoas, cenários e acontecimentos. As relações de afetividade com o espaço não excluem de maneira alguma as relações interpessoais de afetos, inclusive uma facilita a outra. Essas relações se manifestam na vida e no cotidiano de muitas pessoas, por exemplo, quando se deseja retornar a um lugar pensando em reencontrar algumas pessoas, ou porque esse lugar faz lembrar alguém; quando pensa em uma pessoa querida e de imediato remete a algum lugar. São situações simples e comuns que nos apontam que as relações entre pessoas e delas com o espaço estão interligadas diretamente e se completam.

Os relatos feitos pelas entrevistadas nos apontam essa relação interpessoal atuando na vinculação ao espaço. A entrevistada 2 ao ser questionada sobre os locais que lhe marcaram em Solidão, citou: “a comunidade de Barreiros onde pude conversar com muitas mulheres sertanejas e ver a força e o quanto são empáticos e solidários, humildes”, onde a recepção dada pelos moradores fizeram-na perceber suas características afetuosas dando significado a esse lugar para a pessoa. Nesta mesma direção a entrevistada 1 quando submetida a essa pergunta também aponta para o mesmo norte: “o centro de Solidão, onde encontrei pessoas maravilhosas, acolhedoras”. As pessoas presentes em tal lugar passam a simbolizá-lo, se tornando justificativa

para tal vinculação espacial. Outros trechos das entrevistas também reforçam a importância das relações de afeto interpessoais para a vinculação emotiva com o lugar.

Os habitantes do município foram caracterizados como: acolhedores, humildes, humanizados, empáticos, simpáticos e solidários. Diante de tantos adjetivos positivos dados aos solidanenses, fica claro que foi estabelecido uma relação de afetividade, pois caracteriza-se como sentimento positivo presente nos estados de amor e carinho. Considerando que a relação com as pessoas é um fator de grande relevância no entendimento das relações com o lugar, os depoimentos revelam que ao lembrar de pessoas que os marcaram, remeterão à Solidão.

### ***Os lugares e emoções***

Ao pensar em vinculações afetivas com o espaço podemos buscar localizar os lugares onde houve uma identificação, um envolvimento, lugares que marcaram, afetaram. No intuito de identificar algumas das formas de como pode ocorrer essa vinculação ao espaço foram elencados os principais locais apontados nas entrevistas:

1. A **praça** localizada ao lado da **Igreja** Nossa Senhora de Lourdes, figura 5. Foi cenário de apresentações culturais onde grupos de xaxado, quadrilha, músicos e poetas do município recepcionaram o projeto, como mostra a figura 6.

**Figura 5 – Igreja e parte da praça**



Fonte: Egberto Araújo, 2016

“A possibilidade do contato interpessoal público oferecida pela praça ainda permite o estabelecimento de ações culturais fundamentais, desde interações sociais do cotidiano até as



manifestações cívicas da sociedade civil” (QUEIROGA, 2003, p. 137). A praça foi constante lugar de confraternização entre os participantes do projeto, donde me incluo, pois possui bares, lanchonetes, lugares de convivência, além de abrir espaço para o contato com os moradores. Nesse sentido, a praça se reafirma como lugar de confraternização e encontro de pessoas, culturas e expressões, lugar de reunião.

**Figura 6- Apresentação do grupo de xaxado local**



Fonte: Equipe de comunicação UNMQ, 2019

2. A **escadaria** que liga a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes à estátua do Cristo Ressuscitado também foi indicada como um dos locais que mais marcaram as entrevistadas 1 e 2, o mesmo acontecendo comigo. Essa escadaria foi inaugurada em 2017 no intuito de incrementar o turismo de base religiosa do município. Ao longo de seus 700 degraus avista-se uma paisagem panorâmica da cidade, uma experiência cansativa, porém deslumbrante e inesquecível. Assim, a escadaria é um dos principais cartões postais da cidade e um dos locais mais comentados pelos moradores e turistas, agora também pelos extensionistas. É dito popularmente que ir a Solidão e não conhecer a escadaria que leva à gruta e ao Cristo é como não ter ido ao local. Um ambiente tão importante na cidade e que dá acesso a tão bela paisagem movimenta sentimentos e emoções.

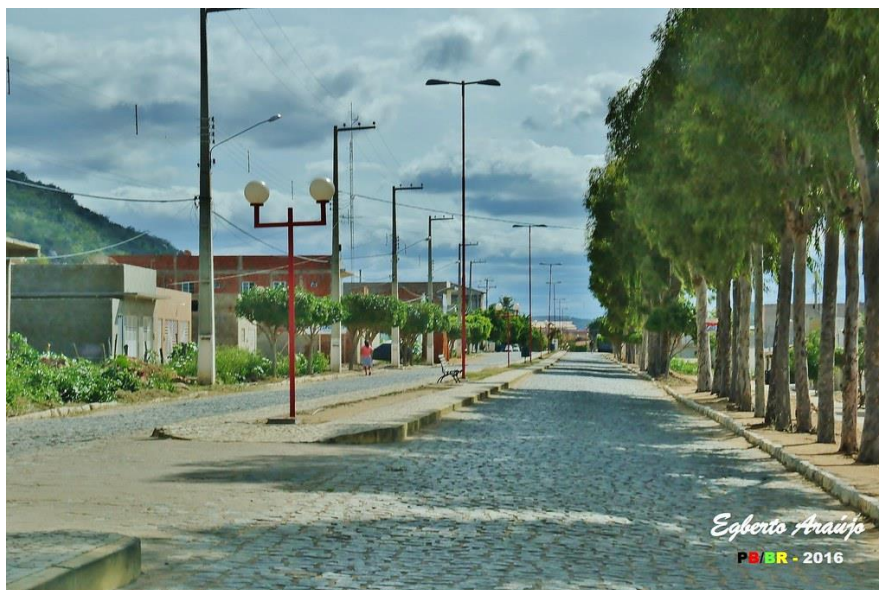
3. O **hospital** também é citado, devido aos contratempos envolvendo alguns participantes, inclusive o autor. Ele marcou momentos importantes para esses indivíduos, não só os que precisaram de seus serviços, mas de todos os outros que se sentiram envolvidos pela situação. Não foram vinculados apenas momentos e lugares que remetem alegrias. Os locais que abrigaram momentos de preocupação, angústia ou tristeza também são possíveis de vinculação.

4. Os **povoados** são relatados como locais de grandes aprendizados e trocas de conhecimento. O território também ganha significado a partir das relações interpessoais ali estabelecidas. Nesse caso o que marcou não foi uma escadaria ou um prédio, foram as pessoas que habitam naquele território e o sentido de acolhimento. Essa relação é essencialmente marcada pelas pessoas e pelas experiências vividas.

5. A **Escola** (alojamento), **Rodovia PE-309** e **Secretaria de Educação** – Esses pontos aparecem na fala da entrevistada 3 e em minha própria experiência, sendo interligados por conta da proximidade. A escola referida foi a utilizada como alojamento, sendo a Sede durante o projeto. Essa escola fica na “avenida principal”, lê-se rodovia PE-309, figura 7, que liga todo o centro da cidade e, por sua vez, a Secretária de Educação é vizinha da escola, logo, também é situada na rodovia estadual, onde nós, alunos do projeto, circulávamos bastante. No entanto, as experiências da entrevistada trazem particularidades, como podemos ver a seguir:

A escola que a gente ficou também, principalmente porque o projeto da gente fala sobre cartografia social e ele tinha uma parte que a gente precisava sair desse lugar para andar pela cidade e fazer registros [para conhecer os Lugares dos moradores]. A avenida principal também foi um lugar que marcou muito porque a gente não tinha como sair dela né, ela era a estrada principal da cidade e era como se fosse uma ponte de colisão de todos os lugares, aí a escola que estava de frente a ela já era um marco porque a gente ficava ali a semana toda, sendo bem recebido, bem acolhido. A secretária de educação que ficava ao lado tinha um simbolismo muito grande pra gente porque foi lá que demos nossa primeira oficina que foi com professores e nós enquanto professores em formação ainda (entrevistada n. 3).

**Figura 7 – Trecho da rodovia PE-309 no centro do município**



Fonte: Egberto Araújo, 2016

Alguns desses locais são mapeados na figura a seguir. Como o perímetro urbano do município é muito pequeno, quase todas as áreas são bem próximas e ao longo do eixo da rodovia PE-309, com exceção da escadaria para a gruta de N. Sra. de Lourdes e estátua do Cristo. A proximidade dos lugares citados revela o recorte territorial que foi de fato vivenciado, recorte esse facilmente delimitado. O espaço reduzido faz com que as pessoas tenham mais contato direto e diário com os mesmos ambientes, de modo a facilitar a apropriação do espaço.

**Figura 8 – Lugares de Afeto em Solidão**



Os autores, 2020

### **Sentimentos e emoções vividos**

Angústia, superação, ansiedade, orgulho, contentamento, empoderamento, adaptação, coletividade, identificações, segurança (“*me deixou segura de mim e da minha relação com outras pessoas*” – *entrevistada n. 3*). Estas foram as principais emoções e sentimentos apontados nas entrevistas e que marcaram as suas vivências em Solidão. Ao observar todas essas emoções e sentimentos de forma contextualizada, notamos que estão relacionadas a “intencionalidade” na vivência do lugar, em outras palavras, o objetivo de estar ali e as experiências advindas disso. Essas pessoas foram à Solidão com um grande objetivo e tarefa a



cumprir: aplicar oficinas no município, realizar uma ação extensionista. Desta forma, é natural que muitas das emoções que marcaram o lugar estejam relacionadas ou perpassadas por isso.

Dialogando com a classificação das emoções proposta por Damásio (2000) que distingue três tipos de emoções: as primárias (universais), as secundárias (sociais) e as de fundo; notamos a pouca citação direta das emoções primárias que são tidas como universais, estas são: alegria, tristeza, medo, raiva, surpresa e repugnância. Elas são observadas em crianças recém-nascidas e também são reconhecidas em todas as culturas. Enquanto isso as Sociais começam a aparecer mais tarde no desenvolvimento humano, pois estão relacionadas a cultura, são aprendidas socialmente – São exemplos: culpa e orgulho. E neste sentido verificamos que a maior parte das emoções destacadas pelas participantes fazem parte desse grupo. Também percebemos a presença de emoções de fundo. “Essas emoções permitem que tenhamos, entre outros, os sentimentos de fundo de tensão ou relaxamento, fadiga ou energia, bem-estar ou mal-estar, ansiedade ou apreensão” (DAMÁSIO, 2000, p.76). Enquanto participe do evento, cabe-me (primeiro autor do artigo), um relato conciso em primeira pessoa sobre a experiência do espaço (quadro 1):

#### **Quadro 1 – Relato pessoal e emotivo das impressões do lugar**

A experiência em Solidão veio em um momento muito importante da minha vida, onde eu estava precisando de uma imersão no desconhecido pra me encontrar um pouco mais. Solidão é um município incrível, encontrei com muita gente especial que vive lá e ajuda a construir esse lugar, com gente sensível, arrojada, simpática, especialmente com mulheres fortes e que se dispõem a resolver os problemas que aparecem, “desenroladas”. A simplicidade e a beleza de ser pequena a torna gigante, acolhedora. Acolhedora como o pôr do sol ao lado do Cristo ressuscitado, onde a paisagem é incrivelmente bonita. Poder passear tranquilamente pela cidade de madrugada vendo o céu estrelado. Solidão é diferente, pelo menos pra mim. Eu precisei ir a Solidão para encontrar com pessoas que vivem diariamente no mesmo espaço que eu, pra conseguir vê-las e compartilhar com elas. Meu relato é romântico porque é assim que eu guardo minhas impressões sobre esse lugar. Devemos nos atentar a esses espaços e sentimentos porque eles têm uma importância especial e preenchem a vida de sentido. Talvez essa seja a beleza das relações afetivas e emocionais com o espaço: a significação, o marco, a memória e as sensações que se eternizam. Solidão me marcou de uma forma muito complexa, assim como marcou também outras pessoas. Todos nós somos afetados por vários lugares e de diferentes formas, nossa relação com o espaço é intrincada demais pra ser interpretada apenas por números e o ambiente é mais do que relevo e clima.

(primeiro autor do artigo)

Lembramos aqui que muitas das experiências vividas ao longo dessa semana em Solidão não fazem parte do cotidiano do município, inclusive, acreditamos que muitas das experiências e emoções vividas pelos moradores do município ao longo da referida semana também fogem do comum em seu dia a dia. Da mesma forma, a integração nas ações do UFPE no Meu Quintal também representa um momento extraordinário para estudantes, visto que passam o dia a dia de suas formações em campi universitários.



Existem emoções positivas e negativas, ambas se fazem presentes no cotidiano e nas experiências. Sendo assim, faz parte, principalmente da imersão no desconhecido, se desanimar, angustiar-se e ter outras emoções (sejam elas primárias, secundárias ou de fundo) negativas, pois essas, assim como as positivas, são essenciais à vida, principalmente para a sobrevivência. A entrevistada 2 aponta: “passei por angústias com a minha dupla em relação à realização da oficina, quando eu achei que ia morrer por desidratação, quando fui pro hospital acompanhar meu amigo, quando fui pra delegacia denunciar assédio”; tudo isso nos mostra que as experiências foram diversas e superaram as questões relacionadas ao objetivo principal da estadia no local. A entrevistada 3 revela ter sentido “ansiedade por estar em um lugar totalmente diferente do que eu estou acostumada a estar, ansiedade também por eu estar dando uma oficina para professores já formados e eu não ser formada ainda”.

Mas também faz parte viver grandes momentos de alegria e descontração, “o rapel<sup>4</sup>, subir pro cristo enrolada no lençol com uma galera sem juízo, dançar muito pós-reuniões, as idas aos distritos vendo a necessidade que os moradores passam, as festas organizadas pela prefeitura e observações do céu”; as emoções vividas em Solidão ficarão guardadas na memória de quem as experienciou. A entrevistada 2 continua sua fala apontando que: “cada momento me trouxe emoções e sensações que eu jamais vou conseguir descrever, foram várias sensações boas e ruins, mas todas necessárias pra o aprendizado de vida. Acaba que todas vieram como lição e pro entendimento de melhoria pessoal como humana e participante da sociedade”. Essa identificação de sentimentos e emoções vividos no lugar também indica para uma vinculação afetiva com o espaço.

“Solidão me mostrou que a palavra que intitula essa cidade não diz nada do que a cidade representa, porque é uma cidade cheia de alegria, não somente alegria, que a gente vê na praça principal da cidade como a gente recebeu muito apoio e alegria de todo mundo”, assim a entrevistada 3 resume a principal emoção que Solidão despertou em sua vida.

---

<sup>4</sup> Ao findar a aplicação das oficinas nas localidades, é costume que os responsáveis pelo projeto UFPE no Meu quintal façam um momento de confraternização entre os alunos, para descansar e comemorar a operação. Nesta edição a confraternização aconteceu na Pedra do Tendó em Teixeira – PB, fazendo rapel. Desta forma, há algumas experiências vinculadas à operação Solidão que aconteceram no município de Teixeira, frutos de um dia de comemoração e despedida do projeto.



## Considerações finais

O projeto “UFPE no meu Quintal” possibilitou-me, enquanto estudante, conhecer mais de perto um município no sertão de Pernambuco, mediante uma vivência única e enriquecedora junto a novos amigos e ao povo do lugar, propiciando crescimento pessoal e ótimas lembranças. Foram dias memoráveis, que neste artigo procurei colocar em evidência e sistematizar na perspectiva da Geografia das emoções.

A experiência com o município de Solidão se consolida antes mesmo da vivência *in loco*. Os momentos que antecedem a ida ao município já são responsáveis pela primeira maneira de perceber o espaço, através dos estereótipos e relatos de terceiros, reforçando o imaginário do sertão de miséria e terra de ninguém. No entanto, a vivência dessas pessoas no município é fundamental para quebra desses paradigmas e compreensão do sertão como lugar de vida, pleno de outras representações. Essas discussões sobre preconceitos estabelecidos aos lugares constroem uma perspectiva emocional do espaço que compreende que as expectativas geram sentimentos e formas de agir diante do espaço, entendendo o termo “diante” para além da esfera do “estar fisicamente”.

As relações interpessoais nos mostram que houve uma vinculação afetiva com os moradores do local e essa vinculação foi essencial para a existência de alguns sentimentos e emoções atrelados ao lugar. Ultrapassam as experiências interpessoais e ganham dimensões espaciais, de modo tamanho a interferir nas maneiras de viver e recordar o espaço.

Muito do que foi vivido e visto em Solidão ressignificou a região para os extensionistas, possibilitando o abandono de alguns pré-conceitos, enquanto surgem outras generalizações baseadas no que foi vivenciado por elas, como é o caso da entrevistada 2 que fala: “vi o quanto o machismo tá enraizado nas cidades do sertão”, onde o que ela viveu em Solidão-PE e em Teixeira-PB possibilitou associar o comportamento machista a todo o Sertão, extrapolando os limites de Solidão, do Pajeú e de Pernambuco. O espaço concebido está sempre atuando e se refazendo, é preciso estar atento em até onde ele vai nos levar e em que medida ele transforma nosso olhar sobre mundo.

Sentimentos e emoções de fato foram vinculados ao município, não apenas os positivos, embora, em linhas gerais, foram eles os que mais predominaram. A experiência e as vivências proporcionam vinculações afetivas ao espaço e maneiras particulares de perceber e interagir sob ele. A mim me marcaram a insegurança e a euforia por ser tudo desconhecido, assim como a alegria, a felicidade, a contemplação, por vezes o medo e, finalmente, o contentamento pela



boa consecução do projeto e realização pessoal. Há muito a refletir e desvendar nos estudos dessa Geografia emocional, muito a descobrir sobre nós mesmos e nossas geografias.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, FJN/Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, Z.; SILVA, M. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, jul. 1992. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007&lng=pt&tlng=pt). acesso em: 10 jul. 2020.

**ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>, acessado em 07 de junho de 2020.

BONDI, L. *et al.* Introduction: geography's 'emotional turn'. In: DAVIDSON, Joyce, BONDI, Liz; SMITH, Mick (Orgs.). **Emotional geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007.

CAVALCANTI, J. Município de Solidão simboliza hoje um reino de fé e paz. **Jornal do Comercio**. Recife. 24 ago. 2014. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/08/24/municipio-de-solidao-simboliza-hoje-um-reino-de-fe-e-paz-141938.php>. Acesso em: 01 out. 2019.

DAMÁSIO, A. R. **O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

DAVIDSON, J.; MILLIGAN, C. (2004) Embodying emotion sensing space: introducing emotional geographies, *Social & Cultural Geography*, 5:4, 523-532. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/1464936042000317677?needAccess=true>, acessado em 08 de junho de 2020.

ENTRIKIN, J. N. Contemporary Humanism in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, Volume 66, 1976 - Issue 4, p.615-632.

HOEFLE, S. W. Igreja, Catolicismo popular e religião alternativa no Sertão nordestino. **Revista de Ciências Sociais**, v.26 n.1/2 1995, p.24-47. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10342>, acessado em 01 de junho de 2020.

JORDÃO, T. R. Ações de educação comunitária sobre aproveitamento integral dos alimentos: um relato de experiência no projeto UFPE no Meu Quintal. Portal de Conferências da UnB. **III Congresso Nacional do Projeto Rondon**. GRUPO A – Saúde. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/PR/pr3/paper/view/6265>, acessado em 09 de junho de 2020



MACIEL, C. A. A.; PONTES, E. T. M. **Seca e convivência com o semiárido**: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

OLIVEIRA, V. S. E.; CORDEIRO, R. L. M.; SILVA, F. L. S. Morte, cruzeiros e o bem lembrar no Sertão de Pernambuco. **Revista Eletrônica Estácio Recife**, Vol. 4 - Nº 1 - Julho, 2018, p.1-11. Disponível em: <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/174/58>, acessado em 05 de junho de 2020.

RELPH, E. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.4, nº 7, pp. 1-25, 1979.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR. E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?:** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17 – 32

SANTOS, J. C.; SOUZA, E. S. & GARCIA, J. E. Jogos didáticos na sala de aula inclusiva para alunos surdos: a experiência no Projeto “UFPE no Meu Quintal” / UFPE-CAV. **III CINTEDI – Congresso Internacional de Educação Inclusiva** (2018). Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD4\\_SA4\\_ID1702\\_12082018142848.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD4_SA4_ID1702_12082018142848.pdf), acessado em 09 de junho de 2020.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos Espaços Vividos**: Geografia e Fenomenologia. São Paulo, Contexto, 2019.

SILVA, A. O Sertão para além da estética da boniteza da dor: reflexões a partir de Catingueira - PB. **Interespaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, [s.l.], v. 3, n. 9, p.66-87, 10 out. 2017. Universidade Federal do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v3n9p66-87>.

SILVA, M. Sobre emoções e lugares: contribuições da Geografia das Emoções para um debate interdisciplinar. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 17, n. 50, p. 69-84, 2018.

QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas nas megalópoles do sudeste brasileiro. In. SOUZA, M. A. **Território Brasileiro - usos e abusos**. Campinas: Edições Territoriais, 2003. p.130-145.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad.: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

VERSYPLE, N. I.; MACHADO, J.; ANDRADE, J. S. C. O.; WANDERLEY, R. A. Microrregião Pajeú: economia, clima e desenvolvimento da agricultura através de modelo digital do terreno. **Revista GEAMA**, Re





**ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DO SABER  
RELIGIÃO EM LIVROS DIDÁTICOS DE  
GEOGRAFIA**

*ANALYSIS OF THE KNOWLEDGE APPROACH RELIGION IN GEOGRAPHY  
DIDATIC BOOKS*

*ANÁLISIS DEL ENFOQUE DEL CONOCIMIENTO RELIGIÓN EN LOS LIBROS  
DIDÁCTICOS DE GEOGRAFÍA*

**Roseane Richele de Medeiros <sup>(1)</sup>**

**Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador <sup>(2)</sup>**

<sup>(1)</sup> *Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (campus de Caicó). Mestranda em Geografia/GEOPROF – UFRN. Professora do Ensino Básico. E-mail: [roseane-richele@hotmail.com](mailto:roseane-richele@hotmail.com)*

<sup>(2)</sup> *Professor do Departamento e de Programas de Pós-Graduação em Geografia da UFRN. E-mail: [diegosalomao84@gmail.com](mailto:diegosalomao84@gmail.com)*

## Resumo

Analizamos a abordagem do saber religião em livros didáticos utilizados no ensino escolar de Geografia, tendo-se em vista o fato de que um dos temas tratados pela Geografia escolar é a religião – importante para a produção do espaço e para o desenvolvimento de movimentos culturais e políticos em diversas escalas, assim como para o entendimento da história do espaço, da sua organização e das características da sua população de acordo com aspectos e influências de fenômenos religiosos. Dentre os vários espaços e níveis nos quais o ensino de Geografia pode ser desenvolvido, recortamos para a pesquisa o nível da Educação Básica, mais precisamente, o Ensino Médio, com vistas a análise da abordagem do saber religião em livros didáticos de Geografia, uma vez que é nesse nível de ensino que há de se considerar a capacidade de abstração e simbolização por parte dos estudantes. Sem a intenção de colocar o livro didático como o único recurso a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem, enfatizamos esse material didático por ele se apresentar como um importante orientador das aulas de Geografia, tornado, desse modo, um recurso relevante para professores e estudantes. Sendo assim, pesquisamos a abordagem do saber religião nos livros didáticos utilizados pelos professores de Geografia no Ensino Médio nas escolas públicas da cidade de Caicó (RN) – principal centro urbano do Seridó Potiguar, cuja produção do espaço foi e é influenciada pela religião. A escolha da escola pública se justifica pelo fato de acreditarmos na sua importância, principalmente, para aqueles que têm menor poder aquisitivo, filhos da classe de trabalhadores pobres; é, portanto, instituição que exerce forte papel social.

## Palavras-chave

Geografia. Livros didáticos. Religião.

## Abstract

We analyzed the approach of knowing religion in didactic books used in school teaching of Geography, bearing in mind the fact that one of the themes addressed by school Geography is religion – important for the production of space and for the development of cultural movements and politicians at different scales, as well as to understand the history of space, its organization and the characteristics of its population according to aspects and influences of religious phenomena. Among the various spaces and levels in which the teaching of Geography can be developed, we cut out for research the level of Basic Education, more precisely, High School, with a view to analyzing the approach of knowing religion in Geography didactic books, once that it is at this level of education that the capacity for abstraction and symbolization on the part of students must be considered. Without the intention of placing the didactic book as the only resource to be used in the teaching-learning process, we emphasize this didactic material as it presents itself as an important guide for Geography classes, thus becoming a relevant resource for teachers and students. Therefore, we researched the approach of knowing religion in didactic books used by Geography teachers in high school in public schools in the city of Caicó (RN) – the main urban center of Seridó Potiguar, whose production of space was and is influenced by religion. The choice of public school is justified by the fact that we believe in its importance, especially for those who have less purchasing power, children of the poor working class; it is, therefore, an institution that has a strong social role.

## Keywords:

Geography. Didactic books. Religion.

## Resumen

Analizamos el enfoque de conocer la religión en los libros de texto utilizados en la enseñanza escolar de Geografía, teniendo en cuenta el hecho de que uno de los temas abordados por la Geografía escolar es la religión, importante para la producción de espacio y para el desarrollo de movimientos culturales y políticos a diferentes escalas, así como para comprender la historia del espacio, su organización y las características de su población según los aspectos e influencias de los fenómenos religiosos. Entre los diversos espacios y niveles en los que se puede desarrollar la enseñanza de la Geografía, recortamos para la investigación el nivel de Educación Básica, más precisamente, la Escuela Secundaria, con el fin de analizar el enfoque de conocer la religión en los libros didácticos de Geografía, una vez que es en este nivel de educación que debe considerarse la capacidad de abstracción y simbolización por parte de los estudiantes. Sin la intención de colocar el libro didáctico como el único recurso para ser utilizado en el proceso de enseñanza-aprendizaje, enfatizamos este material didáctico, ya que se presenta como una guía importante para las clases de Geografía, convirtiéndose así en un recurso relevante para los maestros y estudiantes. Por lo tanto, investigamos el enfoque de conocer la religión en los libros didácticos utilizados por los maestros de Geografía en la escuela secundaria en las escuelas públicas de la ciudad de Caicó (RN), el principal centro urbano de Seridó Potiguar, cuya producción de espacio fue y está influenciada por la religión. La elección de la escuela pública se justifica por el hecho de que creemos en su importancia, especialmente para aquellos que tienen menos poder adquisitivo, los niños de la clase trabajadora pobre; es, por lo tanto, una institución que tiene un fuerte papel social.

## Palabras clave:

Geografía. Libros didácticos. Religión.

## Introdução

**A** Geografia tem passado por diversas tentativas de renovação ao longo do tempo para conseguir compreender a complexa relação entre o homem e o meio. Do mesmo modo, o ensino escolar de Geografia tem caminhado por inúmeros desafios na busca da compreensão acerca do espaço geográfico, bem como para promover ações cidadãs a partir desse conceito-chave.

No tocante à prática docente, as questões *o que ensinar?* e *como ensinar?* estão presentes no seio das reflexões de todo professor – ou, pelo menos, deveriam estar –, sendo indagações basilares para o ensino de Geografia e de outras disciplinas. Assim, compreendemos que a Geografia promove a elaboração e a discussão de diversos saberes, todos com a característica comum que é a sua implicação no entendimento da produção ou da organização do espaço geográfico.

Assim, analisamos a abordagem do saber religião em livros didáticos utilizados no ensino escolar de Geografia, tendo-se em vista o fato de que um dos temas tratados pela Geografia escolar é a religião – importante para a produção do espaço e para o desenvolvimento de movimentos culturais e políticos em diversas escalas, assim como para o entendimento da história do espaço, da sua organização e das características da sua população de acordo com aspectos e influências de fenômenos religiosos.

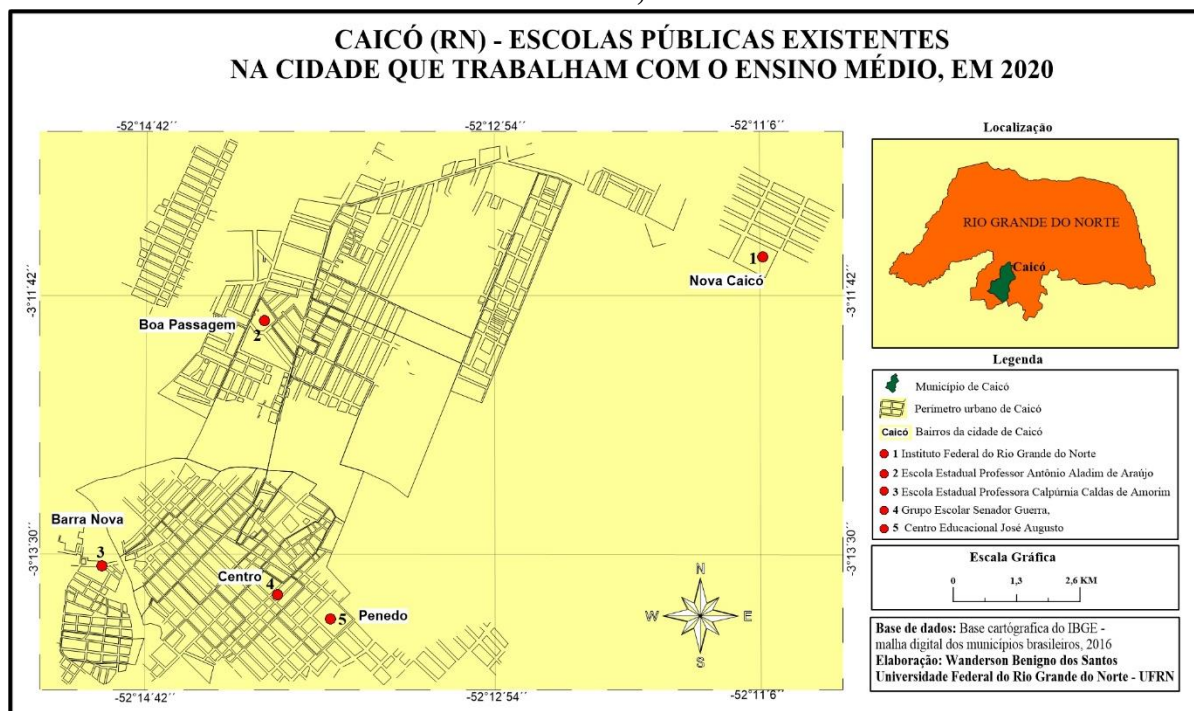
Dentre os vários espaços e níveis nos quais o ensino de Geografia pode ser desenvolvido, recortamos para a pesquisa o nível da Educação Básica, mais precisamente, o Ensino Médio, com vistas a análise da abordagem do saber religião em livros didáticos de Geografia, uma vez que é nesse nível de ensino que há de se considerar a capacidade de abstração e simbolização por parte dos estudantes. Além disso, no Ensino Médio há o aprofundamento de conhecimentos apreendidos no Ensino Fundamental, o que torna viável uma abordagem do fenômeno religioso no ensino de Geografia, posto que

a exploração dessas questões sob uma perspectiva mais complexa torna-se possível no Ensino Médio, dada a maior capacidade cognitiva dos jovens, que lhes permite ampliar seu repertório conceitual e sua capacidade de articular informações e conhecimentos. O desenvolvimento das capacidades de observação, memória e abstração permite percepções mais acuradas da realidade e raciocínios mais complexos – com base em um número maior de variáveis – além de um domínio maior sobre diferentes linguagens, o que favorece os processos de simbolização e de abstração (BRASIL, 2018, p. 563).

O livro didático ainda é o recurso mais utilizado pela maioria dos professores e se afirma, ao longo do tempo, como um importante apoio para práticas didático-pedagógicas, por ser o material didático disponível para todos os estudantes, sobretudo, nas escolas cuja comunidade é de famílias de trabalhadores pobres.

Assim, sem a intenção de colocar o livro didático como o único recurso a ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem, enfatizamos esse material didático por ele se apresentar como um importante orientador das aulas de Geografia, tornado, desse modo, um recurso relevante para professores e estudantes. Sendo assim, pesquisamos a abordagem do saber religião nos livros didáticos utilizados pelos professores de Geografia no Ensino Médio nas escolas públicas da cidade de Caicó (RN) (mapa 1).

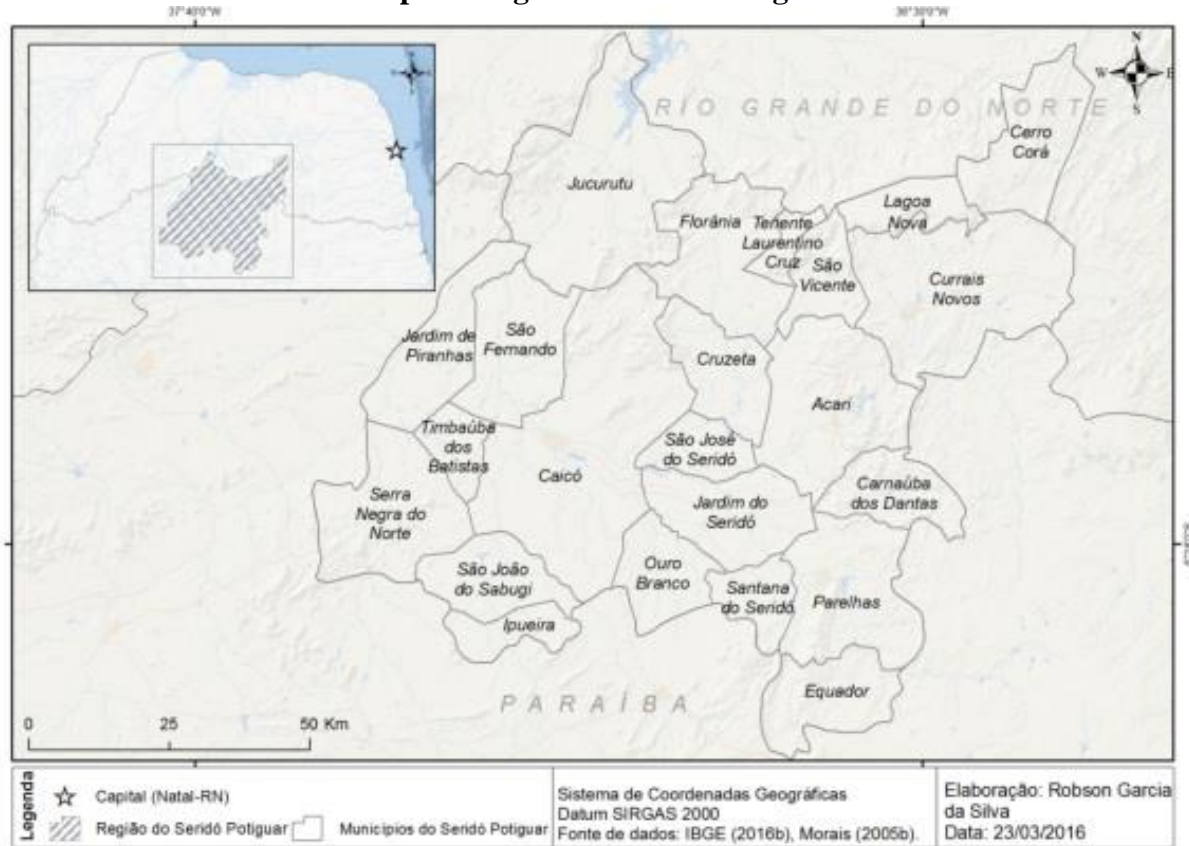
**Mapa 1: Caicó (RN) – Escolas públicas existentes na cidade que trabalham com o Ensino Médio, em 2020**



Elaboração cartográfica: Wanderson Benigno dos Santos, 2020.

Recortamos para a pesquisa as escolas públicas de Ensino Médio da cidade de Caicó considerando o fato de este ser o principal centro urbano do Seridó Potiguar (mapa 2), sendo que todos os procedimentos educacionais adotados nas escolas dessa cidade acabam influenciando – direta ou indiretamente – àqueles desenvolvidos nas escolas dos demais municípios seridoenses. Outrossim, a produção do espaço caicoense foi e é influenciada pela religião (SALVADOR; MACEDO; MEDEIROS, 2017), fato histórico que pode fazer com que professores de Geografia busquem contextualizar o processo educacional por meio da relação entre espaço e religião.

Mapa 2: Região do Seridó Potiguar



Elaboração cartográfica: Robson Garcia da Silva, 2016.

Ademais, a escolha da escola pública se justifica pelo fato de acreditarmos na sua importância, principalmente, para aqueles que têm menor poder aquisitivo, filhos da classe de trabalhadores pobres; é, portanto, instituição que exerce forte papel social. Ao discorrer acerca da relevância da escola pública, Saviani (2005, p. 98) nos diz que existe

[...] uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar.

Assim, a escola pública é muito mais do que um local onde se ensina e se aprende conteúdos didáticos. Ela contribui para um processo de transformação da sociedade, criando, historicamente, sujeitos hábeis a estabelecer múltiplas relações de produção e reprodução de sua vida social, podendo-se constituir como um instrumento de libertação para todos que compõem a comunidade escolar.



## O uso do livro didático de geografia

Mesmo diante de tanto avanço tecnológico e do número cada vez maior de novas tecnologias apresentadas no nosso dia-a-dia, as quais têm impactado de modo positivo no cotidiano escolar, é pertinente destacar o papel que o livro didático tem desempenhado no processo de ensino-aprendizagem.

É inegável o fato de que o livro didático continua sendo um dos recursos mais importantes para professores e estudantes da rede pública em nosso país e, nesse sentido, afirma Bittencourt (2001, p. 71) que o livro didático “continua sendo o material referencial de professores, pais e alunos que [...] consideram-no referencial básico para o estudo”.

O livro didático é um elemento de nossa cultura que proporciona a produção de diversos saberes, tendo em vista o fato de que “[...] é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas considerados fundamentais de uma sociedade em determinada época” (BITTENCOURT, 2001, p. 72). No caso específico da Geografia, por meio do livro didático se elaboram e reelaboram saberes relacionados à vivência dos alunos e se propicia o aprofundamento de questões relacionadas à produção do espaço geográfico.

Desse modo, Bittencourt (2001, p. 73) destaca que o livro didático

é portador de textos que auxiliam, ou podem auxiliar, o domínio da leitura escrita em todos os níveis de escolarização, serve para ampliar informações, veiculando e divulgando, com uma linguagem mais acessível, o saber científico. Possibilita, igualmente, a articulação em suas páginas de outras linguagens além da escrita, que podem fornecer ao estudante uma maior autonomia frente ao conhecimento. Por seu intermédio, o conteúdo programático da disciplina torna-se explícito e, dessa forma, tem condições de auxiliar a aquisição de conceitos básicos do saber acumulado pelos métodos e pelo rigor científico.

Ressaltamos que as discussões acerca do livro didático e seu papel no ensino escolar de Geografia nos direciona para diversos caminhos que apontam desde a sua importância como recurso até a duras críticas que questionam o seu papel e eficácia no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, afirmamos que não é o livro didático o *grande vilão*, nem o responsável pelos resultados indesejáveis do processo educacional, mas sim o papel que lhe foi atribuído ao longo da história – por lutas políticas e teóricas que se estabeleceram nos locais de produção e difusão de saberes, como universidades e escolas –, bem como pelas relações de poder entre diferentes e desiguais agentes sociais, pelas condições em que são desencadeadas as atividades de ensino-aprendizagem, dentre outros fatores.



Assim, de acordo com Fonseca (2001), as duas últimas décadas do século XX foram marcadas por intensos debates em torno da implementação de propostas curriculares e de novos materiais didáticos e pela reflexão acerca de novas práticas de ensino, sendo possível perceber uma nova configuração do processo de ensino no Brasil. Por isso,

os referenciais teórico-metodológicos são diversificados, questões até então debatidas apenas no ensino de graduação chegam ao ensino médio e fundamental, mediadas pela ação pedagógica de professores que não se contentam com a reprodução dos velhos manuais (FONSECA, 2001, p. 01).

No Brasil, desde 1996, existe o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que assegura o direito ao uso do livro didático para os alunos de escolas públicas. Além disso, vale citar o fato de que, a partir da década de 1990, houve uma série de regulamentações e/ou orientações que promoveram intensas mudanças para escolas e universidades, com processos de avaliação da Educação Básica e Superior e, paulatinamente, dos livros didáticos – tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/2000).

A partir, principalmente, da LDBEN 9.394/96 observamos uma série de ações que provocaram mudanças na educação orientadas pelo Estado. Essas ações incluem os PCN para o Ensino Fundamental e Médio, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Plano Nacional de Avaliação dos Livros Didáticos (PNLD).

Nesse contexto, o livro didático se insere como parte de uma ação advinda do Estado, se tornando acessível a todos professores e alunos da rede pública de ensino. Assim, não é difícil afirmar que o livro didático foi e é o recurso mais utilizado nas escolas públicas do Brasil, sendo um material fundamental no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a produção de saberes e a ressignificação de outros.

No entanto, é necessário que o professor saiba utilizá-lo de maneira adequada para melhor ter a compreensão de conteúdos que muitas vezes se apresentam de forma distante da realidade de muitos estudantes. Dessa maneira, a mediação do professor fará toda a diferença na eficácia do processo de ensino-aprendizagem, estabelecendo mudanças que propiciarão discussões que consideram o estudante como o principal sujeito do processo educacional. Com essa perspectiva, Copatti (2017, p.174) afirma que

[...] a autonomia do professor na utilização desse material e as potencialidades do livro didático para o processo de ensino e aprendizagem ganham destaque, pois, em sua interação, tendem a constituir um importante meio para o desenvolvimento da aprendizagem do estudante, o desenvolvimento de suas



capacidades para a leitura, a compreensão e sua participação ativa nos estudos concernentes à Geografia.

Com isso, um profissional docente que se preocupa com a aprendizagem pelos estudantes, os coloca como sujeitos ativos na produção do conhecimento, superando o modelo tradicional de ensino. Para tanto, é de suma importância que na escolha do livro didático se leve em consideração se as atividades propostas estimulam a criatividade, se se possibilita a compreensão do espaço geográfico em sua totalidade e se enfocam conteúdos de acordo com o cotidiano dos alunos ou orientando para isto – visando tornar o conteúdo programático mais interessante, o que pode contribuir com a assunção da aprendizagem pelos estudantes.

Portanto, não intentamos endeusar o livro didático, nem tampouco defendê-lo como o único recurso a ser utilizado pelo professor no desenvolvimento de aulas. Porém, reiteramos a importância do livro didático e o papel potencializador do trabalho docente na significação do processo de ensino-aprendizagem, ressaltando a necessidade de o professor dar sentido à Geografia apresentada no livro didático, por meio da articulação das *geografias do cotidiano* dos alunos com aquela apresentada no livro didático.

## **Análise de livros didáticos de geografia no que concerne ao saber religião**

Os livros didáticos considerados na pesquisa são aqueles adotados pelas escolas públicas da rede estadual ou federal de ensino na cidade de Caicó. Ao total, analisamos quatro coleções diferentes: *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e Globalização*, de autoria de João Calos Moreira e Eustáquio de Sene; *Geografia no cotidiano*, de autoria de Dadá Martins, Francisco Bigotto e Marcio Vitiello; *Território e sociedade no mundo Globalizado*, escrito por Ellian Alabi Lucci, Anselmo Lázaro Branco e Cláudio Mendonça; e *Viver, aprender: tempo, espaço e cultura*, de Ana Paula Corti, André Luís Pereira dos Santos, Denise Mendes, Maria Carla Corrochano, Maria Lídia Bueno Fernandes, Roberto Catelli Jr. e Roberto Giansanti.

As três primeiras coleções foram adotadas a partir do ano de 2018 e serão utilizadas até o ano de 2020, conforme prevê o PNLD. Apenas a última coleção foi adotada desde 2014 e deveria ter permanecido até o ano de 2018. Fazemos uma discussão acerca da abordagem do saber religião nesses livros didáticos, atentando para as relações desse saber com outros conteúdos.





### **Coleção Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**

A presente coleção foi elaborada com base no volume único da obra que já está no mercado desde 1998 e passou por diversas reformulações e atualizações para acompanhar a complexa e dinâmica relação espaço-tempo.

O livro do primeiro ano do Ensino Médio apresenta um pouco de teoria e método da Geografia, os conceitos mais importantes e um breve histórico da disciplina. Outrossim, são abordados os fundamentos da Cartografia – imprescindíveis para ler e interpretar mapas, cartas, plantas e gráficos. São também estudados os temas da Geografia Física, com destaque para a dinâmica da natureza, sua relação com a sociedade e os crescentes desequilíbrios ecológicos. Esse volume é encerrado com o estudo da legislação ambiental e das conferências internacionais sobre o meio ambiente.

No livro do segundo ano do Ensino Médio são estudadas as diversas fases do capitalismo até a sua etapa atual, marcada pela Globalização em suas várias dimensões e escalas geográficas; as diferenças entre os países quanto ao desenvolvimento humano; a ordem geopolítica e econômica internacional, assim como a inserção do Brasil nela; e os principais conflitos armados da atualidade. Outrossim, são abordados os processos de industrialização dos países desenvolvidos e dos países emergentes mais importantes; na última unidade, o comércio e os serviços no mundo.

No último volume da coleção – livro do terceiro ano do Ensino Médio – se apresentam os principais temas do processo de industrialização, a estrutura das atividades terciárias e a evolução da política econômica no Brasil. São apresentadas também a produção, a distribuição e o consumo de energias renováveis no mundo e no Brasil, associando-as às condições ambientais; as características dos movimentos migratórios e a estrutura da população mundial e brasileira. O volume é concluído com a abordagem dos aspectos mais importantes da urbanização e da produção agropecuária no mundo e em nosso país.

Em suma, no primeiro volume da coleção não encontramos nenhuma abordagem ou conteúdo geográfico que estivesse relacionado com o saber religião, assim como no livro do terceiro ano. Apenas o capítulo 07 desse livro – intitulado *Formação e diversidade cultural da população brasileira* – no qual os autores tratam da questão do *genocídio* como um marco da história brasileira, se relaciona esse conteúdo com aspectos religiosos acerca da formação do país. No livro do segundo ano do Ensino Médio observamos uma relação do saber religião com alguns conflitos armados no mundo. Isso fica evidente quando os autores destacam que “[...] muitos grupos utilizam do fundamentalismo religioso como justificativa para espalhar o terror”



(MOREIRA; SENE, 2016, p. 100). Destaca-se, então, o terrorismo da Al-Qaeda e do Estado Islâmico e as guerras no Afeganistão e na Síria.

Além disso, no volume três, Moreira e Sene (2016, p. 115) tratam de movimentos separatistas que ocorreram em decorrência de questões religiosas, citando a Iugoslávia como exemplo: “Eram marcantes as diferenças religiosas entre sérvios, macedônios e montenegrinos (ortodoxos), eslovenos e croatas (cristãos), bósnios e albaneses (mulçumanos)”. Do mesmo modo, não deixam de mencionar os conflitos entre árabes e judeus e a questão da Palestina, enquanto questões carregadas de teor religioso, principalmente, no que se refere a divisão e a expansão de territórios.

Desse modo, evidencia-se que temos possibilidades de articular o saber religião com a discussão que se faz acerca do território e das territorialidades conformadas por um dado povo, o que marca veemente o modo como uma dada sociedade se organiza.

### ***Coleção Geografia no Cotidiano***

Na coleção desenvolvida por Dadá Martins, Francisco Bigotto e Márcio Vitiello observamos maior abordagem de conteúdos relacionados ao saber religião. Vejamos como os três volumes da coleção encontram-se sistematizados.

No livro do primeiro ano do Ensino Médio as discussões são realizadas ao longo de três unidades. Na primeira unidade são abordados os principais conceitos geográficos historicamente definidos: lugar, paisagem, região e território. Além disso, são discutidas as análises sobre a produção e a transformação do espaço geográfico. Na segunda unidade são discutidas as relações entre o ser humano e o meio natural, abordando-se os elementos naturais que compõem o globo terrestre, como a estrutura geológica e o relevo, o clima, a hidrografia, os domínios vegetais e o solo. Já na terceira unidade são tratadas as diversas visões e formas de se pensar o ambiente, com destaque para algumas correntes como a geossistêmica, a socioambiental e a crítica.

No que se refere à discussão do saber religião, na página 14 destaca-se a influência da religião na produção do conhecimento geográfico ao longo do tempo, partindo da Idade Média – quando a Igreja Católica exercia poder sobre as diversas instâncias da sociedade e influenciava marcadamente os estudiosos da época. Em seguida, trata-se dos séculos XV e XVI – período das Grandes Navegações Europeias – frisando o grande avanço no desenvolvimento dos conhecimentos geográficos, em decorrência da elaboração de livros, de relatos de viajantes e de cartas e mapas sobre lugares desconhecidos – com ênfase para os aspectos culturais e naturais. Assim, enfatizam os autores:



[...] essa produção representa a *pré-história* da Geografia em razão da ausência de métodos científicos, que vão surgir apenas a partir do século XIX, quando esse conhecimento foi sistematizado; outros autores preferem denominá-la de Geografia Clássica (MARTINS; BIGOTTO; VITIELLO, 2016, p. 14).

Outrossim, há no livro do primeiro ano do Ensino Médio uma discussão do conceito *territorialidade*, destacando-se a carga simbólica em que a apropriação e os usos do território estão relacionadas com as diversas possibilidades de identificação, asseverando-se a identidade religiosa de grupos de judeus, católicos, evangélicos.

No livro do segundo ano do Ensino Médio também são dispostos os conteúdos em três unidades. Na primeira é estudada a organização do espaço geográfico brasileiro e a constituição territorial do Brasil, por meio de uma análise histórica e da macrorregionalização geoeconômica.

No que se refere aos conteúdos relacionados ao saber religião, a unidade em questão evidencia as manifestações e as festividades religiosas existentes no Brasil, sublinhando-se a cultura amazônica, com referências ao Círio de Nazaré em Belém do Pará e às festividades das religiões afro-brasileiras em vários lugares do Amazonas. Além disso, discorre-se sobre a diversidade cultural das regiões brasileiras, atentando-se para o forte sincretismo religioso existentes no território nacional.

Na segunda unidade, realiza-se análise das diversas atividades econômicas – como a produção agropecuária, energética e industrial – frisando o impacto que estas provocam na vida do homem e na produção do meio geográfico. Assim, trata-se das diversas formas de interações entre o homem e o meio e das suas consequências.

Na terceira unidade é feita abordagem sobre a população e o espaço urbano brasileiro, analisando-se a integração do território nacional, os modos de habitar o território nacional, as redes urbanas e os sistemas de transportes e de comunicações.

No livro do terceiro ano do Ensino Médio é estudada a formação do espaço geográfico mundial com foco na análise da economia capitalista e das consequências desta para a natureza e para os povos que caracterizam as diversas regiões do planeta. Nesse sentido, destaca-se a religião como um critério de regionalização, pois,

mais que uma crença, uma manifestação de fé ou um rito espiritual, as religiões exercem papel fundamental na organização da sociedade e, conseqüentemente, do próprio espaço geográfico. Por essa relação com a fé, as religiões tornaram-se também grande instrumento de poder. Se, de um lado, elas são capazes de oferecer ajuda, solidariedade e esperança, de outro, podem se tornar ferramentas de alienação, fanatismo e manipulação (MARTINS; BIGOTTO; VITIELLO, 2016, p. 78).



Discorre-se sobre a relação entre religião e Estado no ocidente, o que influenciou fortemente na organização dos espaços e teve grande importância, principalmente, no desencadear de colonizações, com o Cristianismo constituindo o poder estatal e influenciando fortemente tanto a Europa quanto as colônias das potências europeias.

Ademais, trata-se da distribuição das religiões no mundo, conteúdo sublinhado como importante para ser trabalhado pelos professores com os estudantes, visando-se relacionar e entender os processos de formação e organização territorial, com a análise, inclusive, dos “[...] conflitos que objetivam a organização de determinados territórios por meio do domínio de uma cultura sobre a outra” (MARTINS; BIGOTTO; VITIELLO, 2016, p. 80).

A discussão sobre as religiões nacionais, religiões primais<sup>1</sup> e o sincretismo religioso<sup>2</sup> também são marcantes na abordagem do saber religião no livro didático em destaque. Isso é importante, pois, as representações de nossa cultura e da cultura de outros povos nas diversas partes do mundo diz respeito a tudo aquilo que é produzido, seja de ordem material ou imaterial. Assim, ao expressarem sua cultura na produção do espaço, os povos possibilitam estabelecer regiões definidas conforme vários aspectos, como a religião.

Na segunda unidade é realizada análise da regionalização do espaço mundial com o critério principal dos aspectos socioeconômicos. Assim, abordam-se as regiões que compõem o *Norte* – grupo de países desenvolvidos – e o *Sul* – grupo de países com menor desenvolvimento socioeconômico –, além dos países considerados *emergentes*.

Na última unidade são trabalhadas temáticas que tratam de transformações no espaço geográfico na Contemporaneidade, como a diversidade e a pluralidade das populações mundiais; os movimentos migratórios; a organização industrial no espaço geográfico mundial; a importância do comércio, do transporte e da comunicação para o desenvolvimento econômico e social dos países; além da geopolítica dos recursos naturais, ou seja, os interesses e o equilíbrio de forças estabelecidas por empresas e nações para controlar a produção, distribuição e comercialização de recursos minerais, florestais, hídricos e agrícolas.

Além disso, são destacados alguns dos conflitos do século XXI, como os étnico-linguísticos, os nacionalistas e os separatistas bem como outras formas de violência, como àquelas relacionadas ao tráfico de drogas e à intolerância. Com essas abordagens, destacam-se alguns conflitos de ordem ideológica, no que tange à religião. Trata-se do conflito que busca anexar a Irlanda do Norte à República da Irlanda, promovido pelo Exército Republicano

---

<sup>1</sup> Religiões primais ou religiões primitivas são aquelas que eram praticadas pelos povos tribais da Ásia, África, Polinésia e américas.

<sup>2</sup> Pode ser entendido como a mistura de diversas práticas e crenças religiosas. Em outras palavras, é a reunião de doutrinas diferentes, sem que se percam os traços das doutrinas originais.



Irlandês (IRA), cujas questões religiosas motivam atos, em que “o início desse conflito remonta ao período medieval, quando os ingleses dominaram a região e difundiram a religião anglicana, passando a perseguir os católicos” (MARTINS; BIGOTTO; VITIELLO, 2016, p. 261).

Também são tratados outros atos que usam da violência para defender e propagar os princípios da religião mulçumana, como aqueles cometidos por grupos como a Al-Qaeda, o Partido de Deus (Hezbollah) e o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas). Tais grupos possuem objetivos distintos, porém, utilizam o caráter religioso como uma ideologia para espalhar medo e terror onde atuam. Outrossim, destaca-se a questão da Palestina para explicar conflitos entre árabes e judeus e, conseqüentemente, frisar a religião como um dos fatores que marcam a luta entre árabes e judeus por territórios.

Assim, constatamos que a presente coleção coloca em tela possibilidades de se desenvolver o estudo acerca do saber religião por meio dos seus três volumes. Os conteúdos vão desde a importância da religião para a produção e a compreensão dos conhecimentos geográficos, até para os conflitos que são motivados por questões religiosas, passando pela discussão em torno da religião como um fator de regionalização e conformação de territórios.

### ***Coleção Território e Sociedade no Mundo Globalizado***

Nessa coleção os autores Elian Alabi Lucci, Anselmo Lazaro Branco e Cláudio Mendonça também seguem a linha da sistematização do conteúdo em três volumes.

No livro do primeiro ano do Ensino Médio, o material encontra-se dividido em cinco unidades. Primeiro, faz-se uma discussão acerca da Geografia na era da informação, atribuindo-se destaque à Cartografia. Frisam-se as mudanças provocadas pelas tecnologias da informação e da comunicação em todos os setores da sociedade, discutindo-se as formas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) captam, processam e elaboram imagens que são utilizadas para fazer mapas e monitoramentos diversos. Do mesmo modo, discute-se o fato desses sistemas impactarem cada vez mais na nossa vida cotidiana. Além disso, são destacados os processos formadores do relevo e seus impactos na superfície da Terra, bem como a relação da sociedade com isso. Aborda-se o clima e as formações vegetais, as características da hidrosfera, os conflitos geopolíticos relacionados aos recursos hídricos e as questões relativas à água no território brasileiro. Por fim, são discutidos os processos históricos que constituíram os atuais padrões de produção e de consumo e os problemas socioambientais deles decorrentes.

No livro do segundo ano, estuda-se o contexto histórico e geopolítico do mundo atual, destacando-se as transformações geográficas ocorridas no século XX, os principais conflitos no período da Guerra Fria (1947-1991), a derrocada do socialismo e os principais agentes nas



disputas que marcam a atual ordem geopolítica. Além disso, sublinham-se as características do processo da Globalização no mundo, a estrutura de transporte e de energia no Brasil e no mundo e as principais características do processo de industrialização nos contextos nacional e internacional.

No livro do terceiro ano são apresentados os mais variados temas ao longo das unidades. São abordadas a questão étnica, a diversidade cultural e os vários conflitos que ocorrem na atualidade – em escala mundial – em virtude de tais aspectos, tratando-se também do terrorismo no contexto das disputas geopolíticas da nova ordem mundial. Além disso, discute-se o processo de urbanização no Brasil e no mundo e os principais problemas que acompanham o crescimento urbano, além dos desdobramentos relativos às características demográficas no mundo, considerando-se as migrações desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Também são conteúdos tratados no livro: as regionalizações do território brasileiro, as peculiaridades das regiões do Brasil e as relações que são estabelecidas entre estas.

Assim, observamos que nesta coleção apenas no livro do terceiro ano se refere ao saber religião por meio da abordagem dos conflitos étnico-nacionalistas, explicados por questões religiosas, territoriais, culturais e políticas que marcam os contextos nacional e internacional.

No contexto nacional, faz-se uma abordagem acerca dos povos indígenas e dos afrodescendentes, tratando-se diretamente do fator religião, uma vez que “[...] a identidade étnica resulta de fatores construídos historicamente, como a ancestralidade comum, a língua e a religiosidade” (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2016, p. 13). Em outras palavras, é uma maneira de legitimação de uma dada realidade, de determinado modo de vida socialmente construído.

No âmbito internacional, destacam-se os conflitos étnico-nacionalistas da Europa, África e Ásia que são carregados pelo fator religioso, trazendo-se à tona a colonização, as fronteiras e os conflitos separatistas como pontos fortes para a discussão do saber religião em sala de aula. Nesse sentido, aborda-se a conflituosa questão entre duas regiões da Índia: Caxemira e Punjab. Assim, afirma-se que

na região do Punjab, norte da Índia, conflitos étnico-religiosos violentos têm marcado a história do país nas últimas décadas. O conflito opõe os sikhs, minoria étnica, seguidora de uma seita própria, que difunde elementos do islamismo e hinduísmo, aos hindus. Os sikhs lutam pela independência e pela formação de Estado do Kalistan, idealizado pelos separatistas (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2016, p. 47).

Os conflitos étnico-nacionalistas no Oriente Médio também são discutidos, dando-se ênfase ao conflito árabe-israelense – que ocorre desde o século XIX, com a reivindicação do



território da Palestina por judeus e árabes. O saber religião encontra-se ancorado na discussão da questão da Palestina, uma vez que, dentre os vários motivos que marcam esse longo conflito, a ideologia religiosa difundida por judeus e mulçumanos impacta de forma marcante tal disputa.

Além disso, o terrorismo ligado ao fundamentalismo islâmico é destacado na discussão do saber religião ao longo do presente livro. Desse modo, diz-se que

no Oriente Médio, considerado hoje o grande foco do terrorismo internacional, os primeiros grupos tiveram origem entre os judeus nacionalistas na Palestina, na década de 1930. Mas foi somente a partir da década de 1960 que ocorreu a disseminação de grupos terroristas na região, formados inicialmente por palestinos. Aos atentados terroristas cometidos por essas organizações, além de carros-bombas – utilizados originalmente por organizações europeias –, foi acrescentado de terrorismo suicida (LUCCI; BRANCO; MENDONÇA, 2016, p.62).

Dessa maneira, existem possibilidades de se trabalhar o saber religião no presente livro didático, com aprofundamentos no estudo dos conceitos de território e região, sendo pertinente destacar que, na essência de muitos conflitos ligados ao fundamentalismo religioso, estão em jogo interesses econômicos, políticos e disputas territoriais.

### ***Livro Viver, Aprender: tempo, espaço e cultura***

Este livro é dedicado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Nível Médio, à área de Ciências Humanas, incluindo as disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Ele é dividido em três etapas e para cada uma delas há um tema orientador da produção dos capítulos: riqueza e pobreza, a construção da Nação e da cidadania e conflitos no mundo contemporâneo.

Ainda que seja indicado em cada um dos capítulos a disciplina relacionada, na quase totalidade dos capítulos pode-se trabalhar de modo interdisciplinar, pois, os temas permitem abordagens de todas as disciplinas da área de Ciências Humanas.

Devido ao fato de as disciplinas da área de Ciências Humanas terem como papel central a experiência humana que se realiza no tempo e no espaço, no livro trata-se das várias formas de organização dos seres humanos no tempo e no espaço, da sua produção cultural, suas formas de pensamento e conflitos vividos, o que se apresenta de forma rica para a construção de sujeitos pensantes, pois, se constitui como uma forma de dialogar com o próprio mundo em que vivemos, fazendo do conjunto de experiências humanas repertório para refletir criticamente e também fazer escolhas.



Entretanto, por meio da análise do referido livro, não encontramos nenhuma abordagem do saber religião no que se refere aos conteúdos relacionados à Geografia, fato que faz com que nossa discussão acerca do presente livro seja modesta se comparada à discussão dos livros didáticos anteriores. Porém, existem conteúdos relacionados à disciplina de História que podem ser trabalhados na perspectiva interdisciplinar com a Geografia e que dizem respeito ao saber religião, como *a expansão do Cristianismo*, por meio do qual pode-se trabalhar a função da religião na organização da sociedade e, conseqüentemente, na produção do espaço geográfico, contextualizando-se o conteúdo de maneira histórico-geográfica.

Desse modo, acreditamos ser importante a perspectiva da interdisciplinaridade na Geografia, em que o professor deve manter e estimular o intercâmbio de ideias com outras disciplinas, com o intuito de desenvolver trabalhos conjuntos para que o conhecimento seja aprofundado e compartilhado – não compartimentado, valorizando-se o diálogo integrado dos saberes.

## **Considerações finais**

O saber religião encontra-se relacionado a diversos conteúdos geográficos. No livro didático de Geografia podemos encontrar várias discussões que vão desde a conteúdos propriamente ditos “geográficos”, até aqueles que são discutidos por várias outras disciplinas, tais como a História, a Sociologia e a Antropologia.

Por esse motivo, ao relacionar religião e Geografia no âmbito da escola é pertinente uma discussão conforme o viés interdisciplinar, pois, só assim teremos uma abordagem abrangente que agregue saberes de outras áreas do conhecimento, o que possibilita aos estudantes a habilidade de romper com a fragmentação e a disciplinaridade.

Além disso, asseveramos que o trabalho com o saber religião coloca em pauta um processo educacional multifacetado, cuja aprendizagem será significativa apenas se houver o trabalho com áreas do conhecimento, de maneira ampla e complexa. Outrossim, é importante a consciência que esse saber é motivo de discussões polêmicas, podendo ser fonte de comentários e reflexões diversas.

Isto, a nosso ver, significa possibilidades para o professor mediar o processo de ensino-aprendizagem de modo dialogado e respeitoso, ouvindo-se e debatendo-se opiniões diversas. Algo importante, pois, pode gerar maior participação da turma de estudantes e, desse modo, tornar a aula mais atrativa e cheia de significados.

No tocante aos conteúdos abordados com relação ao saber religião, nos livros em análise, constatamos que os mais frequentes foram os relacionados à formação de





territórios/territorialidades, a formação cultural do espaço brasileiro, a distribuição das grandes religiões no espaço geográfico, a colonização da América e aos conflitos étnico-religiosos. As abordagens desses conteúdos vêm sendo pouco profunda, deixando lacunas que possibilitam ou tornam premente uma melhor discussão do saber religião no ensino de Geografia, por meio do esforço docente.

Assim, acreditamos que cabe ao professor fazer um esforço para promover uma abordagem mais rica em conceitos, definições e relações disciplinares no sentido da aprendizagem significativa, providenciando diálogo entre áreas de conhecimento que têm algo a dizer acerca do saber religião. Isto, não esquecendo, é claro, de analisar o que a Geografia tem a dizer sobre o saber religião.

## Referências

BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEMTEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/bncc-ensino-medio>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

COPATTI, C. Livro didático e professor de Geografia: interações na prática de ensino. In: TONINI, I. M. ; GOULART, L. B. ; SANTANA FILHO, M. M. ; MARTINS, R. E. M. W. ; COSTELLA, R. Z. (Org.) **O livro didático de Geografia e os desafios da docência para a aprendizagem**. Porto Alegre: Sulina, 2017. p. 155-176.

CORTI, A. P. ; SANTOS, A. L. P. ; MENDES, D. CORROCHANO, M. C. ; FERNANDES, M. L. B. ; CATELLI, R. ; GIASANTI, R. **Viver, aprender: tempo, espaço e cultura**. Ciências humanas, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos. São Paulo: Global, 2013.

FONSECA, S. G. Quais histórias ensinar, quais histórias aprender no século XXI? **Histórias** - Boletim do Laboratório e Arquivo de Memória História (LAMH), Belo Horizonte (MG), ano 4, n. 6, mar. 2001.

LUCCI, E. A. ; BRANCO, A. L. ; MENDONÇA, C. **Território e sociedade no mundo globalizado**. 1º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade no mundo globalizado**. 2º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.



\_\_\_\_\_. **Território e sociedade no mundo globalizado.** 3º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARTINS, D. ; BIGOTTO, F. ; VITIELLO, M. **Geografia no cotidiano.** 1º ano do Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. **Geografia no cotidiano.** 2º ano do Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. **Geografia no cotidiano.** 3º ano do Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2016.

MOREIRA, J. C. ; SENE, E. **Geografia Geral e do Brasil:** espaço geográfico e Globalização. 1º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

\_\_\_\_\_. **Geografia Geral e do Brasil:** espaço geográfico e Globalização. 2º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

\_\_\_\_\_. **Geografia Geral e do Brasil:** espaço geográfico e Globalização. 3º ano do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2016.

SALVADOR, D. S. C. O. ; MACEDO, H. A. M. ; MEDEIROS, L. T. A. Espaço e fé: abordagem histórico-geográfica do catolicismo em Caicó (RN). **Espaço e Cultura**, n. 42, p. 103-125, jul./dez. 2017.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9º. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.